

O ARCHEOLOGO
PORTUGUÊS

Composto na Escola Tipográfica da Imprensa Nacional
Edição e propriedade do Museu Etnológico Português

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLECCÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

REDATOR — J. LEITE DE VASCONCELLOS

VOL. XXVII



PREISTÓRIA — EPIGRAFIA



NUMISMÁTICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1929

SUMÁRIO

- A ERMIDA ROMÂNICA DE S. JOÃO BAPTISTA DE TÁVORA (VALDEVEZ): 1.
EPIGRAFIA BRAGANÇANA: 21.
HIEROLOGIA LUSITÂNICA: 23.
UM TÍTULO DE EMPRAZAMENTO (1496): 25.
NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS DO CONCELHO DE RIBEIRA DE PENA: 29.
MARCAS DE CANTEIRO: 48.
MÓS DE CARÁCTER PRIMITIVO: 55.
O LIVRO 2.º DA CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELA ACADEMIA REAL DE HISTÓRIA: 57.
AS PINTURAS DO DÓLMEN DO PADRÃO (VANDOMA): 128.
DOIS DOCUMENTOS ANTERIORES Á NACIONALIDADE: 136.
LÁPIDE FUNERÁRIA ROMANA: 155.
NOTULAS CERAMOGRÁFICAS: 159.
ESTUDOS SÔBRE ALGUMAS ESTAÇÕES DA ÉPOCA LUSO-ROMANA NOS ARREDORES DE SETÚBAL: 165.
PALEOLÍTICO DE ELVAS: 182.
LIÇÃO INAUGURAL DA CADEIRA DE ARQUEOLOGIA: 183.
SEPULTURA PRE-HISTÓRICA DA PRAIA DAS MAÇÃS: 194.
MEMÓRIAS SÔBRE O CONCELHO DO SABUGAL: 195.
ANTIQUITVS: 215.
BIBLIOGRAFIA: 220.
NECROLOGIA: 224.
-

Este volume vai ilustrado com 76 gravuras e 1 estampa.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XXVII



1925 & 1926

A ermida românica de S. João Baptista de Távora (Valdevez)

(*Estudos do Alto-Minho, xxv*)



SCASSOS cinco mil metros afastada da margem direita do rio Vez, pitoresco afluente do Lima, ergue-se recaadamente a igrejinha românica da Comenda de S. João Baptista de Távora, no concelho dos Arcos de Valdevez. Exígua de dimensões, mas sólidamente edificada de silharia enegrecida da sua longa e impávida antiguidade, esta ermida é um dos pequenos monumentos que, no norte de Portugal, se conservam com a sua virgindade arquitectural, pelo menos no exterior; modesta e robusta, ¿para que lhe eram necessárias restaurações afrontosas? ¿Para lhe sufocar a linguagem, que estas pedras tisnadas nos falam através da sua decoração quase sempre intencional?

Surpreendemos pois hoje, no iniciar do séc. XX, essa construção multissecular, quase como no-la legaram os seus fundadores do séc. XII; apenas com a orgulhante corrosão da sua epiderme. Dentro dela, tam viva hoje como então, porque não houve modificação do seu destino, ainda se celebra a mesma liturgia cristã dos seus primitivos dias e, do seu velho campanário, desprendem-se ainda as mesmas vibrações, ora de alegria, ora de saudade, com que o tanger do bronze chama à prece cotidiana os crentes simples da redondeza.

Eis porque a arqueologia cristã sente pulsar ainda nessa humilde igrejinha todo o seu extenso passado, sem ter de amaldiçoar a hora injusta de alguma adaptação sacrílega.

Conheço a ermida da Comenda de Távora desde 1893; procurei logo fixar no meu album a face veneranda da multicentenária construção, o contorno da sua frontaria desataviada, para dar dela ao depois oportuna notícia. (Fig. 1). Passaram já seus trinta anos, o

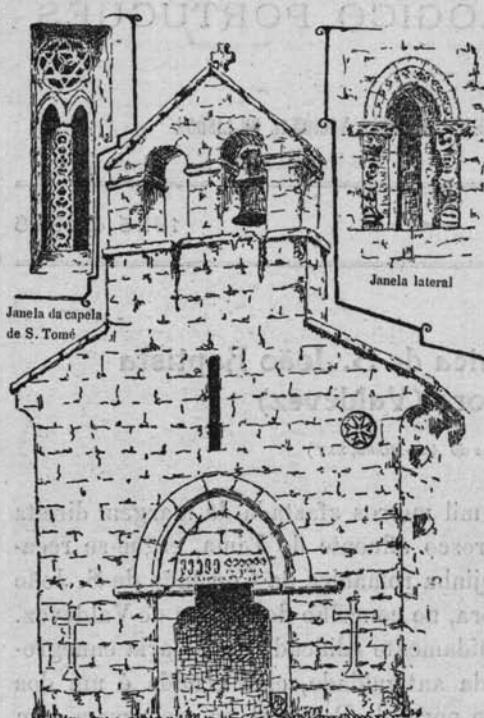


Fig. 1

povo grava-se nos seus monumentos». Bastante se tem trabalhado pois, monografando edifícios de eras passadas, reproduzindo as suas imagens e retalhos, preparando desta sorte os alicerces de futuras generalizações históricas.

*

Não fatigarei o leitor dêste estudo com preâmbulos históricos, mais ou menos relacionados com esta antiguidade. O monumento, de que me ocupo, era simplesmente uma ermida de S. João Baptista, cabeça da Comenda ou Bailia maltesa de Távora, com jurisdição paroquial, limitada aos fregueses que viviam dentro da demarcação própria e que se baptizavam e casavam dentro dessa igrejinha.

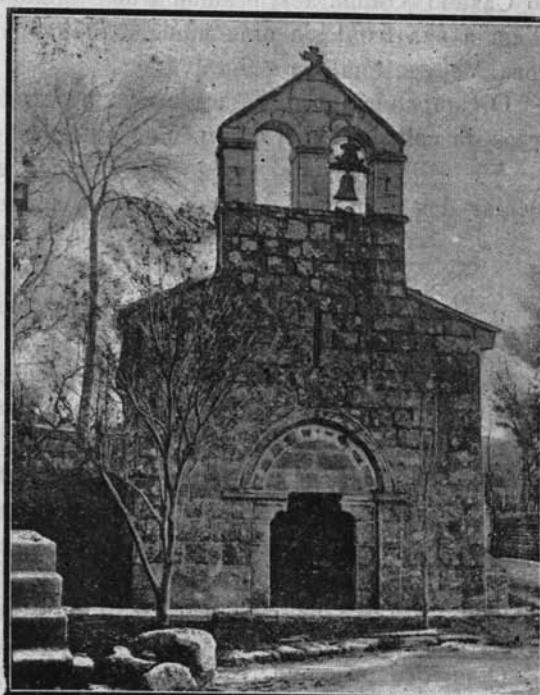
bastante para envelhecerem as minhas notas e amarelejarem os meus desenhos, um nada para a longa existência desse monumento; mas, louvado Deus, o estudo e aprêço destas construções mediélicas não tem enfraquecido em Portugal; ao contrário; entrou mais no espírito de muitos esta maneira patriótica de amarmos a nossa terra, de recordarmos o seu grande passado, para o respeitarmos de coração reconhecido.

Bourrassé, arqueólogo francês, escreveu este belo e exacto conceito: «o génio de cada homem desenha-se nas suas acções; o génio de cada

Direi apenas que a Ordem Militar dos Hospitalários passa por ter sido admitida em Portugal ainda antes de definida a independência, remontando à época de D. Teresa (1114) os seus vestígios primeiros¹. A Comenda de S. João Baptista de Távora procede também duma doação da rainha D. Teresa à casa e mosteiro hospitalário de Leça, junto do Pôrto. Ignoro se ainda existe algum apógrafo dessa carta régia².

Se os freires não se demoraram em construir a sede religiosa do seu domínio no *judicato de valle de vice*, não os podemos acusar de terem desprezado uma circunstância que valorizaria muito para nós a sua fundação, pois que gravaram nos dintéis das portas di-zeres, que infelizmente a mão inexorável do tempo quase apagou. Todavia, se bem pode soletrar-se a data de uma das inscrições, e essa fosse a que indicava a época em que foi edificada a ermida de Távora, teríamos de remontar aos princípios do reinado de D. Sancho I.

Fig. 2



A planta da construção é um simples rectângulo, a que se juxtaõe, do lado do nascente, outro quadrilátero de menor área, que deixa exteriormente ângulos reentrantes na intersecção e constitui a oussia.

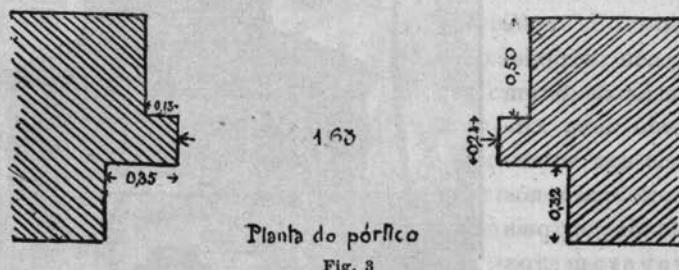
¹ H. de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, I, 367, e *Índice das habilitações da Ordem de Malta em Portugal*, pelo Sr. P. de Azevedo, in *Rev. de Historia*, II, 226.

² Segundo J. Anastácio de Figueiredo, *Nova História da Militar Ordem de Malta*, Lisboa 1800.

O tipo pseudo-basilical da sua frontaria avalia-se suficientemente da fig. 2. O campanário, conquanto muito antigo a julgar dos arcos das ventanas e impostas, não tem a pátina escurecida da restante silharia, se bem que a forma do primitivo não devesse divergir muito. A não distante igreja de Bravães (Ponte da Barca), a de S. Miguel do Castelo (Guimarães) e ainda a de S. João do Alporão (Santarém) filiam a sua frontaria num modelo análogo¹ à da Comenda de Távora. Veja-se também a fig. 1.

O campanário é uma parede rôta por duas ventanas a par, com arcos de volta redonda e empêna tectiforme².

A cornija horizontal, em que ele se apoia, está vincada pelo atrito secular das correntes de ferro que dos sinos baixavam para serem



tangidos, não do telhado da ermida, mas do chão e pela frente. Neste particular há, nos monumentos românicos portugueses, curiosas e expressivas degradações.

O pórtico principal, voltado ao poente, é também aqui de uma grande simplicidade, menos contudo do que em Ermelo. Bastante largo, de pés-direitos lisos, sobrepujados de grandes impostas, é coroado por um tímpano de silhares horizontais. Este elemento, que não exerce aqui função alguma estática, e é muitas vezes aproveitado para uma decoração ou uma alegoria, recebeu o lavor de uma epígrafe ao lado de uns desenhos pouco acentuados de carácter secundário. O vão mede para a altura 2^m,60 e para a largura 1^m,63. Junto uma planta cotada. (Fig. 3).

Circunscrevem-no dois arcos sobrepostos de meia-volta um tanto indecisa, sendo o exterior faceado com o pano da frontaria e o interior

¹ Talvez possam entrar para a mesma série as igrejas de Barrô (Rêsende) e Unhão (Felgueiras).

² *Clocher-arcade* lhe chamam em França (J. A. Brutails), onde também não são raros.

reintrante e nivelado com o tímpano, tornando-se por assim dizer um arco de descarga.

Esgui a fresta sobre a entrada, como seteira de defesa, define verticalmente o eixo da construção e ilumina com suave penumbra o côro da ermida. O seu fecho é de arco redondo.

A obliquidade moderada das empênas laterais da fachada, que se projectam nos cunhais da ermida com o perfil da cachorrada uniforme dos beirais, parece acentuar a distância, a que a arquitetura ainda estava, das formas construtivas do período ogival.

Ao lado direito, junto da empêna, num aro rebaixado, vê-se em relevo a cruz dos Hospitalários, eqüilátera, de oito pontas, outros tantos vértices que resultam de ângulos reintrantes. Análogo símbolo apresenta a igreja de Barrô (Rêsende), também na frontaria.

No remate do campanário, uma cruz eqüilátera, um tanto rude, mas octangular, de faces lisas e maciça, afirma bem do alto a qualidade monástica do senhorio desta ermida. Este símbolo cruciforme que, no manto negro dos freires hospitalários se imprimia em branco, no alvo manto dos cavaleiros do Templo, que também possuíam domínios neste *judicato* portugalense, rutilava de vermelho. Na pedra, porém, não era a cõr que os extremava, senão a própria forma, que era um tanto diversa.

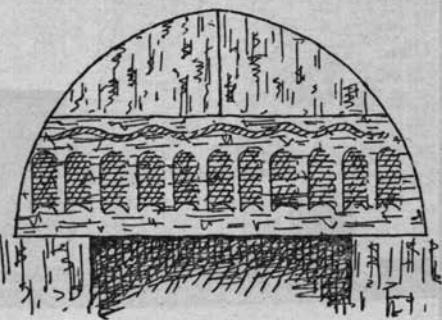


Fig. 4

*
A ermida de S. João tem duas portas laterais primitivas, uma emparelada; a franqueada olha ao ábreco, e, em plano superior, existe uma janela repassada de encanto românico e por isso digna de observação. Vejamos primeiro aquela.

Está construída com uma grande simplicidade. O tímpano apresenta na vêrga lavores gravados, análogos aos do pórtico principal: é, primeiro, uma série de pequenos quadriláteros alongados, espécie de escudetes com o topo superior de arco convexo e o inferior de arco em linha côncava, dispostos paralelamente ao alto e pouco distanciados num alinhamento horizontal. Sobre este ornamento corre uma dupla linha ondeante, com que se figuram, não uma, mas duas serpentes, afrontadas, motivo este que se repete nas impostas. (Fig. 4).

Contrasta com esta pobreza decorativa a janela, que lhe fica superiormente e que tem uma ornamentação acentuadamente românica. As umbreiras formam de cada lado um ângulo reentrante, onde se alojam dois colunelos, em cujos fustes estão esculpidas figuras

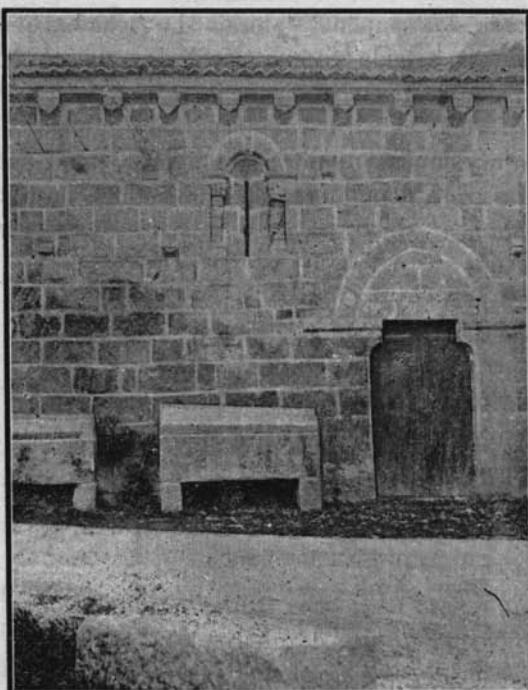


Fig. 5

aparado em linha horizontal sobre a testa; as orelhas estão sumariamente indicadas e o nariz é uma saliência triangular. Veja-se o canto superior direito da fig. 1.

É preciso, na apreciação desta escultura, contar com o que a indomabilidade do granito poderia permitir a um estatúrio mediélico, talvez de ocasião. A outra figura sustenta um utensílio cilíndrico, talvez um *volumen*, que é considerado um atributo apostólico. Sobre os capitéis, relevados de motivos animalescos, as impostas salientes e extensas, ornadas de lances encanastrados. (Fig. 5).

A arquivolta da janela desenha uma ogiva de larga abertura; molduras simples; boleada a aresta interna. No fundo, ao centro, como um traço de negrume, a fenda estreita da janela, que, inte-



Fig. 6

riormente, deve dar um rasgão de luz. Do lado de dentro, os colunelos são mero fustes cilíndricos de baixa estatura, com capitéis estilizados de volutas e folhagens. (Fig. 6).

Na cortina voltada ao aguião, a porta entaipada estava em correspondência transversal com a que acima descrevi. Nessa parede há um cachorro com uma carranca estilizada, que copiei. (Fig. 7).

Desenhei a pedra que a fig. 8 reproduz, que é uma das impostas da porta lateral franqueada.

A parede posterior da igreja corresponde, em planta, a uma linha quebrada, pelo facto de não ter presidido à construção da capelinha contígua de S. Tomé um critério de esquadria; desenha pois um ângulo muito obtuso.

O comprimento da ermida, medido exteriormente na face setentrional, que apenas tem a solução de continuidade duma curta reintrância ($0^m,60$) que a capela-mór faz, é de $15^m,25$; para o corpo da igreja $10^m,50$; para a oussia $4^m,75$. Na fachada, a medição acusa $6^m,55$.

Do cunhal do sul-poente para o recanto que a capela de S. Tomé forma, medem-se $9^m,65$. Esta afasta-se da face meridional da ermida até a distância de $3^m,55$, em esquadria, onde faz ângulo com a sua própria parede do lado do ábreco, a qual mede $6^m,20$, resultando da soma das suas extensões o número $15^m,75$, maior portanto que o que representa o comprimento da face do aguião.

Toda a face do nascente, que vem a ser as costas da oussia, mede com o seu alinhamento anormal $9^m,20$, que devem ser $10^m,10$ se se tivesse respeitado a esquadria na construção da capelinha de S. Tomé.

*

Pouco além da porta lateral e meridional da ermida, encosta-se pois a antiga capela de S. Tomé. É uma construção que serve de sacristia da ermida principal, para a qual se estabeleceu a comunicação interior, rasgando na parede, ao gume do cinzel, um vão de porta rectangular. Tem também, na parede perpendicular à da ermida, uma porta que olha ao poente; exteriormente, larga ogiva;



Fig. 7



Fig. 8

por dentro, arco abatido com os cães de pedra dos gonzos, nos ângulos; impostas ornadas. Está emparedada. Os cachorros na sua parede meridional são todos iguais entre si, com o mesmo perfil fundamente ondeante; se se aproximassem, dariam a impressão duma cornija de molduras corridas. (Fig. 9). Sobre esta porta, uma fresta um pouco ao lado.

Defronte da porta da entrada desta capela, na parede do fundo, que não está em esquadria perfeita com a lateral da ermida, há uma estreita e elevada janela de dupla ogiva. O pilarete central é giratório; actualmente o seu eixo é excêntrico, mas penso que primitivamente estava ao centro duma placa móvel de pedra, que, podendo dispor-se ao través do vão, obscurecia a claridade interior da capelinha, dum modo susceptível de graduação. A decoração a traço do referido pilarete consta em uma das faces, de círculos e losangos alternados em série ininterrupta e é um ornato típico e de habitual recurso na arte românica; na outra face, é uma série de círculos secantes em relevo. Suponho que já, de antigo, lhe diminuíram a largura, suprimindo-lhe bárbaramente uma das asas, do que resultou a excentricidade do eixo.

Tem antecedentes da maior antiguidade este processo⁴. Na basílica de Tafca (Síria central) atribuída ao séc. IV-V, duas das janelas conservam ainda o seu primitivo batente de pedra.

Um pequeno óculo, alumiado na espessura da pedra que forma o tímpano, sobrepuja as duas pequenas lancetas fenestrais. A figura aí recortada é um hexalfa, composto de dois triângulos postos um ao invés do outro, cujo centro é ocupado por um tríquetro ou trifólio. Este conjunto constitui, observado internamente, o fundo exterior dum vão rectangular preparado no maciço da parede. Veja-se o canto superior esquerdo da fig. 1.

Um visitador desta instituição no séc. XVII (28-XII-1687) refere que dentro desta capela havia sepulturas de Comendadores; teria



Fig. 9



Fig. 10

⁴ Ed. Corroyer, *L'Architecture Romane*, p. 73.

sido, pois, uma capela funerária. Parece que uma das paredes se prolongava ou não foi acabada. Há, nesta parte, anomalias de planta que não tem fácil explicação; a própria parede batida do vendaval seria menos antiga que as outras; um cunhal parece refeito. Dentro vêem-se os cachorros da ermida principal, todos iguais entre si.

O cachorro que a fig. 10 representa existe no exterior da referida capela.

A fig. 11 é uma imposta da mesma construção. A sua ornamentação tem carácter nitidamente préhistórico. Há cerâmica calóitica com desenhos iguais.



Fig. 11

*

O alpendre da ermida de Távora ficava talvez do lado do ábreco; uma série de mísulas, cujo nivelamento passa um pouco acima do parapeito ou soleira da janela ornamental já descrita, parece indicá-lo. Mas num plano ainda superior a estas, vêem-se outras três mísulas ou modilhões maiores, e um deles igual aos da actual sacristia já também mencionados.

Sobre a parede do arco cruzeiro, há uma cruz acróterial. É um rendilhado no granito. Equilátera como todas as outras, o centro é uma rosácea sobreposta a um quadrifólio que ressalta dos ângulos dos braços. (Fig. 12). É uma combinação de curvas muito querida dos canteiros desta época, empregada até como ornamento corrido.



Fig. 12

Há ainda outra cruz alumada, de coroamento. A parte central é um disco com uma cruz equilátera de braços curvilíneos, como uma cruz de sagrário, inscrita num círculo; neste modelo os lumes são os intervalos dos braços. Dêsse disco nascem outros braços côncavos lateralmente, mas que rematam em superfícies planas; a sua face frontal ostenta lavores. (Fig. 13). É uma exactíssima réplica da cruz recortada no tímpano da igreja de Barrô (Rêsende); o que demonstra que corriam as oficinas das construções modelos servilmente copiados aqui e acolá, até que caíam em desuso pela evolução da arte. Sem os braços salientes, tem a igreja de Landim (Famalicão) um ornamento idêntico.

Em uma época, que eu julgaria difícil determinar arqueologicamente (mas historicamente talvez oouse), gravaram exteriormente em toda a construção 14 cruzes de largos braços e alta haste, que

poderiam parecer de tipo seiscentístico, mas que encontram analogias em épocas tam recuadas como as da própria ermida; uma das mencionadas apenas apresenta na base duas singelas volutas; é a que fica do lado do evangelho, junto à porta lateral emparedada. Compare-se o meu desenho com a figura da p. 328, 2.^a col., do *Elucidário de palavras, termos e frases*, do frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo... Pintaram-nas depois de vermelho, que ainda subsiste. Em todo o caso elas abrangem também a capela de S. Tomé, a cuja construção são portanto posteriores. O que é porém certo, é que, dum velho livro manuscrito com capa de pergaminho, da igreja, consta que, em 1735, o capelão frei André Barbosa instituiu a Via Sacra na ermida da Comenda de Távora. Serão essas as 14

cruzes estacionais? Nem pelo número, nem pelo tipo, é improvável a explicação. (Fig. 14).

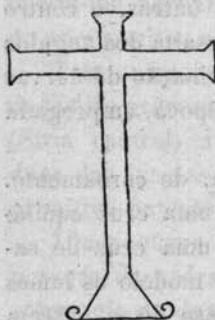


Fig. 14

Para completar a descrição exterior deste pequeno, mas interessante monumento, preciso é referir que, nalguns silhares desta ermida, ainda se vêem as siglas lapidares que os canteiros medievais gravavam como marca do seu trabalho; são já pouco aparentes, porque oito séculos carcomiram irresistivelmente as faces dessas paredes de granito com o limar silencioso dos seus oitocentos invernos. Um desses sinais é o esquema duma chave e réplicas têm em muitos monumentos médiélicos. (Fig. 15). Nas paredes da capela de S. Tomé não consegui lobrigar gravuras desta natureza.

Ao lado da porta meridional da ermida dos Hospitalários, dois carneiros trapezoidais de granito com tampa tectiforme prolongam-se com a parede numa imobilidade veneranda. São anepígrafos. Apenas um deles tem na cabeça e nos pés, sobre a face exterior da tampa, duas cruzes inscritas em rectângulos; os braços equiláteros dessas cruzes terminam em arcos côncavos. Entre elas parece desenhar-se uma espada. Veja-se a fig. 5 novamente.

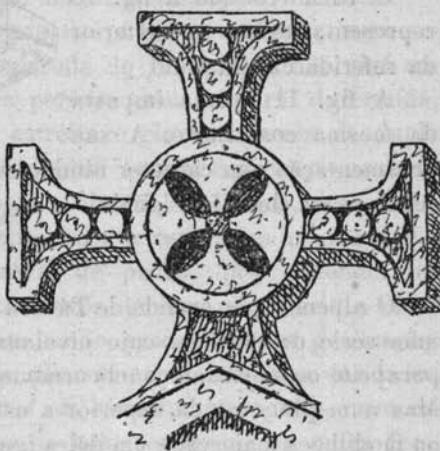


Fig. 13

Os Comendadores, que lá dentro aguardam o fim das idades, quiseram que a tampa dos seus sarcófagos fôsse uma lousa impenetrável de mistério. E assim foi e assim é.

*

Entremos na modesta e adorável igrejinha, mas descubramo-nos. Gerações inumeráveis de fiéis ali passaram horas de esperança

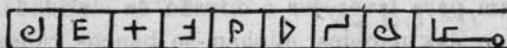


Fig. 15

à sombra da mesma cruz; vive ainda ali dentro a multidão dos seus espíritos

Fig. 15
tos, evocados em interminável teoria pelos fundos anelos da nossa saude de portugueses, que foram habitadores da mesma terra que nós.

Foram banidos os Hospitalários, mas a sua obra material ficou na sua intangibilidade de granito e a sua obra patriótica dos séculos fundamentais da nossa nacionalidade, quem a não sente ainda na independência dos nossos lares através dessa quase milenária fila de anos? Aquelas mesmas paredes de silhares inabaláveis que nos rodeiam agora, viram-nos também a eles, envolvidos nos seus hábitos negros, que a cruz branca octangular esmalta, como uma flor de quatro pétalas. Curve-mos-nos, pois, perante a sugestiva ancianidade desta ermida e saudemos a memória desses rios cavaleiros, que nos robusteceram com duro esforço a infância política.

Não houve profanação grave na arquitectura interna da ermida românica. Janelas e portas permanecem intactas e outras não foram abertas, como aliás em tantos monumentos coevos tem sucedido. O primitivo arco cruzeiro de pouco vao foi, é certo, substituído há anos por outro mais amplo; não é de aprovar a substituição; perdeu algum carácter a disposição interna da ermida; é que hoje nós mal compreendemos a luz minguada dos interiores românicos; não nos amoldamos às suas proporções austeras. Quasi não se via o celebrante no altar-mor: foi a justificação da mudança!

A claridade interior destes pequenos templos era decerto bem discreta e minguada. Os grandes vãos reclamam vitrais mais ou menos frágeis e de custosa substituição no recesso duma região como aquela, em que se engastava a ermida de S. João Baptista, ou pelo menos portadas de madeira, que as intempéries obrigariam muitas vezes a conservar cerradas e portanto sem luz.

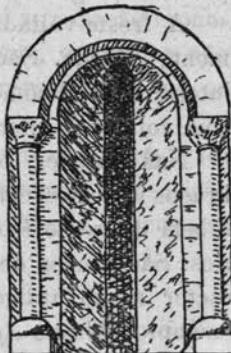
Aspero inferior da fresta
superior ao arco cruzeiro

Fig. 16

Também se recorria a placas translúcidas, a mármores especulares ou a lajes alumadas de pequenas perfurações geométricas, como na bela ermida de S.^{to} Abedão, junto a Ponte de Lima. Dentro do templo quase não havia leituras; os livros eram raros; os ledores ainda mais; apenas no altar o oficiante lia. O hábito contraído das construções militares influiria no emprego de frestas, a modo de seteiras, que interiormente embusinavam para favorecer a difusão da claridade.

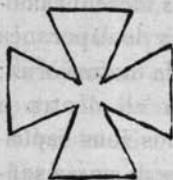


Fig. 17

Ao longo das paredes, alinharam-se bancos rudes de pedra para os fiéis. Sobre o arco cruzeiro ainda lá está a fresta característica, interiormente ornada.

Taparam-na; essa luz do alto não é hoje reclamada. Dois colunelos ladeiam o vão, anichados na reentrância esquadrada que interrompe a continuidade da parede do cruzeiro. Os capitéis estribam um arco liso, que serve de arquivolta. Os pés-direitos mais fundos da janela arreganham para o interior da ermida e são também lisos; pela sua forma chanfrada permitem a difusão radial da luz exterior, laminada pela estreita fenda vertical. (Fig. 16).

A fresta voltada ao aguião não é interiormente ornada. São-no porém tanto a janela lateral do Sul, como a fresta esguia da fachada com colunelos interiores.

Nas paredes, onze cruzes equiláteras, de braços isósceles, estão gravadas de onde a onde, e bem diferente é o seu tipo da dos Hospitalários. São cruzes de hastes espalmadas, de carácter muito antigo, como a que se vê, por exemplo, sobre o *Agnus dum* timpano na igreja da Travanca (Amarante). Cruzes de consagração, costumam chamar-lhes. Doze deviam ser, segundo os autores. É possível que a substituição do arco cruzeiro arrastasse aquela que falta à conta. (Fig. 17). Na capela-mór estão 4. No pavimento da ermida foram recentemente encontrados 7 sarcófagos de pedra, mumiformes, dos quais um foi arrumado junto da capela que serve de sacristia.

Os desenhos, com que auxilio a minha descrição e que não epígrafo especialmente, representam aspectos interiores das janelas. Alguns capitéis ostentam as alegorias habituais. Vê-se em um deles um monstro com bico de ave de presa, que vai devorar um ser de forma humana, colocado invertidamente. (Fig. 18). Encontra-se a



Fig. 18

mesma alegoria num capitel românico de S. Martinho dos Mouros e na arquivolta do pórtico de Vilar de Frades. Em outros capitéis, os la- vores são formas vegetais estilizadas, de pouco relevo. (Fig. 19). A fig. 20 é a decoração de uma pata da janela interior da fachada.

Em uma das pedras, com que a ermida foi há pouco lajeada, parece ver-se a gravura de um montante. Em outra há o seguinte epitáfio:

A
S ▪ DOP^AD
REFRI^{OM}
(chave) 1S91 (chave)

Julgo poder ler-se: S(epultur)a do padre fr(ei) J(er)o(n)imo. 1591. As chaves laterais não são de forma inteiramente igual; uma parece mais um martelo.

*

A parte epigráfica¹ exterior da ermida dos Hospitalários de Távora seria um dos mais importantes elementos de apreciação cronológica d'este curioso monumento. Lamentavelmente, o granito não pôde conservar-nos em perfeito estado de interpretação todos os caracteres.

Na vêrga inferior do tímpano do pórtico de entrada principal foi gravada, ao lado de ornatos excisos de preenchimento, a inscrição que provavelmente nos transmitiria o ano da construção. Apenas se consegue ler em caracteres onciais:

E : M : CC : XX : VIII

Parece poder ler-se a era de 1228, correspondente ao ano de 1190, devendo notar-se que a vintena é indicada por um só X cortado por dois traços da esquerda para a direita e de baixo para cima. A esta data parece seguirem-se outros ordinais e uma abreviatura de *Kalendas*. O resto é ilegível.

Estamos assim em pleno reinado do neto de D. Teresa, suposta

¹ Já transcrita, pelas provas d'este estudo, nas *Igrejas e capelas românicas da Ribeira-Lima*, do Sr. P.^e Manuel C. Barreiros.

doadora da Bailia de Távora à Ordem do Hospital. Será de facto a data da construção?

Na porta meridional, também superiormente ao timpano, existe um letreiro complexo. Em dois silhares superiores, consecutivos, lê-se, com relativa segurança, a data, oncial também;

E•M•CCC•XXX•II.

O que significa: «Era de 1332», correspondente ao ano de 1294. Nos silhares contíguos inferiores, e um tanto ao lado, decifra-se o nome

Joham corea

em caracteres onciais, gravado ao que parece doutra feita e talvez por outra mão. Na linha inferior, e mais à direita, vê-se a data incompleta de E M C. Na fig. 21 vê-se uma letra isolada e por baixo das outras; é uma sigla de canteiro, anterior às outras gravuras. João Correia é também provavelmente uma assinatura de mestre arquitecto, talvez o da ermida, como conheço, *de visu*, no castelo de Monsanto da Beira Baixa e, de leitura, no da Feira (*Arch. Port.*, x, 397).

Que significa esta diversidade de datas gravadas no mesmo monu-

mento? Entre uma e outra medeiam não menos que 104 anos. Poderá supor-se que indicam o começo e o termo da construção?

Só era admissível tal hipótese, se as inscrições¹ o consignassem explicitamente. E só poderia explicar tal morosidade na edificação da pequena ermida de S. João Baptista algum sucesso ignorado

¹ As leituras das epígrafes foram conferidas pelo meu amigo e distinto paleógrafo, P.^o Manuel J. da Cunha Brito, que os leitores já conhecem do próprio *Archeologo Português* e da *Revista Lusitana* (Cartas de Março e Abril de 1906).



Fig. 19



Fig. 20

hoje por nós e que tivesse ocorrido desde D. Sancho I a D. Denis, em cujo reinado entra a segunda data. Teria a doação do Crato aos cavaleiros do Hospital, no reinado de D. Sancho II, distraído para o sul as preocupações territoriais dos senhores da Bailia de Távora? Não autorizam muito esta explicação as Inquirições de 1258, onde se encontra a menção de herdadores que tinham, nestas partes, honras do *Espital*.

Há pois um ponto que me deixa perplexo. Na parte das Inquirições afonsinas, que se reporta à freguesia de Santa Maria de Távora, não há ainda em 1258 menção de bens territoriais da Ordem de Malta. E contudo, dentro do *Judicato de Valle de Vice*, que corresponde quase exactamente ao actual concelho dos Arcos de Valdevez, os Hospitalários possuíam rendas em numerosas *collationes*, mencionadas no contexto daquelas Inquirições, as quais eram: *Sancte Columbe*

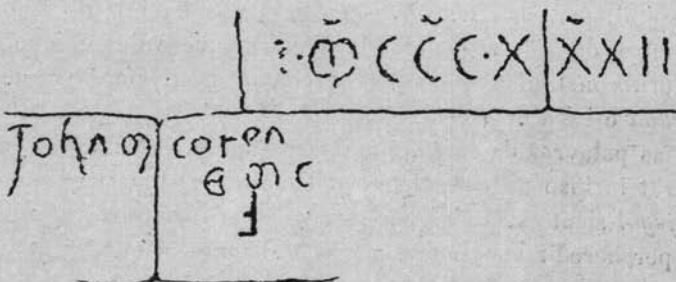


Fig. 21

de Guilifonxi, Sancti Salvatoris de Cabreiro, Sancti Johannis de Rivoilo Frigido, Sancte Marie de Pacioo, Sancti Pelagii dos Arcos, Sancte Marie de Ulveira, Sancti Salvatoris de Sabadim; Sancti Jorgii; Sancte Marie de Vilela; Sancti Martini de Monte Rotondo, Sancti Thome de Gueey; Sancte Marie de Santar; Sancti Vicentii de Tavares; Sancti Jacobi de Tavoazoo; Sancti Salvatoris de Pradaeiro, Sancte Marie de Jorla.

Parece lógica a ilação de que, na *collatione de Sancte Marie de Tavora*, também mencionada naquelas Inquirições, de nenhuma terras eram ainda senhores os freires de Malta, visto fazer-se silêncio acerca dêles. E não menos lógica é a conclusão de que a ermida românica, bem claramente autenticada com as cruzes octangulares de Malta, não deveria existir ainda em 1258.

No reinado seguinte porém, procede-se em 1288 a outras Inquirições. Então já se lê no respectivo códice: *De parochia sancte marie*

de tavora . . . Item disse que pero paaez esta testemunha ha hūa herdade de que soya peytar boz e coymha E hya aanodoua E desta herdade parou censoria ao espital dhūa teiga de pam e hūu cabrito e hūua espadoa e defendeo por razõ donrra do espital e nō dam nemyalha aelRey de quanto lhe soyā dar¹.

Baseando-me no silêncio das Inquirições de 1258 e na menção expressa das de 1288, posso formular a hipótese de que foi nesse período de trinta anos que a Ordem de Malta adquiriu bens em Santa Maria de Távora.

Embora alheado do meu intuito especial, José Anastácio de Figueiredo indica-me na sua *Nova Historia da Ordem de Malta* (II, 202) um documento que permite ver a data mais antiga, em que aparecem terras do domínio dos hospitalários em Távora. É uma carta de câmbio datada de 31 de Agosto da era de 1307 (ano 1269), em que D. Afonso III, em troca de uma herdade, que tinha *filhado* ao Hospital, para a nova povoação de Viana da Foz do Lima, lhe cedia outra do seu reguengo de Távora, que valesse igualmente e que era constituída pelas terras chamadas *Ajuial*, *Seara*, talho de *Parada* e leira de *Porta*.

Eis as palavras da carta, que interessam ao caso: «et invenerunt quod erat in ipso meo regalengo d'Tauara hereditas mea quam vocant *Ajuyal* sicut est divisa per marcos et per carreiros et quomodo dividit per hereditatem sancte marie de Tauara et quod erat ibi *Seara* de fratribus sicut dividit per riulum de casali de Didaco et de alia parte per hereditatem hospitalis et quod erat ibi *talium de parada* quod iacet marcatam super carraria et quod erat ibi *Leyra d'porta*, quo iacet circa meam in testa hereditatis hospitalis, sicut est marcata»².

Parece também deduzir-se deste documento que, quando o rei D. Afonso III cedeu aos hospitalários bens que faziam parte de um seu reguengo de Távora, já aqueles aqui tinham conseguido aquisições territoriais, com as quais vieram a confinar as terras doadas pelo monarca: *Leyra d'porta quae iacet circa meam in testa hereditatis hospitalis*.

A data da edificação da capela da Comenda de Távora não poderia ter sido anterior a 1258, mas em 1269 e em 1288 já se comprehende que os freires aí quisessem uma ermida para os «herdadores» que

¹ Livro I das *Inquirições* de D. Denis, fl. 87.

² Livro I das *Doações* de D. Afonso III, fl. 24.

se defendiam por honra da Ordem, ermida que aliás poderiam ter construído só em 1294, como parece ler-se sobre a porta lateral.

Na capelinha de S. Tomé, outra data se encontra na fachada e essa em caracteres monumentais e ainda onciais, que ocupam vários silhares do pequeno edifício:

M • CCC • LX • V

Tal era corresponde ao ano de 1327, princípios do reinado de D. Afonso IV. Está isolada esta data e gravada numa disposição bastante original. Significará esta enfim o ano da construção? A janela ogival que descrevi não destoa da época, mas a porta emparelada tem ainda o ar românico.



Presentemente a ermida de S. João Baptista de Távora faz parte de uma propriedade rural, cuja casa de habitação devia ter sido também a moradia dos Comendadores⁴.

Encontram-se na casa de habitação algumas pedras com epígrafes modernas, que reproduzo pelo desenho. Na escada exterior de pedra há um fragmento com a data de 1651 e parte do pé de uma cruz. (Fig. 22). Sobre a porta, uma cruz da Ordem, com a data de 1604.

Há ainda outra, em três linhas, que diz:

ESTE • A ♀

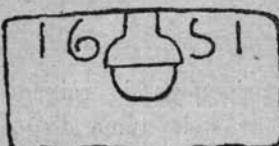
FA3(e)R ♀ ...

IOA.....

⁴ Toda a propriedade foi arrematada em 1841 por Domingos José de Sousa e Brito, pai dos Srs. João e Dr. Pedro de Sousa Brito, amigos que conheci ainda durante bastantes anos e dos quais recebi sempre afectuosas demonstrações duma consideração sincera e desinteressada. Relembro com saudade o convívio que tive com aqueles dois queridos conterrâneos meus, cuja residência era invocada como o mais acabado modelo da boa hospitalidade portuguesa. Hoje a Casa da Comenda de Távora é propriedade dum sobrinho daqueles meus amigos, o Ex.^{mo} Sr. João de Brito Lima, cuja amizade é a grata continuação da que seus Tios dedicavam ao autor desta monografia.

Trata-se de um *altar*. (Fig. 23). *T* e *E* formam letras conjuntas. O *S* tem a forma de 3.

O letreiro da fig. 24 transmite-nos o nome do Comendador, que construiu a moradia e que em uma lápide mandou esculpir o seu brasão com cinco vieiras em santor. Fig. 25. Este brasão encontra-se ao alto da escadaria. Na bôca de uma mina colocou também uma pedra, cujo centro é ocupado pela cruz de Malta, a genuína, em baixo relêvo, inscrita num círculo. Por baixo a carranca da gárgula. (Fig. 26).


Fig. 22
A série de Comendadores ou Bailios, a quem esta Comenda foi concedida pelos capítulos da Ordem de Malta, não é fácil de organizar por falta de elementos. Do cartório antigo não restava, há anos, mais do que um pequeno volume muito danificado e que servira para lançar os capítulos das visitações feitas a esta Comenda desde 1631, durante aproximadamente uma centúria.

Combinando o que deste registo se pode colher e as referências da *Nova História da Ordem Militar de Malta*, pude apenas colher os seguintes nomes:

Fr. Rodrigo Gil (a. 1233), comendador pelo menos de Aboim da Nóbrega; Fr. Rodrigo Martins (a. 1250); D. Gonçalo Pires de Pereira (a. 1280); Fr. Afonso Esteves Teixeira (a. 1285); Fr. Gil Eanes (a. 1351); Fr. João Coelho (1438 a 1480, isto é, sob D. Afonso V);



Fig. 23

Fr. A. Vaz da Cunha (1530); Fr. Cristóvão de Sernache Pereira (1550); Fr. João Figueira (1567); Fr. João Boto Pimentel (1604); Fr. Álvaro da Fonseca Coutinho (1643 e 1649); Fr. Lopo Pereira de Lima (1676); Fr. Francisco de Sousa (anterior a 1687); Fr. Martins Pereira de Eça (1687);

Fr. André Ferreira Ferrão Castelo Branco (1810), que parece ter sido o último Comendador antes do banimento das Ordens religiosas.

*

No manuscrito, a que acima me refiro, poucas notícias se encontram, que mereçam interesse aos leitores deste trabalho, apesar daquele abranger um período da nossa história durante o qual, precisamente no concelho dos Arcos de Valdevez, a que Távora pertence, se desenrolaram sucessos movimentados da guerra da Restauração, consecutiva à expulsão dos Filipes.

Nos flancos das montanhas que o rio Vez corta, degladiavam-se os dois exércitos em luta, ocupando o português a margem direita e o espanhol a esquerda.

Távora está situada na margem direita e aí deviam chegar pelo menos os ecos da fusilaria e do canhoneio dos combates¹. Apesar disto, uma só e perfumária referência ao estado de guerra se encontra em todos os capítulos das visitações!

Os visitadores, que eram sempre freires de alta categoria, recomendavam aos capelães da ermida de S. João Baptista, os quais deviam também ser professos, o exercício do seu munus paroquial e o uso dos seus direitos jurisdicionais, o que parece não era sempre bem aceito dos párocos da freguesia, chamada Santa Maria de Távora.

Um visitador intitulava-se: Fr. Manuel de S. Carlos, da Ordem de S.^{ta} Agostinho, mestre jubilado na Sagrada Teologia, Qualificador do Santo Ofício, Provisor e Vigário Geral, Juiz Ordinário, Conservador da Jurisdição da Sagrada Religião de S. João Baptista do Hospital de Jerusalém de Malta em todo o distrito do reino de Portugal (1713)!

Outro era: Fr. Paulo da Fonseca, Cavaleiro professo da Santa Religião de S. João do Hospital de Jerusalém, acompanhado do Reverendo Fr. Gaspar Lopes de Carvalho, tesoureiro de Leça, Deputados comissários do Infante D. Francisco, gran Prior do Crato (1715).

Estas visitações, certamente convenientes para manter a disciplina e o prestígio da Ordem, não impediram que neste período a ermida e a residência do capelão chegasse a tal desamparo, que alguns paramentos do culto «era uma vergonha verem-se»; os sinos tinham o cabeçalho ou porca podre; a cama do capelão pousava na «lama» do pavimento térreo, tendo sido necessário mandar soalhar o chão e forrar o tecto ao menos «no recanto do leito para que não gele o pobre clérigo» e pudesse sequer «viver com os cómodos de um pobre ermitão». Como sanção deste capítulo, o vi-



Fig. 24



Fig. 25

¹ As peripécias da campanha, minuciosamente descritas, podem ver-se na *História de Portugal Restaurado*, por D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira (Lisboa 1698), parte II, pp. 239 e sgs.

sitador ordenava ao Comendador que dêssse ao capelão 2.000 réis por ano, para ele poder alugar uma casa ali perto. A hera invadira as paredes da ermida; as frestas deixavam penetrar o vento frio. Para a janela da capela-mór, mandou o mesmo visitador colocar uma vidraça; para a da sacristia, era suficiente uma *empanada*¹ com sua grade de pau, tal como na choupana do truão, no *Monge de Cister* (II, 95).

Em outro capítulo de visitação, proibia-se aos homens que, dentro da ermida, se encostassem aos altares e pussem nestes os chapéus e carapuças e, até, que entrassem na ermida «com cabelo atado por ser indecente e... hoje está em toda a parte reformado este mau

costume» (1687). O hábito dos homens se encostarem aos altares decerto continuou, porque em 1713 novamente se profligava.

Para as mulheres estabelecia-se a proibição de irem de noite fazer oração à ermida da Comenda (1736).

Parece que as festas de S. João davam azo a que se praticassem desacatos, indo algumas pessoas

pôr-se a tanger os sinos; um visitador do ano de 1730 impunha ao capelão o dever de aplicar penalidades aos que praticassem êsses desmandos.

Não deixa de oferecer alguma curiosidade a lista das rendas em géneros da Comenda de Távora em 1735, afora os dízimos de Santar, Portela e Aboim, segundo uma nota lançada no mesmo livro a que me tenho referido. Géneros e quantidades eram as seguintes:

Milho e centeio: 1844 alqueires; trigo: 159 alqueires; vinho: 11 pipas; galinhas: 277; frangos: 130; carneiros: 15; cabritos: 12; lampreias: 73! Este ciclóstomo não desertou ainda das fortes correntes hiemais do Lima e a sua pesca nos boqueiros é rendosa. Não sucede o mesmo com o sável, que é raro, nem com o salmão, que é raríssimo. Já o pároco de Távora informava, em 1758, de idênticos fenómenos a secretaria de Sebastião de Carvalho.

Março de 1924.

F. ALVES PEREIRA.

¹ «*Empanada*: batente de janela que em vez de vidro tem por lumes panos encerados ou papeis oleados». (*Dic. da lingoa portug.*, por Antonio de Moraes e Silva, 3.^a edição).



Fig. 26

Epigrafia bragançana

Em Outubro de 1924 fui a Rebordões, concelho de Bragança, e mostraram-me na casa de habitação de António Gonçalves Xavier uma lápide funerária romana, encontrada em Vale de Pereiro, limite da mesma povoação, sítio já conhecido por outras da mesma natureza¹. A lápide é de granito, tem de altura 0^m,45, de largura 0^m,26, de grossura 0^m,26.

Na 2.^a linha a terceira letra pode ser um *R*, mas duvidoso. Na última linha e na anterior, adiante da última letra deve ter desaparecido outra que seria um *E*, levado pela quebradura da lápide neste ponto, bem como no cimo, como se vê do gráfico. O mais está bem. Corpo das letras 0^m,04, excepto as duas primeiras que têm 0^m,07. Caracteres do primeiro século. Teremos então: *Diis Manibus. Cebalae Gemini mei filia(e) avia* ou *Avia*.

O letreiro está em superfície rebaixada na lápide.

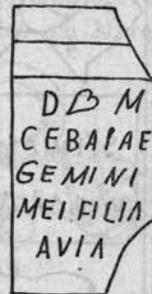
Vai em dois anos que em Meixedo, concelho de Bragança, vi, metidas na parede duma casa de José Queiroga, as duas seguintes lápides funerárias romanas, que não tem sido pos-

sível extrair do local onde se encontram².

Ambas as lápides são ornadas pelo suástica. As letras estão em superfície rebaixada na pedra, que é de granito, e não pude medir por obstar o sítio em que se encontra.

Na primeira não há dúvida; é nítida e diz que foi levantada a *Bovia*, de dez anos de idade, liberta de Lúcio.

Na segunda falta, ou está tapada pela parede, uma carreira de letras, que indicariam os anos do defunto e a 2.^a letra da terceira linha talvez seja um *E*, pouco visível pelas condições de luz em que se encontra, e dirá então que Arro de ... anos, liberto de Naeba,



¹ Vid. *O Arch. Port.*, vi, 96.

² Vid. *O Arch. Port.*, xviii, 2, onde se dá notícia de outra lápide.

ali está sepultado. Os nomes Arro e Bovio são já bem conhecidos na epigrafia regional.



É de esperar que o S.^r José Queiroga, já benemérito das letras pela cedência da outra lápide, se resolva a continuar tão levantado proceder, permitindo que estas sejam extraídas das tristes condições em que se encontram — numa loja de bois, atrás duma porta, sem luz e voltadas do invés.

Esta elegante lápide, de «pedra branca muito semelhante a mármore», apareceu em Picote, concelho de Miranda do Douro, povoação já assinalada por similares achados (*Arch. Port.* v, 144), e foi-nos remetida a sua cópia e gráfico pelo bom amigo Manuel Joaquim Cardoso, pároco de Vila Chã de Barciosa, a quem muitos favores do mesmo género devemos. Não damos as dimensões da lápide e do corpo das letras, porque ainda nos não chegaram à mão. «O animal [figurado na lápide] é evidentemente um boi, pois tem hastes e rabo comprido», diz o nosso informador. São freqüentes os animais gravados em lápides funerárias regionais, como se pode ver n-*O Archeologo Português*. A legenda é simples e diz que Silvia Anulla, de 70 anos de idade, ali está sepultada.

Baçal, Novembro de 1924.

P.^r FRANCISCO MANUEL ALVES.

«Consume o tempo, & roe a traça os livros; as estatuas raras vezes passão do lugar, em que as puixerão: aonde se levantão, ahi acabão; das Pyramydes & Obeliscos, em que se esculpirão Jerogliphicos mysteriosos, já não ha memoria; pela incorrupção do metal perseverão as medalhas; por seu grande numero, estão em toda a parte, & uniformemente representão os verdadeiros rostos dos mais antigos Príncipes, seus nomes, & suas victorias».

BLUTEAU, *Vocabulario Port.-Lat.*, s. v. «medalhas».

Hierologia lusitanica

(Vid. *O Arch. Port.*, xxiv, 270)

18.—Amuleto pantheo de ouro

Descrevi nas *Religiões*, III, 526—529, varios amuletos romanos de caracter falico, feitos de bronze e de ouro. Posso agora descrever mais um de ouro, que obtive para o Museu Etnologico em Março de 1923, em Estremoz, e que suponho foi achado nos arredores.

Este é muito pequeno, de 0^m.012 de comprido, e consta de um *phallus cum testiculis*, que termina de um lado em uma figa feita com a dextra, e do outro em uma cabeça de lião provida de juba; na parte superior, ao centro do objecto, ha uma argola para este poder ser trazido pendurado.

Chamei *pantheo* ao amuleto, por ele se compôr de tres elementos a que os antigos ligavam grande importancia como agentes profilaticos, ou de defesa, contra o mau olhado: o *phallus*, a *figa*, e a *cabeça de lião*. Acérca do *phallus* e da *figa* vid. Jahn, *Böser Blick* (1855), já citado nas *Religiões*, e *Dict. des antiq.*, de Daremberg & Saglio, s. v. «amuletum», pp. 256 e 257, e s. v. «fascinum», p. 986; acérca da *cabeça de lião* vid. o mesmo *Dict.*, s. v. «amuletum», p. 256, e Otto Keller, *Die antike Tierwelt*, t. II (Leipzig 1913), p. 54. Ao *phallus* tambem ás vezes se ligavam asas e patas: *Dict. des antiq.*, s. v. «fascinum», p. 987, considerado pois como um animal. Na est. v do trabalho de Jahn vê-se um amuleto, com argola de suspensão, formado por meia-lua, estrelas, *phallus cum scroto*, e uma cabeça de lião. A *figa*, que já aparece entre as antigualhas cartaginesas de Iviza, portanto em epoca anterior á romana⁴, é ainda hoje amuleto mui freqüente entre nós, e a respeito d'ela possuo muitos apontamentos que um dia publicarei. O lião, como hoje não existe entre nós, não dá nas nossas superstições origem a amuletos; apenas figura em contos populares (que pertencem á etnografia geral), e costuma trazer-se suspensa da corrente do relogio uma unha d'ele, encastoada de prata



Fig. 14

⁴ Vid. a est. xxviii do *Estudio de arqueol. cartag.* de D. António Vivos, Madrid 1917 (publicação da Junta para ampliación de estudios). A *figa*, que goza ainda hoje de tanta voga, tem provavelmente origem oriental.

ou ouro, a modo de berloque e de simples enfeite, de importação, como penso, moderna. O *phallus* igualmente não existe como amuleto, pois que destoaria dos costumes da civilização actual, mas o nosso povo usa um amuleto de osso, tambem pantheo, composto de uma figa e um cornicho, onde o cornicho, como creio, representa o antigo *phallus* romano.

Vid. a fig. 15, ampliada (desenho de Francisco Valença, Desenhador do Museu Etnológico).

19.—«Fascinum» de ouro



O *fascinum* de ouro, que se representa na fig. 15, de tamanho natural (desenho de Saavedra Machado)

Fig. 15 vi-o em Beja, em mão particular: é comparável aos que publiquei nas *Religiões*, III, 525, figs. 288 e 289.

20.—Inscrição consagrada a Hercules

As inscrições reproduzidas nas *Religiões*, III, 288, podia ter juntado mais esta, que foi descoberta, e primeiro publicada, por Albano Bellino, e depois reproduzida por mim no *Arch. Port.*, V, 192:

HERculi
SACrum
C · IVLIVS

isto é, «Caio Julio dedicou (esta pedra) a Hercules».

21.—Porca de Murça

A porca de Murça, de que se tratou nas *Religiões*, III, 16 sgs., vem já mencionada na *Geografia* do D.^o João de Barros, sec. XVI, o qual, falando de Murça, diz: «... onde está h̄ grande boi, feito de pedra, mui antigo, como h̄ que está na ponte de Salamanca ...»: vid. p. 198 da edição feita pela Biblioteca Municipal do Porto. Barros chamou *boi* ao mostrengo, de acordo com os Hespanhois que, entre outros nomes, aplicam os de *toros* e *becerros* a mostrengos semelhantes: cf. *Religiões*, loco citato, e fig. 16 (mostrengo de Salamanca).

Na est. VII das suas *Investigaciones acerca de Arqueología*, Salamanca 1919, publica o S.^o P.^o César Morán Bardón figuras de alguns dos mostrengos de Hespanha.

J. L. DE V.

Um título de emprazamento

(1496)

Veio-me às mãos um pergaminho, que mede 0^m,47 × 0^m,37 e se encontra já um tanto deteriorado, pois ao centro tem dois buracos, que obstante à leitura completa das palavras existentes nesses lugares. Nas costas e escritos por mão diferente e posterior acham-se estes dizeres: *Prazo da quinta de Cerzes feito a Thome alurez*. Embora pelo lado linguístico não ofereça grande interesse, afigura-se-me no entanto merecedor da publicidade e por isso aqui o trago a lume. Reza assim o seu conteúdo:

«In nomine Domini. Amen. Saibham quantos este estormento de enprazamento uirem como no anno do naçimento de Nossa Senhor Ihesu Christo de mil iij^eirbj annos aos xxvj dias do mes de nouembro da sobredita era na cidade da Guarda dentro na capella de Santalifomso em çima na cassa do Cabiido estando em cabiido e em dia de cabiido e cabiido fazendo per campaa tangida segundo costume. Estando hi o senhor dom Fernam Lopez dayam e Galioite Aluarez meestre escolha e Gonçalo Pirez thesoureiro e Joham Anes e Joham Estevez e Vaasco Fernandez e Gonçalo Anes e Mem Rodriguez e Lopo Diaz e Aluaro Estevez e Rui Fernandez e Rui Luis e Vaasco Anes e Grigorio Vaaz e Luis Aluarez e Pedro Aluarez e Joham Rodriguez e Joham Gonçalvez e Afonso Aluarez e Afonso Pirez e Fernam Rodriguez todos cõigos e beneficiados na see da dita cidade. Esto em o dito cabiido como dito he presente¹ elles pareçeo o muito honrrado Tomé Aluarez escudeiro morador em a villa de Couilhãa e per elle foi dito que era uerdade que² sua molher Isabel Fernandez traziam emprazada hua quintaa que chamam de Corzes a qual he dos senhores do dito Cabiido e esta no sesmo da dita villa. E que ora uiera a sua noticia que os ditos senhores lha queriam tirar por quanto achauam mais por ella dita quintaa e que a dita igreja andaua enganada e per outras muitas rezdees que lhe diziam que o dito Cabiido alegaua pera lhe tirar o dito prazo e quintaa pollo. asi terem perdido pollo qual per elle sobredito Tomé Aluarez foi dito em nome seu e da dita sua molher que elles nom queriam com os senhores do Cabiido andar em preito nem em demanda pollo que

¹ Talvez por *perante*.

² Parece que se omitiu aqui o pronome *elle* e a copulativa *e*.

dito he, mas antes elle dito Tomé Aluarez em seu nome e da dita sua molher lhes pidia por mercee que nouamente ennouassem com elles e lhe emprazassem a dita quintaa pollo preço que elles senhores uisem ser justo e rezam e que assi escusariam demandas. E pollos senhores do Cabiido foi dito que lhes aprazia em tres pessoas, s. elle sobredito Tomé Alvarez e sua molher ambos em hua pessoa e a outras duas pessoas que de pos vierem ... A primeira pessoa pague ao dito Cabiido mil reaes brancos desta moeda corrente e a segunda pessoa pague mil iiij^e e a terceira biij^e reaes e tributo pagaram per dia de Sam Joham Bautista. E o dito Tomé Aluarez dise que lhe aprazia asi e pella guisa que os ditos senhores diziam e logo em seu nome e da dita sua molher Isabel Fernandez e das pessoas que delles deçenderem tomou em si o dito emprazamento da dita quintaa asi pella guisa que o dito Cabiido lhe emprazaua .s.: com todas suas pertenças as quaees sam estas que se seguem: Item primeiramente parte a dita quintaa de hua parte des açima do porto d'Azenha per onde parte com tera de Senhorinha Gomez e pella ribeira a fundo e parte com terra de Sam Bertollameu de Couilhãa e torna polla dita ribeira do porto d'Azenha indo afundo com a⁴ prado de Fernam Carualho até o canto fundeiro do dito prado direito alem e atrauesa direito agoa de Corzes e di como se uay polla dita ribeira de Corzes a fundo ao porto da estrada que uem dabadia pera o Teixosso e di se vai polla dita ribeira a fundo até junto com o canal que esta na terra de Rodrigo Afonso escudeiro e di torna a lonba arriba até hū marco que esta nas moutas e per hi acima como uay toda a Malhoada polla dita lonba até a incomeada e di torna a māao ezquerda açima polla dita encomeada pollos Malhōees direito a mouta grande e di se uai direito a outra mouta agoas vertentes per a dita quintaa e di como se uai pella dita lonba pollos Malhōees direito açima pollo carreiro até a estrada que vay pera o porto de Pena macor e ahi parte com terra de Joham Afonso do Telhado e di como se vay direito pola dita lonba como vai a Malhoada até a estrada que vai pera Caria e parte com terras de Lianor Aluarze molher que foi de Joham Afonso Feito (?) o velho e vay-se direito a cima pellos ditos Malhōees e carreiro até a terra de Santa Maria da dita uilla agoas vertentes pera a dita quintāa e di direito a cima polla dita lonba e Malhōees até a incomeada da lonba que esta aquem da ribeira do Carrapatello contra o Teixosso e di sse torna polla dita lonba a māao ezquerda pollos ditos Malhōees agoas vertentes

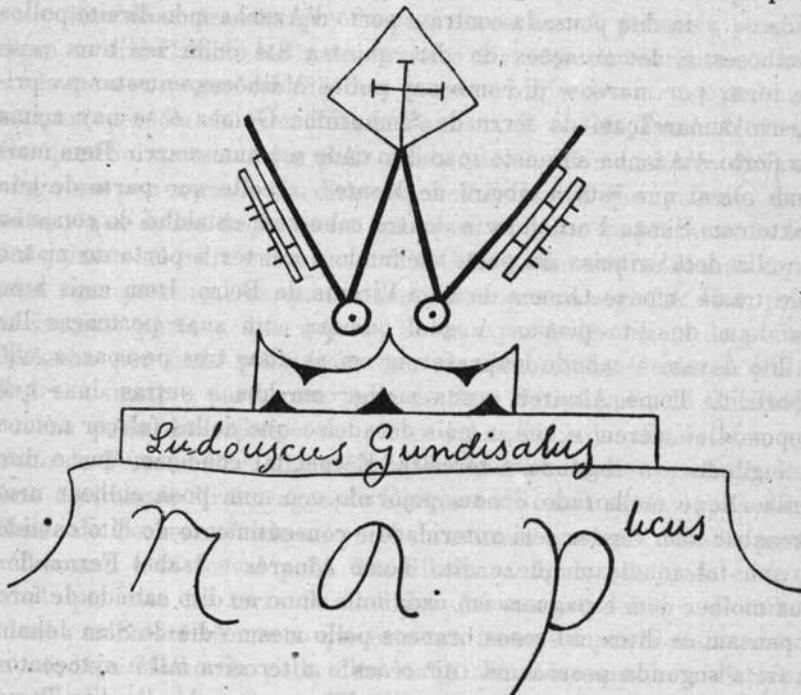
⁴ Sic em vez de o.

pera a dita quintaa e parte com Joham Tavares do Teixosso e com ereos da Vaasco Martinz Branco e di se vai ao penedo que esta na dita lonba o qual ham por marco e diuisão e como parte com a quintaa que se chama de Gonçalo Roçim atrauesando a dita ribeira e parte a quintaa dos Crespos e de Gonçalo Goncaluez Reuelho e di se vay a hum marco de hum seixo seguindo toda vai a Malhoaada e demarcada da dita pousada contra o porto d'Azenha indo direito pollos Malhõees e demarcações da dita quintaa até onde see hum peso de lugar por marco e di como uay pollos Malhõees entestar na primeira demarcação da terra de Senhorinha Gomez e se uay açima do porto d'Azenha ao porto suso dito onde see hum marco. Item mais hum olival que esta a ribeira de Monte ... collo que parte de hua parte com Simão Fernandez e doutro cabo com caminho do concelho e polla dota¹ ribeira da parte de fundo e uai ter a porta do pisão que trazia Afonso Gomez de Sam Vicente da Beira. Item mais hum quinham do dito pisão. A qual quintaa com suas pertenças lhe o dito dayam e cabiido emprazarom em as ditas tres pessoas .s. elle sobredito Tomé Aluarez e sua molher em húa e outras duas que depos elles uierem e que o mais deradeiro que delles faleçer nomea a segunda e a segunda e terceira. E com tal condiçam que o dito prazo fique melhorado e nom pejorado e o nom posa enlhear nem escanbar nem vender sem autoridade e consentimento do dito cabiido e com tal condiçam que o dito Tomé Aluarez e Isabel Fernandez sua molher dem e paguem em cada hum anno ao dito cabiido de foro e pensam os ditos mil reaes brancos pollo mesmo dia de Sam Joham e asi a segunda pessoa mil III^o reaes e a terceira mil e oytoçentos pollo mesmo dia em cada hum anno. E non pagando elle dito Tomé Alvarez e a dita sua molher e pessoas suso(s) ditas que depos elles uierem os ditos preços pollo dito dia em cada hum anno ou dando penhores de prata e ouro que valha[m] o dito foro ate quinze dias promeiros seguintes despois do dito dia de Sam Joham que o dito dayam e cabiido lhe possa tirar o dito prazo e o posa dar a quem lhes aprouuer e a de fazer a primeira paga per este Sam Joham que ora uem que sera de nouenta e sete annos. E que acabadas as ditas tres pessoas que o dito prazo fique livre e desembargado ao dito cabiido melhorado e nom prejorado². E o dito Tomé Aluarez em seu nome e da dita sua molher e pessoas que depos elles uierem recebeu o dito emprazamento como dito he e com as clasullas e con-

¹ Sic por *dita*.

² Idem por *pejorado*, como se lê atrás.

diçõees açima conteudas e declaradas e se obrigou de todo ter e manter per si e per seus beens asi moueis como de raiz auidos e por auer que pera ello obrigou. E o dito dayam e Cabiido se obrigou per si e per as rendas da sua messa capitular de lhe fazer o dito enprazamento boom, saão e de paz de qualquer pessoa ou pessoas que lho demandar ou embargar quiser sob pena de lhe todo compoer



com todas perdas danos e intereses e despesas que elles ou cada hum deles fezerem fazer sobre o dito prazo. Em testemunho de verdade mandarom e outorgarom asi ser feito este estormento de enprazamento que foi feito na dita cidade dia e mes e era ut supra. Testemunhas que a esto foram presentes: Rui Diaz meo cõigo e Joham Lourenço criado do senhor dayam e Joham Fernandez capellam e correiro na dita see e outros e eu Luis Gonçalvez publico notairo per autoridade apostolica que a todo presente fui e per minha māao este estormento escrepu e meu publico e acostumado sinal aqui fiz em fe e testemunho de verdade que tal he. Nom seja duvida na antrelinha onde diz e esta no sesmo da dita villa porque eu sobredito notairo o fiz por uerdade».

Segue-se o sinal publico, que tem a forma que se vê acima.

J. J. NUNES.

**Notícias arqueológicas do concelho
de Ribeira de Pena**

Ao ribeira-penense, meu
colega e meu melhor amigo,
D.^{or} Carlos Leite.

O concelho de Ribeira de Pena está todo semeado de estações arqueológicas mais ou menos importantes; disseminados por toda a sua área existem castros, sepulturas rupestres, antigos fornos cerâmicos, antas, etc., tudo a ruir, tudo desmantelado, mas que, assim mesmo, nos deixam vislumbrar a importância pre- e proto-histórica da região.

Tentarei fazer aqui, em sucessivos artigos, um simples registo, que não um estudo, de todos êsses restos, ou pelo menos daqueles de que tiver conhecimento; um trabalho completo sobre tantos materiais seria, além de impossível para os meus exígues conhecimentos do assunto, dispendiosíssimo para quem empreendesse praticá-lo.

Será pois, repito, quase uma simples ementa, onde fiquem inventariadas, antes de total ruína, as estações arqueológicas desta região, para que ela possa figurar, como tem direito, no futuro mapa pre- e proto-histórico português.

I

A cidadela

A região do concelho arqueologicamente mais interessante e mais rica é um alto e extenso monte, cujas vertentes são hoje muito povoadas, e que constitue a sua parte NO. Ligado directa e imediatamente pelo seu lado SE. à Serra do Alvão, de que ele seria o último contraforte, o nosso monte tem toda a restante periferia formada por abruptos pendores, que vêm, cá muito em baixo, morrer nos rios e ribeiras que o circundam. É pelo NE. a Ribeira de Pena, pelo NO. o rio Tâmega e pelo SO. e S. a Ribeira de Cerva com o seu rio, —o Rio de Cerva—, que, precisamente no ponto da sua confluência com o Tâmega, marca o vértice O. da região que estudamos. (Vid. fig. 1).

Ora este conjunto de linhas baixas forma como que um grande fôsso natural, a encaixilar, a defender este altaneiro monte, que



assim fica isolado, ia a dizer independente, das terras vizinhas — com a excepção já dita da ligação SE.

Foi esta zona alpestre, assim extremada, assim defendida naturalmente, à qual atribuiríamos uma quase independência geográfica, que os povos antigos daqui escolheram para sua instalação; é a ela também que eu chamo a *Cividade*¹.

Cividade — porque ali deve ter vivido certamente um desses núcleos de povos em que nos tempos imediatamente pre-romanos se dividia a população lusitana, na sua zona norte sobretudo, cada um dos quais possuía, a bem dizer, sua completa independência política, seus chefes, sua propriedade privativa e acaso seus costumes próprios².

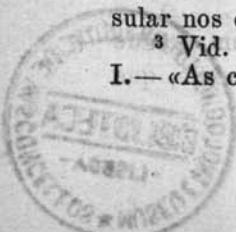
Todo o NO. da Península assim se encontrava dividido³: cada aglomerado (cada tribo?) viveria isolado politicamente na sua cividade — vasta região, por regra de altitude, no coruto da qual se alcandorava a vida urbana: era a citânia ou *oppidum*, em geral de grandes dimensões, com suas cercas de muralhas e outras obras defensivas à periferia, e o casario no interior, casario de fábrica modesta, forma circular ou rectangular, paredes ensossadas, tectos de colmo de canas ou ramos de árvores; as casas dispostas aos grupos — formando cada grupo um circuito em redor de um pátio — indicaram ao espírito perspicaz de A. Sampaio a existência de classes sociais: cada círculo de casas teria sido a habitação e propriedade dum nobre luso, e recolheria também os seus clientes e seus escravos — tal como mais tarde, após a conquista romana e a instalação nas terras baixas, iria acontecer nas *vilas* romanas.

Mas a citânia não era a única construção da cividade: por toda a área desta, barrando os pontos fracos, esculcando nos lugares

¹ *Cividade, lato sensu*, e não «cividade» sinónimo de castro, citânia, etc., como o povo fez dando a uma parte a designação do todo. Em Ribas, povoação do concelho de Valpaços, o povo chama ainda *cividade* às terras que avizinharam um grande castro que ali há, denominado a *cerca*.

² Como os problemas de localização, filiação e antiguidade dos lusitanos continuam ainda sem solução completa e indisputada (V. M. Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, onde se inventariam todas as hipóteses, inclusive as mais recentes de Gimpera, etc.), eu continuo a considerar lusitanos os povos de todo o oeste peninsular nos quatro ou cinco últimos séculos pre-romanos.

³ Vid. Alberto de Sampaio, *As vilas do Norte de Portugal*. I.— «As cidades».



de horizonte largo, os lusos levantavam outros fortes, — os castros, *duna* —, maiores ou menores, um ou mais cintos de muralhas, de fossos, etc., e que, ou só teriam funções marciais, ou serviriam simultaneamente para abrigar população fixa como a citânia.

A cidadela era semeada de *duna*, já se disse, cujo papel era, sobretudo, cobrir a citânia e os parcos trabalhos agrícolas que a circundavam; por isso estadeavam em regra em redor dela, a maior ou menor distância, e a alturas diferentes, em lugares considerados estratégicos, certamente.

A citânia e os *duna* de população fixa não eram na cidadela os únicos lugares de habitação do homem; povoados abertos — os *vici* — e simples cabanas espalhadas pelo aro da cidadela serviam igualmente de moradia ao homem lusitano⁴.

*

Foram os meus serviços profissionais, — de João Semana quase decalcado sobre o tipo clássico —, que me fizeram percorrer, cruzar em todas as direcções, a referida região. E, *pari passu* que melhor a conhecia, à medida que fui estudando a sua topografia, a garganta de barreiras que a isolam das regiões limítrofes, a constituição e disposição das edificações arqueológicas — ia-se arraigando no meu espírito a certeza de que estava em presença dum desses departamentos onde outrora viveu um núcleo autónomo, independente, desse misterioso e pitoresco povo lusitano.

A nossa cidadela é, como disse, um grande monte, ou melhor, uma série de ondulações, cujas vertentes, possuindo grandes percentagens de inclinação, formam com os montes vizinhos vales em geral profundos. Estes, ocupados uns por correntes de água, por terras agricultadas outros, constituem um contínuo fôsso difícil de transportar aos assaltantes.

A região que estudamos poderá ter de diâmetro maior (E.-O.)

⁴ É claro que estes largos traços tirados a Sampaio, e muito mais, são sabidos e consabidos por todos os leitores do *Archeologo*. Como porém a arqueologia local terá, na respectiva região, pessoas que pretendam conhecê-la sem ter podido previamente fazer umas ainda que elementar, preparação, enxertei aqui estas duas linhas gerais que obedecem ainda a outro motivo: o de eu pretender apresentar uma *cidadela* que diríamos perfeita, atenta a existência de todos os componendos enumerados por Sampaio, e me parecer útil ao intento a exposição sucessiva dos dois quadros.

uns 9:500 metros, e de eixo menor (N.-S.) uns 7 quilómetros, medidas grosseiramente calculadas, já se entende¹.

O seu território é cortado por um rio, — o Loredo —, que corre como uma secante de SE. para S., e que, penetrando na cidadela pelo ponto onde esta se liga directamente com o Alvão, vai lançar-se depois no rio de Cerva, tendo deixado a cidadela partida em duas porções sensivelmente desiguais; as margens fronteiriças destas, são a O. separadas por fundo vale que não permite por aí o refúgio rápido, em ocasião de aperto, dos habitantes da margem esquerda (porção menor) na direita (porção maior — centro da cidadela); mas mais para NE. já é facilíma a travessia do rio, que corre plano em região quase plana, e com quantidade de água que permite sempre, ou quase sempre, a vadeação; e isto torna possível, e explica, a inclusão das duas margens, — isto é, dos dois retalhos —, na mesma cidadela.

O alto do retalho maior é um planalto muito irregular, muito ondulado, no qual existem actualmente algumas povoações (Santa Eulália, Vilarinho, etc.). E é precisamente no seu ponto de altitude maior, no ponto que domina não só o planalto, mas também a cidadela toda com quase todas as fortificações, que existem as ruínas da citânia — o coração da cidadela. É o Outeiro dos Mouros de Vilarinho, cuja descrição mais detalhada será feita adiante com a das suas fortificações.

Estabelecido o centro, vejamos agora os restantes componentes da cidadela com auxílio da planta da fig. 1, que indica, de forma grosseira mas elucidativa, a sua disposição topográfica.

São pelo menos cinco os *duna* de que tenho conhecimento, pertencentes indisputadamente à cidadela. Todos situados em níveis inferiores ao da citânia, ocupam também altitudes diferentes uns em relação aos outros.

Eis a sua localização em relação à citânia: a NO. e a 4:200 metros² fica o castro (Outeiro dos Mouros de) de Daivões, situado já em região muito baixa, quase à beira-Tâmega. Diz a lenda que este castro comunica por um subterrâneo, que atravessa o leito do rio, com outro, — o castelo — fronteiro, na outra margem. Posta

¹ Serviu para o cálculo, como para a planta da fig. 1, a carta do Estado Maior do Exército.

² As distâncias são calculadas *plus minus* sobre a carta do Estado Maior do Exército.

de parte a tam vulgar lenda do subterrâneo, creio também ser falsa a existência de outro castro na margem direita do rio.

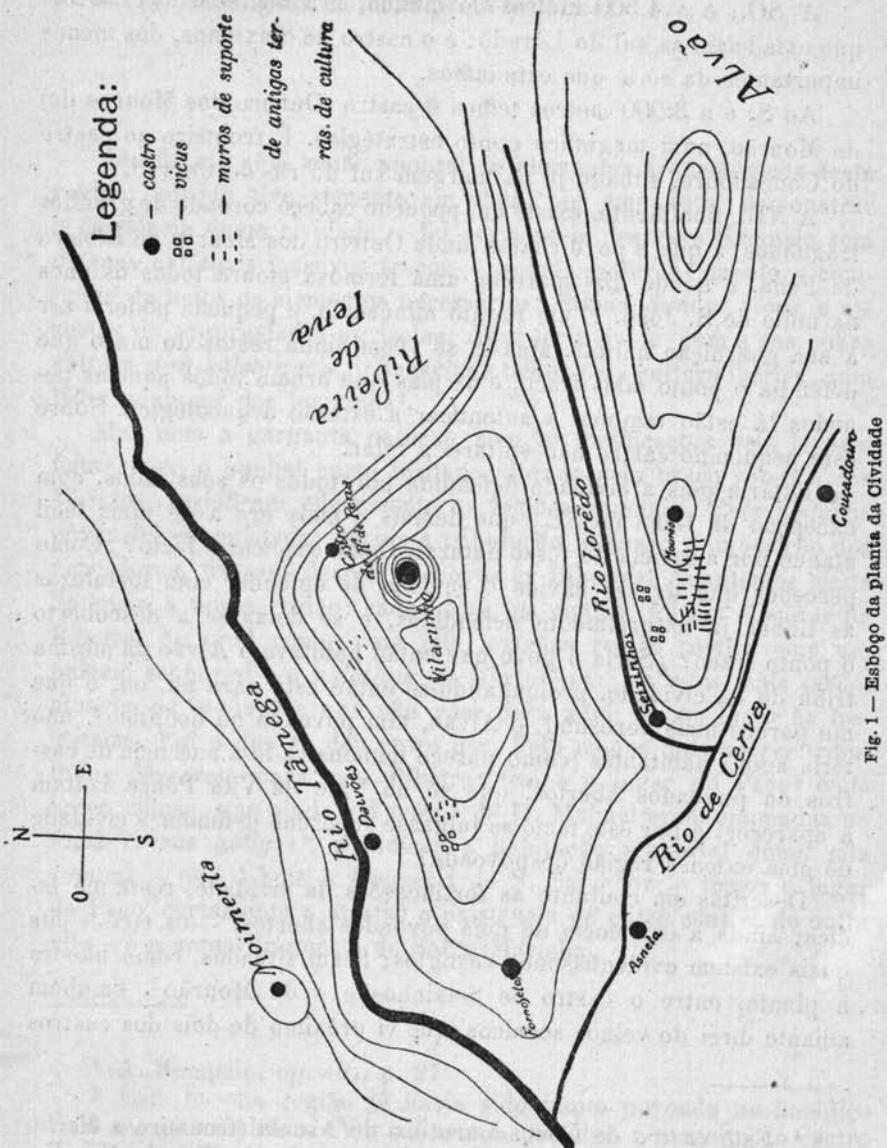


Fig. 1—Esbôgo da planta da Cividade

A O. da citânia, e distando dela 6:750 metros aproximadamente, está o castro do monte do Facho (Formoselos) que domina a confluência dos dois rios (Cerva e Tâmega), defendendo portanto duas vertentes. Este castro é fronteiro de outros dois, pertencentes por certo a duas outras cidades: ao N. do Tâmega, o castro de Moi-

menta, no actual concelho de Cabeceiras de Basto; ao S. do rio de Cerva, o castro de Asnela.

A SO., e a 4:500 metros da citânia, fica um dos dois castros que estadeiam as sul do Loredo: é o castro de Seixinhos, dos menos importantes da série que estudamos.

Ao S. e a 3:000 metros temos o castro (Outeiro dos Mouros de) de Mourão, num magnífico ponto estratégico. É fronteiro ao castro do Couçadouro, situado já na margem sul do rio de Cerva¹.

A NE., finalmente, existe um pequeno cabeço coroado de grandes fraguedos, a que o povo chama ainda Outeiro dos Mouros de Ribeira de Pena, e aonde diz aparecer uma formosa moura todos os anos na noite de S. João. É um reduto minúsculo, e pequena poderia ser a sua guarnição militar. Mas lá se vêem ainda restos do muro que defendia o ponto mais fraco, e as pias que ornam todos aqueles penedos lá estão também a autenticar a estação arqueológica. Sobre este pequenino castro não voltarei a falar.

Estaria pois a cidadela defendida por todos os seus lados, com exceção da linha de SE., que demais a mais era a de mais fácil ataque por ausência do fosso natural. Como explicar o facto? Como perceber que tivesse havido o cuidado de defender com fortalezas as linhas já naturalmente defendidas, e se deixasse a descoberto o ponto fraco? Seria o povo que então habitava o Alvão da mesma tribo do da cidadela, prolongando-se então esta para ali, ou, o que me parece mais verosímil, o Alvão, tam povoadão no neolítico², não teria agora habitantes (como parece demonstrá-lo a ausência de castros ou povoados abertos, que só no Vale da Vila Pouca voltam a aparecer) e por este facto se julgasse supérfluo defender a cidadela de uma extensa região despovoada?

Descritas em conjunto as fortificações da cidadela, resta-me indicar ainda a existência de dois povoados abertos, —os *vici*— dos quais existem evidentíssimos vestígios; ficam situados, como mostra a planta, entre o castro de Seixinhos e o de Mourão³. Também adiante direi de velhos socalcos, que vi próximo de dois dos castros

¹ Este castro de Couçadouro e o de Asnela (fronteiro a Facho devem ser *duna*, de outra *cividade* no actual concelho de Mondim de Basto, cujo centro será talvez o castro de Palhaços ou o de Vilar de Viande, trazidos ao *Archeologo* (III, 69) pelo D.^{or} Henrique Botelho. Procuraremos um dia verificará-lo.

² Vid. *Arch. Port.*, I, 36 e 347 e II, 231, e *Portugália*.

³ Adiante falarei de um terceiro *vicus*.

nomeados, idênticos por certo aos que Sampaio encontrou junto da citânia de S. Fins de Ferreira¹, e que teriam servido de suporte às terras das exígues culturas proto-históricas.



Não fiz até aqui senão apontar os elementos arqueológicos desta região, porque tive sómente em vista, por enquanto, demonstrar a existência duma cividade — tal como no-la descreve Sampaio com os seus habituais incisivos traços — isolada geográficamente, e composta de todos os elementos necessários: citânia, *dunum*, *vicus*, e até restos de propriedades agrícolas. Aqui teria vivido, com a sua pobre cultura *post-halstattense*, influenciada talvez pela cultura ibérica, uma triflu qualquer dos lusitanos².

Mas nem a garganta natural, nem as fortificações pelo homem feitas, nem o punhal curto lusitano vibrado pelo braço robusto dos Viriatos, resistiram eficazmente às legiões romanas. Esta pequena pátria foi conquistada: depois a tributação, e acaso a imposição dos vencedores, fizeram descer os povos às Ribeiras. Adaptemos ainda Sampaio à nossa região: cada *nobre*, na citânia, foi um *dominus* na Ribeira, ao qual coube uma *villa*, extensa região rústica com um palácio senhorial — o *palatium* ou *villa urbana*; as *villas* mais tarde, através de evoluções que não vêm para aqui, deram lugar às freguesias. Foi o que se deu entre nós. Pelo menos dois *nobres* tributados desceram para esta Ribeira: temos o lugar do Paço³ onde havia ruínas, que ainda em tempo de D. Manuel eram chamadas no foral *ruínas antigas*⁴, a indicar a habitação senhorial duma vila romana — que é hoje a freguesia de S. Salvador; e temos o lugar de Paçô, certamente a atestar a existência de outro centro, de outra vila — é a actual freguesia de Santa Marinha.

¹ A. Sampaio, *op. cit.*, p. 27.

² Esta mesma região já havia sido muito povoada no neolítico final ou no eneolítico. (Ver adiante o que digo a respeito do castro de Mourão). Tenciono em outro artigo tratar desse aspecto.

³ Segundo Sampaio (*op. cit.*, cap. VII) os topónimos Paço e Paçô indicam em regra o lugar de um antigo *palatium* romano.

⁴ Não muito longe do Paço — no quintal da Residência — encontrei fragmentos de *tegulae*. E dizem-me que, não há muitos anos, ali apareceram tijolos romanos.

Outros nobres lusos teriam descido para a Ribeira de Cerva¹, acaso para Agunches, Arosa, etc., e assim teria terminado essa vida multi-secular da nossa cidadade, como aconteceu nas outras.

*

Farei agora uma descrição mais detalhada das estações arqueológicas até agora sómente indicadas, não prometendo como a princípio frisei, um trabalho completo, pois lhe falta a condição primacial — as escavações.

Castro de Vilarinho (Citânia)

Fica, como indica a denominação, próximo da aldeia de Vilarinho, mas pode dizer-se equidistante desta povoação e da de Santa Eulália. Está instalado no ponto de altitude maior da cidadade, dominando o planalto irregular que a coroa; dali se goza um panorama, que não é preciso querer fazer literatura amena para o dizer surpreendente.

O castro (fig. 2) é constituído por uma explanada mais ou menos regular, de configuração proximamente trapezoidal, com os ângulos arredondados; estes ângulos são todos ocupados por fraguedos de dimensões e importância variáveis, como veremos. Ligando-os entre si, existe uma cinta de muralhas de desenho igualmente trapezoidal, que está actualmente num tal estado de desmantelamento, que quase só é reconhecível pela respectiva base. Por fora desta parecer ter havido, pelo menos em alguns pontos, um outro circuito muralhado, paralelo e pouco distante do primeiro. A explanada referida é vasta; deve ter uns 250 metros de eixo maior, por muito mais de 100 no eixo menor; nela se terão levantado por certo as edificações da citânia, de que hoje não restam, pelo menos à superfície, vestígios alguns.

Já se disse que em cada canto da citânia há um fraguedo; os que ocupam respectivamente os pontos N. e E. são pequenos, e em pouco ultrapassam o nível do terrapleno; em O. já o montículo é mais desenvolvido, mais largo, e de altitude muito maior. Todos eles substituem a muralha na região respectiva.

¹ De Cerva (Alvite) possuo três mós manuais inferiores (*meta*), de superfície trituradora fortemente convexa — provavelmente romanas.

Mas o ângulo S. desse é que é ocupado por um verdadeiro castelo de elevadas fragas; de forma cónica, a sua base tem um diâmetro um pouco inferior a metade da largura da explanadá.

O que torna este morro interessante é a existência nêle de três ordens de muralhas, mais ou menos circulares como elas, e concêntricas: a exterior (fig. 2) confunde-se a S. com a muralha geral da citânia; a média é substituída na mesma região (sul) por um conjunto de grandes penedos, e tem uma solução de continuidade nítida (porta?) a E.; finalmente a interior, — o mesmo é dizer, a superior —,

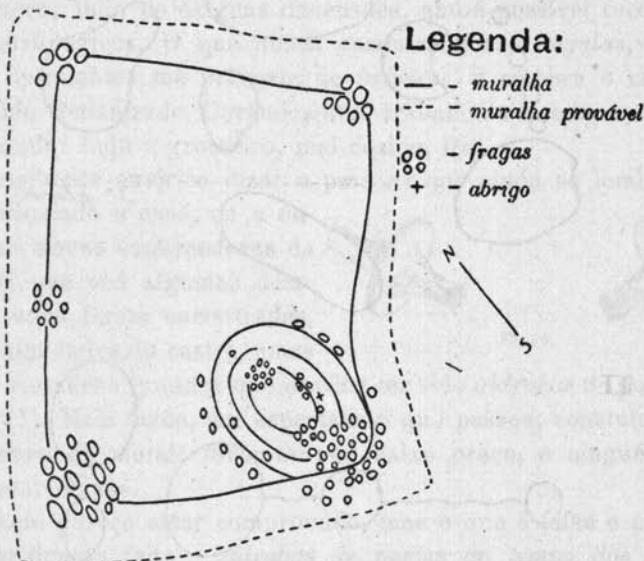


Fig. 2 — Citânia

é feita alternadamente de panos de muro artificiais e de aglomerados de rochas, dos quais alguns enormes e inacessíveis.

Nos dois espaços compreendidos entre as três muralhas existem estreitos terraplenos, circulares como elas, com grandes blocos de pedra espalhados. No segundo terrapleno há uma cavidade entre duas rochas (pequena gruta natural), que acaso teria servido de abrigo muitas vezes.

A muralha interna circunscreve um pequeníssimo eirado, que terá quando muito uns 15 metros no seu maior diâmetro.

A estrutura desta citânia, —uma grande explanada muralhada, com um reduto fortificado num dos cantos—, julgo-a pouco freqüente.

¿Não parece ela revelar-nos a intenção espartana de lutar até à extinção completa dos habitantes? Vencidos os *duna*, transposta a muralha da almedina, que os sobreviventes vão ainda defender a honra

para a alcáçova; e aí, cada vez mais apertados, cada vez mais rareados pela luta, vão subindo de cinta em cinta, de trincheira em trincheira, matando, morrendo. O eirado superior comportará só trinta,

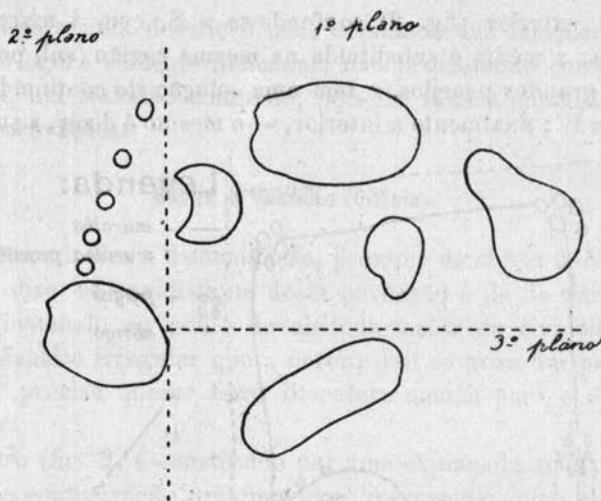
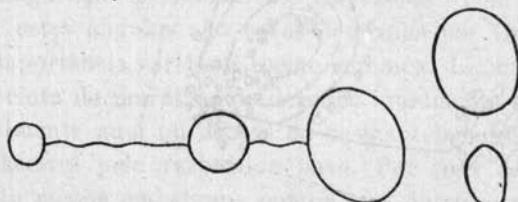
I**II**

Fig. 3.—Esquema das insculturas de dois penedos da Cítânia

só vinte; mas êsses mesmo, poucos como são, que subam, que enfrentem o inimigo até à morte, desprezando a rendição.

A cítânia é muito abundante de insculturas rupestres (sobretudo pias e algumas còvinhas).

Existem em toda a sua área, mas são muito mais numerosas no castelo do ângulo sul; é aí que existe, numa rocha cortada em dois planos, um conjunto de sete pias, de variados contornos e dimensões, e uma série linear de cinco còvinhas.

Infelizmente não foi possível fazer-se uma fotografia delas; envio, em grosseiríssimo esboço, o esquema dessas insculturas, que mal valerá a pena reproduzir (fig. 3).

Exteriormente à muralha, e muito próximo do seu ângulo E., existe, mesmo ao lado do caminho que conduz à cítânia, uma grande pedra, que tem a face que olha o caminho cortada a prumo.

À superfície do corte vêem-se sulcos, dos quais muitos parece quererem formar losangos e rectângulos. Creio que o corte e os sulcos foram feitos intencionalmente. Voltarei um dia ao assunto.

Nunca se fizeram neste castro — como de resto em nenhum dos que descrevo — escavações algumas, com exceção, é claro, das que S. Cipriano ordena. Mas, casualmente, alguns objectos têm aparecido, quer propriamente no castro, quer nas suas proximidades.

Restos cerâmicos é fácil encontrá-los hoje ainda: cacos das várias cores mais vulgares (cinzento, preto, avermelhado) aparecem onde quere; tudo de exigüas dimensões, não é possível reconstituir tipos morfológicos. O que nunca encontrei foram *tegulae*, embora alguns fragmentos me pareçam de *imbrices*, e embora o castro tivesse sido romanizado. Cerâmica fina, trabalhada à roda, ou ornada, não vi ainda: tudo é grosso, mal cozido, liso.

É freqüente ouvir-se dizer a pessoas que ainda se lembram de ter presenciado o caso, ou a outras mais novas conhecedoras da tradição, que «há algumas dezenas de anos foram encontradas, nas proximidades do castro, umas



Fig. 4

argolas metálicas grandes que deviam ter sido *aldrabas de portas dos mouros* (!). Mais tarde, um espertalhão que passou, constatou a natureza-ouro do metal: levou-as por baixo preço, e ninguém mais ouviu falar delas».

O facto parece estar comprovado, mas o que é falsa e pitoresca é a classificação feita — *aldrabas de portas do tempo dos mouros*. É claro que as argolas de ouro, pelas dimensões indicadas, só poderiam ter sido *braceletes*, menos provavelmente *torques*.

Tem aparecido também, no castro e terrenos limítrofes, algumas moedas imperiais; posso quatro provenientes dali, que não consegui ainda classificar.

Finalmente existe um outro achado arqueológico, esse felizmente conservado, retirado dumha pequena elevação de terreno, muito próxima da citânia. É um pequeno objecto de ouro, que tem a forma aproximada de duas tubas juxtapostas pelos respectivos pavilhões (fig. 4).

É perfurado, no sentido do maior eixo, por um canal de três milímetros de diâmetro; os contornos dos orifícios são pouco regulares, apresentando ligeiras lacerações com certeza posteriores à confecção. Esta não é perfeita: não há esmerada simetria das duas metades, adivinhando-se facilmente as hesitações do artista.

Dimensões: eixo maior, 18 milímetros; diâmetro da parte central, 14 milímetros. Peso, 7 gramas.

Este objecto apareceu, ao que dizem, enfiado num fio metálico (torques?), juntamente com mais cinco iguais, enterrado na já referida elevação de terreno, que por este facto ficou sendo depois chamada «o outeiro do ouro»; os outros cinco foram fundidos no cadiño dos ourives da feira de S. Miguel (Refoios de Basto), que os compraram. Ficou este.

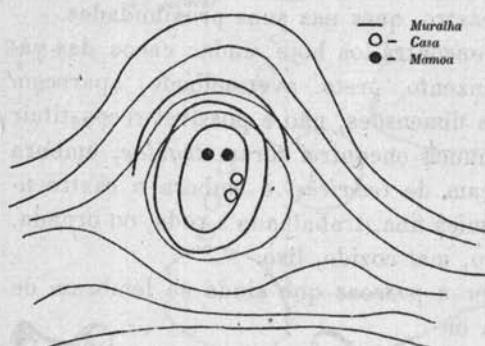


Fig. 5—Castro de Mourão

Muraiha
Cava
Mamoia

Castro de Mourão

Está situado no alto dum outeiro que tem três das suas faces livres, as quais constituem vertentes de grande percentagem de inclinação.

Tem três ordens de obras defensivas concêntricas (fig. 5). A mais interna é uma muralha de forma elíptica, de grande eixo N.-S., completamente desmantelada. Por fora desta, e mais ou menos concêntrica, o segundo circuito em idêntico estado de ruína; finalmente, em terceiro plano o último círculo defensivo, que é constituído por uma nova muralha paralela às outras, nas faces livres do outeiro, e por um fôsso precedido dumha verdadeira barbacã de terra e pedra miúda na linha norte.

Imediatamente para dentro das duas muralhas externas fizeram terraplenagem, como de resto em quase todos os castros, apesar da curta distância que existe entre os muros e da grande inclinação das vertentes.

A muralha interna circunscreve a área que deve ter sido o local das habitações, e que é muito irregular, com numerosos penedos espalhados, alguns dos quais — poucos — têm pias. A O., mesmo encostados à face interna do muro, existem os alicerces de duas casas circulares.

Mas o que é mais curioso neste castro é a existência de duas mamôas (já violadas), simetricamente colocadas na parte sul do terrapleno¹.

Porque estão aqui as duas mamôas? É verdade que toda a área da cividade, tanto para um lado como para outro do rio Loredo que a divide, foi povoada em época muito anterior àquela que actualmente estudo; pelo menos desde o neolítico final, dado que as numerosíssimas antas que nela existem, — hoje infelizmente todas violadas —, sejam coevas das vizinhas do Alvão².

Mas como explicar a sua existência dentro do castro? Já existiam ali quando este foi construído, e os habitantes respeitaram-nas? Ou o castro é contemporâneo delas, como o de Liceia? Só um es-

¹ Em Crastelos (Montalegre) há uma mamôa num ângulo da muralha (*Arch. Port.*, xxiv, 62). E em Casal de Gumiei há duas numa região adjacente ao castro. (*Arch. Port.*, xxv, 187).

² Wilke Siret e Bosch Gimpera, citados por M. Correia em *Os povos primitivos da Lusitânia*, p. 194.

tudo de profundidade nos poderia dar uma resposta decisiva. Creio nunca ter aparecido à superfície objecto algum, com excepção de moedas, que, novamente perdidas, nada adiantaram.

Castro do Facho (Formoselos)

Quási na ponta O. da cidadela, num cabeço que domina ao mesmo tempo as extremas das vertentes que caem para o Tâmega e para o rio de Cerva.

Tem duas cintas de muralhas: a interna, quási circular, é aberta a NE., divergindo ali as duas extremidades em passo de espiral¹; hoje vê-se, dela, sómente o grosso cordão de pedra sólta que é clássico encontrar, com pequenos pedaços de muro ainda de pé.

Espessura desta, 1^m,5 aproximadamente.

No terrapleno encaixilhado por esta muralha vêem-se penedos com pias e os alicerces de duas casas circulares encostadas ao muro, como em Mourão.

A cinta exterior é de configuração muito irregular, como se vê na fig. 6.

Ora se aproxima, ora se afasta da muralha interna, sendo de poucos metros apenas a distância entre as duas na parte O. do castro, próximo do lugar onde existem os alicerces das casas.

Em dimensões este castro fica logo abaixo da citânia: a muralha externa tem, no seu maior diâmetro, uns 200 metros aproximadamente.

É agora aqui o lugar de dizer porque é que considero o castro de Vilarinho como citânia, como centro desta cidadela. São os seguintes os fundamentos da minha convicção: ocupar ele o ponto mais elevado da região², e ser o mais central de todos; possuir a maior superfície utilizável para fins urbanos de todos os castros, visto que quási toda a grande área limitada pela muralha trapezoidal é plana e, portanto, susceptível de servir de assento a um grande

¹ O mesmo se vê no muro de Paradela, Montalegre (*Arch. Port.*, XIV, 74).

² Sampaio, *op. cit.*, p. 31.

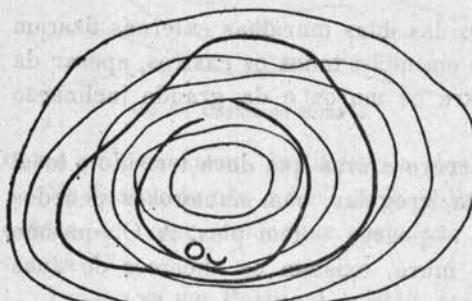


Fig. 6—Castro de Formoselos

povoado; finalmente o facto muito importante de provirem dêle artefactos que revelam um certo luxo (braceletes (?), contas de ouro), o que exige, é claro, a existência dum castro de relativa importância.

Mourão e Facho não teriam sido também simples *duna* de funções exclusivamente militares, como o provam os restos de habitações descritos; a não ser que as duas, que à superfície encontrei em cada castro, fossem as únicas existentes e constituíssem as moradias das respectivas guarnições militares—únicos habitantes, nesta hipótese.

Castro de Seixinhos

É o menos importante de todos (exceptuado o castro de Ribeira de Pena), e era com certeza um simples *dun* militar.

Está no retalho menor da cidade como o de Mourão, e em plano muito inferior ao dêste.

Situado no vértice dum outeiro sobranceiro ao Loredo que, como a uma península, lhe contorna a base por três dos seus lados (fig. 7), está assim defendido em três quartos da sua circunferência por este rio; também as obras defensivas existem sómente na linha sul, linha onde o outeiro se liga ao resto do monte.

Essas construções eram uma muralha e um fôssos; a primeira que, como disse, barrava apenas o acesso pelo lado sul, era de secção transversal quase rectilínea com as extremidades dobradas em ângulo recto para o interior do castro (fig. 7); mas vista de frente, a muralha era em forma de ângulo obtuso, correspondendo o vértice ao cume do outeiro e seguindo os lados os pendores do mesmo.

Hoje há o costumado montão de pedra sólta, que pela quantidade ainda existente deixa supor que o muro tivesse grande altura; a espessura é que se pode notar em certos pontos: era de dois metros aproximadamente.

O fôsso, paralelo externamente à muralha, nada tem de notável; está hoje plantado de oliveiras.

Quase se pode dizer que não existe terrapleno; também não há outros vestígios quaisquer da mão do homem, a não ser uns muros velhos no sopé do monte, de que falarei adiante.

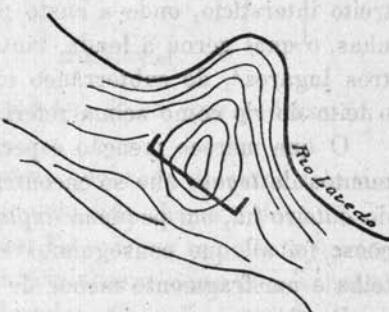


Fig. 7—Castro de Seixinhos

Do alto da muralha vê-se perfeitamente o Facho a O., e o coruto da citânia a E.

Castro de Daivões

Debruçado sobre o Tâmega, muito perto do lugar de Daivões, pouco mais resta dele hoje que o toponímico.

Já não há muralhas, nem sequer os cordões de pedra sólta que as ficaram a substituir na maioria dos castros; apenas, aqui ou ali, se vislumbra um corte vertical no terreno, ou um pequeno terrapleno, a atestar a existência antiga de obras defensivas. Do lado do rio não eram elas precisas, que a natureza fez ali temerosa muralha, perfeitamente cortada a prumo sobre o rio, como raras vezes se verá entre nós. É nas rochas deste precipício horrível que existe um estreito interstício, onde a custo pode insinuar-se um homem de gatinhas, o qual gerou a lenda, tantas vezes repetida a propósito de outros lugares¹, do subterrâneo extenso, que neste caso atravessaria o leito do rio como acima referi.

O que merece menção especial é a grande quantidade de fragmentos de *tegula* que se encontra por todo aquele monte. No vértice do outeiro há, em pequena explanada, vestígios evidentes de habitações; foi ali que conseguimos extrair grandes pedaços da referida telha e um fragmento menor de fmbrex².

Por lá têm aparecido também, ao que dizem, fragmentos de mós manuais.

Creio poder concluir que o castro de Daivões foi, entre os que apontei, o que mais vida romana teve, facto perfeitamente condicionado pela sua situação ribeirinha.

¹ Só por estes sítios a lenda repete-se a propósito de três castros: deste de Daivões, do Lesanho, no extremo de Boticas e Ribeira de Pena (estaçao donde saiu um «guerreiro lusitano» e até, se me não engano, dois, mas que andam com indicações de proveniência diferentes); e em Palhaços (Mondim de Basto), que o anónimo Pascácio do *Domingo Ilustrado* aceitou e divulgou como facto averiguado. No Lesanho já eu verifiquei que o que motivou a lenda foi a existência dum galeria (certamente natural) entre penedos, idêntica à de Daivões, ainda que mais extensa e de mais complicado trajecto.

² Não pouco trabalho deram ao meu particular amigo Fernando Costa, a quem agradeço aqui a boa companhia que me fez neste como em outros passeios arqueológicos.

Vici

A deslado do caminho que dos Seixinhos conduz às Almas do Concelho (fig. 1) existem dois pequenos povoados mortos, distantes um do outro talvez uns 300 metros. Vêem-se ainda nitidamente desenhados os alicerces das casas que os constitufam; eram todas rectangulares, de dimensões diversas, notando-se que em regra estão isoladas as casas maiores, e agrupadas as mais pequenas (fig. 8). Não é já possível precisar o seu número, mas não terá sido com grande erro que eu contei nove no povoado maior e seis no menor.

Nunca ali encontrei — à superfície do solo é claro — qualquer artefacto, um caco que fôsse, que pudesse fornecer uma indicação.

Um outro *vicus* existe numa pequena quebrada da serra sobranceira ao lugar e castro de Daivões; àquele sítio chama o povo *Fonte da prata* e considera-o *lugar de moiros*. Lá existem realmente *fundos de cabana*, rectangulares como os de Seixinhos, e como êles isolados uns, e agrupados outros. As paredes das casas é que estão aqui mais conservadas, vendo-se em uma delas a soleira e parte das ombreiras da respectiva porta, e em várias mais de um metro em altura de parede. Mas infelizmente a mesma penúria de mobiliário superficial; apenas dentro das casas se encontraram, a poucos centímetros de profundidade, abundantes fragmentos de carvão.

Há junto dêste *vicus* numerosos muros de suporte que formam outros tantos taboleiros de cultura, de há muito abandonados, idênticos aos que adiante indico, existentes em outros lugares da cividade.

Os vizinhos ignoram quando ali se fez cultura, mas todos sabem que antigamente o povoado e as terras lavradas eram lá em cima na *Fonte da prata*.

Terras de cultura¹

Quem de Santa Eulália descer para a Reborça através da serra, por Lamelas, vê, já muito próximo da estrada, uns velhos socalcos que denotam grande antiguidade, e onde não há hoje cultura alguma,

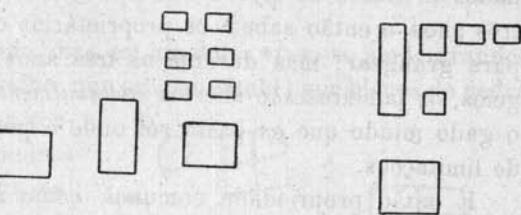


Fig. 8 — Vici

¹ Ver a representação dos mesmos na planta da fig. 1.

nem ninguém se lembra de a ter havido. O mesmo se verifica no sopé do outeiro onde está o castro de Seixinhos, e no *vicus* da *Fonte da prata*, como deixei dito. Mas onde o facto é mais interessante é na encosta do Castro de Mourão; ali, no sítio chamado Fornelos, há uma extensa série de lameiros em taboleiros sucessivos; já próximo do castro, as paredes de suporte existem ainda em grande quantidade, e com aspecto de antiguidade que as mais baixas já não têm, mas os taboleiros respectivos êsses é que foram abandonados à urse e ao tojo. Estes lameiros só são *vessados* de três em três anos, e então sabem os proprietários o que a cada um pertence para grangear; mas durante os três anos que separam dois granjeios, os lameiros são abertos *comunalmente* para todos os vizinhos: o gado miúdo que os pasta rói onde o pegureiro quere, sem curar de limitações.

É então propriedade comunal, como ainda hoje existe no Gerrez¹ e em outros pontos², e que não é mais do que uma sobrevivência dos usos proto-históricos norte-peninsulares³; e assim, os lameiros de Fornelos são o cordão umbilical que liga a civilização proto-histórica de Mourão à civilização actual de Cerva na Ribeira próxima.

II

Os Fornos da Telha

Eu tenho infelizmente de confessar que estes meus artigos em nada aproveitam à Arqueologia. O facto de relatarem exclusivamente estudos de superfície, confere-lhes uma banalidade tal, que quase chega a ser lamentável perder-se tempo e papel a tratar dêles. E isto que já era verdade para o artigo anterior sobre a *cividade* (em que, ao menos, apareceu um objecto até aqui inédito) mais verdadeiro é agora ainda ao tratar-se dos *Fornos da Telha*. Realmente nesta estação arqueológica, como de resto nas outras, só estudos de profundidade poderiam encontrar quaisquer achegas para a ciência arqueológica. Mas, repetindo o que disse no artigo anterior, eu faço um registo e não um estudo, deixando aos especialistas o mais importante do trabalho.

A região chamada *Fornos da Telha* é uma quebrada da serra, penhascosa, abrupta, entre o lugar de Fontão e a Portela de Santa

¹ *Terra Portuguesa*, IV, 98; A. Sampaio, *op. cit.*, p. 32 sgs.

² Abade de Baçal, in *Rev. Trasmontana*, 3.^º ano, p. 136 sgs.

³ Sampaio, *op. cit.*, p. 36.

Eulália; não há hoje por ali habitação nenhuma, e sómente os caçadores e pastores, ou um que outro caminhante visitam este sítio.

Mas o que por lá há são ruínas sem conto. São, em primeiro lugar, as ruínas dos fornos que geraram o topónimo: pelo menos em número de cinco, têm todos a forma rectangular, e são constituídos por pedras (granito) mais ou menos afeiçoadas formando paramentos regulares; dimensões variáveis. Um deles, ainda regularmente conservado, apresenta as seguintes medidas interiores aproximadas: comprimento, 3^m.25; largura, 2 metros; altura, da boca do forno para cima, 2 metros.

Nenhum tem já abóbada, mas em um deles vêem-se ainda grandes vestígios da respectiva grelha, que era constituída por blocos de pedra ligados por massa argilosa vermelha. Algumas dessas pedras sofreram pelo calor uma espécie de vitrificação, apresentando curiosas stalactites na sua face inferior.

A uns cem metros de distância dos fornos, para o lado da Portela, vê-se uma extensa faixa de pedra sólta amontoada, estendida pelo monte abaixo, que suponho ser um povoado morto — certamente a antiga aldeia dos fabricantes cerâmicos.

De que época serão os fornos?

Toda aquela região está cheia de fragmentos de telha muitíssimo grosseira, em tudo semelhante à que ainda hoje se faz neste concelho. Nunca ali vi cacos de *tegula* ou de vasos de qualquer espécie, sendo, portanto, impossível por este processo determinar-lhe a antiguidade. Mas em cortes do terreno casual ou intencionalmente feitos, esses pedaços de telha encontram-se por vezes a profundidades de um metro e meio, e em grande quantidade. Ora um depósito de aluvião com tal espessura, em região tão ingreme, exige um longo período para se formar. Por isso eu creio que estes fornos provêm de eras distantes, hipótese documentada também pela existência do povoado-morto totalmente arruinado, e ainda pelo facto de se ter perdido completamente da memória popular a época da laboração.

A direita do caminho que conduz à região dos fornos, e um pouco antes de estes se atingirem, está uma pedra xistosa, cuja face supe-

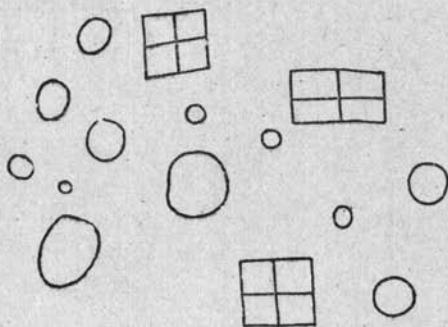


Fig. 9 — Pedra insculpida
dos «Fornos da Telha»

rior, mais ou menos plana, apresenta várias insculturas do género *côvinhas* e duma outra espécie vulgar por estes sítios¹, que consiste num sinal crucial incluído em rectângulo (fig. 9). ¿ Que relação cronológica haverá entre estas insculturas, os fornos, e o povoado-morto?

Ribeira de Pena—verão de 1926.

(Continua).

MÁRIO DE MENEZES.

Marcas de canteiro

Pôsto que sigla, em rigor, seja a letra inicial duma palavra² quando a representa, consideram-se geralmente siglas as marcas de canteiro, embora muitas vezes sejam verdadeiras abreviaturas, e até nomes completos, a representação de objectos ou animais, porventura indicando um apelido, uma alcunha, uma nacionalidade ou uma crença, ou ainda simples sinais criados pela fantasia dos artistas que os adoptavam para firmarem os seus trabalhos.

Como é geralmente sabido, foi Viollet-le-Duc³ o primeiro a indicar-nos a sua verdadeira significação, critério que Possidónio da Silva seguiu e confirmou num trabalho publicado em 1868⁴. Até então, era opinião unanimemente seguida que êsses misteriosos desenhos gravados nas pedras carcomidas dos velhos edifícios da Meia-Idade, eram um secreto meio de comunicação entre os iniciados nas associações maçónicas (*Bauhütten*) a que pertenciam as multidões de operários empregadas nas grandes construções.

De facto essas marcas devem ser apenas uma indicação do trabalho produzido pelo canteiro, para lhe ser contado o pagamento da empreitada.

Parece muito antigo o uso das siglas. Dos velhos monumentos egípcios, persas e caldeus, alguns há cujas pedras apresentam diversos sinais⁵. É contudo nos edifícios românicos que as marcas de

¹ Existem perto do Castro de Mourão (vid. artigo anterior) e numa região dolménica entre Seirós e Pedroselos, que será referida mais tarde.

² Cagnat, *Cours d'Epigraphie Latine*, p. 400.

³ *Dictionnaire d'Architecture*, pt. IV, p. 263, nota 1.

⁴ *Mémoire de l'Archéologie sur la véritable signification des signes*.

⁵ Aarão de Lacerda, *O Templo das Siglas*, p. 61.

rior, mais ou menos plana, apresenta várias insculturas do género *côvinhas* e duma outra espécie vulgar por estes sítios¹, que consiste num sinal crucial incluído em rectângulo (fig. 9). ¿ Que relação cronológica haverá entre estas insculturas, os fornos, e o povoado-morto?

Ribeira de Pena—verão de 1926.

(Continua).

MÁRIO DE MENEZES.

Marcas de canteiro

Pôsto que sigla, em rigor, seja a letra inicial duma palavra² quando a representa, consideram-se geralmente siglas as marcas de canteiro, embora muitas vezes sejam verdadeiras abreviaturas, e até nomes completos, a representação de objectos ou animais, porventura indicando um apelido, uma alcunha, uma nacionalidade ou uma crença, ou ainda simples sinais criados pela fantasia dos artistas que os adoptavam para firmarem os seus trabalhos.

Como é geralmente sabido, foi Viollet-le-Duc³ o primeiro a indicar-nos a sua verdadeira significação, critério que Possidónio da Silva seguiu e confirmou num trabalho publicado em 1868⁴. Até então, era opinião unanimemente seguida que êsses misteriosos desenhos gravados nas pedras carcomidas dos velhos edifícios da Meia-Idade, eram um secreto meio de comunicação entre os iniciados nas associações maçónicas (*Bauhütten*) a que pertenciam as multidões de operários empregadas nas grandes construções.

De facto essas marcas devem ser apenas uma indicação do trabalho produzido pelo canteiro, para lhe ser contado o pagamento da empreitada.

Parece muito antigo o uso das siglas. Dos velhos monumentos egípcios, persas e caldeus, alguns há cujas pedras apresentam diversos sinais⁵. É contudo nos edifícios românicos que as marcas de

¹ Existem perto do Castro de Mourão (vid. artigo anterior) e numa região dolménica entre Seirós e Pedroselos, que será referida mais tarde.

² Cagnat, *Cours d'Epigraphie Latine*, p. 400.

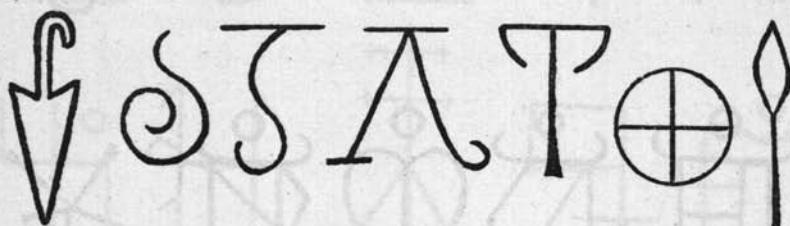
³ *Dictionnaire d'Architecture*, pt. IV, p. 263, nota 1.

⁴ *Mémoire de l'Archéologie sur la véritable signification des signes*.

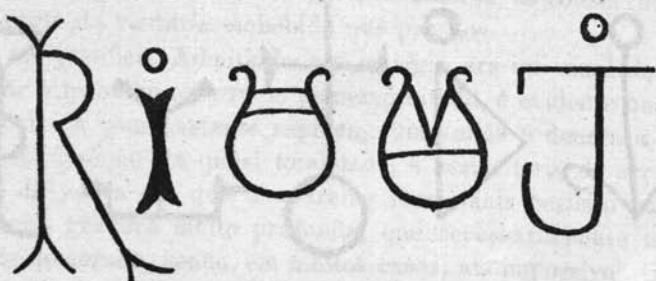
⁵ Aarão de Lacerda, *O Templo das Siglas*, p. 61.

canteiro nos aparecem com freqüência, principalmente durante e depois do séc. XII.

Dessa época devem ser, por exemplo, as que existem nas paredes primitivas da velha Sé de Lisboa.



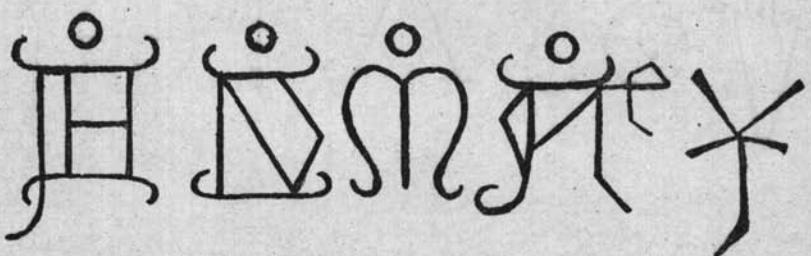
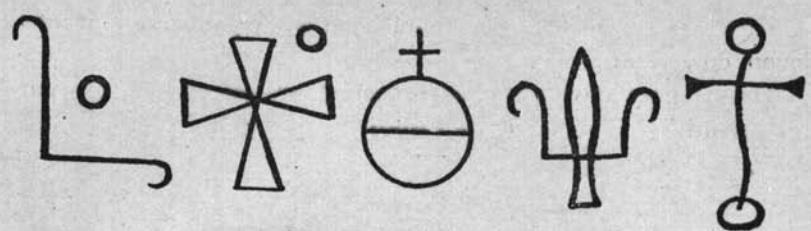
Dos sécs. XIII e XIV encontra-se grande número de pedras sigladas. As siglas são porém, em geral, de menores dimensões, e o seu desenho mais caprichoso. Do séc. XVI em diante só muito excepcionalmente nos aparecem.



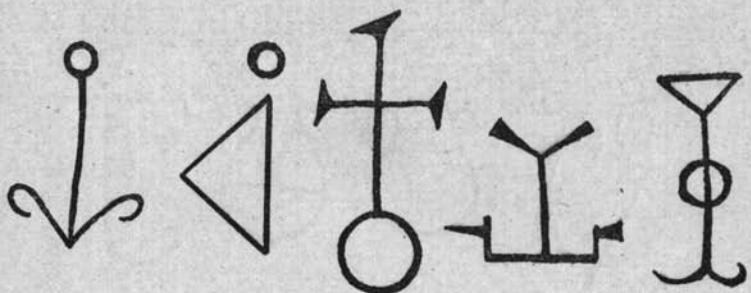
Odivelas — Séc. XIII



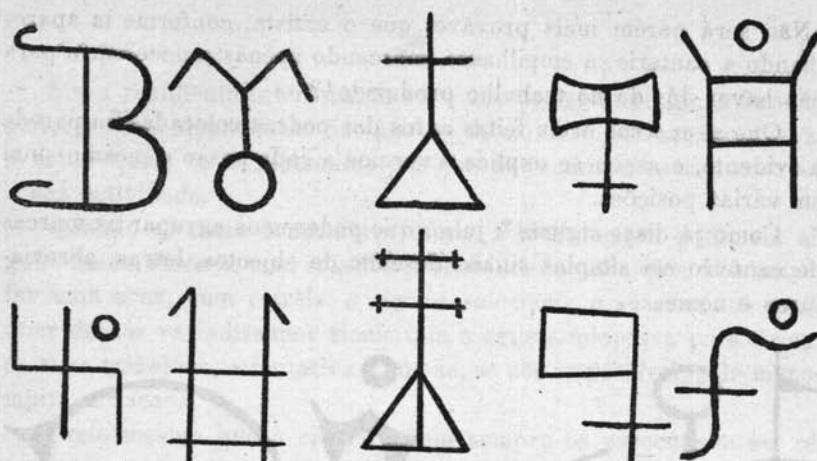
Sé de Lisboa, claustro — Séc. XIII-XIV



Sé de Lisboa, capelas absidais — Séc. XIV



Santa Maria do Carmo — Séc. XIV-XV



Santa Maria de Belém — Séc. XVI

*

Ao contrário do que se tem dito, as marcas de canteiro não se encontram em todas as pedras duma construção onde há pedras sigladas. Nem tampouco é exacto que essas marcas, muito embora não servissem para o assentamento dos silhares, se conservem ocultas na parte da cantaria embebida nas paredes.

Eu me justifico. Admitindo que a sigla era um sinal destinado a marcar o trabalho executado por empreitada, é evidente que devia ser insculpida com bastante rapidez, como aliás o denota a simplicidade do desenho da quase totalidade, e assim teria de ser aberta na face da pedra em que o aparelho fosse mais perfeito para não exigir uma gravura muito profunda, que necessariamente teria de ser mais demorada, senão, em muitos casos, até impossível. Ora não se encontrando a sigla, como em geral sucede na maioria das pedras duma parede, na face mais lisa, não é natural que ela esteja na parte apenas desbastada para o assentamento das outras fiadas. Suponhamos ainda as aduelas duma porta. Para os lados visíveis o aparelho é cuidado; para o que fica embebido no muro, nem mesmo há aparelho. Então não é crível que o canteiro fosse perder tempo a insculpir aí a sua marca.

Há também quem veja neste facto, da existência de pedras sigladas na mesma parede onde muitas pedras não têm marca, uma indicação de trabalho feito conjuntamente por empreitada e por jornal¹.

¹ Brutails, *L'Archéologie du Moyen-Âge et ses méthodes*.

¿Não será porém mais provável que o artista, conforme ia aparelhando a cantaria, a empilhasse, marcando apenas a necessária para não haver dúvida no trabalho produzido¹?

Que as marcas eram feitas antes das pedras colocadas na parede é evidente, e assim se explica o vermos a cada passo o mesmo sinal em várias posições.

Como já disse algures², julgo que poderemos agrupar as marcas de canteiro em simples sinais, desenho de objectos, letras, abreviaturas e nomes:



É claro que não podemos atribuir a certos sinais a mesma significação que outrora tiveram. Um artista medieval não representava, evidentemente, uma figura humana como um seu antepassado das épocas pré-históricas. Para ele os seguintes desenhos eram simples cruzes:



Como este outro não tinha já a significação dos primeiros tempos do cristianismo:



¹ Cordeiro de Sousa, *A sigla de Lourenço Afonso*, Lisboa 1922.

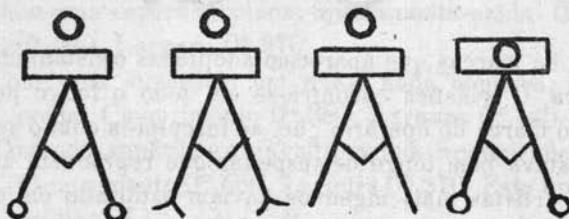
² Id., *ibid.*

*

Seria realmente interessante se, como pretendem alguns investigadores, pela identificação das marcas de canteiro pudéssemos chegar a saber quais os monumentos em que determinado artista exerceu a sua actividade.

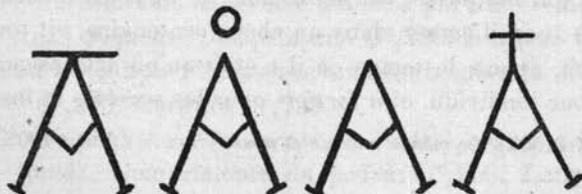
Quando se trate duma abreviatura, a identificação pode, em alguns casos, fazer-se com relativa probabilidade; mas quando a marca for uma cruz, uma estréla, o *signum salomonis*, o suástica, ou qualquer desses variadíssimos sinais que o artista adoptava para firmar os seus trabalhos, a tentativa torna-se, se não impossível, pelo menos muito arriscada.

Creio mesmo que o canteiro nem sempre se preocupava em reproduzir com rigorosa exactidão o seu distintivo, como pode ver-se na seguinte abreviatura existente nas paredes exteriores das capelas absidais da Sé de Lisboa:



Estas quatro marcas são evidentemente variantes da mesma sigla. Apesar das pequenas diferenças, que aliás não lhes alteram o aspecto, a perfeita semelhança da inscultura denota que a mesma mão as abriu.

Mais quatro ali existentes e entremeadas com outras que se repetem, denunciando um grupo de operários trabalhando nesse local, podem talvez fazer-nos pensar se não serão do mesmo autor:



Não pode mesmo afirmar-se que o operário conservava durante toda a vida, ou sequer durante um longo período, o mesmo sinal,

e não o abandonaria quando, ao chegar a uma obra, o encontrasse adoptado por outro companheiro¹.

Nem mesmo a forma dos caracteres pode dar-nos a indicação segura duma época, pois não só é frequente o aproveitamento de material de velhas construções, como acontece muitas vezes encontrarmos, talvez por esse motivo, entremeadas letras características de épocas diferentes. Vêem-se, por exemplo, nas paredes das capelas afonsinas da Sé de Lisboa, pedras sigladas com antigos caracteres góticos monacais, a par de outras onde se nos deparam caracteres usados em tempos posteriores chegando a atingir os latinos do Renascimento.



Depois, há marcas que aparecem adoptadas constantemente pelos séculos fora. O suástica encontra-se em todo o longo período medieval como marca do operário que, ao insculpi-la com o seu modesto ponteiro, estava bem longe de suspeitar que reproduzia um símbolo que outros artistas mais ingénuos haviam estilizado em eras remotíssimas². Encontramo-lo na Sé, em Odivelas, no Carmo, etc.

Nas pedras duma dessas imensas catedrais, cuja construção se prolongou por séculos consecutivos, quantos sinais idênticos abertos por mãos diferentes!

J. M. CORDEIRO DE SOUSA.

«... ce qui est passé, est impossible de nous en détacher: il survit en nous; pareillement, dans un chêne centenaire, vit tout le passé qu'il a vécu, depuis le temps où il n'était qu'un arbrisseau. Il en est ainsi, et pour l'individu, et à fortiori pour les sociétés et les peuples».

TH. ZIELINSKI, *Le monde antique et nous* (trad. fr.), Paris 1909, p. 77.

¹ Brutails, *ob. cit.*

² J. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, vol. III, p. 432.

Mós de caracter primitivo

No Museu Etnologico existem várias pedras pre-romanas, achadas em antas e castros, as quais deviam ter sido empregadas pelos nossos antepassados como utensilios de moagem de cereais ou de

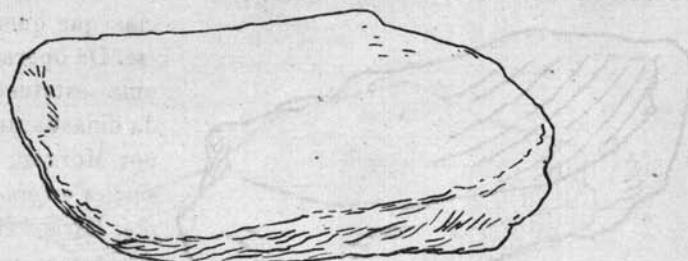


Fig. A

outras substancias que servissem para fabrico de pães ou de bolos.

Estas pedras são dos seguintes tipos:

A—Com uma superficie plana, inteiramente poída. Comprimento 0^m,590. Largura 0^m,370.

B—Com uma superficie um quasi nada concava, inteiramente poída. Comprimento 0^m,380. Largura 0^m,145.

C—Com uma superficie excavada em todo o comprimento, e poída. Comprimento 0^m,580. Largura 0^m,270. Este tipo *C* resultou do tipo *A*.

D—Com uma superficie excavada de forma de gamela. Comprimento 0^m,630. Largura 0^m,380. Este tipo *D* resultou de *B* ou *C*, ou directamente de *A*.

E—Pedra do mesmo tipo *D*, mas tão excavada, que ficou como uma pia. Comprimento 0^m,340. Largura 0^m,260.

F—Pedra com uma superficie plana, e portanto semelhante a *A*, mas pequena. Comprimento 0^m,280. Largura 0^m,150.

G—Pedra do tipo *F*, mas suavemente bombeada. Comprimento 0^m,290. Largura 0^m,225.

H—Pedra pequena, com excavação central, e o resto da superficie poída. Comprimento da pedra: 0^m,250. Largura 0^m,200. A excavação tem de diametro 0^m,110 e de profundidade 0^m,028. No Museu há varios exemplares. Umas vezes estão poídos, outras não.



Fig. B

I—Pedra excavada. Comprimento 0^m,350. Largura 0^m,310. Tem dentro um rebôlo, que foi encontrado avulso.

Em todas as pedras a parte não utilizada está no estado natural.

As pedras *F* e *G* deviam servir, no meu entender, para com elas se executarem movimentos de vai-vem, como mós volantes, sobre as pedras *A*, *B*, *C* e *D* (móis dormentes), ficando entre elas as substâncias que queriam moer-se. Da operação dá ideia uma estatueta egípcia, da dinastia III, publicada por Morgan, *Recherches sur les origines de l'Égypte*, Paris 1896, p. 144, e algumas vezes reproduzida em trabalhos arqueológicos quando nela se trata de móis primitivas: vid. aqui fig. *J*. Se o movimento era pouco intenso, conservava-se o grau representado por *F*; se era mais intenso, e a mó dormente se ia excavando, chegava-se ao grau representado por *G*.

Quando a excavação da mó dormente não permitia que se trabalhasse com as pedras *F* e *G*, empregava-se um rebôlo, como se vê na figura *I*. Às vezes o trabalho do rebôlo era tão forte, que a pedra não só tomava, como já se disse, forma de pia, mas chegava a romper-se (fig. *E*). Em vez de rebôlo podia em certos casos ter-se empregado um pilão.

Falta falar da pedra representada por *H*. Suponho que na excavação se deitava a substância que se queria moer, entre as duas móis, e depois se executava com pedras do tipo *F* e *G* um movimento de vai-vem, como nos outros casos que já vimos. Em vez de ficar sólta entre as móis dormente e volante a substância que se queria moer, ficava em parte na excavação, e de lá ia saltando e se ia moendo. Hoje, ao contrário, o grão deita-se por uma abertura da mó volante. O poido da excavação resultaria de moagem suplementar feita com um rebolinho ou um pilão para se aperfeiçoar a farinha.



Fig. D



Fig. I



Fig. F

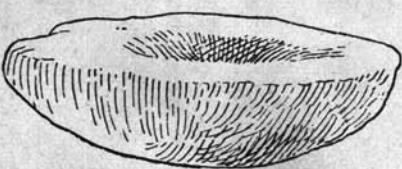


Fig. H

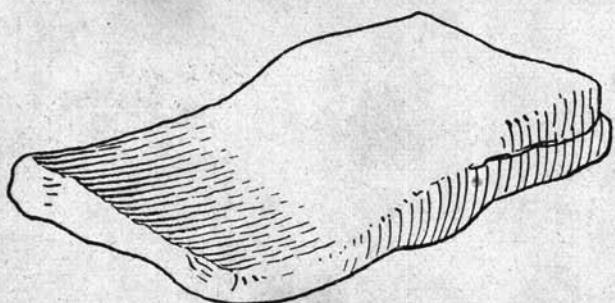


Fig. C



Fig. J



Fig. E

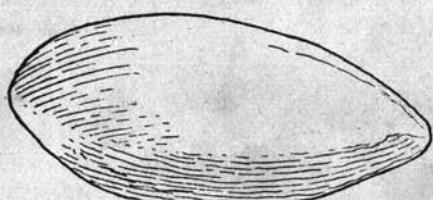


Fig. G

BIBLIOGRAFIA:

Acérca da moagem primitiva ou de caracter primitivo vid., por exemplo:

Portugalia, I, 592 (Santos Rocha), 828 (R. Peixoto); II, 353 (S. Rocha);

«Les origines du moulin à grain», de Lindet, in *Rev. Archéologique*, 3.^a serie, 1899, t. II, p. 413 sgs., e 1900, t. I, p. 17 sgs.;

Joly, *L'homme avant les métaux*, 2.^a ed., 1880, p. 185;

L'Anthropologie, XIV, 402-407;

Revue de l'École d'Anthropologie, XVII, 202, 208;

Dussaud, *Les civilisations préhelléniques*, p. 176;

Dr. A. Heilborn, *Allgemeine Völkerkunde*, I (1915), 39-40.

Ratzel, *As raças humanas*, ed. alemã, I, 216, e cf. p. 494;

Rutimeyer, *Ur-Ethnographie der Schweiz*, 1.^a ed., p. 220 sgs.

*

Os desenhos em que assentam as gravuras foram feitos por F. Valença, Desenhador do Museu Etnológico.

J. L. DE V.

**O livro 2.^o da correspondência expedida e recebida
pela Academia Real de História**

(Continuado do vol. XXVI do *Arch. Port.*, p. 163)

[Cartas que recebeu a Academia]

Da Camera de Chaves

Pela Secretaria da Academia foi Vossa Magestade servido mandar expedir para este Senado hū decreto ou provisão assinada pela sua real mão para efecto de que do mesmo se insinuasse á mesma Academia os particulares que dos Itens expressados nas ordens se comprehendião ao que se nos oferece representar que os papeis antigos do cartorio da Camera já de antecedente se havia dado copia delles ao Secretario de Guerra desta Província por ser este o sojeito que reconhecemos nesta villa e seu termo com mais notícias, e coriozo, e ter ordem anterior para fazer as mesmas insinuações á que se nos passou pela mesma Secretaria Academica, em cujos termos não temos que expressar mais, que acharem se algūs papeis antigos, cuja leitura he dificil e não se acha quem o possa fazer nestas partes; e do mais, como tenhamos a certeza de que o dito Secretario senão

BIBLIOGRAFIA:

Acérca da moagem primitiva ou de caracter primitivo vid., por exemplo:

Portugalia, I, 592 (Santos Rocha), 828 (R. Peixoto); II, 353 (S. Rocha);

«Les origines du moulin à grain», de Lindet, in *Rev. Archéologique*, 3.^a serie, 1899, t. II, p. 413 sgs., e 1900, t. I, p. 17 sgs.;

Joly, *L'homme avant les métaux*, 2.^a ed., 1880, p. 185;

L'Anthropologie, XIV, 402-407;

Revue de l'École d'Anthropologie, XVII, 202, 208;

Dussaud, *Les civilisations préhelléniques*, p. 176;

Dr. A. Heilborn, *Allgemeine Völkerkunde*, I (1915), 39-40.

Ratzel, *As raças humanas*, ed. alema, I, 216, e cf. p. 494;

Rutimeyer, *Ur-Ethnographie der Schweiz*, 1.^a ed., p. 220 sgs.

*

Os desenhos em que assentam as gravuras foram feitos por F. Valença, Desenhador do Museu Etnológico.

J. L. DE V.

**O livro 2.^o da correspondência expedida e recebida
pela Academia Real de História**

(Continuado do vol. XXVI do *Arch. Port.*, p. 163)

[Cartas que recebeu a Academia]

Da Camera de Chaves

Pela Secretaria da Academia foi Vossa Magestade servido mandar expedir para este Senado hū decreto ou provisão assinada pela sua real mão para efecto de que do mesmo se insinuasse á mesma Academia os particulares que dos Itens expressados nas ordens se comprehendião ao que se nos oferece representar que os papeis antigos do cartorio da Camera já de antecedente se havia dado copia delles ao Secretario de Guerra desta Província por ser este o sojeito que reconhecemos nesta villa e seu termo com mais notícias, e coriozo, e ter ordem anterior para fazer as mesmas insinuações á que se nos passou pela mesma Secretaria Academica, em cujos termos não temos que expressar mais, que acharem se algūs papeis antigos, cuja leitura he dificil e não se acha quem o possa fazer nestas partes; e do mais, como tenhamos a certeza de que o dito Secretario senão

descuida de fazer a narração necessaria e juntamente com o que mais pode indagar de noticias a cousas antigas da minha Província nos pareceu desnecessario repetil-a particularmente sem que da mesma Academia se nos insinue ser precizo e de agrado de Vossa Magestade, que sobretudo mandará o que for mais de seu serviço. Chaves em Camera e Setembro 26 de 1722.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Snr.— Meu Senhor. Sobre a porta que do Corpo desta Cathedral vai para o Claustro della junto á pia baptismal se achou ha poucos dias húa pedra cuberta de argamassa, com a epigraphe de que remeto a copia, que se não servir para ornamento da historia, não será inutil para o objecto da erudição. Da parte esquerda superior á mesma historia, digo porta em correspondencia desta pedra se vê hū escudo raso, discorro, que os officiais que assentarão a cal, picarão as armas, cujo relevo lhe devia embaraçar o pola a nível e devião ser do mesmo Prelado, alma da Inscrípção. Logo que se me deu notícia que na pedra se divizavam letras acudi a examinalas e fiz copiar com a mesma figura e orthographia, algúas vestio o copiador mais á moderna, porem conferindoas, não achei diferença consideravel. A experiência de quasi huu anno me tem convencido de que sou eu a pedra que reprovarão os que edifício, porque havendo pedido instrucción para o uso do emprego, que indigna e inutilmente ocupó, se me tem negado, ou deferido athe o presente. Ao caso devo a felicidade de poder offerecer para o edificio da historia eclesiastica em lugar de húa pedra tosca e inutil, outra que pode servir de base a algúas das estatuas ilustres que devem adornar os nichos desta sagrada obra. A justa ambição de concorrer para ella, me inspirou a ideia de ajustar algúas materiais para a construcção de hū catalogo dos varões ilustres desta Diocesi com a aprovação dos Ex.^{mos} Censores continuarei este trabalho que sempre será grande, medido com as poucas forças do meu talento que sacrifico gostoso ao serviço da Academia Real, ainda com a certeza de expor a minha ignorancia aos olhos de hū tão erudito congresso. No serviço de V. Ex.^a offereço a minha devotissima escravidão. Deos Guarde a V. Ex.^a Braga de Setembro 24 de 1722.

Da Camera do Landreal

Ex.^{mo} Snr.— Por carta que veyo a esta Camera de Sua Magestade que Deos guarde nella apresentada a 25 de Julho deste presente anno em a qual nos mandava dessemos conta a Vossa Excellencia

das cousas mais memoraveis que houvesse nesta villa e seu termo e assim tambem hñu indice dos Livros que se achassem no Cartorio da Camera, o que satisfeito mandamos a Vossa Excellencia tudo o que pudemos descobrir com toda a clareza e individuação, nem ha mais que se possa contar, mais que ficarmos á ordem de Vossa Excellencia que Deus guarde. Landroal 2 de Outubro. Dada em Vereação no dito dia de 1722.

Da Camera de Villa Boim

Ex.^{mo} Snr.— Vimos a carta de Sua Magestade com a memoria das noticias que Sua Magestade ordena se dem a Academia Real da Historia Portugueza de todos os cartorios e archivos do Reino.

Damos conta a Vossa Excellencia em como esta Vila e hortas della se acha com 83 moradores e tem 10 herdades no termo que dista cousa de hña legoa de que he directo Senhorio a Serenissima Casa de Bragança e não ha cartorio antigo pelo levar e rasgar o inimigo quando nesta villa esteve; não ha cousa de que se possa dar conta a Vossa Excellencia que Deos guarde. Villa Boim. Em camera 26 de Setembro de 1722.

De Manuel Moreira de Souza

Ex.^{mo} Snr.— Já ponderei a Vossa Excellencia de quanta utilidade seria para essa Real Academia franquear os Archivos dos Collegios de S. Pedro e S. Paulo e melhor que todos o da Universidade; naquelles se achão memorias das pessoas e lugares que ocupárão a mayor parte dos seus collegas. Neste le-se toda a sua fundação da Universidade desde Lixboa, sobre que escreverão variamente Ruy de Pina e o Dr. Brandão na vida del Rey D. Diniz, como o 2.^o nota, posto que pertenda atribuir a fundação da Universidade ao seu Abbade dAlcobaça antes que a El Rey. Guardão se tambem aly mèsimo muitas Bulas Pontificias, doações, provisões e outras Concessões Regias. Os Provimentos das Cadeiras e os acentos dos graos que receberão as mayores pessoas destes Reynos; controversias com muitos Bispos, e Prelados e outras noticias utilissimas. A tudo foi Vossa Excellencia servido responderme em carta de 21 de Fevereiro e finalmente se enviarão as cartas á Universidade de cuja execução me não encarreguei por se achar n'esta terra a este tempo o Dr. Manuel Pereira da Silva Leal e com menos ocupações do que eu. Agora vendo-o auzente e occulto este grande thezouro de noticias importantes forcejando contra mim mesmo, me resolvi a perguntar ao Dr. Manuel Borges de Cerqueira Vice-Reitor desta Universidade por

este negocio, achei-o promptissimo e sumamente dezeljoso de contribuir com quanto fosse possivel para a Historia Geral e especial do Reino e Universidade. Porem na carta que de Vossa Excellencia recebeira como se fallara na Pessoa do Dr. Manuel Pereira somente, tive animo de esperar por elle. Segureilhe que o intento da Academia Real era extrahir as noticias sem requerer ministerio especial e discorrendo ambos a que pessoas desta Universidade se pedião nomear para a diligencia encontramos muitas capazes porem impedidas. Entristeceume muito o Vice-Reitor e querendo eu que entrasse a fazer esta indagação, como filho desta ou dessa Academia Real, lhe representei a lida continua que me acresceu não só do serviço da Universidade, mas athe do Bispado que me dá trabalho e opressão notoria; ainda assim lhe dice não duvidaria tomar mais esse trabalho por alivio nas horas vagas de sesta e outras semelhantes, fiando-se os documentos com recibo na forma dos estatutos da Academia Real; e ainda que pelos desta Universidade se prohibe levalos fora do Cartorio; comtudo assim como a preheminencia do lugar de Reitor admite tiralos com recibo, o mesmo poderá praticar com esta Academia Real ou quem a representasse pelo recibo assinado por Vossa Excellencia a quem faço este avizo tão largo pera á vista de tudo propor aos Senhores Censores, se será util escreverse carta ao Vice-Reitor insinuandole a disposição destes estatutos confirmados por Sua Magestade á vista dos quaes se podia temperar a disposição destes no L. 2, titulo 45 v.

E querendo para se entregarem os documentos sucessivamente numerados, e reconhecidos e o dito recibo de Vossa Excellencia que sempre espero, e muitas occasiões de obedecer a Vossa Excellencia a quem Deos guarde. Coimbra e de Outubro 17 de 1722.

De Frei Affonso da Madre de Deus

Ponho na presença de Vossa Excellencia esses fraugmentos, quando conduzão para á historia, o estimarei sumamente como tambem os 7 Denarios, que os acompanham; e como me vir com mais desembaraço, mostrarei a Vossa Excellencia que em toda esta Provincia há muita antigualha e manuscripts, que podem ser muy uteis para o adiantamento deste progresso, e o meu mayor será mostrar a Vossa Excellencia o quanto desejo ter repetidas ocaziões de empregarme no serviço de Vossa Excellencia que Deos guarde. Evora de Outubro 10 de 1722.

Da Camera de Villalva

Ex.^{mo} Sñr.—Foi aberta em Camera a carta de Vossa Excellencia em que vinha incluza outra del Rey Nossa Senhor; por sua real mão assinada, e húa memoria das noticias que ordena se enviem a essa Academia Real as quaes sendo examinadas com aquelle zello de vassallos muy obedientes a tão alto e poderoso Monarca, attendendo ao quanto encarceu na sua carta ser tanto de seu agrado que se deem a essa Academia aquellas noticias para a composição da Historia Ecclesiastica e acções Politicas e Militares dos Senhores Reys deste Reyno, obra digna da sua Real protecção pelo que nella se promete emprego só verdadeiramente de tão eruditos talentos, cheos de tantas sciencias, como se conhecem nos Senhores Academicos, credito da nação Portuguesa (como lá forão a Grecia os sette sabios) remetemos a Vossa Excellencia a memoria incluza do que achamos no que nos toca á nossa parte, e daremos á execução tudo mais que se nos ordenar dessa Academia e que para a Historia for necessário com aquella exação que manda Sua Magestade que Deos guarde e a Vossa Excellencia. Vilalva em Camera de 25 de Setembro de 1722.

Do Provincial da Província da Conceição Fr. Manuel da Circuncisão

Ex.^{mo} Sñr.—Remeto a V. Ex.^a as ultimas noticias d'esta Província que já tivera mandado, se em solicitar algúas do Maranhão se não passara algú tempo por não haver algúna nesta nova Província do Convento e missões que tem naquelle Estado e ser necessário mendigalas dalgúas religiosos que nelle tinham assistido.

Constame que do nosso Convento de S. Francisco de Lamego e do de Villa Real se enviarão a Vossa Excellencia duas relações sem mas enviarem primeiro a mim por entenderem que assim o devião fazer; porem como nellas vão algúas noticias que me parecem ser superfluas, e na primeira Rellação que a Vossa Excellencia remeti, e nesta que agora remeto julgo que vão todas as necessarias, peço a Vossa Excellencia que, podendo ser me faça favor mandar entregar ao portador desta as sobreditas duas relações. Deos guarde a pessoa de Vossa Excellencia com a saude, vida e prosperidade espirituales e temporaes que desejo e ao mesmo Senhor peço. Santo Antonio de Viana 14 de Outubro de 1722.

Dos Deputados do Cabido Oriental

Remetemos a Vossa Excellencia o papel incluzo pela duvida em que estamos da equivocação de que nelle se faz menção para que Vossa Excellencia se sirva participalo a aquellas pessoas a quem forão cometidas as noticias que mandamos a tempo de se poder emendar, porque desejamos muito proceder nesta materia com aquella averiguação e verdade necessaria a húa obra de tanta gloria para esta Monarquia e para este mesmo fim se vai continuando na deligencia de mandar as noticias, que se acharem no Cartorio do Cabido e Mitra e Igrejas que faltão. Guarde Deos a Vossa Excellencia muitos anos. Lixboa Oriental em a casa do Archivo em 29 de Outubro de 1722.

De Braz Rapozo da Fonseca

Ex.^{mo} Sñr.—Meu Senhor. Em meu poder ficão alguns letreiros que mandei copiar de algúas pedras que mais se acharão, como tambem as moedas de prata que disse a Vossa Excellencia estavão no cofre dos Orfãos da Atouguia para tudo levar indo a essa Corte e para servir a Vossa Excellencia me tem posto aos seus pés. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Lixboa de Novembro o 1.^º de 1722.

Da Camera de Coimbra

Ex.^{mo} Sñor.—O tempo que foi necessário para examinar algúas livros do Cartorio d'esta Camera, por ser de letra pouco conhecida tem demorado athegora e continuar o que restava de suas notícias e como húa das principais recomendações de Vossa Excellencia foi a memoria dos Procuradores de Cortes que tem havido desta cidade remetemos os nomes e tempo de suas eleições de todos aquelles que se achão nos livros que existem com mais algúas notícias que se encontrarão desejando ter satisfeito ás ordens de Sua Magestade e ao zeloso cuidado com que a Academia Real procura eternizar tudo o que he gloria deste Reino, para a qual contribuiríamos com húa grande parte por ter sido esta cidade berço e habitação de muitos dos seus primeiros Monarcas em cujo tempo houve muitas cousas dignas de Memoria se a ruina que padeceu este cartorio por occasião de peste em que he tradição se queimarão séus livros nos não precisara athe o anno de 1500 passar tudo em silencio.

Porem a fama da grandeza desta terra e o que os Autores naturaes e estrangeiros alcançarão e escreverão de suas antiguidades dará bastante materia ao Academicó, que compõem suas memorias

para empregar o seu talento e deixar illustrada húa cidade que he das principais do Reino, suprindo deste modo a falta com que este Cartorio se acha de documento. Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Coimbra em Camera 31 de Outubro de 1722.

Da Camera da Vidigueira

Por carta de Sua Magestade que Deos guarde assinada por Sua Real Mão de 3 de Novembro de 1721 que recebeu este Senado com a memoria inclusa da diligencia e encarrego, que a mesma declara, se fez eleição no Dr. Francisco de Figueiredo Botelho para escrever as antiguidades e noticias que puder alcançar desta Villa, e são as que remetemos a Vossa Excellencia e ficando com a incumbencia de procurar se ha mais noticias que se possão participar. A carta de Vossa Excellencia de 11 de Julho de 1722 que continha o mesmo parecer, húa e outra recebemos no mes de Agosto deste anno, as quaes fíção registadas no livro da Camera como Sua Magestade ordena. Vidigueira em Vereação 5 de Novembro de 1722.

De Alexandre Carneiro de Figueiredo

Ex.^{mo} Sñor.—Remeto a Vossa Excellencia as noticias deste Ar-
ciprestado do Aro deste Bispado de Viseu que não foi possivel
atehlera remeter mais cedo pela demora de algüs Parrochos que
não puderão dar logo cumprimento por se acharem abzentas das
suas Igrejas, e todas as mais noticias que se forem descobrindo,
remeterei a Vossa Excellencia que Deos Guarde. Vizeu 7 de Novem-
bro de 1722.

Da Camera de Alcacere

Ex.^{mo} Sñor.—Em o mes de Agosto deste anno nos foi entregue
húa carta de Sua Magestade, que Deos guarde com outra de Vossa
Excellencia e feitas no mez de Outubro do anno passado em que
se nos remeteo a memoria das noticias que haviamos de dar para
a Academia Real e fazendo as diligencias necessarias, achamos
sómente a inclusa; e ficamos com a incumbencia de saber e des-
cobrir algüs antiguidades desta Villa para que assim com toda
a clareza e verdade remetamos a memoria dellas; e o que tambem
poderá fazer, sendo-lhe encarregado hú cavalheiro desta villa, fi-
dalgo da casa do dito senhor e Cavalleiro da Ordem de Christo
Francisco Carvalho de Figueiredo, por ser pessoa muito corioza
e intelligente em estas e outras materias, e em tudo o que Vossa

Excellencia nos ordenar de seu serviço e do de Sua Magestade não faltaremos. Alcacere em Camera de 3 de Outubro de 1722.

Da Camera da Villa da Mouta

Ex.^{mo} Sñor.—Por Vossa Excellencia foi Sua Magestade que Deos guarde servido de nos escrever húa carta asinada pela sua real mão, a cuja honra prostramos a mais reverente estimação julgandonos sempre indignos de tão grande favor, que ao mesmo tempo, que em as nossas memorias; fica tambem regitado no Livro desta Camera e examinando nós as que no cartorio della ha nelle não achamos cousa que possamos offerecer a Vossa Excellencia para a composição da Historia Ecclesiastica por quanto ha 30 anos, que este Povo foi erecto Villa por mercê que o Sñr Rey D. Pedro 2.^º que Santa Gloria haja delle fez ao Ex.^{mo} Conde de Alvor primeiro Donatario della, que pela sua moderna erecção lhe faltão as antigas noticias que podião ser convenientes, só se nos offerece dizer a Vossa Excellencia que esta Villa terá 185 vezinhos; e no termo dela ha hū lugar que [he] Sarilhos pequeno que tem 45, e esta Camera não fez procissões por ser pobrissima e tão sómente assiste á de Corpus Christi e á de Domingo de Pascoa. Tambem fazemos prezente a Vossa Excellencia que em pouca distancia [desta] Villa ha húa Ermida de S. Sebastião na qual em a parede da parte do Evangelho está hū Epitafio do tempo do Sñor Rei D. Duarte, que não enviamos a Vossa Excellencia por hora por não ser da parte que nos toca na memória que em nosso poder está; mas, sendo Vossa Excellencia servido logo será remetido o traslado do dito Epitafio e ficamos para obedecer em tudo o mais a Vossa Excellencia que Deos guarde muitos anos. Mouta em Camera 20 d'Agosto de 1722.

De Joseph Carneiro Tavares

Ex.^{mo} Sñor.—Por via do Reverendissimo Academico o Padre Antonio dos Reys tive a noticia do catalogo dos Bispos que desta cidade se lhe tinha remetido e como no Cartorio do Reverendo Cabido desta Sé que por ordem que me insinuou Vossa Excellencia, revolvi, acho algúas advertencias para elle necessarias; extrahi as anotações que remeto á Academia Real, as quaes ponho aos pés de Vossa Excellencia porque só então poderão nella attenderse. Deos guarde a Vossa Excellencia como devo. Lamego 28 d'Outubro de 1722.

De Manuel Moreira de Sousa

Ex.^{mo} Sñor.—Fico advertido da resolução dos Senhores Censores, cujo acerto e prudencia sinceramente reconheço e agora principalmente que Sua Magestade que Deos guarde foi servido nomear Reytor á Universidade termos em que ella não estava quando eu fiz a proposta que os mesmos Senhores ponderároa como Vossa Excellencia me aviza. Para tudo o que for do agrado dos mesmos Senhores serviço da Academia e de Vossa Excellencia estou certo. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Coimbra em 16 de Novembro de 1722.

Da Camera do Funchal

Ex.^{mo} Sñor.—Recebemos a carta de Vossa Excellencia e com ela o Mapa incluso pera a remessa das noticias principaes desta Ilha para com ellas se continuarem os progressos desta Real Academia que sua Magestade que Deos guarde mandou novamente, erigir em sua Real corte de que Vossa Excellencia he dignissimo secretario e informandonos nesta materia como Vossa Excellencia nos ordena, achamos, que por ordem desta mesma Real Academia tinha principiado com feliz progresso Henrique Henriquez de Noronha fidalgo dos principaes desta Ilha húa obra em que faz relação muito particular e noticiosa das grandezas, antiguidades e mais cousas notaveis desta Ilha e seus descobrimentos para cuja factura lhe mandamos dar todos os livros e mais documentos necessarios deste Archivo, e supomos de sua pessoa, e genealogica sciencia, em que he peritissimo, acabará esta obra com grande aplauso, por ser hú fidalgo o mais visto, e noticiozo, não sómente nas antiguidades desta Ilha, mas ainda de toda a Europa, e com brevidade supomos que fará tudo ao real agrado de Sua Magestade e nos consta que tem feito muita parte desta obra que reduz a hú livro muito douto e discreto. E por esta cauza nos não parece necessario mandarmos particularmente estas noticias o que faremos, sendo do Real agrado de Sua Magestade que Deos guarde e do gosto de Vossa Excellencia cuja pessoa Guarde Deos muitos anos. Funchal de Agosto 29 de 1722.

De Estevão Fragoso Ribeiro

Ex.^{mo} Sñor.—As repetidas queixas que tenho padecido nesta província chegarão ao extremo de me terem 3 mezes de cama peri-

gozamente enfermo de que fico nos primeiros dias de convalescência; razão porque não tenho servido a Academia como devo; agora envio a Vossa Excellencia essa moeda Portugueza antiga que se achou em húas ruinas e em podendo farei diligencia por cumprir com a minha obrigação sendo a mayor e a que mais prézo a de servir a Vossa Excellencia. Beja os pes a Vossa Excellencia. Redondo, 3 de Novembro de 1722.

De Simão de Almeida de Andrade e Alexandre Carneiro de Figueiredo

Remetemos a Vossa Excellencia a lista dos Arciprestados e freguezias delles deste Arcebispado para mayor clareza de tudo o que temos remetido a Vossa Excellencia tocante a esta materia, e andamos na diligencia de concluirmos os das filliaes desta Sée, e de tudo o mais que pudermos alcançar remeteremos com brevidade a Vossa Excellencia que Deos guarde. Vizeu 28 de Novembro de 1722.

De Alexandre Carneiro de Figueiredo

Receby a carta de Vossa Excellencia o correio passado de 14 de Novembro com o memorial incluzo, a que não respondi por me não ser entregue a tempo e logo com todo o cuidado me apliquei a dar execuçam ás ordens de Vossa Excellencia e fazendo diligencia no nosso cartorio por algúas memorias que nelle se pedem, como testamentos de Reys e outras, encontramos dificuldade da lectura dellas como já disse a Vossa Excellencia por serem de letras muito antigas, motivo porque não tenho remetido aos Senhores Censores varios documentos, muitos se poderão descobrir em hú livro muito corioso que de cá se mandou para a tal obra; todos os que poder alcançar remeterei com a brevidade possível. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Vizeu 5 de Dezembro de 1722.

De Gaspar Leitão da Fonseca

Ex.^{mo} Sñr.—O Mestre Escola de Leiria João de Souza Brabo me comunicou a medalha incluza do Emperador Maximiliano dedicada ao genio do povo Romano a qual se descobrio modernamente no alicerce da egreja da Carangajeira, edificio antigo que dista daquela cidade legua e meya para a parte Oriental quando seja necessário para a averiguação dos vestígios Romanos na antiga Collipo que

a invenção deste monumento se faça autentica, se fará; guarde Deos a Vossa Excellencia. Thomar 9 de Dezembro de 1722.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Meu Senhor.—No terreiro de S. Sebastião desta cidade mандou Francisco de Barros d'Almeida haverá pouco mais de 30 anos fabricar hūas casas para sua habitação, no alicerse dellas apareceu uma pedra de 6 palmos em quadro com a inscripção cuja copia fidelissimamente trasladada remeto a Vossa Excellencia ocupam as letras todo o plano da face superior e são, sem diferença dessa mesma figura, a dos pontos he triangular, como mostra o primeiro e ultimo; o uso que lhe deu a ignorancia consumio as letras que lhe faltão e com ellas apagou a memoria da era e do Autor. Antonio de Magalhães de Menezes que comprou estas casas, a colocou sobre húa base e está servindo de mesa, aonde tem vasos de flores, que á minha instancia lhe tirou; eu não lhe atribuo tanta antiguidade, como os curiosos desta terra; pelo que collijo da sua leitura só me parece he mais húa atestação de que Beja (?) he a paz Julia dos Romanos. Algúas inscripções mais tem descoberto a minha diligencia, que não remeto logo, por indispozição do meu amanuense. Já representei a Vossa Excellencia que me persuado fazer menos inutil serviço á Academia Real no exercicio de dezenterrar estes monumentos da antiguidade que a ignorancia, e a malicia tem sepultado do que no emprego de envestigar as noticias dos varões ilustres em que me encontrei com algúas pessoas coriozas que trabalhão e tem aproveitado nesta indagação de que eu vi já fruto mui bem logrado, e ficará sendo o meu estudo nesta materia húa superflua repetição; assim o exponho neste mesmo correio ao Padre Dom Hyeronimo Contador em reposta de húa carta que tive sua em que me recomendava uma diligencia a beneficio da geographia desta diocesi de que me escusei; porque não posso levantar a mão do meu catalogo, que já principiei e prosigo violento pelo motivo ponderado, sem faltar á minha promessa e á Ordem dos Senhores Censores que Vossa Excellencia me intimou; á de Vossa Excellencia estarei sempre. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga. De Dezembro 10 de 1722.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Ex.^{mo} Sñr.—Na quinta chamada de Portas, pouco distante desta cidade que he de Antonio de Magalhães de Menezes na parede de hūu lagar da mesma quinta está húa pedra com a inscripção de que remeto

copia¹; he quadrada a pedra e tem dous palmos e meyo, algúas das letras consumio o tempo, outras se percebem apenas, parece consagrada aos Deuses das almas e que cobria as cinzas dos filhos e mulher de Tacatico Doro, ainda que observo lhe faltão as notas da sepultura usadas dos antigos; o nome de Tacatico me não lembra havel-o encontrado nos autores historicos que tenho lido, o de Dorus, se não he demonstrativo da Patria, pode ser hū que depois de Medico foi Centurião de que se lembra Arriano Marcellino; outras inscripções de que tenho já noticia examinarei e as mandarei a Vossa Excellencia que Deus guarde. Braga de Dezembro 17 de 1722.

De Thomé de Tavora e Abreu

Meu Senhor.—O ano passado remeti a Vossa Excellencia algúas noticias que alcancei desta minha Patria sem ter ainda visto o Cartorio da Camera e pedindo aos vereadores e escrivão della quizessem patentearme algúas cousas antigas que ahy houvesse me insinuaram varios pergaminhos de que fiz a relação que incluza remeto. Na mesma ha outros e algùs livros difficultosos de ler, porem entendo, que não conterão cousa que possa servir pera a historia. Mando tambem essas inscripções que descobri depois que mandei as primeiras, se acazo chegar á minha noticia mais algúia antigualha, a irei ver e a participarei a Vossa Excellencia, etc. Guarde Deos a pessoa de Vossa Excellencia muitos anos como desejo. Chaves 6 de Dezembro de 1722.

De Pedro da Cunhá Sotto Mayor

Meu Senhor.—No terreiro de S. Sebastião desta.....

De Estevão da Gama de Moura

Meu Senhor.—Muitos tempos ha que pudéra remeter a Vossa Excellencia a relação inclusa do que tenho achado pertencente a Campomayor, mas embaraçoume a curiosidade de querer averiguar a Patria do Beato Amadeu e de sua Irmã a Santa Brites da Sylva, mas procurando neste Reino e no de Castella algúas memorias e livros, não foi possivel até o presente descobrir as que pudessem convencer a opinião de D. Hyeronymo Mascarenhas no seu Amadœu de Portugal, mas neste pouo he tradição antiquissima que nelle nascerão estes

¹ C. I. L., II, n.º 2449.

dous Santos: Na reliaçam que remeto verá Vossa Excellencia os fundamentos de húa e outra opinião como se ajustão mal com as computações dos annos as acções da sua vida.

Pareceme preciso fazer presente a Vossa Excellencia que não tem chegado á minha noticia nenhum dos papeis que se tem impresso na Real Academia depois que Vossa Excellencia me remeteu os primeiros pertencentes á sua erecção e que a falta destes ocasiona o não se poderem exercitar as boas vontades dos Academicos curiosos e trabalhadores porque he certo que se forão advertidos por algüs dos motivos que nella se disputão poderião descobrir nos seus estudos com que desempenhassem a sua obrigação.

Da villa de Ouguella quiz fazer algüa memoria, porque antigamente foi Povo grande, mas hoje se acha tão pequeno que me não resolvi a isso; quando pareça necessário não só o farei, mas tudo que Vossa Excellencia me ordenar de seu serviço. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Campo Maior 11 de Dezembro de 1722.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Sñr—Examinando húa inscripção que traz o A. do Agiologio Lusitano fiado na reliaçam do M. S. de Gaspar Alvares Louzada e conferindo-a pelo original que está na aboboda desta cathe-dral a acho tão adulterada, que me pareceu necessário mândal-as copiar ambas fielmente e remetelas a Vossa Excellencia; á margem faço as declarações que me parecerão precisas para o conhecimento da verdadeira e da viciada. Tambem vão húas letras que descobri em húa pedra que está na Igreja d^a Lomar junto a outra de que ja mandei a Vossa Excellencia a copia, que então não vi por estarem cobertas de terra, vão trasladadas com aquella mesma fidelidade, que eu praticarei sempre em tudo quanto mandar á Academia Real. A ley de que Vossa Excellencia foi servido mandarme a copia impressa, ainda aqui se não publicou, e não he pequeno o prejuizo que da ignorancia della se segue aos monumentos da antiguidade de que (com bem magoa minha) fui ontem testemunha porque indo as vezinhanças da Villa do Prado a examinar uma coluna, que aly apareceu enterrada,achei que hū lavrador a havia partido pelo meyo para fazer dous pilares para húa varanda deteriorando de sorte as letras que mal se pode fazer juizo do que conthem; assim irá sucedendo a outras se se tardar com o remedio. Já estou entregue dos papeis da Academia, e farei por me conformar com a minha obrigação emquanto o permitir a curta esfera da minha capacidade

se eu pudesse proporcionala com o meu animo, crea Vossa Excellencia que havia fazer utilissimos serviços ao publico. Deos guarde a Vossa Excellencia. Lixboa, digo Braga 1 de Janeiro de 1723.

De Fr. Hilario da Visitaçam

Ex.^{mo} Sñr.—Com esta remeto a Vossa Excellencia as noticias desta Provincia de Santo Antonio do Brazil que se puderam haver no breve tempo de 2 meses que he o que se tem detido a Frota neste porto da Bahia; todas as mais que d'aqui em diante se foram colhendo irão indo na forma que Vossa Excellencia me ordena, visto ser a obra de tanto agrado de Sua Magestade e do serviço de Deos que guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Bahia 2 de Setembro de 1722.

Do Padro Frei Gonçalo Soares da Franca

Ex.^{mo} Sñr.—A honra que recebo na nomeação que em mim fez a Academia Real da Historia Portugueza para seu Academico dezejei acreditar suprindo a minha diligencia com o cuidado de remeter nesta ocasião alguma materia conducente ao fim que pertende a dita Academia; mas foi tão estreito o tempo que mediou entre a noticia que Vossa Excellencia foi servido participarme e a partida da frota que apenas o tive para escrever estas generalidades que envio ás mãos de Vossa Excellencia offerecendo ainda com melhor vontade a minha obediencia a seus pés. A pessoa de Vossa Excellencia guarde Deos muitos anos. Bahia 4 de Setembro de 1722.

De Joseph Bernardino

Recebendo a carta de Vossa Excellencia intentei logo como era justo por em execução o que nella se ordenava; mas como a detenção da frota era pouca, não poderei nesta satisfazer a minha obrigação e ao meu dever que na verdade o tenho grande de obedecer em tudo ao minimo aceno da vontade de Sua Magestade que Deos guarde e o mesmo posso afirmar de todos os mais religiosos desta Provincia e espero que aquelle ou aquelles, aos quaes a real Academia honrou com o título de Academicos não faltem á sua obrigação.

A hñ encomendou noso reverendo Padre Geral o cuidado das noticias para a historia particular desta Provincia e pera a geral de toda a companhia e esse ao mesmo tempo não deixará de comunicar á Academia as noticias que descubrir desde o anno de 1570 até o presente. Digo, desde o anno de 1570, porque as antecedentes a este

tempo todas estão na chronica que deu á luz o Padre Simão de Vasconcellos; e ahí achará a Real Academia não só todas as noticias pertencentes á companhia mas muitas pertencentes á Historia Universal deste estado assim Ecclesiastica como Politica; por hora me não ocorre de que possa mais noticiar a Vossa Excellencia, afirmadelhe que em nenhuū tempo faltaremos á obrigação de vassalos de Sua Magestade e de criados dessa Real Academia. Guarde Deos a pessoa de Vossa Excellencia. Collegio da Bahia 18 de Agosto de 1722.

De Frei Ignacio da Santa Ines Provincial do Carmo da Bahia

Ex.^{mo} Sñor.—Na prezente frota receby a carta de Vossa Excellencia em que me ordena que do archivo desta Provincia se extrahão as noticias que nelle houver mais notáveis conducentes á Historia Ecclesiastica e Politica deste Reino e suas conquistas; e que as remeta á Real Academia. Tenho executado promptamente esta ordem destinando em cada hū dos conventos da mesma Provincia os religiosos que exactamente examinem e escrevão, com destinação e clareza o que se achar digno de memoria e noticia e como os ditos Conventos são distantes se requer para esta dilligencia mais tempo que o da demora da frota para perfeitamente se averigar a verdade do sucedido nestas partes, antes de serem invadidos pelo Olandes que fez perder muitos documentos por cuja razão se rezervão as noticias delles e as mais para a frota seguinte em que serão mandadas sem falta a Vossa Excellencia cuja Excellentissima pessoa guarde Deos por muitos anos. Carmo da Bahia 25 d'Agosto de 1722.

De Sebastiam da Rocha Pita

Ex.^{mo} Sñor.—Com os mais humildes votos e com todos os maiores rendimentos agradeço á Real Academia a elleição que fez da minha pessoa para hū dos seus alumnos e oxalá que no meu talento haja esfera em que possa caber tão alto emprego; mas athe o ponto a que chegar a minha suficiencia aplicarei o meu cuidado suprindome a falta dos acertos a promptidão da vontade não só pelos actos que fizer de obediencia mas por todos os que pode ter de sacrificio.

O avizo de Vossa Excellencia me achou compondo a Historia da nossa Portugueza America e já no 4.^º Livro dos dês, em que pretendo dividir o volumen; as materias que escrevo são o corpo desta região, as suas riquezas, producções, plantas, manufacturas, costas,

mares, rios, a barbara vida dos gentios, seus primeiros habitadores, as povoações das suas capitanias, serie dos Governadores gerais; as acções que obrarão e todas as cousas que tem acontecido mais notaveis desde o anno de 1500 do seu descobrimento ate o de 1722 em que estamos, e outras miudas noticias que todos conduzem para a grandeza da Monarchia e gloria da minha patria.

D'este meu trabalho e aplicação dou conta á Real Academia por esta carta que escrevo a Vossa Excellencia a quem peço lhe faça presente e para em seu beneplacito continuar. A pessoa de Vossa Excellencia Guarde Deos muitos anos. Bahia 12 de Agosto de 1722.

De Vasco Fernandes Cesar vis-rey da Bahia

Todas as noticias e documentos que se acharem nos Archivos deste Estado e forem uteis pera a Historia Portugueza farei com que se remetam á Secretaria da Academia Real porque me interesso muito na gloria que a nascção consegue nesta obra imortal para a posteridade. Deos guarde a Vossa Excellencia. Bahia e Agosto 26 de 1722.

Do Patriarca de Ethiopia

Ex.^{mo} Sñr.— Recebi a honra que Vossa Excellencia foi servido participarme com a noticia de que a Real Academia me quiz agregar ao doutissimo Congresso dos seus Academicos: mercê tanto mayor para a minha estimação quanto menos a podia esperar a minha ignorancia; mas não será esta a primeira vez que se ouçao entre as vozes acordes de tantos cisnes os roucos acentos de outras aves. Os estatutos e mais documentos me forão entregues, ly com admiração as grandes ideas que se tem conseguido como assumptos dignissimos de tão elevados entendimentos; e Sua Excellencia o Sñor Joseph de Sam Payo, queria que neste anno compilasse algumas noticias que servissem de materia para na Real Academia se lhe introduzir a forma, impedio este designio não só a brevidade do tempo e a grande dificuldade de buscar memorias em terra donde não ficio lembranças, mas muito mais as militares inquietações tão pouco conducentes ao serviço das letras.

Ha muitos annos que padece este estado os insultos de hñ Pirata levantado, qual he o Angariá que crescendo na protecção do nosso dominio, avultava tanto que nos assombrava, quiz Sua Excellencia acodir ao dano que se experimentava e logo que chegou pertendeo levar por interpreteza a sua capital, o que se desvaneceu por hñ leve accidente, como de ordinario sucede em semelhantes emprezas,

que como dependem de muitos contingentes qualquer delles que falte se descompoem. Determinou pois o dito Senhor levar por conquista o, que se não pôde conseguir por traça e unindo as forças ou as fraquezas do estado, que lhe não podemos hoje dar outro nome pela debilidade em que se acha ajudandose das armas auxiliares dos Ingleses, passou a Chaul que decretou por Praça de armas pela vesi-nhança do inimigo aonde fazendo ressenha do exercito se acharia com hū corpo de 45 homens, 25 Europeos e os mais Indianos. Com este poder foi marchando, achando sempre a oposição de 25 cavalleiros que já tinhão vindo de socorro ao Angariá, mas foi tal o estrago que se fez nelles, que só de longe observavão a nossa marcha ensinados da sua ruina, e da nossa resoluçam, chegou finalmente ao forte de Alibaga, que era a 1.^a fortificação que se devia render, para da-qui fazer passo ao Culabo capital do inimigo.

O mandante Inglez fez instancia para se investir esta fortificação a que Sua Excellencia repugnou por não terem chegado escadas e porque parecia intempestiva a resolução, mas fazendo o Inglez novo esforço, e allégando que se podia quebrar a porta com os petardos permitiu Sua Excellencia que se fizesse a investida, o que se obrou com grande valor, mas chegando ao forte, acharão que a porta se tinha fechado de pedra e cal com que se não pode fazer a operação e se retirou com pouca perda da nossa gente, pois algúa que se feriu e morreu foi pela impericia dos Granadeiros.

Determinou Sua Excellencia que se batesse o forte; mas como pelo incansavel trabalho da nossa marcha em que o dito Senhor fa-zia todos os officios que são necessarios da formatura e mais incum-bencias de hū exercito; se achasse já com tres febres, que dissimulou sempre sem dar a entender a sua molestia e neste dia carregasse a febre com mais força se rendeo a sua constancia a esta violencia, de sorte que foi conduzido á Nao que estava á vista quasi sem acordo. Menos teve todo o nosso exercito que como a alma de todo este corpo era a pessoa de Sua Excellencia, apartada ella logo ficou desanimado.

Acresceu a este desalento outro acidente grave porque logo che-gou o General de Sau Raja com 10:000 cavalleiros de socorro ao ini-migo, alem da gente de pé o qual debaixo deste partido lhe prometeu seria seu tributario e o reconhèceria por senhor o que sempre tinha dan-tes repugnado, nascendo seu vassallo, pois nem das terras que tinha conquistado ao mesmo Sau Raja lhe pagava feudo. Com este novo accidente, começou toda a nossa gente a desmayar e quasi com desordem declarada pertendia largar os quarteis, o que seria ruina de todos porque cercado de hūa parte pelos inimigos e da parte do mar

sem embarcações bastantes para buscarem as fragatas, qualquer movimento que fizessem, era para mais facilmente serem derrotados. Entendeo Sua Excellencia por aviso que teve, esta consternação e mandou levantar a sua tenda porque se conferiu logo ao campo, ainda que morresse nelle e ordem á gente que se não abalasse e tanto que se vio a tenda armada, o que resultou desta vista, foi que o General do Exercito mandasse logo pessoa significar a Sua Excellencia que elle não vinha a pelejar com os Portuguezes mas a pedir pazes da parte do seu soberano para este Vassallo que suposto tinha sido rebelde, estava rezoluto a reduzirse á sua obediencia e na certeza em que estava em que o braço Portuguez fora a cauza que obrigara ao Angariá a esta devida sujeição ficava reconhecido e o beneficio que recebera das armas Portuguezas que não intentava que Sua Excellencia pactasse com o Angariá, pois não era sogeito digno desta prerrogativa; que os concertos se devião fazer com Sau Raja Senhor daque-las terras que firmaria todos quantos Sua Excellencia entendesse que erão convenientes assi ao credito das armas Portuguezas como ao seu soberano. Com esta proposta em tempo que menos se podia esperar, ficou tão socegado e se ordenou suspenção de armas e começaram os dous campos a comunicarse com húa sincera amisade e correspondencia, de sorte, que os mesmos que dantes erão inimigos conduzirão o nosso Trem, e bagagem a Chaul e as embarcações, e muitos dos cabos principaes do Exercito tiverão por fortuna grande permitirlhe Sua Excellencia para virem visitar a sua Nau que o dito Senhor lhe concedeu, e forão da sua prezença mui satisfeitos.

A mesma pretenção teve Bagi Ravo mas com a circunstancia que a vizita havia de ser em terra por se não atrever a navegar pois não era acostumado. Já Sua Excellencia determinava desembarcar em Chaul para esta vizita; mas tendo noticia que pertendia pedir ao dito Senhor couzas que não erão convenientes sendo húa dellas que fosse navegando até Surrate, Goga, e outros portos; elle caminhando por terra para saquearem todas essas Províncias recorreu Sua Excellencia á sua enfermidade por lhe não dar em pessoa esta negativa e ajustadas todas as dependencias da prezente ocasião se recolheu a Goa ainda molesto.

Se o assumpto da Real Academia não fora o heroico da Historia mas fosse o exornativo da rethorica materia havia na presente ocasião para disputar se obraria mais Sua Excellencia em render com a espada na mão húa Praça ou intimidar com o seu respeito hú exercito tão poderoso qne o obrigou a se confessar vencido nas pases que pediu temeroso; porem se agora não tem lugar esta proposta

quando vier o tempo de se rellatarem as cousas presentes será muito digno da historia contar hū sucesso que por ventura não se acha nos annaes do mundo outro semelhante qual he rogar com a paz quem tinha partido tão ventajoso para vencer a outra tão inferior no numero mas nisto mostrou Deos a sua especial protecção com que favorece as nossas armas e o zelo de Sua Excellencia.

No papel incluzo vão os artigos que se ajustarão, que não ha duvida terião pouca firmeza se dependessem da verdade do Angariá, e não estivessem fundados no seu interesse; porque estes Aziaticos, sendo tão pouco regulares da palavra são religiozissimos observadores da conveniencia e como toda a do Angariá, he não se sugeitar, nem chegar á presença do seu Raja o que não poderá conseguir faltando a este tratado necessariamente ha de querer a amizade do Estado pois só esta o pode conservar izento de tão violenta obediencia a que agora se sujeitou por força.

Esta he húa breve noticia e sincera narração do successo desta campanha que teve por fruto o socego dos vassallos de Sua Magestade que he a maior felicidade que podião desejar, muito maior será a minha quando tenha ocasiões de servir a Vossa Excellencia que Deos guarde. Goa 20 de Janeiro de 1722.

De Simão d'Almeida d'Andrade e Alexandre Carneiro de Figueiredo

Excellentissimo Sñr.—Recebemos a de Vossa Excellencia de 14 de Novembro com o memorial incluzo do Academico o Padre João Colt e fazendo diligencia no cartorio pelas memorias que nelle se pedem com a brevidade possivel achamos as que remetemos. Algúas mais se descobrirão mas não se podem ler por serem de letras antigas e para se dar cumprimento a tudo he necessário que Vossa Excellencia mandasse sojeito que as saiba ler, como se tem mandado a outros Bispados; e desta sorte se poderá averiguar com mais facilidade tudo o mais que se descobrir conveniente á historia. Ficamos fazendo as mais diligencias que pudermos conseguir que remeteremos a Vossa Excellencia a quem Deos guarde muitos annos. Vizeu 9 de Janeiro de 1723.

Do Abbade de São Bento Fr. Joseph de São Hyeronymo da Bahia

Pela de Vossa Excellencia vejo pedirme do Archivo deste mosteiro o inventario assim da fundação como das doações privilegios, cappelas e rendas, e tudo o mais que conthem a memoria impressa a respeito das religiões para a composição da Historia Ecclesiastica

e politica deste Reino e conquistas o que não pude conseguir nesta frota pela brevidade della, mas fica o Padre Mestre Chronista mór desta religião extrahindo os documentos de tudo o que se me pede para na frota que vem remeter a Vossa Excellencia com a individuação necessaria. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Bahia 29 de Agosto de 1722.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Ex.^{mo} Sñr.—Meu Senhor. Recebo a de Vossa Excellencia com o profundo respeito que devo e agradeço a V. Ex.^a a honra da medalha de que me reconheço indigno, mas a mandarei receber pelo meu Procurador em observancia da ordem de Vossa Excellencia a quem devo tambem render as graças pela merce que me faz de me não retardar a grande utilidade de ler as composições do 2.^º anno Academic o cuja lição só pôde instruirme para servir a mesma Academia Real menos indignamente.

Remeto mais duas inscripções a Vossa Excellencia á margem das quaes noto os lugares aonde se acharão, e agora se conservão com o juizo que faço da sua intelligencia; o qual com verdadeira humildade, nascida do proprio conhecimento sujeito á censura dos mais versados na Historia Romana.

Será mui util que nesta terra, e em todas as que faltasse a publicação da ley que Sua Magestade promulgou para a conservação dos Cipos, e Letreiros antigos se façá promptamente publicar e observar já reprezentei a Vossa Excellencia o damno que faz esta omissão e brevemente remeterei a Vossa Excellencia algú exemplo. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Braga de Janeiro 21 de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Sñr.—Remeto a Vossa Excellencia as copias de duas inscripções Romanas que descobrio a minha diligencia no lugar de Lomar meya legoa distante desta cidade na Igreja Parochial delle na face exterior da parede que olha para o Norte, junto á superficie da terra húa e outra em hú pedaço de coluna que tem 4 palmos d'alto e quasi cinquo de circunferencia que descobri no mesmo lugar, e no mais imundo da pobre caza de hú lavrador servindo ao mais vil de seus ministerios fiz conduzila para minha casa adonde a conservo; parece memoria erigida em honra de Crispo filho do Emperador Constantino Magno e de sua molher ou Concubina, Minerva, ou Minervina, creado Cesar no anno de 317 conforme os fastos de

Idacio; ambas as inscripções vão copiadas na mesma forma e figura, menos algúia letra, a que o copiador deu mais perfeita figura do que na verdade tem¹. Se eu me empregasse só nestas investigações, me persuado podia fazer mayor serviço á Academia Real que em qualquer outra ocupação, mas necessitava de Decreto para poder tirar as pedras que parecerem de estructura Romana das paredes em que se achassem, refazendo o dano á minha custa, porque tenho observado que em muitas casas humildes de algúis lugares desta Província se valeram dellas com a barbara malicia de lhe ocultarem as letras voltandoas para o interior das paredes, com ordem de Vossa Excellencia e dos Excellentissimos Senhores Censores me empregarei no que julgarem mais conveniente ao serviço da Academia Real, na particular de Vossa Excellencia me exercitarei sempre com o obsequio que devo. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga 19 de Novembro de 1722.

Do Provedor da Comarca de Santarem Manoel Delgado de Vasconcellos

Excellentissimo Senhor.—Em observancia do decreto de Sua Magestade que Deos guarde de 17 de Janeiro do anno passado e da carta de Vossa Excellencia de 4 de Fevereiro do mesmo anno, remeto a relação incluza dos morgados e Capelas desta Villa e termo de Santarem á Academia Real da Historia Portugueza. Continuarei nesta diligencia e em obedecer a Vossa Excellencia que Deos Guarde. Santarem 31 de Agosto de 1722.

De Gerardo Van Loon para os Censores da Academia

Eruditissimi Domini.—Quam amaenum, quantaeque utilitatis sit studium colligendorum et explicandorum numismatum satis superque declarant tot libri, qui a duobus modo seculis in lucem prodierunt. Cum autem omnes operam suam collocare viderem in colligendis, et tractandis antiquis; ego studium meum converti ad ea colligenda, quae super eventis ad Rempublicam Belgicam pertinentibus, tam in ipso Belgio quam alibi causa fuerunt. Quod ego quidem successum ab annis quatuordecim feci, ut quatuor numismatum millia, et amplius modo coacervaverim. Cum praeterea mihi quanvis religionem catholicam profitenti ope quorumdam amicorum ad arcanissima patriae nostrae Archiva apertus fuerit accessus, ego hoc subsidio fre-

¹ C. I. L., II, n.^os 2438 e 4764.

tus succinctam Belgii historiam Belgico idiomate conscripsi. Quae quidem historiae tribus in folio tomis comprehensa et ab abdicatione summae potestatis per Carolum V facta initium ducens ad pacem usque quae Ultrajecti nuperrimè sancita est, perducitur. In ea vero eventus, atque vicissitudinis, quae Reipublicae Belgicae occiderunt bis mille, et quingentorum numismatum testimonio confirmantur ipsa que numismatum emblemata ex antiquitate illustrantur atque expnuntur. Porro ponderorum hoc opus, quod in Gallicam etiam linguam conversum lucem videbit magnifice modo atque sumptuose imprimiatur; quod vel haec impressa non nullorum Numismatum exemplaria abunde testantur.

Cum autem Patriae nostrae Archiva perlustrarem comperi per celebrem maris Praefectum Michaelem de Ruiter anno 1641 a Rege Lusitaniae Joanne 4.^o donatum fuisse catena aurea; ex qua ut ibidem refertur penderat numisma; cujos adversa pars ipsius Regis effigiem pectore tenus, expressam praeferebat, cum hac epigraphe:

Joannes IV Dei gratia Rex Portugalliae MDCXLI.

In aversa parte Phoenix erat expressus cum hoc lemmate:

Vici mea fata superstes.

Quare id mihi libertatis arrogo ut vos eruditissime Domine per Epistolam convenientiam et officium quoddam, qua possum veneratione, a vobis efflagitem: nempe si tale numisma, vel etiam alia res Belgica spetantia, sive in ipsius Regis Musaeo, sive penes quemcumque alium talium rerum studiosum, etiam exstant, ut ea sumptibus meis delineanda mihi que per publicum, sive ordinarium cursores mittenda curetis. Quae petitio mea eo spectat, ut munus istud a tam eximio Rege ad referendam gratiam nostratibus collatam in historia nostra referre et animum tanti beneficii non immemorem praestarem possimus.

Et ego quidem hoc a vobis efflagitare eo magis sum ausus, quod passim in Patria nostra notum sit quam laudabili instituto Rex vester musarum patronum se praebat adeo quidem ut eo consilio praeclaram vestram, ac per sapientem societatem instituerit non historiis tantum sed et numismatibus vacaturam.

Quod si in his regionibus, ubi omnium scientiarum studia jam egregie florent, quidquam factura curatum ve cupeatis, id unice rogo ut mea opera liberrime uti dignemini, quippe qui magno mihi honori semper dicam, mandata vestra exsequi et qui in omne tempus manebbo.

Delphis prid. kalendas Januarii 1722. Eruditissimi Domini vestri observantissimus famulus Gerardus Van Loon.

De Simão de Almeida Ribeiro

Ex.^{mo} Sñr.— Fui ao Castello desta cidade para examinar o letreiro latino, que na torre chamada de Hercules dizem está que principia: Era MCCXXXII regnante apud Portugaliam Rege Sancio, etc. E achei o passo da primeira Torre, per onde necessariamente se ha de passar para aquella tão trabalhoso que julguei ser impossivel poderia passar sem evidente perigo e ser preciso para o evitar, mandar fazer algúia forma de escadas de madeira que em taes termos se acha hū castello tão digno de todo o reparo. Mas vendo que a duvida que ocorre ao Academic Francisco Leitão Ferreira he filha da sua grande capacidade e que o letreiro se trasladou com erro notorio se he que o ha naquelle Torre, porque na era de 1232 não pedia ser 3.^º nem 9.^º anno do reynado dEl-Rey D. Sancho, não quiz dilatar a rezuluçam desta duvida que me parece se satisfaz com a noticia seguinte:

No Collegio dos Religiosos Capuchos da Provincia da Conceição a que chamão o Collegio da Estrella de que he Padroeiro o Marquez de Gouvea situada nas torres e muralha desta çidade que a defen-dião antigamente pela parte do Rio Mondego se conserva ainda hoje hūa Torre com bastante Fortaleza, e no mais alto della em hūa pedra se acha em letra muito antiga hū letreiro que ly ainda que com muito trabalho sem erro algū que diz assim:

Regnante apud Portugaliam illustrissimo Rege Sancio, incliti Regis Alphonsi et Regina Mafalda filio, et illustris Comitis et piissimae Reginae Tharasiae Nepote ipso jubente haec Turris constructa est; anno Regni ipsius xxiiij a liberatione Civitatis a Sarracenis per Regem Fernandum cxvj: Era MCCXVII.

Neste letreiro não ha nem pôde haver duvida assim porque a forma dos caracteres são daquelle tempo como porque pela dureza da pedra se conservão perfeitos; e assim, se na Era de 1219 era o 24 anno do reinado de D. Sancho, como pôde ser na Era de 1232, 3.^º ou 9.^º anno do seu reynado!

Porem se isto não bastar para tirar esta duvida com aviso de Vossa Excellencia mandarei logo fazer alguma forma de escadas para poder examinar o letreiro que se supoem na outra Torre.

Ouço dizer que tem saido varios papeis na Academia se os Senhores Censores, se dignarem mandarme dar hūa collecção delles não estarei tal ociozo que ainda que reconheço o pouco prestimo que tenho para servir a Academia com tudo o desejo de o ter me

faz digno deste favor. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Coimbra
15 de Fevereiro de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Meu Senhor.—Recebo o aviso que Vossa Excellencia se digna fazerme de os Senhores Censores me terem nomeado Academicº desta Província bem desejava ter eu prestimo, que correspondesse em algúia parte a honra a que me eleva o ser numerado em húa tão erudita sociedade de que me reconheço indigno; mas, animado da eleição satisfará a prompta diligencia o que toca á vontade com que desejo satisfazer ás suas ordens comprindo com a instrucção que se me envia e não menos no serviço de Vossa Excellencia que Deos guarde. Guimarães 10 de Fevereiro de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Meu Senhor.—Remeto a Vossa Excellencia mais duas inscripções Romanas que descobri em a igreja de Sande 2 legoas distante desta cidade aonde me levou a curiosidade de examinar as ruinas da antiga Cinania; á margem, noto o juizo que fiz dellas, cónformandom e com o que tenho lido da Historia Romana. Peço a Vossa Excellencia pela sua grandeza queira fazerme a honra de mandar cortar estas notas, se as achar incoherentes por credito de quem me inculcou para este emprego. Na inscripção da columna verá Vossa Excellencia o dano irreparável que faz a estas illustres memorias da antiguidade a falta da publicação da ley que Sua Magestade estabeleceu em beneficio da sua conservação e não hade ser esta só a lastima que hei de expôr aos olhos de Vossa Excellencia em cujo serviço quizera muitos empregos. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga de Fevereiro 11 de 1723.

Do Doutor Manoel Moreira de Souza

Ex.^{mo} Sñr.—Receby a de Vossa Excellencia com observancia della fui ao Castello desta cidade a examinar a inscripção da Torre de Hercules a principal de todo elle; porem he o passo tal que me não foi possivel chegar perto para poder lelos; porque alem de ser perigoso tras consigo indecencia. Roguei a quem o fizesse por mim e não tirei luero da diligencia, porque me responderam que as letras que estavão seguras, digo escuras, e que era preciso usar de húa escada ainda assim para tentar outra vez o intento. O Academicº Simão d'Almeida chegou hontem de sua quinta e afirmou me que esta inscripção, era a mesma que se lia na Torre do Palacio de

S. Sancho que hoje he mosteiro de Capuchos com o titulo da Estrella e que elle a lera, copiara, e dera aos religiosos, dos quaes a haveria para remeter a Vossa Excellencia que Deos guarde. Coimbra 15 de Fevereiro de 1723.

Do Provedor da Comarca de Coimbra

Meu Senhor.— Entrando na diligendia de endireitar algüs papeis, acho, que das memorias que remeti para a Academia por mão de Vossa Excellencia me falta reposta ao que foi no Correio de 2 de Março do anno proximo passado; e como ignoro o motivo me he precizo fazer a Vossa Excellencia esta repartição digo reprezentação para entender se no correio se dezencaminharia a minha remessa, ou a reposta de Vossa Excellencia; e tive razão para cair tarde nesta falta porque adoeci naquelle mez com queixa que durou athe o de Junho; e como passei a convalescer em minha casa faltei muito tempo ao despacho do meu lugar e por isso me esqueci de procurar mais antecipadamente o que agora desejo saber.

Para averiguar-se com facilidade esta materia remeto a Vossa Excellencia a planta das torres (*sic*) que tem esta Provedoria e á vista della, pôde com facilidade o Academic o que ella toca muito baratamente saber se tem tudo, ou lhe falta algüa cousa porque com avizo irá logo o que me pertencer, ainda que já o haja remetido cazo que faltasse em algüa circunstancia.

Mandei fazer a lista das terras da Comarca com a destinação que Vossa Excellencia verá porque poderá convir assim para conceito da historia e lembro a Vossa Excellencia que como meu antecessor não fez nada neste particular, e eu entrei muitos mezes depois de lhe virem as ordens; e estava apertado em tempo para remeter as notícias as pedi aos Juizes 1.^a e 2.^a vez, e não duvido que algüs se repetissem por se pedirem no fim quasi do anno a hüs Juizes, e se remeterem por outros no principio delle; e como eu mandava de quasi de todas as terras os originaes poderia suceder que se duplicassem de algüs, mas á vista da relaçam que mando, se pôde purgar o erro, pois não tem a comarca outras salvo os lugares e freguezias anexas, ás mesmas terras que as relações dellas declaravão. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Coimbra 13 de Fevereiro de 1723.

De Joseph Galvão de Lacerda

Todas as leys que Sua Magestade que Deos guarde, faz e me remette, mando logo, na forma do meu Regimento publicar na Chan-

cellaria, como fiz á em que Vossa Excellencia me falla. Depois de publicadas se mandão imprimir, e as assino e mando a Chancellaria, cujos officiaes as mandão aos Tribunaes e a todas as comarcas do Reino, Corregedores e Ouvidores como reffere a mesma ley que remeto a Vossa Excellencia; estes são obrigados a publicalas na cabeça da comarca e mandala publicar e registar nas cameras della.

Mandando saber á Chancellaria, se se tinha obrado com a incluza o mesmo, me dizem os officiaes que remeterão a Braga e ás mais comarcas deste Reino, com que se algúas se não publicou, seria omissão dos Ministros subalternos porque a Chancellaria mó'r não faltou na remessa dellas, e he o que posso dizer a Vossa Excellencia nesta materia. Casa. Domingo 28 de Fevereiro de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Sñr.— Meu Senhor: Remeto a Vossa Excellencia mais duas inscripções antigas com o Juizo que faço do sentido dellas e declaração dos lugares aonde se conservão, dejejo a certeza de que chegarão ás mãos de Vossa Excellencia outras que lhe remetti no ultimo correio de Janeiro e no de 11 deste; e servir a Vossa Excellencia que Deos guarde. Braga 25 de Fevereiro de 1723.

De Gaspar Leitão da Fonseca

Ex.^{mo} Sñr.— Remeto a Vossa Excellencia esta Topographia da Villa das Pias, e a antiguidade da Torre do Ladrão Gayão que me participou Salvador Soares Cotrim sargento mor da mesma villa com algúas reflexões em que apostilei algúas memorias deste papel. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Thomar 3 de Março de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Sñr.— Meu Senhor. Chega-me a carta de Vossa Excellencia de 6 de Fevereiro em 3 de Março por desordem deste correio que como vay fazer o giro de Barcellos presentemente, ou se perdem ou se retardão as cartas; esta de Vossa Excellencia assim como me traz honras de que só pode fazerme digno a sua grandeza, pudéra incluir ordens e retardando-se, infamar a pontualidade das minhas obediencias.

Remeto a Vossa Excellencia a copia de 2 cipos antigos, que descobri nesta cidade com as declarações do sitio em que se achavão e se conservão; á margem noto o juizo que faço das suas inscripções,

se não bem entendidas fidelissimamente copiadas; em tudo quanto respeitar o meu emprego, seguro a Vossa Excellencia já que não posso o acerto a eficacia. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga 4 de Março de 1723.

De Bartholomeu de Macedo Malheiro

Meu Senhor.—Por esta carta que Vossa Excellencia me escreve com data de 27 de Fevereiro vejo que se desencaminhou a minha do Correio de 2 de Março do anno proximo passado; e suposto que não continha memorias de importancia, com tudo importava muito que se não dezencaminhasse para satisfação do que eu devia fazer.

Eu não deixo de acharme com algúia confusão á vista do desvio que teve aquella carta porque como entrei tarde nesta diligencia foi preciso por não perder tempo, mandar a Vossa Excellencia quasi os mesmos papeis que me remetia os Juizes para que se entendesse que a má forma da diligencia nascia delles e não de mim, e por isso também remeti húa ordem impressa do theor das que mandei á Comarca; e foi necessaria repetir outra pela rebeldia dalgùs juizes; e dahi nasceu que poderião chegar a esta Secretaria algúias duplicadas, e para se purgarem he que remeti a letra (?) de 13 de Fevereiro, mas a mesma cautella com que procedi me faz agora algú embarraco na incerteza do que me falta, que ainda que não pode ser causa de entidade eu não queria cometer por minima que fosse no serviço de Sua Magestade que Deos guarde erros particulares da minha obrigação. Verei se posso averiguar esta materia; e o donde procedeu o descaminho daquella carta, e servirei a Vossa Excellencia que Deos guarde. Coimbra 7 de Março de 1723.

De Manoel de Lemos, João de Macedo e Gaspar da Rocha

Deputados do Cabido de Miranda

Ex.^{mo} Sñr.—Vão promptamente quanto nos foi possível os trasladados da Bula da Compozição, digo da Instituição e divisão das prebendas, benefícios, capellanias, e mais officios que o Bispo Dom Toribio Lopes fez em virtude da Bula de Sua Santidade; e da de indulgencias que concedeu o Nuncio Pompeyus Zambicarius; e do Breve de aprovação e confirmação de Estatuto porque se manda rezar nesta Sé pelo Breviario Romano que são os trasladados pedidos no memorial que Vossa Excellencia nos remeteo. A pessoa de Vossa Excellencia Guarde Deos. Miranda e Cabido de 28 de Fevereiro de 1723.

Do Reitor do Collegio da Companhia do Rio de Janeiro Manoel Diaz

Ex.^{mo} Sñr.—Logo que receby a de Vossa Excellencia de 20 de Mayo proximo passado em que me recomenda lhe mande do nosso arquivo as noticias que se achar poder servir para a Historia Ecclesiastica e Secular do Reino, remetendo-me juntamente a memoria impressa por onde consta o que se procura. Encomendei esta diligencia a hũ dos Padres mais curiosos e versados na Historia que he o Padre Valentim mestre que tem sido muitos annos das letras humanisticas, bom Filosofo, bom pregador, e o que val mais que tudo bom religioso e como tão bom em tudo, entendo deu boa satisfação a tudo o que Vossa Excellencia me ordenou e eu lhe encomendei e o remetemos no saco da 1.^a via ao Padre Procurador Geral desta Província do Brasil para entregar em mão propria. Estimarei que vá tudo á satisfação de Vossa Excellencia, ou que ao menos se satisfaça da boa vontade que tenho de lhe obedecer. Guarde Deus Vossa Excellencia muitos annos. Collegio do Rio de Janeiro 24 de Novembro de 1722.

Do Conde de Tarouca

No ultimo correyo que chegou deste Reino recebi o aviso de V. Ex.^a de que Sua Magestade que Deos guarde fora servido nomear-me Academicº Supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza por sua real rezolução. Vossa Excellencia me fará grande favor se ajudar com as suas expressões as do papel incluzo para que represente a El Rey Nossa Senhor o reverente agradecimento deste emprego e aos Sñrs Academicos a suma estimação da Sociedade. Guarde Deos a Vossa Excellencia muitos annos. Haya' 18 de Fevereiro de 1723.

Do Dom Abade de São Bento do Rio de Janeiro

Ex.^{mo} Sñr.—Indagando-se por ordem de Sua Magestade que Deos Guarde as noticias da fundação deste mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro se achárão as que se envião com algumas mais que for possivel descobrirem-se; fica-se continuando na mesma diligencia e havendo occasião se farão algumas mais exactas, como Sua Magestade que Deos Guarde ordena. A pessoa de Vossa Excellencia Guarde Deos, Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 8 de Dezembro de 1722.

Do Prior do Carmo do Rio de Janeiro, Frei João da Piedade

A determinação de Sua Magestade meu Senhor que Deos guarde receby com a carta de Vossa Senhoria e como as noticias que ordena se dem, pertençao tambem aos mais conventos remeti o traslado da carta de Vossa Senhoria ao Dignissimo Padre Provincial de S. Paulo para nelles mandar fazer esta diligencia e esta pela distancia dos lugares não pode ser com tanta brevidade.

Deste convento as noticias que posso dar a Vossa Senhoria sendo verdadeiras não podem ser justificadas, porque o Archivo della quebrão os Francezes, e como os papeis erão antiquissimos e velhos se desfizerão ao tempo e levarão o fim de perdidos; algüs que se acharrão pertencentes aos bens do Convento foi tambem com algña damnificação, como foi hñ livro em que se hião trasladando as escripturas das propriedades do Convento não ficando de todo feito, e o velho, por onde se trasladava, perdido. He o que posso afirmar a Vossa Senhoria; se for achando mais algñas noticias das que der, como prompto e obediente aos proceitos de Vossa Senhoria, as irei remetendo. Deos guarde a Vossa Senhoria os annos de seu desejo. Carmo, Rio de Janeiro 22 de Novembro de 1722.

Do Governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque

Logo que recebi a carta de Vossa Excellencia ordenei ás Cameras desta capitania entrassem na diligencia que Vossa Excellencia me recomenda por serviço de Sua Magestade mandando-lhes a copia da memoria das noticias que se procurão em cuja diligencia ficão, as quaes remeterei na 1.^a ocazião que se offerecer; e ordenando o mesmo ao Ouvidor Geral como Provedor da Comarca, respondeu com a certidão incluza, mostrando não haver naquelle Cartorio cousa algña que se possa participar. Na Secretaria deste governo se não acha acento algü de cousa memoravel mais que algñas ordens do expediente della. Quanto ao cabido, Prellados das Religiões e Camera desta cidade me dizem remeterão a Vossa Excellencia as noticias e papeis que acharem em cumprimento das cartas que tiverão de Vossa Excellencia; e como no Archivo dos Religiosos de S. Bento achei as noticias contheudas na memoria inclusa me pareceu remetel-a a Vossa Excellencia e o mesmo farei de todas as mais que puder descobrir. Deos Guarde a Vossa Excellencia m.^{tos} anos. Rio de Janeiro 19 de Novembro de 1722.

**De Frei Antonio da Piedade Guardião do convento de S. Antonio
do Rio de Janeiro**

Ex.^{mo} Sñr. — Como quer que esta Provincia da Immaculada Conceição da Senhora da Brazil seja tão dilatada não se poderão haver todas as noticias dos seus conventos todos; algúas deste de Santo Antonio que nesta cidade do Rio de Janeiro está fundado, e outras do Convento de São Boaventura em Macaú que deste de Santo Antonio dista 12 legoas, vão. As demais, assim desta como das outras casas da Provincia, segundo a memoria impressa, irão, visto ser cousa do serviço e agrado de Sua Magestade, como na sua Vossa Excellencia me ordena. Deos a Vossa Excellencia guarde para honra sua e gloria da Monarchia Lusitana. Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro 6 de Dezembro de 1722.

Da Camera da Ilha Grande

Ex.^{mo} Sñr. — O Secretario do Governo do Rio de Janeiro nos fez aviso por carta sua dizendo-nos que o Governador daquella cidade ordenava remetessemos a Vossa Excellencia todas as noticias que pudessemos descobrir conducentes para a Historia Ecclesiastica e politica que El Rey Noso Senhor era seruido mandar compor de seu reino e conquistas em cumprimento de cujo aviso daremos a Vossa Excellencia as noticias que a brevidade do tempo nos deu lugar, pois a dita carta nos chegou mui tarde e nos consta que está a frota de partida e receosos de que parta sem aviso nosso o damos a Vossa Excellencia com as noticias que pudemos descobrir em tão limitado tempo.

Nesta camera não ha Archivo e os livros e papeis que nella ha são os que constam do indice incluso e em hū delles se achão registadas hūas doações das quaes consta que os Senhores Reys defuntos concederão esta Capitania de Itanhaem ao Conde da Ilha do Principe as quaes El Rey Noso Senhor foy servido confirmar e não remetemos os trasladados dellas pela brevidade da frota o que fazemos pela do Porto.

Esta villa foi povoada segundo a mais certa noticia que pudemos alcançar em tempo de El Rey Dom Filipe 2.^o de Castella e o seu 1.^o Povoador foi Fernando de Salsedo, a qual a fundou primeiro em hūa passagem que dista desta Villa meya legoa e se chama Villa Velha que por ser hūa ponta sobre o mar mui limitada e agora ir

em augmento, se pedio meya legoa de terras e hum Bartholomeu Fernandes o qual a deu e se povoou no lugar onde hoje está.

Tem esta Villa o seu termo pelo acento do vigario 350 cazaes brancos. Tem mais em seu termo duas aldeias de Indios, húa dellas chamada de Mangaratiba, e outra de Stinga; a de Mangaratibá tem 30 casaes; a igreja della tem por invocação Nossa Senhora da Guia, e o Vigario que administra he provido pelo Cabido. A Destinga tem 38 casaes, a sua igreja tem por invocação São Miguel e he administrada pelos religiosos da Companhia e em nenhúa destas aldeas ha papeis, pergaminhos, previlegios ou doações.

Nesta terra não ha pessoas que tenhão livros manuscritos, nem memorias antigas. As procissões que esta camera costuma fazer são duas, húa em dia de Corpo de Deos e outra no de Nossa Senhora da Conceição que he orago della.

Tambem não ha na Camara papeis dificultosos de ler, porque os poucos, que ha todos se lem e só no Cartorio do publico se achão algüns de má letra, porem de pouca importancia.

As cousas mais notaveis, que aqui tem sucedido de que demos parte a Vossa Excellencia he que os Olandeses derão nesta villa a doze de Setembro de 1685, e matarão varias pessoas, roubando tudo o que acharão, e puderão apanhar, nas casas dos moradores e templos della. Os Francezes a baterão no anno de 1710, botando nella 33 bombas para cujo effeito puzérão dous morteiros na Ilha chamada do Barro distante desta villa 100 braças, e de húa Nau e húa fragata que tinhão ao pé da dita ilha disparárono muitos tiros de artelharia com cujas ballas fizerão algú dano nas casas e com húa quebrarão a imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo no seu Convento.

Estas são as noticias que pudemos descobrir de que damos parte e tudo o mais que daqui em diante acharmos, avisaremos a Vossa Excellencia com a mayor promptidão e com a mesma estaremos certos, para tudo o que for do serviço de Sua Magestade que Deus guarde e agrado de V. Ex.^a a quem Deus guarde muitos anos. Angra dos Reys da Ilha Grande. Em Camera 3 de Dezembro de 1722.

Do Padre Valentim Alvares, do Rio de Janeiro

Ex.^{mo} Sñr.—Para dar logo á execução as ordens de Vossa Excellencia intimadas pelo Reverendo Padre Manuel Dias Reitor deste Collegio do Rio de Janeiro acerca das noticias que El Rey Noso Senhor ordena se dem á Academia Real da Historia Portugueza, quero começar pelo catalogo dos livros da livraria do mesmo collegio

a qual sendo húa das mais engracadas e sumptuosas livrarias, não só da nossa America mas que tambem pode facilmente competir com as melhores da Europa assim no exquisito da forma, como no preciozo da materia, novamente acabada neste presente anno de 1722 pela industria e direcção do mesmo P. Reitor Manuel Dias, elleito agora Provincial desta Provincia do Brazil, deve certamente ter o primeiro lugar entre as mais noticias que pela distancia dos lugares, brevidade do tempo, e penuria do Collector tumultaria, e toscamente escritas offereço agora a Vossa Excellencia.

Dous mil e trinta e oito volumes se contão nesta nossa livraria e pelos annos seguintes se irá acrecentando mais o numero destes tanto por ser capaz doutros muitos como por estarem aplicados 200\$ todos os annos para este intento. Não encontrei nella manuscritos algùs que são os que especialmente se desejão, todos são impressos e por não causar tédio em referir as materias de que tratão, farei hum brevissimo compendio dos mais principais volumes, nesse separado alfabeto; e ainda que se entenda ser infrutuosa, e pouco necessaria para o fim que se pretende esta diligencia; com tudo porque se faz especial menção do catalogo dos livros das livrarias, não me quiz poupar a este trabalho tanto do agrado de Vossa Excellencia a cuja pessoa guarde Deus para ver felizmente lograda tão curioza e proficia diligencia digna do engenho e amor ás letras com que tanto se engradece o genio de Vossa Excellencia. Collegio do Rio de Janeiro 27 de Novembro de 1722.

Da Camera de Lavradio

El Rey Noso Senhor que Deos guarde foi servido escrever a esta Camera da Villa do Lavradio, ordenandolhe fizessem as diligencias das noticias que conthem a memoria que Vossa Excellencia nos remeteu com a sua carta que tambem recebemos com a mesma recomendação das que pudessem servir para a historia de Portugal que o dito Senhor tem resoluto se escreva.

As que achamos são as inclusas que com esta remetemos a Vossa Excellencia e ficamos com grande promptidão para obedecermos no que nos ordenar do agrado do dito Senhor. Guarde Deus a Vossa Excellencia. Lavradio 3 de Abril de 1723.

Da Camera de Olivença

Ex.^{mo} Sñr.— Examinamos com toda a atenção pelos livros deste Senado, como por pessoas antigas as noticias e clarezas que se nos

pedem para a continuaçāo da Academia e somente se pode descobrir as memorias, que remetemos a Vossa Excellencia que Deos guarde. Em Camera de Olivença 31 de Março de 1723.

Do Bispo de Elvas

Recebo a carta de Vossa Excellencia com o papel das noticias que se pedem para esta Academia e procurarei obedecer a ordem de Vossa Excellencia com a promptidão que devo. Deos guarde a Vossa Excellencia. Elvas 1 de Abril de 1723.

Do Doutor Manuel Pereira da Silva Leal

Como Martinho de Mendoça tem retardado a jornada que me disse havia de fazer por esta cidade, não quero eu retárdar mais a remessa da minha dissertação que ha 3 correios podia ter enviado a Vossa Excellencia, vay esta inclusa para que não só os Senhores Censores e Vossa Excellencia se sirva de mandala examinar como he costume, mas ainda, emendala, pois com a mais sincera submissão sujeito tudo quanto nella escrevo á sua prudentissima correcção e censura; para tudo o que for do serviço da Academia está a minha obediencia promptissima. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Coimbra 12 de Abril de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Sñr Meu Senhor.—Com a carta de Vossa Excellencia de 7 deste mez que receby pontualmente neste correio fico livre de escrupulo em que havia entrado de se haverem perdido as minhas cartas, certeza que me livra do trabalho de reformar as inscrições que levavão; vay mais esta que leva as declarações do sitio em que se conserva; grandeza e juizo que formo da sua leitura, todas as que for descobrindo [irão] na mesma forma. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga de Março 18 de 1723.

Do Doutor Manuel Pereira da Silva Leal

Assim como cheguei a esta Universidade me vi precisado a opor-me a hña Collegiatura do Collegio Pontificio de S Pedro na qual tenho esperança de ser provido; mas como nenhū emprego pode fazer esquecerme da honra que a Academia me fez sempre de querer eu a seruisse desde a sua instituição, peço a Vossa Excellencia queira protestar aos Ex.^{mos} Senhores Censores da minha parte que nunca

deixarei de fazer quanto em mim for por adiantar o emprego das memórias e ainda exames de que estou encarregado e de procurar distinguir-me em tudo que for assi do seruiço comum da Academia, como do particular de Vossa Excellencia.

4.^a feira entreguei ao Juiz de fora desta cidade que serve de Corregedor da Comarca a carta de Vossa Excellencia, e no dia seguinte fomos ambos ao Castelo ver o lugar e sitio em que está a inscrição, cujo exame se me encarregou na junta de 7 do passado por ordem de Sua Magestade e levamos os mestres da cidade, carpinteiros e pedreiros pera vermos e ajustarmos a forma, com que se podia facilitar o lela eu, e achamos primeiramente o Castelo no estado seguinte.

À entrada da porta principal, e sobre ella tem húa inscripção gotica debaixo de 2 escudos dereitos com suas coroas aberças, hú dos quaes que he o da parte direita tem as armas reaes que sem duvida me parecem de Dom Diniz, e o outro está em branco; a inscrição está em algúas partes quebrada, e tem as letras gastadas, que se divizão debaixo, são como já dice Goticas, e mostram ser do tempo do mesmo Dom Diniz.

O sitio desta porta he muito publico, e como depende de húa andame para se copiar, reservei o fazelo para quando a Universidade estiver mais solitaria.

Entrandose no Castelo que era muito bem guarnecido, e fortificado á antiga, na 1.^a praça tem húa torre quadrada fortissima, a qual ainda está inteira, tem boas serventias e escadas e no meyo húa cisterna de que este povo crê muitas fabulas rediculas. Nesta torre não ha inscrição algúia, mas por estar tão inteira e pelo moderno da obra, me parece fundação do mesmo D. Diniz. As cortinas que cercão esta praça e muros da parte do Norte são as que dão passo á 2.^a Praça e Torre Quinaria, a que a ignorancia dos nossos antigos chamou Torre de Hercules, tem as ameas quebradas e o caminho por onde se passava para a dita torre incapaz de se poder ir por elle por estar arruinado e ameaçando ruina por muitas partes. Esta torre he altissima não só para a parte debaixo em que descae sobre húa monte muito inclinado, mas ainda para a de dentro do Castello e 2.^a praça em que está situada; da cortina e muro se passava para a sua porta que tem no meio e em altura do chão de 120 palmos, por húa baranda tambem quasi ruinada e sobre a porta bastante mente levantada está a inscrição em húa pedra de 4 palmos de comprido e 2 de largo; a torre por dentro está muito velha e não tem a perfeição no edificio que tem a moderna de que já fallei.

Vendo nós que não era possivel passar-se a ver a dita inscripção sem perigo e indecencia, e que ainda, chegandose á porta não era possivel copiarse debaixo sem escadas, quais não permitem se possão tirar sobre ellas as copias com muita exacção, e que no sitio nenhūa segurança tinhão, o andame seguro, me resolvi na 6.^a feira a mandar fazer este, e húa como ponte levadiça de madeira sobre o muro para eu mesmo ir comodamente e com segurança copiala; e como para isto era preciza madeira bastante e grossa que aqui dificultosamente se acha capaz, me resolvi a pedila ao Reitor da Universidade, o qual promptissimamente mandou que da obra que se anda fazendo na casa da livraria, se desse toda a necessaria oferecendo-se para tudo o mais que fosse precizo com suma atenção. Feito tudo com algū trabalho que causou o conduzir ao sitio de sima dos murros algūs paos maiores e bastante susto deste povo que se persuade que esta diligencia foi encaminhada a tirar do castelo hū tesouro que crem ficou escondido nelle do tempo dos mouros; subi eu asima, e mandando limpar a pedra,achei nella o que vai copiado fielmente nesse papel junto com as mesmas letras, pontuações e quebraduras que a pedra tem; hoje mandei desmanchar o andame, e ponte recomendando a quem tem a chave do Castelo não deixe, nem permita irem pelo tempo em diante ver a dita pedra, porque me persuado que a impaciencia, com que algūas pessoas desta cidade vem nesta inscripção desmentida a fabula de ser Hercules o fundador da torre, os poderá precisar a ir quebrala ou picala a respeito do que fiz especial recomendação ao Corregedor da Observancia da ley novissima de Sua Magestade.

Estimarei que o dito Senhor se dē da minha diligencia por bem servido e os Senhores Censores por satisfeitos. Aqui me dizem que Simão de Almeida mandara copiada húa inscripção semelhante a esta que está tambem em outra torre Quinaria que hoje junto á Portage desta cidade serve de baranda aos Capuchos de Santo Antonio da Estrella e antigamente contigua ao Palacio das Senhoras Infantas filhas do mesmo Rey D. Sancho I, a qual inscripção se poderá cotejar com esta. Tambem no mesmo Castello fiz diligencias se havia mais algūa inscripção, e se não achou outra dentro delle.

Não envio a Vossa Excellencia a minha dissertação a qual ha ja muito tempo está corrente, por esperar ainda esta semana a Martinho de Mendoça, mas no caso, que elle não venha 2.^a feira a remeterei em hū maço pelo correyo. O Reitor da Universidade me disse respondera a Vossa Excellencia e me segurou tinha o cartorio prompto para eu o poder examinar no que elle pessoalmente me faria com-

panhia. O Reitor do Collegio Pontificio me disse o mesmo, e me deu a carta inclusa para Vossa Excellencia, o do Real de S. Paulo diz respondera a Vossa Excellencia.

Por algúas observações que fiz vendo grandes covas dentro da Torre Quinaria e informações que me derão averigüei h̄u abuso, e audacia grande do vulgo desta cidade porque persuadidos de que Hercules, quando fundára a torre metera nella o seu tesouro em podendo achar ocasião, vão a ella e cavão não só o chão em que tem feito covas profundissimas mas ainda com picōis lhe vão desfazendo a parede pela parte de dentro, o que tudo pôde muito brevemente ser causa da total ruina daquelle edificio pela porfia com que o vão excavando; e como isto he não só contra a ley nova de Sua Magestade mas ainda contra as do Reino, e pelo prejuizo que desta materia pôde resultar, me parecia preciso se fizesse h̄ua advertencia especial ao Corregedor ordenandoselhe tivesse prompto cuidado com evitar esta desordem.

A cisterna da torre quadrada, muitas cousas da qual dependem de especial exame, que eu farei tambem; a facilidade com que está patente a todos tem sido prejudicial. Emfim não me parece decente, que h̄u castello tão nobre de que he Alcaide mor o Duque de Aveiro esteja á disposição de hum barbeiro que tem a chave delle, elle serve de Armazem e lhe semeya as praças de ortaliças por oito ou dez mil reis que dá ao Almoxarife da casa de Aveiro.

Veja Vossa Excellencia ou esses Senhores se me ordenão mais algúia cousa que sempre estou prompto á sua obediencia.

Deus guarde a Vossa Excellencia. Coimbra 5 de Abril de 1723.

De Henrique Henriques de Noronha

Ex.^{mo} Sñr.—A carta de Vossa Excellencia escrita em 4 de Fevereiro de 1721 me foi entregue a 8 de Julho de 1722 que para eu conseguir esta honra, trabalhou em manejar 15 mezes a fortuna; e ainda que nella reconheço multiplicadas as uzuras, pois pela liberal mão de Vossa Excellencia me concede esta Real Academia, o emprego que desmerece a minha insuficiencia, para livrarme do sentimento de h̄u acazo, que me dilatou na resposta, busca na grandeza de Vossa Excellēncia não só a desculpa do que parece omissão mas tambem o agradecimento do que realmente he beneficio.

Com esta certeza envio a Vossa Excellencia h̄ua collecção de memorias desta Diocesi, sem que para desculpa da minha ignorancia proponha mayor atenção que a da minha obediencia, quando nellas se não encontre algū acerto será culpa da illusão, e não da minha

vontade, porque esta sacrificarei sempre aos preceitos de tão sapientissimo Congresso pondo a toda aos pes de Vossa Excellencia como devo. Deos Guarde a Vossa Excellencia. Funchal em 26 de Janeiro de 1723.

De Pedro de Villas Boas e Sampaio

Recebi a de Vossa Excellencia em que por ordem da Academia me segura quanto será do Real agrado de Sua Magestade; que ao Academic o Doutor Manuel Pereira da Silva Leal se facilite o exame de algüs documentos que se poderão achar nos Cartorios desta cidade. Pode Vossa Excellencia fazer prezente á Academia que nas diligencias que tocarem a este collegio está elle tão prompto como quem cuida e cuidou sempre tanto no Real serviço. Deus guarde a Vossa Excellencia. Coimbra. Collegio de São Paulo 29 de Março de 1723.

De Martinho de Mendoça de Pina

Ex.^{mo} Sr.—Cheguei a esta terra digo cid.^e e em cumprimento das ordens dos Ex.^{mos} Sírs Censores que Vossa Excellencia me comunicou busquei no Cartorio do Cabido e Bispado os documentos que continha a instrucção que se me deu por ordem de Vossa Excellencia, e vi que a doação ao Bispo Odorio não he da era de 1178, como se diz nas memorias que desta cidade se remeterão, pois tem estas notas M. C2 + VIII que creio corresponde a 1188, os documentos n.^o 6 tras impressos Gabriel Pereira e se achão em todas as Sees deste Reino, mas com os seguintes tinhão mandado copiar os Reverendos Deputados.

A doação ao Bispo Odorio contando o α por 40 fica sendo do anno 1150, e corre de plano a Cronologia. O testamento que se diz ser de D. Affonso Henriques; hé de Affonso II como claramente delle se vê. Bem hé verdade que se conservão duas cédulas húa partida pelo A B C e não acabada, outra sem esta solemnidade; e somente subscrita com o monograma A F S O que conthem testamento ou codecillos deste S. Rey e os quaes copiei; na torre da Omenagem ainda se conserva a inscripção sepulcral de Fronto⁴ e basta isto para se ver que não he obra de Romanos; que não havião inquietar os Manes de Fronto, violando o jus sacrosanto da sepultura segundo suas leys, se ca entendo de edificios não chega a sua antiguidade ao tempo dos nossos primeiros Reys.

⁴ C. I. L., n.^o 406.



Do Bispo que intenta não ter existido o nosso Academico o Reverendissimo João Col, querendo que sómente fosse Deão ha muitas evidentes provas que tinha visto Manuel Ribeiro Botelho. Nesta cidade se não tem visto o Catalogo dos Bispos della que a Academia mandou imprimir, porque he sem duvida que algúas pessoas coriosas terião adicionado o que lhe constasse frustandose o fim com que elles se imprimem; e isto me move a tomar a liberdade de pedir a Vossa Excellencia se sirva ordenar que se remetão algúns exemplares aos Deputados do Real Cabido.

O Sr. Simão de Almeida Ribeiro quando vejo a esta cidade vejo com tanta brevidade como eu agora venho e assim não examinou a decima parte dos documentos deste antigo Archivo que são muitos e muito importantes; e como nesta cidade não ha pessoa que tenha uso da Diplomatica, he impossivel aos Deputados fazerem os extratos que pede a memoria que anda na vossa collectão; a mim por hora não me foi possivel dilatarme nesta cidade por ter negocios precisos a que acodir nessa corte, porem se aos Senhores Censores parecer que he do serviço da Academia vir eu a esta cidade com mais dilação, o faria com grande vontade, as copias dos documentos pedidos e as Notas ao catalogo impresso remeterei no correio que vem, pois me he necessario pôr tudo em limpo. Dellas constará aos Senhores Censores quanto he impossivel escreverse a historiia com a exacção que se pede, sem que os mesmos Academicos vejão os cartorios. Respondendo a hū dos quesitos impressos dou conta a Vossa Excellencia; como nesta Sé ha hū Martirologio antigo do 13.^º Seculo como se vê de ter notados com letra mais modernamente obitos antes do ano de 1300, foi feito para uso da mesma Sé, e traz brevemente recopiladas as actas dos Santos, algúas cousas tem que mostrão a barbaridade daquelle tempo, mas eu lhe acho grave sinceridade, ainda que a muitos hade descontentar v. g. em fazer confessores de S. Torquato e seus companheiros e em callar sucessos que cremos modernos sem testemunho dos antigos. Faz mensão dos Santos antiguos de Portugal, dos quais copiei a lenda de S. Mancio para remeter ao Ex.^{mo} Sñr. Conde da Ericeira. Antes que parta farei a diligencia por copiar algúas das muitas inscrições que se achão no termo da Covilhā. Vizeo 2 de Abril de 1723.

De Manuel Moreira de Souza

Ex.^{mo} Sñr.—Ontem fui ao Castelo desta cidade com o Dr. Manuel Pereira da Silva Leal, onde lemos a inscripção e examinamos a torre

que verdadeiramente he a real e não herculea: Elle remete o letreiro com a medição da pedra tudo fielmente eu fico á obediencia de Vossa Excellencia a quem Deos Guarde muitos anos. Coimbra 8 de Abril de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Ex.^{mo} Sñr.— Meu Senhor. As cartas de Vossa Excellencia me chegão pontualmente pelo correio do Porto, sem a demora do giro de Barcellos; á aquella cidade encaminho as que escrevo a Vossa Excellencia a quem remeto mais esta inscripção Romana que examinei exactamente. Fr. Bernardo de Brito a traz mui viciada. Estou aos pés de Vossa Excellencia que Deus guarde. Braga 15 de Abril de 1723.

Do Vice-Reitor do Collegio real de S. Paulo, Francisco Pereyra da Cruz

Pelo Academic o Dr. Manoel Pereira da Silva Leal, recebi húa carta em que Vossa Excellencia da parte da Academia Real me insinuava que era conveniente ao serviço de Sua Magestade que a dito Academic se participassem algúas noticias e documentos pertencentes a este Collegio e recebendo esta ordem com a mais submissão, resignação e protestando a execuçam tanto della como de todas as mais que se offerecerem não posso deixar de fazer presente a Vossa Excellencia que como as noticias que serão talvez convenientes ao serviço da Academia se não podem saber sem se verem primeiro muitas desnecessarias e dos segredos mais importantes á conservação deste collegio fica sendo mui sensivel o patentearem se ao dito Academic como estranho desta comunidade e assim neste caso senão houver inconveniente em cometerse esta diligencia ao Academic Manoel Moreira de Souza, o estimarei muito; pois como se acha apresentado a húa becca delle, pôde fazer toda a averiguação util á Academia sem o descomodo de se publicar, o que não pertence a este intuito em cujos termos com novo avizo de Vossa Excellencia principiarei logo a executar, e em hú e outro lugar, digo, caso a receberei sempre com a mesma veneração. Deos guarde a Vossa Excellencia. Collegio Real de S. Paulo em Coimbra 19 de Abril de 1723.

Do Conde André de Mello de Castro

Receby a carta de Vossa Excellencia de 26 de Fevereiro em que Vossa Excellencia me participa a honra que Sua Magestade foi ser-

vido fazerme de me nomear Academicº Supranumerario da Academia Real de Historia Portugueza e ainda me seria muito mais estimavel esta noticia se em mim houvesse aquella capacidade que requere hñ lugar e emprego tão sublime afim que pudesse cooperar para hñ assumpto de tanto decoro e explendor para a Nação, e que fará sempre glorioso o reinado de Sua Magestade a toda a posteridade, mas receo, e com justo fundamento que a minha insuficiencia não saiba, nem possa desempenhar hña tão grande obrigaçam, crescendo mais o meu temor á vista do agradecimento em que me poem Sua Magestade grande pela Real Clemencia que se digna usar comigo. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Roma 13 de Março de 1723.

De Dom Luiz da Cunha

Ex.^{mo} Sñr.— Como sejão sómente os benemeritos os que estão, ou devem estar na lembrança dos Princepes para os favorecer e para os premiar confeço a Vossa Excellencia com tão sincero, como proprio conhecimento, que havendo tantos anos que me acho ausente da real presença de Sua Magestade que Deos guarde supunha que a minha insuficiencia me tinha ainda infinitamente mais distante da sua memoria para esperar esta honra que me fez e Vossa Excellencia per seu especial mandado me participa.

Assim o verifica tambem a Excellentissima Douctissima e verdadeiramente real sociedade, a que o dito Senhor por hñ puro movimento da sua incomparavel benevolencia se dignou de me chamar superanumerariamente; mais para discipulo que para companheiro; pois que com tanta justiça me tinha, ou esquecido ou ignorado, mas a elleição suprio esta vez o merecimento,

Nesta tão evidente consideração crescem as razões que tenho para que posto com profundissimo respeito aos reaes peés delRey Nosso Senhor lhe agradeça hña merce tão grande, e juntamente tão particular, que athe nas suas circunstancias fizera virtuosa a vaidade com que me deixa, se no mesmo instante em que a concebo, me não lembrasse da violencia que Sua Magestade fez a esta Academia em querer que com a minha ignorancia fique disforme hñ corpo que elle mesmo compoz de partes, que possuem tudo o que os outros souberão e ignorarão.

Tal he o discreditº que tem este lugar, a que subo tanto a gosto da minha ambição que me poem hombro a hombro com esses homens illustres que nos ensinão a fazer mais cazo das vantagens naturaes que dos bens da fortuna. Entre elles (se posso dizer assim)

parece que se respira o ar da primeira idade do mundo porque a ordem das condições se conhece ou se restabelece de baixo das leis da natureza. O homem habil, e celebre não he menos que o grande e poderoso e os talentos são maiores que os titulos. Entre elles não se conhece mais nobreza que a dos sentimentos, mais elevação que a que dá o espirito, nem mais lugar que o que faz o merecimento. Os nomes da superioridade e subordinação que lisongeiam ou abatem a presumpção são nomes que elles ignorão, ou os defendem porque nada os distingue, nem os levanta mais que as suas proprias virtudes. Finalmente se a variedade dos talentos faz entre elles algùa diferença ou sofre algùa distincção a sua modestia a confunde ou o seu reciproco comercio a reparte.

O estudo que fazem da antiguidade dandolhes expressão de todos os tempos os habilita para que entre elles escolha Sua Magestade hù sogerito digno de ter cuidado da educação do Príncipe Nossa Senhor pois sendo tão versados na arte de louvar os Heroes parece que tambem devem saber melhor que outros o modo de formalos. Grande dita para ho que tiver a honra de educar hù Príncipe em que achará tão favoraveis disposições, que já nos seus poucos anos, começa a penetrar tudo o que hade ser e nos faz ver tudo o que será, que por ter recebido aquellas justas impressões que devem formar o caracter de toda a sua vida, espelho da dos seus vassallos que sabem que os Reys nunca são mais Senhores dos homens que quando mostrão serem os seus verdadeiros Pays; porque a dominação mais segura he aquella que principia por sujeitar os corações, comecem os Príncipes por se fazerem amar, que tempo lhes ficará depois para se fazerem temer, mas de sorte que inspirem respeito e não metão medo; que comprehende maravilhosamente que deve e pode ser bom, sem ser facil; que a virtude da constancia não hade degenerar no vicio da obstinação; que o amor da paz não hade parecer receio da guerra; que grangear com nobreza a estimação dos seus vezitadores he mais util do que parecerlhes formidavel por que o temor nos põem na necessidade da cautella e a estimação lhes persuade a justica; e que finalmente está vendo que lhe basta imitar em tudo o seu gloriozo Pay para ser hù perfeito Príncipe.

Que dita pois e que notável vantagem seria a minha se quando me não julgo capaz de repartir com os mais o gostoso fructo das suas aplicadas meditações, pudesse ao menos colher o de as ouvir para as admirar, sem que pretendesse levar a essa tão suavissima companhia algùas luzes com que lhe fosse util, mas sim toda a docilidade que convem para ser instruido?

O caracter em que Sua Magestade generozamente me revestio de seu embaixador foi na minha opinião o que o moveo a darmo o de seu Academic; porque os embaixadores (se são como devem ser, e não como eu sou) tem justamente a obrigação de serem hüns giornaleiros historiadores dos sucessos presentes necessitando de os combinar, com os passados para poderem formar o seu juizo sobre os futuros.

El Rey Noso Senhor que em todas as suas generosas accções só imita os outros Monarcas emquanto os excede ou os excede de maneira que não pode ser imitado tem a gloria, sobre tantas mais, de que foi o primeiro que concebeo e execentou a grande idea de instituir a mais necessaria e mais util de todas as Academias que floresceram nos Seculos passados e vemos florescer no presente; porque húa Academia da Historia comprehende as mais celebres, que hoje fazem o mayor ornamento, digo melhor ornamento de Pariz, e que grangearão tanto nome aos seus fundadores que o mesmo Luis XIV a que se dá o de grande, quiz participar da sua gloria sucedendolhes na protecção.

Digo que comprehende as mais celebres pois que na historia se vê a pureza da lingua, se falla com os termos mais proprios das artes e das sciencias, e se examina e descobre a verdade dos monumentos e intelligencia das medalhas, e a significação das Inscripções. Tudo isto se admirará na Historia Sacra e Profana de Portugal que he o 1.^o objecto da Real Academia, cujas erudictas produções vão correspondendo á expectação dos mais escrupulosos criticos.

A notavel utilidade deste estabelecimento Academic he o seguro fiador que tenho da sua desejada duração para ser o Tribunal das Musas que entre nós decida e perpetue o gosto mais delicado e mais polido das Bellas Letras; arbitro em regra dos costumes e da eloquencia.

Não fallo de certo estilo, que querendo se dizer pomposo e elevado deixa o leitor mais intruido do merecimento do Autor que da verdade da historia, mas daquelle a que os novos e desusados termos não fizerão perder a graça da antiga e sublime simplicidade.

Os escritores crião que não passarião por profundos se em cada capítulo, não arrastrassem hū reparo ainda que rompesse o fio da sua narração; antes para achar mais facilidade nas reflexões ou para ter m reflexões com mais facilidade adoptaram os sucessos não vistos ou prodigios fabulosos.

Os oradores que devião estudar, a arte de bem cuidar e bem dizer, com numeros que fizessem suave e magestoso o discurso, se

occupão em accumular erudição sobre erudição, que em lugar de excitarem as paixões confundem os entendimentos.

Os Pregadores (se me he permitido fallar delles) não imaginavão ter satisfeito ao mais serio e mais santo ministerio, se não enchessem os seus papeis de vozes barbaras, a quem chámão cultas deixando os ouvintes mais ocupados em as entender, do que edificados ainda quando as ouvessem entendido.

Finalmente os Poetas que davão toda a sua aplicação ao artificio e não á arto, de que rompião os preceitos, deixavão a poesia, sem aquella natureza que lhe comunicava a graça de ser húa pintura que fallava aos ouvidos, e movia os corações.

Porem chegou o dia em que a Real Academia desenvolveo o caos, e a natureza manifestou suas propriedades; tomado tudo huma nova, mas verdadeira forma, de sorte que a gloria particular dos seus collegas se converteu em gloria e interesse publico da nação, semelhante socorro faltou aos Romanos e Athenienses para que em pouco tempo não tornassem a cair na variedade; a que nos Séculos polidos tinha sucedido aquelle bom gosto das letras que ainda hoje aprendemos nas memorias que delles achamos.

Não cessemos pois de aplaudir o nosso Presidente, o nosso Protector, que se dignou de nos abrir as portas dessa Academia ou desse Templo da imortalidade se nos nossos séculos soubermos bem imortalizar a sua memoria, sem que para os seus elogios necessitemos de ir buscar campos tintos de sangue, cidades reduzidas a cinzas e Províncias feitas desertos; monumentos todos da残酷dade a que os homens quizeram chamar gloria; devida sómente á boa disposição dos capitães e ao forte braço dos soldados, pois temos a fortuna de que só a sua real pessoa nos dá infinita matéria para os louvores infinitos. Os estrangeiros lh'os consagrão com justiça, e eu os ouço com inexplicável satisfação.

Em testemunho desta verdade remeto a V. Ex.^a esta carta dedicada a El Rey N. S. pelo Abbade que varias vespes tem levado o premio na Academia Franceza, e espera que o desta obra seja sómente a aceitação de Sua Magestade.

Mas quem não admirará húa Príncipe, que com húa mão lança os fundamentos do imperio das letras em Portugal e com outra sustenta pacificamente os que com tanta gloria levantaram os Senhores Reys Seus Precessores nas quatro partes do mundo.

Húa Príncipe, no qual, o Heroe he mais que o Monarca; cujas virtudes enchem bem o lugar das vitorias; cujos pensamentos são mais elevados que os tropheos e cujo coração he mais nobre que

a sua coroa, maior que a sua fortuna e não sei se diga que a sua mesma fama.

Que votos em fim não devemos fazer pela conservação de hū Monarca, que só em sy encerra tudo, o que compõe a grandeza dos homens, e tudo o que nos Reys faz a semelhança do mesmo Deos.

E que ardentissimos votos não devo eu fazer em particular por hū Principe que, como Homero diz do Sol, tudo vê, e entende tudo, dissipando com a sua luz as trevas da ignorancia.

Queira pois aquelle por quem os Reys reinão, lançarlhe tantas bençãos, que a sua Augustissima Casa cujo Imperio não tem mais limite que o Universo não tenha tambem algū na sua duração. Guarde Deos a Vossa Excellencia muitos anos. Paris 10 de Março de 1723.

Do Dr. Manuel Pereira da Silva

Em o correio de 5 do corrente escrevi a Vossa Excellencia parte da forma com que celebrei a celebre inscripção que está no alto da Torre Quinaria do Castello desta cidade e remetendo lhe hūa fiel copia della, ategora não tive avizo de Vossa Excellencia recebesse a minha carta antes neste correio me falla sómente na que escrevi no correio posterior, em que hia a minha dissertação sobre o Concilio Bracharense chamado Primeiro Comummente; nestes termos sirva-se Vossa Excellencia de certificarme se lhe foi ou não entregue a dita carta e copia da Inscripção nella inclusa porque não o sendo remeterei logo nova copia della e repetirei algūas couzas necessarias que na dita carta representava e certamente sentirei se dilatassee este testemunho da minha diligencia em chegar ás mãos de Vossa Excellencia no devido tempo para que não pareça me descuidei em examinar hūa cousa que tanto se me recomendou da parte de Sua Magestade que Deos guarde.

Com esta vai incluso o principio do Inventario do Cartorio de Thomar que examinei na jornada passada e que continuarei nos Correios seguintes, esperando se sirvão Vossa Excellencia e esses Senhores ordenarme em que lhe obedeça. Deos guarde a Vossa Excellencia. Coimbra 26 de Abril de 1723.

Do Dr. Manoel Pereira da Silva Leal

Estimo chegasse a poder de Vossa Excellencia, ainda que retardada a minha carta de 5 do passado para que servisse de testemunho, do cuidado com que faço por dar boa conta, emquanto posso, de tudo o que Vossa Excellencia e esses meus Senhores me recomendão;

e brevemente entrarei a examinar o archivio desta Universidade, e antes que me recolha a esta corte farei tambem o mesmo em os outros para que trouxe cartas em mo permitindo a situação e embaraço d algúas occupações que me oprimem.

Quanto ao do Collegio de S. Paulo fico de aviso no que Vossa Excellencia me adverte e sempre me pareceu que os Reverendos e Collegiaes daquelle Collegio havião de ter pouco de que eu depois de estar declarado opositor no de S. Pedro examinasse o seu Archivo e como eu só desejo examinalo por serviço da Academia, como esta me exime daquelle trabalho, estimo tomasse a resolução de o encarregar ao Doutor Manuel Moreira de Sousa.

Remeto a Vossa Excellencia a continuação do Inventario dos documentos de Thomar que sucessivamente irei enviando, e fico á sua obediencia promptissimo para o que me ordenar.

Deos guarde a Vossa Excellencia como desejão. Coimbra em 3 de Março de 1723.

Do Doutor Manuel Moreira de Souza

Ex.^{mo} Sñr.—Aos Senhores Censores e a Vossa Excellencia bejo a mão pelo conceito que de mim fazem sem merecimento e no serviço dos mesmos Senhores e no da Academia procurarei merecerlhe esta demonstração da sua benignidade conforme as occasiões o primitirem, e o tempo der lugar.

Quando eu o ano passado representei a esta Academia Real a importancia das noticias que darião estes douis Collegios e a Universidade, logo informei do misterioso segredo com que nelles se involvia qualquer cousa, de maneira que ache aos mesmos Collegiais he defeso ler algúns papeis quaes são os das inquirições, húa vez vistas e julgadas; e se então para obviar este inconveniente me parecia a preposito pedirem se a algú Collegio; digo domestico de cada Collegio, agora no de S. Paulo me fica sendo esperavel o desempenho deste gosto e obrigação; mas só depois de ligado ao mesmo Collegio passada a incerteza da aprovação, que poderei segurar a falta de outro opositor; e para esse tempo demoro a entrega desta carta dos Senhores Censores que terá reposta e execução plena antes de muitos tempos. Deos Guarde a Vossa Excellencia. Coimbra 3 de Mayo de 1723.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Meu Senhor.—Vossa Excellencia dá nome de advertencias ás minhas ignorancias, e por húa mero efeito da sua grandeza, quer Vossa

Excellencia animar a minha justissima desconfiança, assim o reconheço, e em fé dê que não tem emenda de feito tão natural continuo a remessa dos cipos com as mesmas Notas e anotações. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Braga, de Março 6 de 1723.

De Alexandre Carneiro de Figueiredo

Recebemos a dé Vossa Excellencia de 24 do passado com a noicia dos Prelados que houve neste Bispado de que agradecemos a Vossa Excellencia este tão grande mimo.

Rémetemos a Vossa Excellencia esses dous quadernos e vamos continuando com o mais de que tivermos noticia, e daremos complemento ao que nos tem pedido, desejando sempre acertarmos em tudo, e em quanto á divisão do Bispado andasse fazendo a diligencia, como tambem a das Capellas das filiais desta Sé de que de tudo se remeterá copia e procuraremos toda a brevidade que for possivel neste negocio e em tudo o mais do agrado de V. Ex.^a que Deos guarde muitos anos. Viseu, 8 de Mayo de 1723.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Meu Senhor.—As copias do Epitaphio e epigraphe que remeto a Vossa Excellencia servirão ao compositor da historia de examinar húa tradição que aqui corre no meu sentir apocrifa sobre a antiguidade que se atribue á 1.^a Capella que nesta cidade se erigio a S. Vicente Martyr Padroeiro dessa Corte, escusadas serião as minhas advertencias nesta materia se me não servissem de razão para mandar a Vossa Excellencia estas inscripções. Deos guarde à Vossa Excellencia. Braga 12 de Mayo de 1723.

De Manoel Moreira de Souza

Com esta envio a Vossa Excellencia o papel incluso e agora me lembro que' no Concilio de Oviedo do anno de 1115, assina D. Afonso intitulado Consul Raymundo com o que se confirma húa conjectura que eu representei por escripto sobre a origem da palavra Conde que Vossa Excellencia terá em seu poder.

Dé-me Vossa Excellencia ocasiões de me empregar em seu serviço. Coimbra 7 de Junho de 1723.

De Bartolomeu de Macedo Malheiro

Meu Senhor.—Como Vossa Excellencia me segura se desemcaminhou a ultima carta, em que remetia algúas memorias ainda que de pouquissima entendidade, foi me preciso tornar a recorrer perellas aos Juizes em razão de haver remetido os originaes que me mandarão sem ficar nada em meu poder. Cuido ser essa parcella a que hia na ultima noticia que mandei e que neste negocio me não fica nada per fazer salvo Vossa Excellencia me ordenar de novo, ainda que faço esta, auzente da memoria que deixei ficar dos correios, mas não quero demorala mais. Deos guarde a Vossa Excellencia. Cantanhede 20 de Mayo de 1723.

Do Doutor Manuel Pereira da Silva

Algúas indisposições que este mes passado experimentei me impedirão continuar o inventario dos documentos de Thomar que agora remeto concluido a Vossa Excellencia e espero poder dezembarçarme athe o São João de bastantes ocupações com que me acho para concluir o exame do Archivo de Lorbão e examinar os da Universidade e Collegio Pontificio. Em tudo o mais que for do Serviço de Vossa Excellencia e da Academia estou sempre á sua obediencia. Deos Guarde a Vossa Excellencia. Coimbra 7 de Junho de 1723.

Do Cabido de Evora

Dando conta os Reverendos capitulares a quem está cometido o expediente das cousas pertencentes á Academia Real, desta carta de V. Ex.^a queixando nos da sua omissão, em a remessa da lista das terras que comprehende este Arcebispado, nos segurárm̄o haverem satisfeito a esta ordem, não só h̄a mas duas vezes, mandando a 1.^a lista remetida a essa Secretaria e 2.^a pela secretaria de Estado, se esses Senhores entenderem ser necessaria 3.^a com avizo de V. Ex.^a lhe ordenaremos a fação e remetam logo, pois em tudo desejamos mostrar a nossa obediencia. Guarde Deus a V. Ex.^a Evora em cabido de 30 de Julho de 1723.

De Pantaleão Pereira de Sampaio e Manoel Moreira Rebelo

Ex.^{mo} Sñr.—Com esta remetemos o traslado das duas pedras que se acham no Cartorio d'esta Sé que vieram da Igreja de S. Pedro de Cantanhede e fica a minuta que veio inclusa na carta de Vossa Excellencia para se dar ordem a procurar e remeter os que se acharem

de que daremos noticia com a brevidade possivel e para o que for do serviço de Vossa Excellencia e da Academia ficamos com muy prompta vontade. Deos guarde a Vossa Excellencia. Coimbra 2 de Agosto de 1723.

Do Bispo de Uranopolis

Ex.^{mo} Sñr.—Neste correio envio a Vossa Excellencia as noticias deste Diocesi Primaz que Sua Magestade que Deos guarde foi servido ordenar se dessem á Academia Real da Historia Portugueza e o Ill.^{mo} Arcebisco Primaz me encarregou; a demora nesta remessa foi preciza pela necessidade de varias averiguacões, e incuria de pessoas a quem se encarregarão que algúas foi necessaria recomendalas 2 e 3 vezes e outras mandar pessoas intelligentes examinalas. O que posso segurar a Vossa Excellencia he a verdade das que remeto como certas, e de que o desejo de acertar no serviço de Sua Magestade he igual á obrigação que tenho de obedecer aos seus reaes preceitos. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga 29 de Julho de 1723.

De Frei Afonso da Madre de Deus Guerreiro

Ex.^{mo} Sñr.—Ponho na prezença de Vossa Excellencia os papeis e livro incluso e ficão em meu poder para enviar quando sirvam 6 denarios, 4 de prata e 2 de ouro, húa gotica de Vhambam que tem de húa parte em roda de húa cabeça estas letras—*I. D. In M. E. W. Rex*—que parece dizem—*In Deo in Matre ejus Wamba Rex*. E no reverso rodeando a húa cruz sobre 3 degraos, a letra seguinte: *Emerito Pius*.

O outro Denario he de D. João 3.^º a que chamavão *Cruzado ou Calvarios*. Tem de húa parte húa cruz comprida sobre húa Monte Calvario, na roda a letra—*In hoc signo vinces*, no reverso o escudo real com coroa. Creo que brevemente me virá outra gothica á mão, de que farei avizo a Vossa Excellencia e como em mim cabe o offereamento; e só obedecer he preceito, peço a Vossa Excellencia me não desobrigue deste, e se digne de honrarme, permittindo-me occasião de servir-se da limitação do meu prestimo. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Evora 5 de Junho de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Meu Senhor.—Com a copia da Inscripção incluza ponho na noticia de Vossa Excellencia mais húa atestaçao do consideravel prejuizo que vay fazendo o não se haver aqui publicado a nova ley

promulgada em outras partes em beneficio da conservação das memorias antigas de que me lastimo sem remedio e lhe vou applicando o que lhe cabe na esfera da minha possibilidade, que he comprar aos donos estas estimaveis pedras e fazelas conduzir a minha casa onde estão menos expostas ás sem razões de barbaridade e ás injurias do tempo para os que não querem ou não podem vendelas me valho da industria de explicarhes as cominações da ley e para produzir o pretendido efecto, devia Vossa Excellencia mandarme húa ordem sua para que eu em presença de algú official de justiça que lhes fará mais terror lhes intimasse as penas cominadas aos Transgressores. Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Braga de Junho 3 de 1723.

De Pantaleão Pereira de Sampayo e Manoel Moreira Rebello

Ex.^{mo} Sñr.—As repetidas ausencias que foi precizo a cada hū de nós fazer, nos embaraçou dar prompta execução, ao que Vossa Excellencia nos ordenava para a remessa dos documentos que nas memorias enviadas se apontão, acrescendo não se acharem no Cartorio todos os papeis de que os treslados se pedem; e por isso sómente remetemos 4 dos que se apontão ficando com o cuidado de procurarmos com mayor diligencia os mais e tambem fazermos expedir das igrejas de S. Pedro de Vila Seca e S. Salvador de Pombeiro novamente os documentos que em outra memoria vem apontados para o que já mandamos aos Parochos os dem ficando sempre promptos para obedecer ás de Vossa Excellencia, que Deos guarde. Coimbra 14 de Junho de 1723.

De Estevão da Gama de Moura

Meu Senhor.—Depois de remeter as primeiras noticias do que achei pertencente á Villa de Campo Mayor, descobri que a Capella de S. João Bautista fora mandada erigir pelo Dr. Jorge Cardim Froes em satisfação do voto, que este fez ao Santo se alcançasse Deus lhe desse hū filho o que teve, sendo Provedor na Torre de Moncorvo na Província de Traz os Montes no anno de 1585. O recemnascido foi baptizado com o nome de João em memoria do sagrado Precursor e na idade adulta entrou na Companhia de Jesus com o nome do Padre João Cardim, cuja vida e virtudes escreveo o Padre Sebastião de Abreu da mesma Companhia Doutor na Sagrada Theologia, Lente de Prima na Universidade de Evora e nella Cancellario impressa em Evora no anno de 1669; e como

este servo de Deos morreu com opinião de Santo fazendo os prodigios que se referem na sua vida he justo que se faça memoria de sua may D. Catarina de Andrade, natural da mesma villa de Campo Mayor cuja vida foi exemplar nos exercicios e actos de virtude conduzindo as da may e Pai para a boa criação do filho e rezuluçam que tomou elle e os mais Irmãos que forão 10; 6 filhas e 4 filhos consagrando todos a Deos, tomando o habito religioso em varios Mosteiros deste Reino e o Doutor Jorze Cardim, deixando o lugar de Dezembargador dos Agravos de Lixboa se recolheu em Viana na Provincia do Alemtejo e sua Patria onde acabou seus dias com edificação e exemplo de seus naturais e seu filho morreu em Braga em 18 de Fevereiro de 1615. Esta D. Caterina de Andrade tem ainda Parentes neste Povo e morreu com boa opinião.

Sem embargo que Ayres Varella diga que os apelidos antigos das familias deste Povo são Vases, Vicentes, Regos, Prioressos, e Galvões e que depois vieram de fóra Mexias, Videiras, Siqueiras, Foutos, Carrascos, e Carrascozas, acho que mais antigos são Vicentes, Afonços, Eanes, Calvos e Rodrigues como consta das primeiras demarcações e de outros papeis que estão no cartorio da Camara.

Nas collectões que se imprimirão estes douos annos passados, vejo queixar o Academicº a quem estão distribuidas as memorias do Bispo de Elvas, das poucas noticias que lhe tem ido daquella cidade e como sem embargo das que andão escritas por Ayres Varella, Antonio Gonçalves de Noronha, Fr. Antonio Brandão, e outros se podem achar muitas no cartorio da Camera e outros archivos; me fará Vossa Excellencia mercê offerecer para este trabalho, quando pareça util, para o fim pertendido; porque desejo empregarne em tudo que for serviço deste real instituto; e parecendo assim conveniente he necessário que me venha ordem para passar áquelle cidade e para que se me patenteem todos os livros e papeis que houver em qualquer parte que eu os procurar, assy na Camera e Conventos, como em casas particulares. A este zelo me movem varios motivos, sendo o principal procurar merecer o premio que tão antecipadamente me foi conferido de Academicº sem ter merecimentos para emprego tão avultado, e ser tão infeliz qne me coube em sorte dar húa noticia tão sucinta, como a d'este povo tão apagado nos seus principios como agora na sua descripção. A 2.^a reputar Elvas como patria, porque ainda que nasci nella o fizerão meus Paes, e todos meus avôs, e a obrigação dos Paes, continua-se nos filhos; a 3.^a ser húa das melhores povoações deste Reyno em antiguidade, familias, fertilidade do terreno, e a corte militar do Alemtejo de cujas cir-

cunstancias ha algumas memorias, mas tão sucintas, que as mais ficarão no esquecimento e como a empreza presente ha de ser a que dê a verdadeira inteligencia a todas as antiguidades, ganhando ou diminuindo os assumptos, de que se escreva a gloria que merecerão, ou que não alcançarão, será injustiça que por falta de especulação senão fação publicas e sabidas na historia as que podem exaltar esta cidade sendo antemural deste Reino, chave desta Província e a praça de maior importancia.

Poderá suceder que seja inutil todo o trabalho porque os anos e a má arrecadação tem consumido muitas noticias, mas pouco se arrisca na diligencia e de se não fazer não se pode esperar nenhuma utilidade.

O Academic D. Manoel de Fresneda tem remetido a essa Secretaria tudo o que tem achado de memorias avulsas e me segura não tem continuado em outras diligencias porque se lhe não tem mandado, nem podia fazer a dos Cartorios, assim porque não tinha ordem para o seu exame, nem tempo, nem saude para ler tantos papeis e tão más letras, como as antigas, porem achasse o seu agradoamento muy empenhado pela honra de Academic e não deixará de me ajudar muito na diligencia que proponho; quando pareça aos Senhores Censores necessário o meu oferecimento terei por descanço todo o trabalho, por gosto toda a mortificação e por premio todo o serviço. Deos guarde a Vossa Excellencia. Campo Mayor 15 de Junho de 1723.

Do Padre Dr. Afonso da Madre de Deus

Ex.^{mo} Sñr.—Receby a inextimavel carta de Vossa Excellencia com o livro e mais papeis e remetto esse manuscrito e ficão em meu poder douz Denarios de ouro hū Gotico e outro Arabe. O 1.^º he de Rescevinto que tem de hūa parte hūa cabeça com a letra seguinte: *Rescevintus Rex* e no reverso de outra cabeça sobre hūa Cruz Primacial a seguinte: *Corduba Patricia*, que parte vem a dizer *Cordoba Patricia*, assy por ser grande Patricia a que fundou esta cidade; como porque Julio Cesar a erigio em Colonia Patricia conforme o que diz Mendes da Silva na Poblacion General de Hespanha, na descripção de Cordoba. A 2.^a he chea de caracteres de hūa e outra parte e não faz menção della Severim; e só decifra hūa de prata nas suas noticias de Portugal. Irei continuando com este trabalho que se mē faz suave na consideração de ser do agrado dos Excellentissimos Senhores Censores e do de Vossa Excellencia que Deos guarde. Evora 19 de Junho de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Meu Senhor.—Recebo a carta de Vossa Excellencia de 19 de Junho e fico com esperanças de que os Senhores Censores atendam á justiça das minhas representações, reconheço que ha muito quem me exceda nos acertos de servir a Academia, mas duvido haja quem me iguale no animo, a lastima he que os bons desejos não dão capacidade.

Ponho nas mãos de Vossa Excellencia mais essa inscripção Romana com o juizo que faço da sua intelligência, a conjectura pode ser fallivel, mas não lhe sei dar outra interpretação. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Braga 1.^º de Julho de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Ex.^{mo} Sñr.—Remeto a Vossa Excellencia o principio dos meus estudos delineado nesse Mappa desta Provincia em geral e desta comarca especialmente para a ir satisfazendo por capitulos o que achar de memorias e sem o impedimento das occupações literarias não faltarei a húa e outra cousa por serem ambas do serviço de Sua Magestade que Deos guarde.

Suposto no Capitulo 6.^º tit.^º 5 haja de transcrever o letreiro que perto da ponte do Rio Caver descobri, com o mais que tocar ás memorias do dito Capítulo; comtudo como lhe não descubra a inteligencia remeto a Vossa Excellencia essa copia fiel para se ver nessa Real Academia, e se lhe dar a verdadeira inteligencia.

Para se me facilitarem os Cartorios desta Collegiada e religiões, me parecia ser necessaria Carta de Vossa Excellencia pois sem ella não posso conseguir o meio de os ver, e ainda dos particulares. Com o que não terei impedimento para continuar no que sei he preciso remeter com promptidão a essa Real Academia e assi espero ma mande Vossa Excellencia. Ainda que o emprego ao presente seja para ás memorias desta Correiçao não deixo de ir buscando as que haja de ver nas mais para em tudo satisfazer a minha obrigação e para o que for do serviço de Vossa Excellencia fico prompto. Deos guarde a Vossa Excellencia. Guimarães o 1 de Julho de 1723.

**Dos Deputados de Coimbra Pantaleão Pereira de Sampaio
e Manuel Moreira Rebello**

Ex.^{mo} Sñr.—Continuouse na diligencia de se tirarem as copias dos documentos que se acharão no Livro preto; e com efeito remetemos os mais que se descobriram nelle, que vão sinalados com húa

cruz; os outros não nos foi possivel achar mandaremos para o 2.^o traslado da Fundação do Hospital ou albergueria dos homens bons de Bruscos que agora se nos entrega e em tudo executaremos as ordens de Vossa Excellencia que Deos guarde. Coimbra 12 de Julho de 1723.

Do Deputado do Cabido de Coimbra o Conselheiro Pantaleam Pereira

Com esta remeto a Vossa Excellencia o traslado do que se achou no livro que vejo da freguezia de Villa Secca sobre o Hospital ou Alvergaria de Bruscos lugar daquellea freguezia, o mais que se tem pedido para a Academia estando em termos irá com a brevidade possivel, e para servir a Vossa Excellencia me tem com a mais prompta vontade. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Coimbra 19 de Julho de 1723.

De Estevão da Gama de Moura e Azevedo

Ex.^{mo} Sñr.—Meu Senhor pela carta de Vossa Excellencia de 6 do corrente estou na esperança de que remeteria as ordens necessarias para passar á cidade de Elvas a fazer o exame dos seus cartorios, como pareceu conveniente aos Senhores Censores; mas vendo que se me dilatão aquellas me parece dizer a Vossa Excellencia que basta me venha húa Ordem de Sua Magestade que Deos guarde em que me mande passe aquella Cidade a fazer esta diligencia e que as justissas, Prellados e pessoas particulares me comuniquem na sua prezença os papeis de que me parecer tirar as copias para as remeter a essa Secretaria. Quando isto assim pareça razão estimarei muito acertar no serviço da Academia; e quando seja necessário digo errado este Capitulo Vossa Excellencia me dirá o que devo seguir, porque para tudo me achará com prompta vontade para lhe obedecer. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Campo Mayor 24 de Julho de 1723.

Do Provedor do Hospital das Caldas

Fico entregue do Livro Manuscrito da fundação deste Hospital que estava na Secretaria de Vossa Excellencia por ordem de El-Rey Nossa Senhor e como não pude achar o recibo (se he que o houve) do official maior, nem as muitas occupações deste tempo permitem mais diligencia, sirva esta carta de recibo para Vossa Excellencia a quem Deos guarde. Caldas 26 de Julho de 1723.

De Antonio de Oliveira de Azevedo

Ex.^{mo} Sñr. — Receby a carta de Vossa Excellencia e a outra se leu em Cabido, este repitirá a diligencia, que já fez em outra occazião, e eu farei por cumprir com o desejo que tenho de obedecer e servir a essa Real Academia e a Vossa Excellencia que Deus guarde. Faro 3 de Agosto de 1723.

Da Camera de Agua de Peixes

Senhor. — Recebemos a carta de Vossa Magestade e na execuçam della, em prezença do Padre fr. Afonso da Madre de Deus fizemos vistoria em h̄u livro que sómente tem esta Vila na Camera e nelle não achamos cousa que convenha á memoria que Vossa Magestade remete, nem ao prezente ha outro livro por ser esta Villa tão limitada, que consta com os do campo de doze cazaes e nella he estilo não haver mais que h̄u Juiz, h̄u Vereador, e h̄u Procurador e não ha mais de que dar conta. Deus guarde a Vossa Magestade. Agoa de Peixes em Camera 18 de Junho de 1723.

De Pantalião Pereira de S. Payo e Manoel Moreira Rebelo

Ex.^{mo} Sñr. — Como nos chegou a reposta do Prior de Pombeiro com o traslado do letreiro da capella de Nossa Senhora do Loureiro, daquelle freguezia que se pedio para a Academia Real pela não dilatarmos a remetemos com esta e ficamos para se expedir a minuta que veyo os dias passados e para tudo o mais que for do serviço de Vossa Excellencia e da Real Academia. Deos guarde a Vossa Excellencia. Coimbra 9 de Agosto de 1723.

Do Cabido de Coimbra

Ex.^{mo} Sñr. — A carta de Vossa Excellencia fizemos ver aos nossos Capitulares a quem cometemos a expedição do que fosse necessário para a Academia Real e nos disserão que como tinham enviado a noticia de todas as freguezias de que se compõem este Bispado entendião tinhão satisfeito; porem como agora se procura a de todas as terras que nelle ha dezejão para dar satisfação cabal, saber se hade ir a noticia não só das vilas que houver em cada freguezia mas tambem de todos os lugares, povoas, e cazaes, para que vindo esta clareza se dar ordem para todo este Bispado para se executar na forma que Sua Magestade e sua Real Academia determinar. Deos guarde a Vossa Excellencia. Coimbra em Cabido 9 de Agosto de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Ex.^{mo} Sñr.— Recebo a carta de Vossa Excellencia e nella a memoria das perguntas que a essa Real Academia fez o Reverendissimo Padre D. Hyeronymo Contador de Argote e os Ill.^{mos} Senhores Censores ordenarão se me remetesse. Logo porei todo o cuidado em ver o que nellas se propõem para satisfazer com certeza tudo o que achar; mas para que não tenha desculpa a minha aplicação na duvida de descobrir a pedra Romana que se diz chamarse *A Ara de Trerva* desejava saber que Autor a nomea para melhor a descobrir porque alem do termo desta Villa ser muito extenso e the o presente não ter noticia desta pedra, pelo tal nome tendo a de outras no mesmo termo e comarca insinuando-se me a parte da freguezia ou lugar onde se situa, com mais pontualidade a poderei ir ver e fazer o que se me manda.

As cartas que a Vossa Excellencia pedia são sinco, húa para o Ill.^{mo} Cabido dessa Colegiada me deixar ver em minha casa o livro de D. Muma, que he o texto para tudo o que toca a esta villa e comarca e juntamente os mais livros em que estão copiados os documentos originaes do seu cartorio, com verdade, asseyo e grande descanço para os presentes empregos, pois me consta se queixa não ter carta de Sua Magestade como tiverão os mais cabidos do Reino. As outras são 3 para os Reverendos Abbades de Santa Maria de Pombeiro e de S. Miguel de Refoyos de Basto e de S. Salvador de Travanca, de Religiosos do Patriarcha de S. Bento, me facilitarem o poder ver os seus cartorios nos ditos seus Conventos; e outra para o Reverendissimo Prior de S. Martinho de Caramos de Conegos Regrantes fazer o mesmo; que pelo que toca aos Conventos desta Villa e de Amarante e Couto de Mancellos não será necessaria mais recomendação que a que conhecem já da minha incumbencia. Para o que for do serviço de Vossa Excellencia fico muito certo.

Deos guarde a Vossa Excellencia. Guimarães em 1 de Agosto de 1723.

Do Cabido de Vizeu

Em execução da Carta de Vossa Excellencia de 26 de Julho deste presente anno em que nos ordena mandemos tirar húa lista de todas as terras que comprehende este nosso Bispado para se poderem adiantar as memorias desta Diocesi.

Mandamos hoje promptamente passar ordens a todos os Aciprestes do Bispado sob penas cominadas para que em termo fixo

dem listas de todas as terras que comprehende o seu limite pela qual fazemos certo a Academia Real no termo de dous mezes de todos os lugares e villas que constituem este Bispadado. Deos guarde a Vossa Excellencia. Vizeu em Cabido de 7 de Agosto de 1723.

Da Camera de Lagos

Ex.^{mo} Sñr.—Na memoria das noticias que El Rey Noso Senhor ordena se dem á Academia Real da Historia Portugueza se ordena á Camera de cada cidade ou villa entre outras cousas que avisem a Academia se ha algüs instrumentos dificultosos de se ler para se mandarem pessoas que os leiam. Em observancia desta ordem avisou a Camera desta cidade havia no Archivo d'ella muitos pergaminhos difficultosos de se ler. Escreveo Vossa Excellencia que se remetessem os ditos pergaminhos os quaes com efeito se remeterão, se entregarão e se passou recibo da entrega delles que está em mão do Escrivão da Camera desta cidade e como os ditos pergaminhos são de cousas pertencentes a ella e por razão de nossos cargos somos obrigados a attender, conservar e adquirir tudo e pôr aquilo que á Camera pertencer, e de que lhe pode resultar utilidade ou prejuizo; ja escrevemos a Vossa Excellencia que foi servido respondermos que se estavão os pergaminhos acabando de trasladar cuja diligencia já estará feita; e assim representamos a Vossa Excellencia o referido, que propondo esta carta na Academia os Senhores Censores hajão por bem de remeter os ditos pergaminhos a esta Camera outra vez e este portador he certo, estando em termos poderá Vossa Excellencia mandalos entregar. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Lagos em Camera de 31 de Julho de 1723.

A fls. 67 se registarão duas cartas húa do Cabido de Coimbra, outra de Francisco Xavier da Serra que pertençião a este lugar.

Do Cabido de Faro

Ex.^{mo} Sñr.—Recebemos a de Vossa Excellencia com a incumbencia de enviarmos a divizão deste Bispadado do Arcebispado de Evora e húa memoria das igrejas e povos deste Reino.

Isto mesmo tinhamos já feito e remetido em outra ocasião o que agora repetimos porque não só o serviço dessa Real Academia mas muito mais a repetição deste nos será de grande gosto. Deos guarde a Vossa Excellencia. Faro em Cabido 24 de Agosto de 1723.

De Frei Afonso da Madre de Deos

Ex.^{mo} Sñr.—Para que Vossa Ex.^a conheça a obrigaçao que me ocorre de servir a Academia, he para mim hñ preceito inviolavel á minha aplicação, remeto a Vossa Excellencia esse manuscripto ou miscelania de papeis que pela variedade poderá ser algù util; e porque não apuro se o contexto delles pode ter serventia os não copiei porque desta sorte ficão as cartas originaes em melhor reputação; e fica por minha conta continuar com a mesma diligencia para que á custa deste pequeno trabalho desempenhe o credito que me resulta das expressões com que me autorisam os Senhores Censores e para tudo o que respeitar ao serviço de Vossa Excellencia está a minha obediencia esperando os seus preceitos. Guarde Deos a Vossa Excellencia. 28 de Agosto de 1723.

De Estevão da Gama e Moura

Meu Senhor.—A ambição de me querer mostrar agradecido ao favor que devo a Vossas Excellencias na ocupação de Academico me obrigou a oferecer para o exame dos Cartorios da cidade de Elvas entendendo que desta diligencia se poderia conseguir algùa utilidade deixando os meyos para este fim por conta da resoluçam de Vossa Excellencia e dos Senhores Censores. Mas pela conta que agora recebo de 24 do corrente vejo a dificuldade que se offerece para que se me permite o poder sair desta praça, e como sem esta permissão não posso executar as ordens de Vossa Excellencia me parecem uteis todas as que Vossa Excellencia me diz me remeterá com avizo meu; mas como o socego da paz não só para fim tão comum mas para qualquer particular admite ausencias nos governadores das praças, não supunha que ouvesse a menor duvida para que eu fosse a esta diligencia sendo do serviço de Sua Magestade como Augusto Protector da Academia e ainda agora me parece bastaria que Vossa Excellencia assim o desse a entender ao Senhor governador das armas desta Provincia, ou que se lhe fizesse esta mesma insinuação pelo Secretario de Estado. Vossas Excellencias resolverão nesta materia o que forem servidos porque a minha vontade sempre está disposta para obedecerlhe. Campo Mayor 27 de Agosto de 1723.

Do Perfeito das missões da Bahia Fr. Francisco de S. João Capuchinho

Aos 26 de Fevereiro de 1705 foi servido Sua Magestade dar aos Capuchinhos Italianos este sitio com hñ pequeno sitio digo Hospicio

e Igreja de Nossa Senhora da Piedade nesta cidade da Bahia. O Illusterrissimo Sr. Nuncio de Portugal Miguel Angelo de Conti, hoje Papa da igreja de Deus, mandou o Padre Miguel Angelo de Napolis a tomar posse do dito Hospicio, e ao depois os nossos Superiores de Roma mandarão por superior ao Padre Fr. André de Paiva, que falleceo com boa opinião em 8 de Julho de 1710.

Em 10 de Dezembro de 1709 fez Sua Magestade merce aos Capuchinhos Italianos das missões fundadas pelos religiosos Capuchinhos Francezes no Rio de S. Francisco. Foi elleito por Perfeito das missões o dito Padre Miguel Angelo de Napolis, o qual mandou muitos religiosos para assistirem nellas com zelo Apostolico e são os seguintes:

1.^a A missão de Irapoa no Rio de S. Francisco que dista desta cidade mais de 200 legoas, na qual assiste ao presente o P. Fr. Joseph de Somarina Capuxinho.

2.^a A missão do Cav.^o mais abaixo do Rio de S. Francisco em que assiste o Padre Fr. Domingos Antonio de Brexin.

3.^a A missão da Uracapa em que assiste o Padre Fr. Apolinario de Brexin.

4.^a A missão de Pambu assistido do Padre Frei Possidonio de Mirandolo.

5.^a A missão da Varge em que assiste o Padre Fr. Thomaz de Conversano.

6.^a A missão do Axará em que assiste o Padre Fr. Hyeronymo de Matera.

7.^a A missão de Rodella em que assiste o Padre Bernardino de Millão.

8.^a A missão de S. Pedro em que assiste o Padre Fr. Vicente de Parma.

9.^a A missão de Pacatuba na lagoa em que assiste Fr. Francisco Romano.

Todas estas forão fundadas, erigidas, e todos os ditos religiosos Missionarios pelo dito Padre Perfeito Miguel Augusto de Napolis. Por ter só este convento da Bahia since ou seis cellas e sem a capacidade bastante para acomodar os missionarios que vinham de S. Thomé, Angola, e Rio de S. Francisco com a sua industria e credito e com a piedade deste Povo tão Catholico, accrescentou dous pequenos dormitorios e igreja cercando de muro de pedra e cal todo o sitio.

Aos 18 de Março de 1717 faleceu o dito Perfeito com opinião de Santo. Assistio ao seu enterro o. Illusterrissimo Senhor D. Se-

bastião Monteiro da Vide da saudosa memoria; e o Excellentissimo Senhor Marquez de Angeja que então era Vicerei deste Estado do Brazil. Ficou em seu lugar por Vice Perfeito o Padre Fr. Francisco de Napoles athe que de Roma vejo por Prefeito o Padre Fr. Francisco de S. João e já tem visitado todas as missões do Rio de S. Francisco e achou estas noticias.

Os papeis que se achão neste Hospicio são h̄u treslado da doação deste sitio que fez Manoel Dantas e sua mulher Nataria Filgueira aos Padres Capuxos Italianos Fr. João Romano e Fr. Thomaz de Sertola capellães da nação Italiana e isto no anno de 1679 em 15 de Abril mas como os ditos Padres Capuchinhos da nacção Franzeza assistião nas missões do Rio de S. Francisco e por ser da mesma ordem no anno de 1680 em 19 de Agosto os ditos Donatários fizerão doação a esses que tomárão posse em 22 de Agosto de 1630 e h̄u pequeno hospicio e igreja.

H̄u traslado da concessão que Sua Magestade fez merce desta igreja da Piedade e hospicio em 26 de Fevereiro de 1705, aos Capuxinhos Italianos.

H̄u treslado da merce que fez Sua Magestade aos Capuxinhos Italianos a este hospicio da Bahia de 8 pipas de vinho livres de direitos para o gasto das missas e provimento dos Missionarios Capuxinhos de Angola e S. Thomé; o que se dá cada anno e foi passada a dita ordem em 14 de Março de 1707.

H̄u da carta de Sua Magestade em que manda se dê da fazenda real da Bahia 20\$ reis a cada Missionario Capuxinho Italiano quando fizesse viagem para as missões de Angola e S. Thomé; dada em Lixboa em 26 de Janeiro de 1715. Neste hospicio da Bahia ao presente estão de morada o Padre Francisco de S. João Prefeito, o Padre Fr. Francisco de Napoles o Padre Rafael de Varare, o Padre Antonio de Cerreto e fr. Miguel de Montone, Leigo.

Se achão em h̄ua Cella algüs Livros Sacros trazidos de Italia pelos Missionarios.

Tem esta Igreja o Altar mó com a imagem de Nossa Senhora da Piedade de vulto, e madeira estufada com o Senhor morto nos braços, nobremente fabricada que cada dia vae aumentando a devoção deste Povo; e agora se acabou de dourar o retabolo com grande gasto com esmolas dos devotos e em grande parte se deve ao Sñr. Vasco Fernandez Cesar de Menezes, Governador e Capitam Geral deste estado que com a sua pessoa e assistencia de todos os Sabados de ladinhas e a seu Exemplo toda a Nobreza e muito concurso de povo.

O Altar de Nossa Senhora da Soledade da parte do Evangelho na Capella mor. Outro altar da parte da Epistola com a Imagem de Nossa Senhora da Graça do Livramento, a qual trouxe a este hospicio hū Capitam de navio tendo-o a dita Senhora livrado de húa Nau Franceza de 40 peças pois a em que vinha o Capitam não tinha mais que 12; e tomado da Ilha Terceira para Lisboa a Nau carregada de trigo topou com dous navios de Mouros e pelejou das 7 horas da manhã athe á noite e lhe matou 200 mouros livrandose sem dano e no tempo da peleja esta imagem suou quantidade de suor pelo rosto e se lhe alimpou com hū lenço branco que o Capitam guardou por reliquia decentemente no seu baul, e quando o procurou não o achou.

E no anno de 1712 sahindo da Bahia deu na Costa da Torre perdido, e se achou o capitão sem lição da terra a donde achou esta imagem sua na praya e dandole graças do milagre a veyo trazer a esta igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Outro altar colateral com a imagem de S. Felix Capuxo com grande devoção, como consta dos grandes prodigios que tem feito como he notorio e se vem postos na igreja.

Na capela mór desta igreja está enterrado o Ex.^{mo} Conde de Vimieiro governador que foi deste estado e na sua sepultura está húa pedra e nella impressas as armas de sua casa, com as seguintes letras.

Sepultura de Dom Sancho de Faro e Souza, Conde do Vimieiro do Conselho de Sua Magestade, Vedor da Casa da Rainha Nossa Senhora da Villa do Vimieiro e Alcoentre, Comendador de Santo Ildefonso de Monte Argil, e da de Nossa Senhora da Graça. Alcaide mór da Villa de Moura e da de Rio Mayor, Governador e Capitam Geral do Estado do Brazil que falleceu em 13 de Outubro de 1719.

Nas ditas missões do Rio de São Francisco, ha igrejas, mas como são feitas de barro e madeira em poucos anos he necessário reformal-as, posto que os missionarios cuidão muito em tellas com toda a limpeza e decoro, trabalhando com zelo Apostolico e grande proveito das almas daquelles Indios convertidos e persuadidos suavemente aos misterios da fé.

Nestas missões papeis, nem memoria algña particular e forão fundadas por Capuxos Francezes, pouco antes do anno de 1670; e só se acha o traslado da terra que Sua Magestade manda dar aos Indios daquela Aldea em forma da ley, e doação perpetua e pelo Dr. Diogo Pacheco de Carvalho, Cavaleiro da Ordem de Christo e seu Desembargador e Comissario das datas das terras no anno de 1703.

Os religiosos que morrerão com boa opinião de Santidade foi o Padre Miguel Angelo de Napoles neste hospicio de Nossa Senhora da Piedade em 18 de Mayo de 1717, o Padre Estevão de Bolonia em 15 de Setembro de 1712. Nas missões o Padre Joseph de Malpignan em 12 de Novembro de 1716 na Irapoa; e nos ditos lugares ainda estão vivas para aqueles Indios as virtudes e zelo apostolico para a salvação das Almas.

Porem não damos conta dos actos cresios, porque os religiosos não procurão acto publico por ser a nossa religião fundada em pobreza e humildade, bastando-lhe só ter tantos Irmãos, santos, e protectores no Ceo, como esperamos ter por este, e especialmente por Sua Magestade, pois com tanto amor e zelo do serviço de Deos ampara a nossa religião capuxina.

O Padre Fr. Bernardo de Napoles Capuxinho Francez que foi missionario do Rio de S. Francisco fez imprimir em Lixboa catalquismo da Lingua Portugueza cariris mais comum aos Indios de S. Francisco.

Estas são todas as noticias e relações que posso dar em observância da Ordem de Sua Magestade que Deus guarde. Bahia 30 de Novembro de 1722.

De João de Olivares

Ex.^{mo} Snr.— O grande desejo que teaho de servir a essa Real Academia e muito em particular a Vossa Excellencia me facilitava o poder mandar este anno algúas noticias das que Vossa Excellencia me recomenda; porem como húas dependem das outras e a averiguación de todas requere mayor dilação entendo aprovará a Vossa Excellencia esta, por se não ver obrigado a reprovar os erros a que se expoem qualquer exame apressado.

Quando Vossa Excellencia julgue que a aplicação de toda esta Província pode ser de algúia utilidade para outro qualquer emprego dos muitos que com incomparavel gosto vemos tomar á sua conta a mais qualificada nobreza do nosso Reino não duvide Vossa Excellencia que nos fará particular favor em nos multiplicar as ordens com novas ocupações. Guarde Deos a Vossa Excellencia muitos anos. Goa 2 de Janeiro de 1723.

Do Cabido do Porto

Pela carta de Vossa Excellencia vemos se nos ordena da parte dos Senhores Censores da Academia Real lhe remetamos húa lista das terras que comprehende este Bispado; e como em execução

de semelhante ordem havemos ha muito tempo, remetida h̄ua lista com individuação das comarcas, freguezias, fogos, e pessoas desta Diocesi; nos vimos precisados a pedir a Vossa Excellencia nos diga a forma em que devemos fazer esta lista que de novo se nos recomenda; porque as terras que comprehende este Bispado hião declaradas na lista mencionada. Esperamos avizo de Vossa Excellencia sobre este particular porque em todos os do real serviço desejamos mostrar a nossa obediencia. Deos guarde a Vossa Excellencia. Porto, em Cabido 14 de Agosto de 1723.

De Frei Francisco da Purificação. Goa. Provincial de Santo Agostinho

Ex.^{mo} Sñr.—Remeto a Vossa Excellencia estas poucas noticias que pode o meu cuidado tirar da grande confuzão com que se conservão neste Archivo as memorias antigas desta Congregação. Vão muito informes mas he defeito inseparável dos partos abortivos e os a que o pouco tempo lhes não permite a perfeita formação. Fico na diligencia de degerir com melhor forma as que não podem nesta ocazião ir e as que espero dos Conventos de fora, sendo que estas não poderão ser muitas porque a mesma perda que experimentarão as praças dos seus cabedaes na alteração do domínio, lamentarão tambem os conventos das suas pobrezas. A pessoa de Vossa Excellencia, Guarde Deos.....

Do Padre Francisco Vaz Preposito da Congregação

Ex.^{mo} Sñr.—Com devida veneração receby a carta de Vossa Excellencia e por dar obediencia á Ordem dEl Rey N. S. que Deos guarde como Vossa Excellencia me insinuava, puz em papel as noticias que pela brevidade do tempo podia alcançar ficando obrigado a continuar este exercicio de tanta gloria de Deus e do serviço de Sua Magestade em todas as monções conforme reza a memoria impressa que Vossa Excellencia me remeteu junto com a sua carta. A obediencia de V. Ex.^a me offereço todo prompto. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Goa e Congregaçam do Oratorio 3 de Janeiro de 1723.

De Pedro da Cunha Settomayor.

Meu Senhor.—Remeto a Vossa Excellencia a copia de h̄ua sepultura que se conserva na capella mór da igreja de Adaufe e sentirei que tenha o descaminho que experimentarão duas inscrições romanas e h̄ua moeda de ouro antiga que no mez de Julho mandei a Vossa Excellencia que Deos guarde. Braga de Agosto 26 de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Meu Senhor.—Fico entregue das 4 cartas que a Vossa Excellencia pedi para os Prelados dos Conventos Monachaes desta Comarca, sendo que me esqueceu o Convento de S. João de Arnoya de religiosos de S. Bento que peço a Vossa Excellencia para o Abade delle outra carta como as mais.

A memoria que Vossa Excellencia me remeteo do Snr. D. Hyeronimo Contador de Argote tirou toda a duvida que havia, e ontem fui ver a pedra, e ando na diligencia de poder satisfazer ao mais que se pergunta; e para o correio que vem farei muito por mandar o capitulo 1.^º do 1.^º titulo desta Comarca sobre as memorias da antiguidade onde satisfarei ao papel do dito Dom Hyeronimo, que o querer dar satisfação e expediente a algüs despachos de feitos da minha obrigação me não deu lugar a pôr em limpo as memorias que já nesta materia tinha junto e delineado para este fim; e para o que for do agrado de Vossa Excellencia, fico muito prompto. Guarde Deos a Vossa Excellencia, Guimarães 26 de Agosto de 1723.

Do Bispo de Lamego

Ex.^{mo} Snr.—Sua Magestade que Deus guarde foi servido recomendar nos por carta do seu Secretario de Estado que mandassemos fazer hūas listas geraes de todas as pessoas do nosso Bispado de todos os sexos e idades as quais se fizerão mas com tão pouca ordem que em muitas das listas das freguezias se não acentarão mais que as pessoas de comunhão e de muitas outras freguezias faltarão inteiramente as listas.

Estando ainda nessa corte fiz novas recomendações sobre esta diligencia tanto para que se emendassem hūas, como para que se concluissem as outras. Agora novamente ordeno aos Parrocos e Arciprestes que as concluão com a possivel perfeição e indefectivel certeza. Em estando tudo concluido farei aviso a Vossa Excellencia e assim o pode certificar aos Sñrs Directores da Academia Real. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Lamego 20 de Agosto de 1723.

Do Bispo de Uranopolis

Ex.^{mo} Snr.—Neste correio recebo duas cartas de Vossa Excellencia a 1.^a de 26 de Julho passado e a 2.^a do presente mez de Agosto, e da demora da 1.^a e do que Vossa Excellencia he servido

participarmè na 2.^a de haverem faltado as noticias desta Diocesi e remeti a Vossa Excellencia no correio de 29 de Julho, nos dous correios antecedentes a dita carta de 14 me confirmo no conceito do muito que os correios estão infestos e infaustos a Braga; para satisfação do que afirmei a Vossa Excellencia na dita carta de 29, envio a carta incluza do correio do Porto de que consta recebeu o maço das ditas noticias em 31 de Julho do sobredito e a elle escrevo neste correio para que averigue o descaminho. E porque com as ditas noticias enviei hū mapa em que vão declaradas todas as terras principaes que comprehende este Arcebispado no corpo das noticias de Braga vão distinctamente declarados os seus limites, não envio a lista que Vossa Excellencia ordena e entendem ser necessaria os Senhores Censores da Academia Real o que farei quando as listas das ditas noticias seja necessaria. Guarde Deos a Vossa Excellencia muitos anos. Braga em 26 de Agosto de 1723.

Do Academicº António de Oliveira de Azevedo

A invasão dos Inglezes nesta cidade consumio dós seus archivos todas as noticias antigas e já por esta causa na descripção deste Reino me governei pelo que de presente era e que tambem servem á historia. O mesmo faço na particular descripção desta cidade que agora envio e que Vossa Excellencia se servirá fazer presente aos Senhores Censores, e brevemente enviarei hū Letreiro antiquissimo que se acha em húa pedra, *prout jacet*. Deos guarde a Vosse Excellencia. Faro 24 de Agosto de 1723.

Da Camara de Aljubarrota

O Dr. Provedor desta Comarca nos enviou húa carta de Vossa Excellencia em que nos ordenava remetessemos a esta Secretaria da Academia Real o auto da Façanha que na occasião da batalha de S. Jorge fez a forneira desta Villa e revendose o Archivo da Camera com solicita diligencia, se não achou tal auto, nem ha memoria de homens que o houvesse e menos se fizesse, e só se tem por tradicção a tal façanha com a existencia da pá, e que a forneira, se chamava Brites de Almeida. Vossa Excellencia poderá ordenar o mais que for do serviço de Sua Magestade e seu. Guarde Deos a Vossa Excellencia muitos anos. Aljubarrota. Camera 3 de Setembro de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Neste correio remeto a Vossa Excellencia o capitulo 1.^º das memorias da antigua Guimarães com que satisfaço como posso ás perguntas do Reverendissimo D. Hyeronimo Contador d'Argote.

Não me culpe Vossa Excellencia nos riscos das Memorias que conthem o dito Capítulo porque he só mostrar com aparencias o que se conserva na realidade e assim irei continuando em satisfazer o que devo á honra que logro. Deos guarde a Vossa Excellencia. Guimarães 2 de Setembro de 1723.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Meu Senhor.—Acompanho o fragmento da inscripção incluza que salvei da Barbaridade que disfigurou o todo com a reiteração dos protestos que farei sempre de empregarme com todas as minhas forças no serviço da Academia Real e se os efeitos não corresponderem aos votos creão Vossas Excellencias que não he reo o animo. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga de Setembro 17 de 1723.

Do Conego Alexandre Carneiro de Figueiredo

Ex.^{mo} Sñr.—Remeto a Vossa Excellencia as noticias de 6 Arci-prestados que de presente se puderão conseguir com a brevidade que se pode e nas costas da Ordem que se mandou por ordem do Reverendo Cabido vão declaradas todas as Igrejas que ha em cada hú delles com as informações dos Parrocos adiante declaradas; ficão dous o Aro e Pinhel, de que agora não faço remessa, por não estarem ainda inteirados o que farei logo que estiverem correntes.

Remeto tambem os termos e limites desta cidade de Vizeu e por onde parte com os outros com as legoas que tem de largura e comprimento pelo melhor que se pôde averiguar. Deos guarde a Vossa Excellencia. Vizeu 11 de Setembro de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Fico entregue da carta para o Abade de S. João de Arnoya de que rendo a Vossa Excellencia as graças e fico nesta Villa de Basto tornando a examinar o que nella ha; e todo o seu distrito que he muito grande e sobretudo algüs nomes proprios dos orágos, em que reconheço pelo original que tenho do index das Memorias que re-

meti; ouve descuido que tornarei para o correio a remeter outro traslado do titulo 3.^o desta villa de Basto.

Em 2 deste remeti o capitulo 1.^o do titulo 1.^o da villa de Guimarães e vou continuando a pôr em limpo o capitulo 2.^o que he muito grande; e assim por ser materia que toca á Vila, que pende de ver o cartorio da Collegiada passarei a outro titulo em que vão Memorias dos Romanos e Mouros que por ora serão mais precisas para a Geographia da Provincia 2.^o emprego do Reverendo D. Hyeronimo Contador de Argote. Deos guarde a Vossa Excellencia. Basto em 15 de Setembro de 1723.

Do Prior de Caramos o Padre D. Luiz da Gloria

Recebo a carta de Vossa Excellencia, e na execução do que me manda nella, experimentará Vossa Excellencia cumpridas, e pontualmente satisfeitas as Ordens de Sua Magestade franqueando todas as as memorias e noticias conducentes ao agrado de tão soberano imperio. Deos guarde a Vossa Excellencia. 13 de Setembro de 1723.

Da Camera de Lagos

Ficamos entregues dos 51 pergaminhos que por ordem de Vossa Excellencia tinhamos mandado para a Academia Real da Historia Portugueza e juntamente dos trasladados. Muito agradecemos a Vossa Excellencia a mercê de os mandar trasladar. Remetemos a Vossa Excellencia o recibo que nos ordena e ficamos ás ordens de Vossa Excellencia que Deos guarde. Lagos em camera de 11 de Setembro de 1723.

De Frei Afonso da Madre de Deus

Com a ocasião da conferencia de 5 de Agosto me apliquei a indagar se descobria algú documento com o qual se corroborasse o que na mesma se disse sobre a origem da Illustrissima Senhora D. Ines Peres, e foi tão bem sucedida a minha diligencia que na mão de húa pessoa particular achei o testamento e codecilos autenticos com que na villa de Veiros falleceu o Barbadão dos quaes consta não ter tido filha que se chamasse Ines e chamarse o mesmo João Afonso Barbadão; e no papel incluzo verá Vossa Excellencia o que contem em substancia os sobreditos documentos, que servindo para a Historia os mandarei com aquella pontualidade com que em toda a ocasião me desejo empregar no serviço da Academia e de Vossa Excellencia que Deos guarde. Evora 2 de Outubro de 1723.

De Frei D. Lopo de Almeida

Ex.^{mo} Sñr.—Por satisfazer ao preceito que Vossa Excellencia me mandou dessa Real Academia e preguntas que se fazião sobre varios assumptos de materias que respeitão á minha religião, não podendo dar cabal satisfação que se dezejava, só pelos documentos que aqui se achão della, fui precisado recorrer aos originais archivos de donde se remeterão 3 quadernos com repostas individuaes, a tudo o que se desejava saber, quaes deixei de apresentar thegora pelo não querer fazer senão traduzidos no nosso idioma em que os remeto a Vossa Excellencia e farei o mesmo de hñ Livro que com elles me vejo de varias cousas muito uteis para a Historia logo que consiga a traducção della para que tudo Vossa Excellencia offereça na Academia por curto obzequio da minha religião, que sempre estará prompta para tudo o mais que seja necessario e eu aos pés de Vossa Excellencia ofereço a minha obediencia. Deos guarde a Vossa Excellencia da Casa, 5.^a feira.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Meu Senhor.—Continuo em remeter a Vossa Excellencia as inscrições que vou descobrindo debaixo da cuberta do meu Procurador nessa Corte porque sei que por esta via chegão á mão de Vossa Excellencia livre dos insultos dos Correios, cuja irreverencia merecia demonstração. Guarde Deos a Vossa Excellencia. Braga de Setembro 30 de 1723.

Do Conego Alexandre Carneiro

Ex.^{mo} Sñr.—Remeto a Vossa Excellencia os dous Arciprestados que faltavão para a inteireza dos que ha neste Bispado com os mais que já remeti em 11 do mes passado; faltão 10 no Arciprestado do Aro as noticias das Igrejas de Nellas e Muimenta que ainda não vierão para onde mandei 2.^a ordem e logo que me forem entregues remeterei a Vossa Excellencia a quem Deos guarde. Vizeu 2 de Outubro de 1723.

Da Camera de Evora

Remetemos a Vossa Excellencia a copia das cortes que se achão no Arquivo deste Senado, e a não se remeterem com mais brevidade foi a falta de leitores por serem as letras antigas e roins e vão trasladadas fielmente, tanto nas datas como nos nomes e no mais que elas conthêm. Deus Guarde a Vossa Excellència. Evora em vereação 22 de Setembro de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Meu Senhor.—Recebo a carta de Vossa Excellencia com o interrogatorio do Padre D. Hyeronimo Contador de Argote a que respondo no papel incluso e farei tudo o mais que me ordenarem os Senhores Censores, como caiba na curta esphera da minha capacidade. Deos guarde a Vossa Excellencia. Braga de Outubro de 5 de 1723.

Do Conego Simão de Almeida de Andrade

Remeto a Vossa Excellencia as noticias que achei nas igrejas filiaes desta Sé que conclui ha poucos dias, e esperava remeter tudo o mais, que se tem pedido por varias vezes, cuja dilação he causada dos Parrocos a quem se encomendou com cuidado, porem meu companheiro as irá remetendo, enquanto vou fazendo outras diligencias por fora da cidade a cuja incumbencia estou sojeito e de tudo darei parte a Vossa Excellencia a quem Deos guarde. Vizeu 9 de Outubro de 1723.

De Alexandre Carneiro de Figueiredo

Ex.^{mo} Sñr.—Receby a de Vossa Excellencia de 9 do corrente e na ultima, que escrevi de 2 do mesmo fiquei de remeter as memorias que faltavão das duas igrejas, Muimenta e Nellas pertencentes a este Arciprestado do Aro, que agora remeto, e assy deste, como dos mais me parece não ficou Igreja, de que senão dessem as noticias de que se procurão; e para tudo o mais que for do serviço de Vossa Excellencia fica prompta a minha escravidão.

Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Vizeu de Outubro 23 de 1723.

De Francisco Xavier da Serra

Ex.^{mo} Sñr.—Fico entregue da memoria que Vossa Excellencia me remeteu do Reverendo Padre Dom Hyeronimo Contador de Argote, e porei todo o disvelo para ver se a ella posso dar cabal satisfação em permitindo o tempo vadear a estrada, e montes por onde a sexta via militar se encaminhava pelos Romanos; e na mesma forma em ver se acho a moeda pedida pelo dito Academico.

Agora remeto a Vossa Excellencia as memorias dos ultimos trez capitulos do Index que remety por conterem algúas noticias precisas para o mesmo Academic. Para servir a Vossa Excellencia fico muito prompto. Deos Guarde a Vossa Excellencia. Guarda 7 de Outubro de 1723.

De Pedro da Cunha Sotto Mayor

Meu Senhor.—Recebo a carta de Vossa Excellencia de 30 de Outubro e a certeza de haver chegado a reposta aos Interrogatorios do Padre D. Hyeronimo Contador de Argote que supuz perdidos.

Tenho passado tão mal estes tempos que me não tem sido possível ir dessenhar as ruinas da Serra de Oliveira, o que farei infavelmente, logo que a saude me dê logar porque em nada cuido tanto como em servir a Academia Real com todas as forças da minha possibilidade e me mortifica grandemente que os achaques se ponham da minha curta intelligencia para (em odio do meu animo) malquistarem com Vossa Excellencia a minha aplicação. Remeto a Vossa Excellencia a copia de húa inscripção romana gravada em húa coluna que se acha interrada junto á Ponte de Prado medida da via militar que por aly corria a Ponte de Lima, Tuy, etc. Húa lavrador que a descobrio, a cortou com grave prejuizo das letras e da sua intelligencia. De húa parte della fez húa pilar para húa baranda, a outra lhe comprei e a fiz conduzir a minha casa, aonde a conservo com outros padrões antigos¹. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Braga em 18 de Novembro de 1723.

Do Padre Fr. Afonso da Madre de Deus

Ex.^{mo} Sñr.—Do Algarve me chegou a inscripção incluza que se acha em húa pedra de 8 palmos que serve de esteo ao pulpito da Igreja de Nossa Senhora da Luz termo da cidade de Tavira, a qual se descobrio os annos passados na quinta da Torre que dista húa legoa da dita cidade².

Tambem em meu poder ficão doulos denarios de prata, húa do Emperador Vespesiano, e o outro ignoro de quem seja ainda que de húa parte tem effigie e da outra, ao que parece os martirios de Christo Nosso Salvador. Estimarei que húa e outra cousa tenha algú prestímo para a Historia e que Vossa Excellencia me dê ocasiões em que lhe obedeça. Deos guarde a Vossa Excellencia. Evora 20 de Novembro de 1723.

Da Camara da Villa de Cerolico

Ex.^{mo} Senhor.—Logo que recebemos a carta de Vossa Excellencia puzemos todo o cuidado em rever o Cartorio deste Senado,

¹ C. I. L., II, n.^o 4794.

² C. I. L., II, n.^o 13.

mas foi infrutuoso todo o nosso trabalho porque lendo o com toda a exacção não pudemos descobrir qual fosse o principio que obrigasse a dezambainhar a espada aos Reys D. Sancho 1.^º de Portugal e D. Fernando 2.^º de Leão; se a tradicções antigas se deve dar algú credito, nesta villa se perpetua na memoria dos naturaes conservada de Pays a filhos que a guerra em que os seus naturaes alcançarão victoria dos Leoneses teve principio em o repudio que D. Fernando Rey de Leão, fizerão á Infanta D. Urraca, irmã dEIRey D. Sancho com quem foi a guerra; o que consta dos Livros antigos d'este Cartorio he ter principio a romagem de Nossa Senhora dos Assores em accão de graças pela victoria que alcançarão os moradores desta Villa e seu termo dos Leonezes, sendo comandante e General de toda a Armada que se compunha dos districtos da Guarda, Trancoso, Linhares e Algodres o Alcaide mór desta Villa Rodrigo Mendes e por hū termo antigo feito no anno de 1569 se conhece ser voto feito com a obrigaçāo de toda a gente desta Villa e seu districto ir em Romaria á Senhora dos Assores armada com suas armas que nesse tempo se usavão de béstas, lanças e Arcabuzes para o que vinhão todos por mar (*sic*) na praça defronte da Casa da Camera em dia de Santa Cruz 3 de Mayo pela manhã que he o dia em que esta Villa vay cumprir o seu voto; e assy formados em forma militar acompanhavão o Senado até o sitio, que em Assores chamão, a Lameira aonde se levantava hūa procissão a que presidia o Senado, que entrando na Igreja de Nossa Senhora nella dezia missa o Prior de Santa Maria desta Villa, que nesta ocasião servia de capellão do Senado e tinha de estipendio hūa pataca, e o seu thesoureiro meya. Na missa ofrecia o Procurador do Concelho a Nossa Senhora a oferta costumada. Acabada a missa vinha a procissão acabar aonde principiou e o Senado se recolhia a jantar com a Nobreza que o acompanhava. De tarde fazião suas cavalhadas na Lameira, e depois de correrem suas parelhas, laranjadas e outros exercícios de cavallaria e se recolhião a esta Villa, entrando na Igreja de Santa Maria, e nella fazião sua comemoração, com que se dava fim á função e os Povos se recolhião a sua casa. Hoje não vae mais que o Senado acompanhado da Nobreza da Villa e os povos do seu distrito e a mais gente peam osvão esperar á Villa de Assores em o sitio de Lameira, e os Juizes dos Povos com suas varas levantadas vão deante da procissão que ainda se faz e dizem missa e oferecem a Oferta a Nossa Senhora e finda esta função toma o escrivão da Camara conta da gente e se condena a que faltou. O Senado com a nobreza vay jantar

a húa casa, que para esta função está deputada e correm os pressos por conta do Procurador do Concelho. Tem para esse jantar certos foros e outras pitanças, e he o que ainda hoje se observa e o mais que pudemos descobrir desta antiguidade, em quanto ás mais desta Villa não as descrevemos por já serem mandadas por certa pessoa a quem forão recomendadas, mas quando sejão necessarias com ordem de Vossa Excellencia as remeteremos. Deos guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Cerolico, Novembro 18 de 1723.

De Pedro da Cunha Sottomayor

Ex.^{mo} Sñr.—O tempo se pos aqui tão chuvoso que me não tem sido possível passar ao exame das ruinas que se achão na Serra de Oliveira; fie Vossa Excellencia de mim que no 1.^º bom dia hei-de fazer esta jornada e em todo o tempo tudo quanto me mandarem os Senhores Censores. Espero que Vossa Excellencia senão esqueça de aplicar a expedição da Ordem para a Camara desta cidade fazer levantar as padrões Romanos que se achão no Campo de Sant'Ana desta, de cujo exame espero que se siga a utilidade de se poder fixar o sitio por onde corria esta via militar daqui para o Gerez que eu julgo ser diversa das que traz o itinerario de Antonino Pio e para este juizo tenho (a meu ver) solidos fundamentos não obstante as autoridades modernas em contrario, como digo ao Padre D. Hyeronimo Contador. Remeto a Vossa Excellencia esta moeda de Vespasiano estampada no seu 2.^º Consulado que achei na mão de húa vilãa deste contorno e lhe custou a largarma porque instruida pelo seu parroco, lhe dava Culto de Idolia como a Veronica de S. Cypriano. Deus Guarde a Vossa Excellencia muitos anos. Braga 24 de Outubro de 1723.

De Antonio de Oliveira de Azevedo

Ex.^{mo} Sñr.—Na igreja de Nossa Senhora da Luz termo da cidade de Tavira no pé do pulpito o qual he quadrado e de pedra está o letreiro incluzo na forma que ahy se lê. Foi a pedra deste pé achada debaixo da terra ahy perto, e bem se deixa ver a sua antiguidade. As letras vão toscas porque não tratei do asseado, tratei do verídico.

Na descripção que remeti desta cidade de Faro, disse que o numero determinado das freiras do seu Convento Capucho era de 32 devendo dizer 33 e he o que se deve advertir e emendar. Deos guarde a Vossa Excellencia. Faro 30 de Novembro de 1723.

Do Reitor da Universidade de Coimbra

Meu Senhor.—O Dr. Manoel Pereira Leal, Academico da Academia Real me entregou húa carta de Vossa Excellencia e em execução do que nella se me ordenava lhe disse logo que estaria prompto todo o Cartorio da Universidade á sua disposição para nelle poder indagar os documentos conducentes ao Instituto da mesma Academia e nas horas que deixar livre a minha ocupação o ajudarei nesta diligencia com grande vontade como pede a obrigação e desejo que tenho de servir a Sua Magestade que Deos guarde, á Real Academia e a Vossa Excellencia a quem Deos guarde. Coimbra 22 de Março de 1723.

As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma)

Em Junho de 1926 várias pessoas chamaram a minha atenção para o facto de se estar demolindo um dólmen sito entre Vandoma e Baltar, no concelho de Paredes, distrito do Pôrto. A gentil hospitalidade do meu distinto amigo, D.^{or} Augusto da Cunha Leal, de Paredes, logo me permitiu o ensejo de visitar o ameaçado monumento, o que fiz na sua companhia e na do S.^{or} Joaquim Ferreira Barbosa, do lugar da Chã de Vandoma, no dia 20 do referido mês. Também me acompanhou o S.^{or} Rui de Serpa Pinto, que voltou mais tarde ao local em nova visita e ao qual devo os desenhos que ilustram esta breve notícia.

O dólmen, já deploravelmente vandalizado, encontra-se no lugar do Padrão (Baltar), em terreno do S.^{or} Alberto Francisco dos Santos, à direita da estrada do Pôrto para Baltar, entre os quilómetros 25 e 26, a sul do marco que indica a última distância. Não o separam da estrada muito mais de 150 metros. Há um grande *tumulus* (fig. 1), de cerca de 15 metros de raio, com um círculo de pedras pequenas, soltas, a meia altura, encontrando-se o megálito reduzido a restos de esteios e talvez da mesa (figs. 2-4). A entrada seria decerto a nascente, mas a poente foi cavado um fundo sulco longitudinal pelas pessoas ocupadas na extração da pedra, porventura já noutras datas mais ou menos remotas, para edificações nas vizinhanças. Vários esteios desapareceram e outros foram quebrados, alguns mesmo recentemente. Um dos maiores blocos que restam, talvez a mesa (fig. 4), mede, na sua maior dimensão, 3^m,40, tendo a espessura de 0^m,43,

Do Reitor da Universidade de Coimbra

Meu Senhor.—O Dr. Manoel Pereira Leal, Academico da Academia Real me entregou húa carta de Vossa Excellencia e em execução do que nella se me ordenava lhe disse logo que estaria prompto todo o Cartorio da Universidade á sua disposição para nelle poder indagar os documentos conducentes ao Instituto da mesma Academia e nas horas que deixar livre a minha ocupação o ajudarei nesta diligencia com grande vontade como pede a obrigação e desejo que tenho de servir a Sua Magestade que Deos guarde, á Real Academia e a Vossa Excellencia a quem Deos guarde. Coimbra 22 de Março de 1723.

As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma)

Em Junho de 1926 várias pessoas chamaram a minha atenção para o facto de se estar demolindo um dólmen sito entre Vandoma e Baltar, no concelho de Paredes, distrito do Pôrto. A gentil hospitalidade do meu distinto amigo, D.^{or} Augusto da Cunha Leal, de Paredes, logo me permitiu o ensejo de visitar o ameaçado monumento, o que fiz na sua companhia e na do S.^{or} Joaquim Ferreira Barbosa, do lugar da Chã de Vandoma, no dia 20 do referido mês. Também me acompanhou o S.^{or} Rui de Serpa Pinto, que voltou mais tarde ao local em nova visita e ao qual devo os desenhos que ilustram esta breve notícia.

O dólmen, já deploravelmente vandalizado, encontra-se no lugar do Padrão (Baltar), em terreno do S.^{or} Alberto Francisco dos Santos, à direita da estrada do Pôrto para Baltar, entre os quilómetros 25 e 26, a sul do marco que indica a última distância. Não o separam da estrada muito mais de 150 metros. Há um grande *tumulus* (fig. 1), de cerca de 15 metros de raio, com um círculo de pedras pequenas, soltas, a meia altura, encontrando-se o megálito reduzido a restos de esteios e talvez da mesa (figs. 2-4). A entrada seria decerto a nascente, mas a poente foi cavado um fundo sulco longitudinal pelas pessoas ocupadas na extração da pedra, porventura já noutras datas mais ou menos remotas, para edificações nas vizinhanças. Vários esteios desapareceram e outros foram quebrados, alguns mesmo recentemente. Um dos maiores blocos que restam, talvez a mesa (fig. 4), mede, na sua maior dimensão, 3^m,40, tendo a espessura de 0^m,43,

da qual se aproximam as espessuras de dois esteios ($0^m,40$ a $0^m,42$), apresentando porém um fragmento com menos de meio metro de lado, a espessura máxima de $0^m,46$, o que denota como eram ingentes as pedras que formavam o monumento. Na impossibilidade de separar nitidamente a galeria e a câmara, medimos em conjunto o seu com-

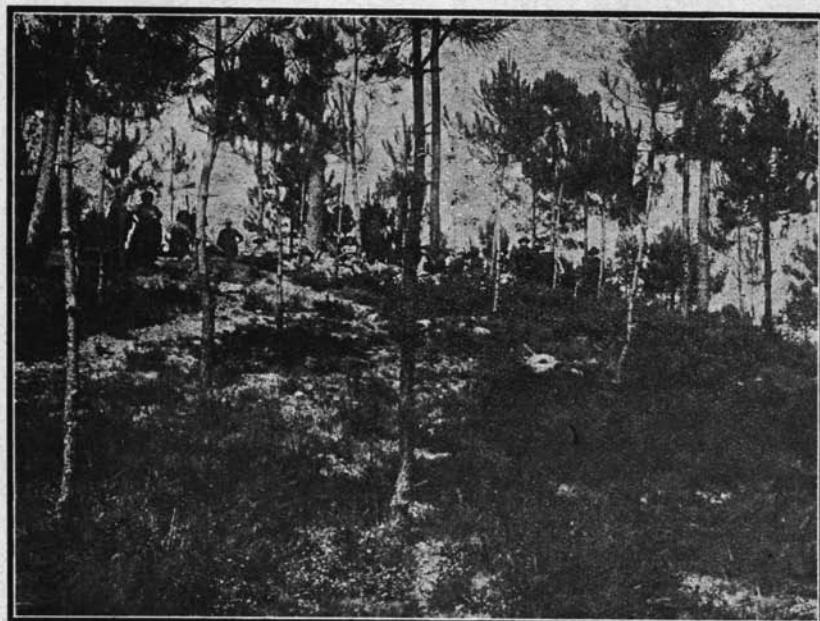


Fig. 1. — A mamoa vista da base

Cliché do Autor

primento aproximado, obtendo o valor de $9^m,40$. A largura da câmara seria talvez de cerca de $3^m,80$ e a da galeria de 1 metro. Estes números mostram como era majestoso aquele megálito.

Entre as tradições populares ligadas ao dólmen figuram a inevitável lenda de tesouros escondidos e uma curiosa narrativa de que ali fôra enterrada a caixa do correio no tempo dos Franceses. O proprietário do terreno em que se encontra esta mamoa vive no lugar chamado Mamoa de Baltar, mas não sabe que haja lá qualquer mamoa.

Do dólmen do Padrão fala, na sua monografia de Paredes¹, o S.^{or} D.^{or} José Correia Pacheco (José do Barreiro), a quem a exis-

¹ José do Barreiro, *Monografia de Paredes* (correcções e acrescentos), Pôrto 1924, p. 696.



Fig. 2.— Um aspecto do dólmen no seu estado actual

Cliché do Autor



Fig. 3.— Outro aspecto do dólmen no seu estado actual

Cliché do Autor

tência desta jazida arqueológica foi comunicada pelo S.^{or} Ferreira Barbosa.

Ao examinar com atenção as pedras que restam dos vários atentados contra a integridade do monumento, atentados que me haviam

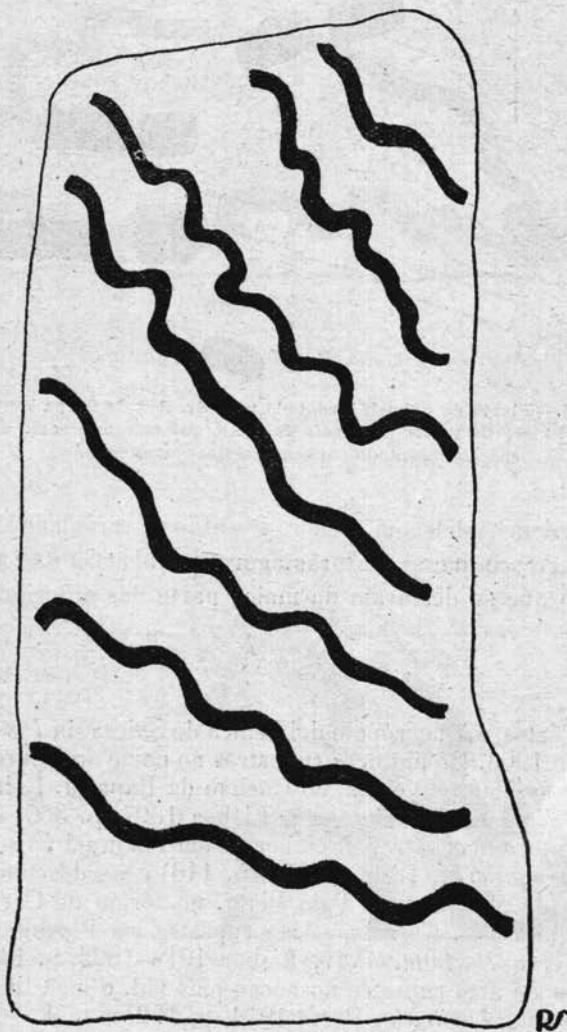


Fig. 5.— Esc. 1 : 10

dito irem renovar-se, descobri, depois de ter regado com água aqueles blocos, numerosas pinturas, a maior parte a vermelho e outras a negro, que nos permitem supor como este dólmen seria rico em decorações picturais que o tornam comparável a outros monumen-

tos análogos do país, sobretudo da Beira Alta, e excepcional entre os dólmenes do norte do Douro, pois, destes, só a necrópole dolménica de Salles (Trás-os-Montes) havia até a data fornecido documen-

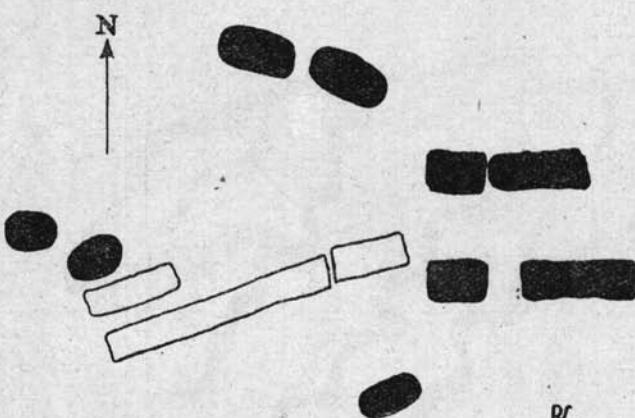


Fig. 4.—Planta do dólmen levantada pelo Sr. Rui de Serpa Pinto na esc. de 1:100. (Os restos prováveis da mesa, que caíram e estão a prumo, são representados apenas pelo seu contorno).

tos dessa ordem¹, aliás em menor profusão e variedade do que os de Baltar. Acresce que as pinturas agora descobertas não são monocromáticas, no que se destacam da maior parte das anteriormente registadas².

¹ José Fortes, «A necrópole dolménica de Sales», in *Portugalia*, I, fasc. 4, Porto 1903. De pinturas rupestres ao norte do Douro, mencionemos ainda as, desaparecidas, do Cachão da Rapa (J. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, I, Lisboa 1897, p. 360; e Vergílio Correia, «Pinturas rupestres descobertas em Portugal no séc. XVIII», in *Terra Portuguesa*, I, Lisboa 1916, p. 116) e as descobertas pelo S.^{or} Horácio de Mesquita na Pala Pinta, no termo de Carlão, Alijó (H. de Mesquita e V. Correia, «Arte rupestre em Portugal: A Pala Pinta», in *Terra Portuguesa*, IV, Lisboa 1918-1922, p. 145). Sobre a bibliografia da arte rupestre no nosso país vid. o meu livro *Os povos primitivos da Lusitania*, Porto 1924, p. 182, nota 1.

² As de Sales e da Pala Pinta são a vermelho. Pelo contrário, eram policromas as do Cachão da Rapa e são-no aquelas, de que démos notícia, da Serra de Côta, na Beira Alta (*Os povos primitivos da Lusitania*, cit., p. 182 sgs.). Do ídolo de Côta adiante referido publicaremos um novo desenho no trabalho *Nouveaux documents de l'art préhistorique en Portugal*, apresentado ao Congresso Internacional de Antropologia, de Amsterdam, em 1927.

A maioria das pinturas baltarenses consiste em linhas sinuosas, serpentiformes.

a) Um esteio que libertámos da terra que o envolia, e o qual media 1^m,30 de altura por 0^m,60 de largura no meio, apresenta sete

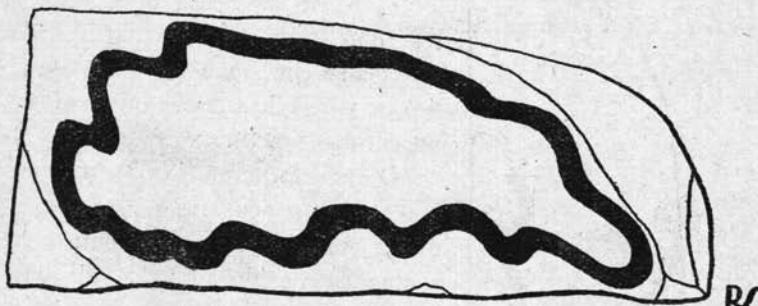


Fig. 7.— Esc. 1:5

traços vermelhos, sinuosos, dispostos mais ou menos obliquamente, alguns quase horizontais (fig. 5);

b) Um fragmento com 0^m,85 de altura apresenta três linhas serpentiformes, duas a vermelho e uma a negro, marginando inferiormente uma das outras (fig. 6);

c) Vi também três linhas sinuosas, duas em vermelho e outra a negro, sobre a face quase quadrada dum outro bloco, a qual media

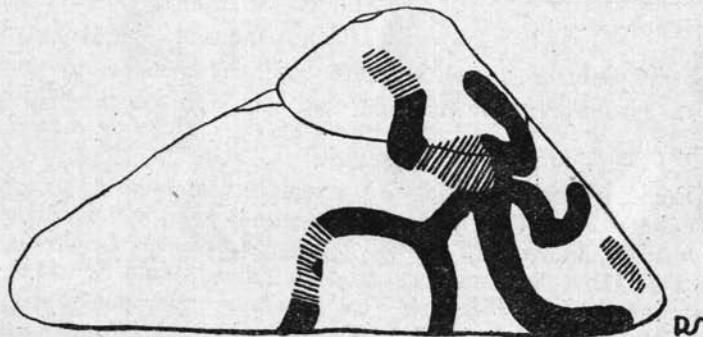


Fig. 9.— Esc. 1:5

pouco mais de 0^m,40 de lado, tendo a pedra a espessura máxima de 0^m,46;

d) Um pequeno fragmento de pedra, de que promovi a remessa para o Museu Antropológico da minha direcção, apresenta a vermelho um contorno sinuoso alongado e irregular, que envolve uma pequena área na qual se encontra um traço rectilíneo longitudinal (fig. 7);

e) Um outro fragmento, que trouxe também para o Museu do Pôrto, contém a vermelho três linhas sinuosas e o esquema¹ da figura humana, vulgar na arte rupestre simplificada (fig. 8);

f) Entre as peças mais interessantes, que foram cedidas para o Museu, destaca-se um pequeno bloco com seis linhas vermelhas mais ou menos convergentes (fig. 9).

O aspecto tentacular desta representação fez-me pensar no polvo, mas ela difere consideravelmente doutras representações consideradas do polvo², visto que lhe faltam a cabeça e os olhos e, além disso, os tentáculos não apresentam uma disposição regular. Por outro lado, dada a proveniência deste bloco dum outro muito maior, é de presumir que a pintura fosse mais extensa e mais complexa. Tratar-se-ia, por exemplo, do ídolo esquemático do neo-eneolítico?

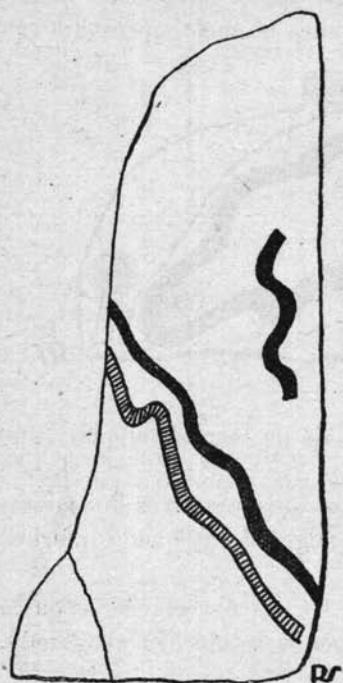


Fig. 6.— Esc. 1:10

O interesse especial destas descobertas está nos factos já apontados da raridade de pinturas megalíticas até hoje encontradas ao norte do Douro e no emprêgo de mais de uma cor. Não são também mono-

¹ Em Portugal vemo-lo, por exemplo, também numa pintura dum dólmen de Sátão (Beira), representada pelo S.^{or} D.^{or} Leite de Vasconcellos na fig. 112 do vol. I das *Religiões da Lusitania*, e na pintura da Orca dos Juncais também publicada pelo S.^{or} D.^{or} Leite de Vasconcellos em *L'Homme Préhistorique* e por nós reproduzida na fig. 10 de *Os povos primitivos da Lusitania*. Em Espanha aparece também com freqüência (vid.: H. Breuil, «L'âge des cavernes et roches ornées de France et Espagne» in *Revue Archéologique*, t. xix, Paris 1912, pp. 36 e 37; H. Obermaier, *Fossil man in Spain*, New-Haven 1924, est. xxi-A e xxi-B). Breuil encontrou-o ainda no abrigo de Valdejuncos, Esperança, perto de Arronches, publicando-o na *Terra Portuguesa*, Lisboa 1917, p. 17 sgs. Reproduzimos igualmente nos *Povos Primitivos* (fig. 11) um dos *panneaux* do abrigo de Valdejuncos, descobertos pelo arqueólogo francês.

² H. Breuil, «L'âge des cavernes», etc., *op. cit.*, fig. 34, 2.^a linha, representa «le soi-disant poupe» de Jimena (Jaen).

cromas as decorações picturais dum dólmen do Campo das Antas, perto de Sanguinhedo de Cota (Beira Alta), cuja descrição démos nouros trabalhos nossos já citados. O dólmen de Baltar, sem apresentar o ídolo ricamente estilizado e as pinturas ramiformes desse dólmen, fornece, porém, além das linhas onduladas, que aparecem também naquele, as pinturas referidas nas alíneas *d* e *f* e o esquema

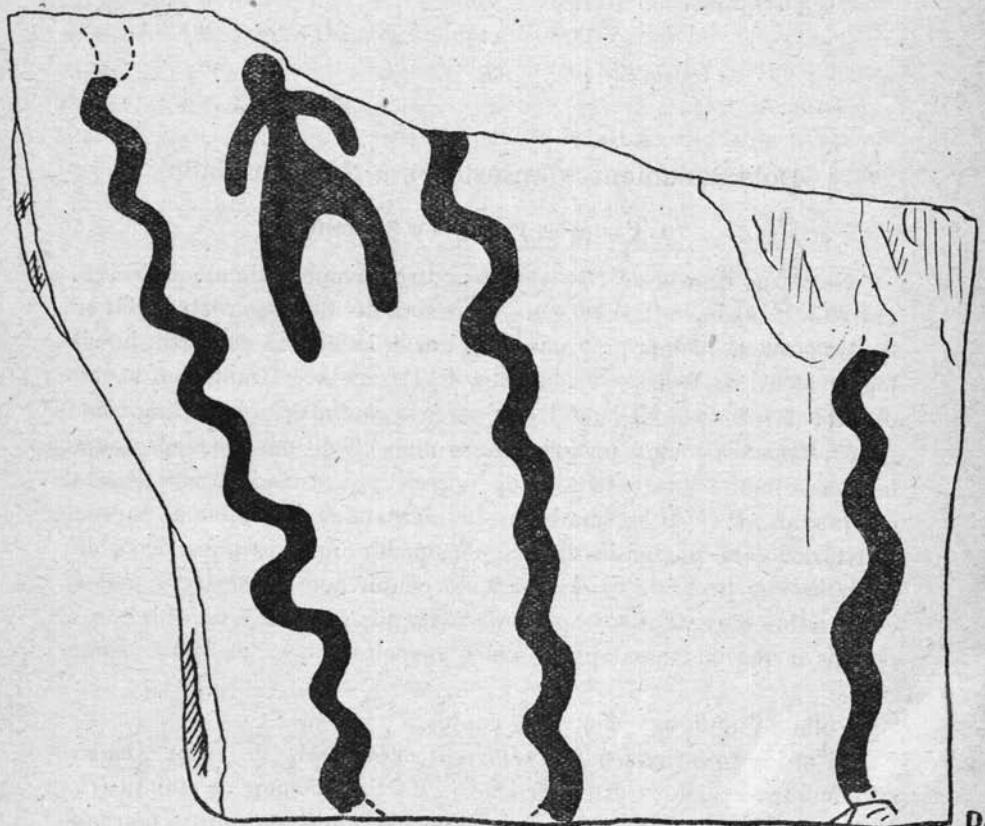


Fig. 8. — Esc. 1 : 5

da figura humana, mencionado na alínea *e*, pinturas que não se encontram no megalito beirão.

Vê-se que, como este último, o dólmen do Padrão era profusamente decorado, sendo um e outro verdadeiras capelas mortuárias, em que o artista neolítico representara em abundância, na sua arte esquemática e estilizada, os seus ídolos e os seus símbolos religiosos.

Pena é que o monumento de que nos estamos ocupando esteja reduzido a tam precárias ruínas. Congratulemo-nos, entretanto, pela

aquiescência do proprietário do terreno ao transporte de alguns pequenos fragmentos pintados para o Museu que dirijo, e pela boa disposição que mostrou perante as nossas instâncias para que se não renovassem os deploráveis atentados cometidos com a demolição do dólmen e com a transferência das suas pedras veneráveis para edificações modernas¹.

31 de Outubro de 1927.

A. A. MENDES CORREIA.

Dois documentos anteriores à Nacionalidade

Os Coutos de Paradela e Mazarefes

No térmo da vila de Barcelos, e noutros tempos julgado de Neiva, entre o Cávado, o Douro e as serranias do Barroso, está o lugar de Mazarefes, que em eras passadas gozou as honras de couto: privilégios idênticos fruíram os lugares de Paradela e Crasto, no térmo da vila de Ponte do Lima. Estas terras, coutadas pelo mesmo monarca, formaram uma propriedade e mais tarde um morgado, cuja história é muito interessante. Rendia onze mil cruzados, percebendo os quartos dos frutos, madeiras, e matos que se colhiam no seu território, com a regalia de ninguém poder neles levantar casa de sobrado sem licença dos senhores do couto, nem fazer lagar, antes eram todos obrigados a ir pisar as uvas aos seus.

Eis o que pudemos apurar a seu respeito.

Velhos e antigos eram estes coutos.

Já no livro primeiro das *Honras e Devassas de Alem Douro* se encontra escrito: «Ittem freguezia de Sam Simon de Junqueira Mazarefes he provado que he couto de antaltares, per marcos e per divisões»², mas tam antigo já era o couto, que se perdera porventura a memória da sua instituição, o que fazia os *enqueredores* dizerem: «maes nom dizem quem no contou nem quem lho deu...». As inquirições que o rei bolonhês mandou fazer em 1258 também nada adiantam sobre o assunto: «Ittem in couto sancti

¹ Dêmos a primeira notícia destes achados de Vandoma na *Aguia*, (Pôrto 1926), sob o título de «Arte prehistórica no distrito do Pôrto».

² Livro I das *Honras e Devassas de alem Douro*, fl. 93.

aquiescência do proprietário do terreno ao transporte de alguns pequenos fragmentos pintados para o Museu que dirijo, e pela boa disposição que mostrou perante as nossas instâncias para que se não renovassem os deploráveis atentados cometidos com a demolição do dólmen e com a transferência das suas pedras veneráveis para edificações modernas¹.

31 de Outubro de 1927.

A. A. MENDES CORREIA.

Dois documentos anteriores à Nacionalidade

Os Coutos de Paradela e Mazarefes

No térmo da vila de Barcelos, e noutros tempos julgado de Neiva, entre o Cávado, o Douro e as serranias do Barroso, está o lugar de Mazarefes, que em eras passadas gozou as honras de couto: privilégios idênticos fruíram os lugares de Paradela e Crasto, no térmo da vila de Ponte do Lima. Estas terras, coutadas pelo mesmo monarca, formaram uma propriedade e mais tarde um morgado, cuja história é muito interessante. Rendia onze mil cruzados, percebendo os quartos dos frutos, madeiras, e matos que se colhiam no seu território, com a regalia de ninguém poder neles levantar casa de sobrado sem licença dos senhores do couto, nem fazer lagar, antes eram todos obrigados a ir pisar as uvas aos seus.

Eis o que pudemos apurar a seu respeito.

Velhos e antigos eram estes coutos.

Já no livro primeiro das *Honras e Devassas de Alem Douro* se encontra escrito: «Ittem freguezia de Sam Simon de Junqueira Mazarefes he provado que he couto de antaltares, per marcos e per divisões»², mas tam antigo já era o couto, que se perdera porventura a memória da sua instituição, o que fazia os *enqueredores* dizerem: «maes nom dizem quem no contou nem quem lho deu...». As inquirições que o rei bolonhês mandou fazer em 1258 também nada adiantam sobre o assunto: «Ittem in couto sancti

¹ Dêmos a primeira notícia destes achados de Vandoma na *Aguia*, (Pôrto 1926), sob o título de «Arte prehistórica no distrito do Pôrto».

² Livro I das *Honras e Devassas de alem Douro*, fl. 93.

simeonis de mazareffes»¹, rezam elas, e na mesma ignorância estão os referentes a Paradela: «... e dizê que he couto dantaltares»², e a Crasto: «... e dizem que o tragem donra»³.

Por aqui já se vê quam antigos não seriam estes coutos para já nos medievais tempos de D. Afonso III se não saber a sua origem. ¿Perder-se-ia ela no crepúsculo matutino do alvejar da história da península, de modo que teremos nós de desistir da nossa curiosidade histórica de saber quem seria que isentaria aquelas terras de alguns tributos, e as privilegiaria com certos direitos? Não, os *enqueredores* não inquiriram bem, ou foi-lhes oculto o que procuravam, ou talvez mesmo que nesses tempos de incultura todos se tivessem esquecido da origem d'estes coutos, porque foi, realmente, nas semi-trevas da dominação neo-gótica que êles se instituíram.

Estava-se na era de 1023, que é ano do Senhor de 985.

Reinava então em Lião D. Bermudo II (982-999), o gotozo, esse rei infeliz que viu o terrível wali do califa de Córdova, Almanzor, tomar-lhe Coimbra, Astorga, Lião, e por último destruir a cidade custódia do corpo do Apóstolo das Espanhas. Nunca os saracenos tinham entrado tam longe, haviam chegado ao coração da nova monarquia de Pelágio, ao santuário do derrocado império visigótico. Na corte d'este rei, aos três dos idos do mês de Junho, encontravam-se reunidos os bispos Oiliulfo, Hermenegildo, Pelágio, Armenário, Adreito Pelágio, bispo de Coimbra, Mendo Mendes, *dux*, Soeiro Rodrigues, *dux*, e outros mais dignitários. Iam testemunhar a doação que Telo Aolote⁴, grande personagem na corte de D. Bermudo, pois que êste lhe chama seu *dux*⁵, e sua consorte Dona

¹ Livro I das *Honras e Devassas de alem Douro*, fl. 93.

² *Inquirições* de D. Afonso III, fl. 93 v.

³ *Ibid.*, fl. 193.

⁴ É a tradução que encontro do latim bárbaro «Aloitti».

⁵ Não corresponde êste vocábulo ao título honorífico português. É antes um título de autoridade militar que se aproxima muito do seu sentido latino. Significa, na língua de Cícero, primeiramente comandante (de *duco*, «conduzo»), depois general com grandes poderes, e por último governador de uma província. Os godos nas Espanhas—segundo diz Severim de Faria nas suas *Notícias de Portugal*, discurso III, pp. 127-128—adoptaram os mesmos nomes. «O mesmo título tiverão os godos em Hespanha, porque imitando em muitas coisas os Emperadores Romanos, poserão em suas fronteiras Capitaens geraes com o nome latino de *Duces*, ou *Duques*, os quais governavam os seus territorios e Províncias como agora fazem os Viso-Reys, e delles fallão muitas leys do Fuero Juzgo».

Muma, faziam a Deus, ao bem-aventurado Apóstolo Sant'Iago, aos santos e mártires da corte celeste, e ao mosteiro de São Payo de Ante-altares, da ordem de S. Bento, sito na cidade de Compostela e que depois se anexou ao de S. Martinho Real do Pinheiro¹, dos lugares que herdara de seus pais e avoengos, chamados Paradela e Mazarefes.

Numa evocação histórica não nos custa imaginar o Conde Dom² Telo, velho talvez, — preparava a sua entrada no céu . . . —, ao lado de Dona Muma, de cabelos brancos, e arranhando o grande pergaminho estatelado sobre a mesa, o hoje incógnito notário escrevendo, escrevendo sempre na sua gótica letra, no seu bárbaro latim: «Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo que é na trindade um só e verdadeiro Deus . . .», começa o documento, «. . . eu, Telo, da antiga família Alolte, juntamente com minha espôsa Dona Muma, a vós Deus poderoso e redentor, aos santos triunfadores, aos gloriostíssimos mártires de Deus, e ao seu Apóstolo Sant'Iago, a Pedro, abade, e a toda a sua congregação, chamada mosteiro de Ante-altares, e que residem junto ao túmulo do Apóstolo de Deus em milícia regular e comunidade, enquanto permanecerem na mesma monástica vida, e àqueles que nela venham a viver, concedo as vilas que tenho por herança de meus pais e avós . . .», e segue fastidiosa a descrição e enumeração dos impostos e rendimentos das mesmas vilas; depois explica bem o fim desta doação: «. . . as quais concedo ao meu Deus, ao seu Apóstolo, e aos frades acima referidos, com todos os vinhedos, terras, pomares e rendimentos, para salvação da minha alma e remissão de minhas culpas, para o resgate dos cativos, abrigo dos religiosos, pousada dos viajantes, e socorro dos pobres, dos peregrinos, dos necessitados e miseráveis, e ainda para que os ditos frades hajam subsídio temporal, e nós glória eterna perante Deus. E estão estas vilas em território Bracarense . . .», e acaba com uma fervorosa súplica final ao Apóstolo, e as maldições do estilo.

«Concedo-as ainda a Deus onipotente e a vós irmãos nossos

¹ Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, t. I, p. 199.

² O «Conde» e o «Dom» foram-lhe acrescentados mais tarde por escritores posteriores. Era corrente nos escritores mais modernos dar estes títulos póstumos aos ilustres varões visigóticos, como largamente se vê no *Nobiliário* atribuído ao Conde D. Pedro, etc., e já num documento, do tempo de D. Fernando o Magno, se dão estes títulos a D. Telo.

já referidos, para que naquele tremendo dia em que o Senhor dos séculos vier julgar-nos pelo fogo, para que não sejamos com os réprobos à esquerda, mas sim mereçamos ser coroados à direita com os anjos e santos. Rogo-te pois, Santo Apóstolo de Deus, para que esta minha ínfima e insignificante acção seja favorável nos teus olhos, e como jaza na agonia, tu me protejas com a tua misericórdia, e quando te invocar, me digas: «eis, aqui estou». E assim com juramento pelo Deus do céu e do reino da glória o confirmo, e me comprometo a não violar esta doação na menor parte sequer; e se todavia (o que mal concebemos) esta minha acção, a qual espontaneamente fiz, vier a violar e este testamento na menor parte o tentar infringir, quer seja eu como qualquer outro, tanto enviado régio, ou bispo, ou parente, ou quem quer que seja, que perca a luz dos seus olhos, seja danado e aniquilado como a árvore estéril e como o pó que o vento levanta da face da terra, que desçam sobre él todas as maldições escritas no livro de Moisés, excelso servo de Deus, e que sofra com Judas, o traidor, a condenação eterna.

E para o temporal condeno-o a que reponha o dôbro e o triplo de todas as ditas vilas com todas as suas pertenças, e pague ao poder real três talentos de ouro. E este é lavrado para que valha plena e indubitavelmente, e tire todas as dúvidas em todos os séculos dos séculos, amen. Escrita esta doação, segundo os termos e formalidades jurídicas, no terceiro dia dos idos de Junho, era vigésima terceira depois da milésima, reinando nosso príncipe Dom Bermudo, e na sua presença foi confirmada».

Interessante monumento de estilística do século X! Mas vejamos ainda o que dizem as assinaturas, que não deixam de também ser curiosas.

«Eu Telo, e minha esposa Dona Muma, nesta página e presente doação, a qual espontaneamente oferecemos a Deus Nossa Senhor, ao seu Apóstolo, e aos ditos frades, em cuja presença com nossas mãos a entregamos e de nossa livre vontade assinamos». Seguem-se as confirmações de sete bispos, quatro *duces*, e de mais trinta e quatro personagens; e no fim do pergaminho, com a cifra de Cristo à frente, grave, imponente, majestoso, assina-se: «Em nome do Senhor, Eu, Bermudo, por graça divina Rei, confirmo o voto e holocausto de meu *Dux*»; a um canto ficaram perdidas as garatujas dos sinais tabelionícicos.

Nada mais faltava para a validade do documento.

Tranquilo ficou Dom Telo com a segurança de um bom lugar no paraíso, e contentes os frades com a perspectiva de pingues

rendas para arrecadar nas suas arcas, no que em parte estes se enganaram, como vamos ver.

Acabada a feitura do precioso pergaminho, em que se doavam grossos rendimentos aos frades de Ante-altares, arrecadou-o o abade, levou-o consigo, e passou a fazê-lo figurar no cartório do mosteiro.

Os frades entraram então no gózo das suas novas terras.

Não havia passado um século sobre o facto que acabamos de relatar quando os frades se encontraram numa grande aflição.

O motivo era o seguinte:

Um belo dia, depois de no trono de Lião se ter sentado D. Fernando, este lembrou-se de doar estas terras a um João de Meyra. Todavia, o dano não foi grande, porque sério era nesses tempos brincar com a Igreja, e se um convento de frades bentos pouca força tinha, não lhe era difícil encontrar na mesma Igreja um protector que seriamente incomodasse D. Fernando.

El-Rei não tardou em restituir aos religiosos as terras que lhes roubara.

Mas os frades não sossegaram, queriam uma reparação... Para a obter andaram em jôgo as diplomacias de um lado e doutro; quem ganhou?

Em Compostela se achava D. Fernando quando foi cercado pelos frades de Ante-altares. El-Rei viu-se rodeado da comunidade, com o abade, Sangilo, à frente, tudo sob o comando do bispo de Sant'Iago, D. Crescónio, a pedir-lhe que lhes coutasse as terras que lhes legara o Conde D. Telo. Em sérios apuros se viu o magno rei, e ele, que diante dum a chusma de mouros não recuara, hesitou, não soube dizer que não; mas, achando uma porta falsa que lhe desse saída da embarçoosa situação, solenemente prometeu que se lhe fizessem este pedido na vila dos Arcos, de boa vontade anuíria ao seu pedido. Com esta resposta não ficaram por certo os bons frades muito contentes, mas resignados esperaram, à espreita da primeira ocasião. Não se fez esperar. Corria o ano de 1063, que é era de César de 1101. Março ventoso encontrou D. Fernando em terras portucalenses, na sua vila dos Arcos. Talvez que D. Fernando se esquecesse da sua promessa aos frades de São Payo; não era porém assim com os interessados. Mal souberam onde D. Fernando estava, enviaram Hermenegildo e Jorge, e mais uns outros irmãos, a lembrarem a promessa ao monarca.

Palavra de rei não volta atrás; era uma segunda que se contava três dias dos idos de Março e lavrava-se o auto da instituição em coutos das vilas doadas pelo Conde D. Telo. Este diploma foi assi-

nado em primeiro lugar por D. Fernando: «Fernando, pela graça de Deus, praz-me decretar e proteger êste privilégio que por minha própria e espontânea vontade fiz a êste mosteiro, o qual com meu próprio punho confirme», depois a rainha D. Sancha, os infantes D. Sancho Fernandes e D. Afonso, os bispos de Lião e Sant'Iago, D. Payo e D. Crescónio, e por último Nuno Soares, Fernão Joanes, Nuno Vasques, e mais outros grandes da corte.

Sossegaram então os frades, e, com mais êste pergaminho, voltaram aos jejuns e vigílias junto do túmulo do bem-aventurado Apóstolo, patrono das Espanhas. Quedos e tranqüilos deixaram os coutos por mais de quatrocentos anos, e, quando o condado portucalense definitivamente passou do domínio de reis leoneses a reino de príncipes de Borgonha, os prudentes frades desejaram a confirmação da posse dos coutos, e parece que o fundador da monarquia anuíu ao seu pedido, confirmando-os no ano de 1185.

Passados quatro séculos sobre a doação de D. Telo — estava-se em pleno século xv — o convento descobriu que poucos lucros tirava dos coutos. É que a despesa da cobrança engulia o dinheiro da receita. Reuniu o capítulo, consultaram-se estranhos, e assentou-se em que o melhor seria aforá-los. Mandaram, pois, chamar Pero Afonso, que era notário em Sant'Iago, e Afonso Geraldes, mercador, e um certo alfaiate chamado João, para servir de testemunhas e logo passaram procuração ao abade do convento, D. Fr. Martim Afonso, e a um monge chamado Rui Gomes, para que pudessem tratar dêste negócio em nome da comunidade, dando juntamente muitas instruções e recomendações sobre o modo como o negócio devia ser efectuado. Passou-se isto a catorze de Abril de mil quatrocentos e vinte e seis.

Neste mesmo ano, mas no mês de Maio, doze dias depois da sua entrada, e na vila de Caminha, perante Afonso Ramos, tabelião por El-Rei nesta vila, e das testemunhas Gonçalo Gil, Diogo Fernandes, Aires Vasques, abade da dita vila, Francisco Afonso, abade de Moledo, e João Afonso, lavrava-se a escritura de emprazamento dos coutos de Paradela, metade de Crasto, e Mazarefes, com todas as suas igrejas, ermida, pertenças, e direitos, com as igrejas de S. João da Ribeira, S. Simão da Junqueira, e Santa Maria da Fonte Cuberta, que o mosteiro de São Payo de Ante-altares, representado pelo seu abade e um seu freire, fazia a João Gomes da Silva, rico-homem de Elrei de Portugal, do seu conselho, e seu alferes-mor, e a Aires Gomes da Silva, seu filho, pelo fôro de vinte coroas de ouro do cunho do reino de França, «boas e leais de justo preço».

Deviam ser pagas cada ano pelo Natal, no dito mosteiro, mas por quanto ele precisasse de dinheiro, o alferes-mor pagou de uma vez cinco anuidades¹.

Se bem que o aforamento fôra feito para a vida dos dois, de um outro, e mais dezanove anos, não sabemos que acontecimentos houve para que, vinte e cinco anos depois, o mosteiro tornasse a aforar os mesmos coutos a D. Mecia Pereira, filha de Rui Pereira, senhor da terra da Feira. Esta senhora era casada com Martim Mendes de Berredo, alferes-mor de D. Afonso V, filho de Gonçalo Pereira de Riba de Vizela, o das armas². A escritura lavrou-se em Sant'Iago da Galiza a dez de Setembro de 1451. Morreu Martim Mendes na corte de França, para onde fôra como embaixador, e a sua viúva, com a sua irmã D. Teresa, a madre Brites Leitoa, e outras virtuosas donas, resolveram construir em Aveiro o convento de Jesus. Estando D. Mecia para professar no mosteiro das Emparedadas da Ordem de S. Domingos da Observância, edificado na mesma vila, como precisasse de dinheiro para a construção do convento, concertou com sua irmã em vender os coutos, os quais ela já tinha nomeado nela D. Teresa, revogando, com consentimento desta, a nomeação. Obtida licença do convento de Ante-altares, directo senhorio dos coutos emprazados, venderam-se os referidos foros com todos os seus coutos, honras, terras, jurisdições, igrejas, mosteiros, padroados, têrgas, e meias têrgas de pão, vinho, linho, dinheiro, e azeite, a Diogo Pereira, cavaleiro da Casa de El-Rei, e seu almoxarife na vila de Ponte do Lima. Tudo isto ele comprou por quarenta mil reais brancos, de trinta e cinco libras cada real, conforme se vê na escritura lavrada no mesmo mosteiro aos onze dias do mês de Setembro, ano de 1464, por Fernando Eanes, público tabelião na vila de Aveiro, pelo Conde de Odemira, adiantado do Reino do Algarve e de entre Tejo e Odiana, comendador-mor de Sant'Iago, e senhor da referida vila; presenciaram como testemunhas Pero

¹ Temos diante de nós este documento, que existe em nosso poder, é, por ser muito curioso, transcrevemos as razões referentes ao adiantamento do dinheiro: «... e por quanto o dito mosteiro ha mester grandes reparamentos asi eno corpo da dita iglesia como enos paramentos dela e ena casa de cosiña e do refeytorio ... e ena agoa que ha de seer tragida aa do dito moestiero para mätymëto do dito abade e mõges del e de outras personas e dos homens q vieren do apostollo s. tiago en romaria e que van ao dito moestiero alcançar os perdões e indulgencias que en ella ha».

² Carvalho da Costa, *ob. cit.*, p. 199, t. I.

Fernandes, tabelião, Gil Martins Pires de Roriz, cavaleiro da Casa Real, Pedro de Oliveira, escudeiro, e D. Teresa, a irmã de D. Mecia.

Pela escritura de venda pagou-se ao tabelião trinta reais. Assim entraram num ramo dos Pereiras,— primeiro só a enfiteuse, depois o domínio direto,— os coutos de Paradela, Mazarefes, e metade de Crasto.

Sem querermos embrenhar o leitor na floresta genealógica, onde floresceram tam nobres árvores que tanto engrandeceram Portugal, não podemos deixar de apontar para uma árvore, activa, frondosa e venerável, que nesta especial linguagem botânica, que se chama a heráldica, se apelida Pereiras. Porque, primeiro por várias vias, depois por morgado, nunca mais, durante muitas gerações, estes coutos saíram da posse dos descendentes do almoxarife de Ponte do Lima, teremos daqui por diante de tratar com êles, vejamos primeiro os que antes dêles foram.

Este Diogo Pereira, que além dos cargos já enumerados era ainda alcaide-mor de Vila Nova da Cerveira, e depois o foi de Barcelos, era filho de Lopo Roiz Cerveira, que viveu em Ponte de Lima, de cujos reguengos foi senhor por doação de D. Duarte, feita em Santarem em 1431, e de D. Brites Lôbo, que era filha de Martins Gomes Lôbo, e de Maria Pinheiro. Seus avós paternos foram Rui Lopes Cerveira, senhor da honra, torre e solar dos Cerveiras, e D. Maria Pereira. Foi esta Senhora quem deu o apelido ao seu neto Diogo Pereira, e era filha do prior do Crato D. Álvaro Gonçalves Pereira, e de Iria Gonçalves do Carvalhal. Era irmã do grande Condestável, e, como êle, descendia dos nobilíssimos Pereiras, senhores do couto da Palmeira, de quem o Conde D. Pedro fala no título XXII no seu *Nobiliario*. Eram seus avoengos os terríveis Gonçalo Roiz de Fruias, Rui Gonçalves de Pereira, Pedro Roiz de Pereira, e tantos outros que formam o tronco desta linhagem. Passando da história para a lenda e fantasia dos linhagistas, encontramos entre os seus progenitores reis da Lombardia, e duques da Baviera⁴. Razão havia portanto para Diogo Pereira tomar o apelido que sua avó lhe legara. Lopo Roiz Cerveira teve três filhos: Fernão, progenitor dos Pereiras, senhores de Bertiandos, hoje Condes do mesmo título; Martim, progenitor dos Ferreira de Vila do Conde; e este Diogo Pereira, que alguns dizem ser o mais velho, progenitor dos Pereiras de Mazarefes, pois por este nome são conhecidos seus

⁴ Vid. Rangel de Macedo, *Nobiliario*, título «Pereiras»; Júlio Dantas, *O libelo do Cardeal Diabo, O Mau Genio de Nunalvares*; Jacinto Leitão Manso de Lima, *Nobiliario*; etc.

descendentes nos nobiliários. Diogo Pereira achou-se na batalha de Toro, foi cavaleiro da Ordem de Avis e houve uma tença de D. João II: não se embaraçou nos laços do matrimónio, mas fora dêle teve, em Branca de Andrade, a Fernão Pereira, que foi talvez o primogénito, a quem D. Afonso V legitimou em 1465, e Rui Pereira, também legitimado pelo mesmo rei; e de Margarida Álvares teve a D. Branca Pereira, por D. João II legitimada em Évora a 16 de Junho de 1536, e que casou com João Gonçalves, dêles procedendo os Távoras Pereiras, de Viana, e os Costas Pereiras Calheiros, da Vila da Barca. Já chega contudo desta matéria; não nos esqueçamos da história dos coutos.

Entrou Diogo Pereira, por virtude da compra, na posse do seu domínio. Um ano depois pediu ao convento senhorio que lhe reconhecesse a compra, ao que os frades acederam. Mais tarde, o convento disputou-lhe a apresentação das igrejas perante o muito reverendo senhor D. Fernando, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Espanhas. Da sentença dada apelou Diogo Pereira para a Santa Sé, mas a questão não prosseguiu por se efectuar uma composição entre os litigantes, renovando-lhe o convento o prazo na forma dos antecedentes com seus coutos e padroados por escritura de vinte e sete de Junho de 1480, por Afonso Eanes, tabelião de Viana. O alcaide-mor de Vila Nova da Cerveira logrou o prazo de sete para oito anos, e sendo falecido, seu filho, Fernão Pereira, requereu ao convento a renovação dos ditos prazos que seu pai lhe deixara. Não se opôs o mosteiro, de modo que a treze de Maio de 1488, João Alves, notário público em Sant'Iago de Compostela, renovava-lhe o contrato de aforamento por mais três vidas e dezanove anos, pelo fôro de vinte dobras de ouro. Era isto a continuação duma política que Diogo Pereira encetara, e que seus descendentes seguiram até alcançar o seu fim: o de tornarem estes Pereiras uma casa poderosa e rica com solar nos coutos de Paradela e Mazarefes. Nada mais apurámos acerca de Fernão Pereira; interrogados os nobiliários, achámos simplesmente que morrera sem geração; condiz esta informação com documentos na nossa posse. Não pudemos apurar a data do seu falecimento, e assim não sabemos se seu irmão Rui herdou os coutos, ou se passaram directamente para o primogénito dêste, chamado Jorge Pereira, filho seu e de sua mulher D. Violante de Madureira. Certo é, porém, que Jorge Pereira possuía os prazos; temos sobre isto provas incontestáveis.

Gozava ele já a sua posse quando aconteceu, devido à bula de Inocencio VIII, datada de 1487, reformar-se a religião de S. Bento,

nos reinos de Galiza e Castela, reduzindo todos os mosteiros a uma só congregação, debaixo da obediência dum prelado geral. Lá teve o mosteiro de São Payo de Ante-altares de se unir ao de S. Martinho Real do Pinheiro, também sito na velha cidade do Santo Apóstolo, e como a ordem era pobre, e as bulas de anexação que o papa Bórgia então reinante lhes exigia custavam muito, era necessário vender alguma cousa.

Mais uma vez tangeu o sino a capítulo, reúniram-se os frades, presidiu o abade D. Fr. Garcia de Astodillo, propôs-lhes este o problema, e consultou-os sobre a solução. Foi então que os frades concordaram que os coutos, que em Portugal possuíam, pouco ou nada lhes rendiam. Estavam longe, em terras portuguesas, era difícil a sua fiscalização; rendiam a magra soma de vinte cinco dobras, mal pagas, e, em tempo de guerra, cousa alguma; era a melhor cousa que acharam para vender, acordaram em vendê-los. Recebeu portanto Fr. António de Santa Gadea procuração do convento para efectuar a venda, e os pregoeiros anunciaram-na nas vilas principais de Portugal. Quando se ouviu esta notícia em Ponte do Lima, um outro Fernão Pereira, escudeiro, e Gonçalo Pires, mercador, ofereceram em sociedade — como hoje se diria — trezentos e cinqüenta mil maravedis pelo fôro, o que foi o maior lanço, pelo que os coutos lhes foram arrematados com todos os seus direitos, foros e padroados; isto para durante a vida do enfiteuta Jorge Pereira, e depois da sua morte se reuniria o domínio útil ao directo, como se lê na escritura feita a vinte e sete de Julho de 1494. Celebrada a venda, recorreram todos a Roma pedindo a sua confirmação, e Alexandre VI concedeu-lha, passando rescrito para que o arcediago do couto, e o chantre da colegiada de Guimarães, fossem juízes da bula, os quais, com efeito, a julgaram válida pela verdade das premissas, de que se passou sentença em Guimarães, a dezasseis de Maio de 1503, pelo notário João da Neiva.

Por falecer Fernão Pereira sem dar a parte do dinheiro que lhe cabia na compra, a viúva, Maria Vaz, e Lopo Pereira, seu filho, e a mulher d'este, Leonor Nunes, desistiram dela, e Gonçalo Pires pagou, juntamente com sua mulher, Leonor Malheiro, todo o preço da venda, ficando ele só com direito ao prazo, por escritura de onze de Junho de 1503, lavrada nas notas de Diogo Lopes, tabelião em Ponte do Lima.

Pouco depois, Gonçalo Pires pôs ao enfiteuta dos coutos uma demanda na casa do cível, e, perdendo o litígio, vieram-se a compor do modo mais clássico e mais simples possível. Gonçalo Pires tinha

uma filha, chamada D. Isabel, a quem dotou com o domínio directo dos coutos e prazos; foi com ela que Jorge Pereira casou, lavrando-se a escritura dotal em Lisboa, por Diogo Leitão, a 13 de Janeiro de 1514. Estavam os descendentes de Diogo Pereira senhores de Paradela e Mazarefes.

De entre os varios filhos que tiveram distinguem-se Gaspar Pereira e Rui Pereira, que teve uma filha, D. Ana Pereira, a qual, casando com Álvaro Pinheiro de Lacerda, teve a Rui Pinheiro de Lacerda, que pretendeu o padroado das igrejas dos coutos, e D. Brites, de quem descendia Martins Lopes de Azevedo, senhor da honra de Azevedo, também parte na mesma pretensão.

Gaspar Pereira, que sucedeu a seu pai nos coutos, foi no seu tempo pessoa muito notável e grão letrado de muito saber. Desembargador da Casa da Suplicação¹, cedo subiu a desembargador dos agravos da mesma Casa², e chegou a chanceler³, e a ser do conselho de D. Sebastião⁴.

Casou com D. Caterina de Paiva, filha de Luís Afonso de Mesquita, desembargador do paço, e de D. Isabel Lopes de Paiva. Em Julho de 1579, tendo impetrado do cardeal rei licença para instituir um morgado com os coutos que possuía, foi-lhe passada autorização, pelo que em 1581, aos treze de Janeiro, fez testamento em que os vinculava, não snjeitando porém a sucessão futura à primogenitura, se bem que a aconselhava.

Rendia então esta propriedade duzentos mil reis anuais, e os senhores dela tinham jurisdição de pôr nos coutos um mordomo para lhes arrecadar as rendas e direitos, tendo mais o padroado das igrejas sitas nêles.

O chanceler faleceu em Setembro de 1481, e o filho que lhe sucedeu foi Rui Pereira.

Não lhe agradavam nem o casamento, nem a vida sedentária; a sua carreira foi uma epopeia amalgamada de aventuras. Por três vezes foi à India, sendo uma por terra, o que o fez escrever um curioso itinerário que se conservava na casa de Mazarefes. Indo na sua quarta viagem, naufragou no Cabo da Boa Esperança com a nau *Salvação*, da qual ele era capitão-mor. Herdou o morgado seu irmão, Nuno Álvares Pereira, que parece já o ter possuído

¹ Por carta de 11 de Outubro de 1550.

² Por carta de 22 de Dezembro de 1559.

³ Por carta de 14 de Agosto de 1573.

⁴ Por carta de 22 de Dezembro do mesmo ano.

em vida do seu irmão mais velho. Havia uns rendimentos dos coutos que estavam em poder de Manuel de Lima Barreto e de D. Maria de Sá Soutomayor, sua mulher. Esta tinha-os herdado de sua mãe D. Inês Pereira, irmã do chanceler Gaspar Pereira, a qual por sua vez os havia herdado de seu pai, e fôra casada com Belchior de Sá, senhor da Quinta de Lanhelas. Estes rendimentos eram a têrça parte dos quartos—a quarta parte—dos rendimentos de Mazarefes.

Comprou-os Nuno Álvares Pereira por um conto e cem mil reis, acabando com umas demandas que seus primos lhe puseram (1628). Houve quem afirmasse que esta têrça dos quartos fôra vinculada, mas nunca isto se provou, o que não deixou de provocar várias demandas por parte dos senhores de Azevedo, e dos co-herdeiros da casa de Mazarefes.

Do casamento de Nuno Pereira com D. Isabel de Mesquita, filha de seu tio João Luís Afonso e de D. Marcela de Mesquita, houve Gaspar, Sebastião (S. G.), e D. Úrsula (S. G.).

Gaspar Pereira, que sucedeu a seu pai na casa, em 1637, foi commendador na Ordem de Cristo, e moço fidalgo da Casa Real com mil reis de moradia e o respectivo alqueire de cevada, sendo acrescentado a fidalgo escudeiro—com mais trezentos e sessenta reis⁴. Casou com D. Bernarda Coutinho, filha de Jorge Pessanha e de D. Madalena de Castro. Entre os vários filhos que teve, o primeiro foi Nuno Álvares Pereira, que se meteu frade beneditino; seguiu-se Diogo Pereira de Castro, que parece ter deixado um bastardo (se bem que muitos lhe negavam a filiação) chamado Diogo Pereira da Cruz, que viveu junto à Ponte Pereira; e Jorge Pessanha Pereira. Foi este quem sucedeu no morgado; tentou haver o dos Pessanhas, tomando por esta ocasião o apelido, mas foi vencido na demanda por D. Fernando da Silva Pessanha, que também teve de fazer face às pretensões dos Condes de Vila Flor. Casou com D. Inácia Maria de Vilhena, filha de D. Lourenço de Soutomayor, senhor do morgado da Ponte Pedrinha, e de D. Inês de Vilhena, e oitava neta de D. Diogo Álvares de Soutomayor, Conde de Tui, na Galiza, e em Portugal, de Caminha.

Jorge Pessanha Pereira finou-se em nove de Outubro de 1724, sem geração, e devia ter sido enterrado na capela-mor da igreja de S. Nicolau de Mazarefes.

⁴ Alvará de 20 de Março de 1656.

Pelo seu testamento, feito a onze de Maio de 1723, e codicilo datado da cidade do Pôrto a sete de Outubro do seguinte ano, ficou D. Inácia Maria de Vilhena única e universal herdeira dos bens móveis e de raiz de seu marido; os primeiros eram a têrça dos quartos dos coutos, e uns prazos dos quais o mais importante era um chamado de S. Gil, na freguesia de Perre, térmo da vila de Viana, foreiro ao convento de S. Domingos.

Não estava reservado para esta senhora o disfrutar em paz a herança que seu marido lhe deixara, porque o bastardo Diogo da Cruz—que de então por diante se chamou Diogo Pereira da Cruz—impugnou-lhe uma parte da herança, e por outro lado Leonardo Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira, senhor da casa de Azevedo, na qual está a representação d'estes Pereiras, a outra; contudo quando faleceu, em 1747, ainda conseguiu legar a sua sobrinha D. Inês Joana de Carcomo, sua universal herdeira, a quem ela dotara e casara com Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado, senhor da Casa da Cova, a têrça dos quartos de Mazarefes, que ela instituiu em morgado do nome de Nossa Senhora de Boas Novas, e o prazo de S. Gil de Perre.

Por morte de D. Inês Joana de Carcomo, em 1782, herdou o prazo e o tal têrço sua neta D. Maria Inês de Mendonça, filha de sua filha D. Violante Maria Catarina, e de João de São Payo Mello e Castro. Esta senhora, casou com o segundo Conde de São Payo, Manuel Maria Baltasar Antonio de São Payo Mello e Castro Moniz e Torres de Lusignan, de quem é quarto neto o actual Conde de São Payo.

Depois do rude abalo dado no morgado do chanceler Gaspar Pereira, pela sua divisão entre Diogo Pereira da Cruz e os senhores de Azevedo, não durou êle muito, e em breve veio o decreto de 1790, que lhe deu o golpe de misericórdia. Acabaram-se os coutos de Paradela e Mazarefes, derruíra a instituição de D. Fernando o Magno, aniquilara-se, com uma penada, uma organização sete vezes secular! . . .

E o que foi feito da doação do Conde D. Telo?

Dela só resta o pergaminho e a sua história, severa e simples na austerdade das suas cãs.

Ela está-se mesmo a adivinhar através da história dos coutos.

Depois de manuseado ou esquecido, por mais de quatrocentos anos, pelos frades do convento de São Payo de Ante-altares, com a venda dos coutos ao bom do Gonçalo Pires, passou com os mais documentos respeitantes para as mãos d'este honrado mercador.

Nó ano de 1545 deu ele que fazer — e talvez que suar — a Aires da Costa, cônego da Sé de Braga, e a Ambrósio Nanio, natural de Milão, a fazerem a sua tradução paleográfica para que o licenciado Baltasar Álvares, desembargador e vigário geral que foi da corte e arcebispado de Braga, pudesse sob o seu sinal e sêlo passar uma pública-forma do original.

Pouco mais de um século depois, em 1636, foi nova leitura feita do pergaminho por Amador de Barros, notário apostólico, e por outro notário, Domingos de Aguiar, e foi a pública-forma passada em nome do Doutor Gonçalo de Abreu, provisor e vigário geral do espiritual e temporal do arcebispado de Braga pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Rodrigo da Cunha.

Quando Jorge Pereira casou com a filha de Gonçalo Pires, D. Isabel, passou o pergaminho para as mãos dêle. Foi para o arquivo da Casa de Mazarefes depois da instituição do morgado pelo douto chanceler; para D. Inácia Maria de Vilhena com o resto do cartório do morgado de Mazarefes, por morte de seu marido Jorge Pessanha Pereira; para a Casa da Cova, por via de D. Inês Joana de Carcomo, com o prazo de São Gil de Perre; finalmente para a casa de São Payo pelo casamento de D. Maria Inês de Men-doça com o 2.^º Conde de São Payo; e hoje, muito velhinho e melindroso, venerável relíquia dez vezes secular, é propriedade de quem legitimamente representa esta última Casa.

Documentos

I

In nomine patris et filii et spiritus sancti qui est in trinitate unus et verus deus: ego tellus quondam prolis aloitti simul cum uxore mea mumma domina vobis dominis inuictissimis hac triumphatoribus sanctis glori(ō)ssimisque martiribus deo et redemptori atque apostolo eius beato iacobo apostolo ubi benignum corpus eius quiescit sub archis mamaries finibus amahere siue petro abbatii et omni sua congregatiōne quod dicunt monasterio ante altarios qui iuxta ipsam tumbam apostoli dei militiam regularem commanentes sunt tam qui ibi in vitam monasticam degunt quam qui etiam degerint: concedo domino meo et apostolo eius siue supra taxatis fratibus: uillas meas proprias quam abeo de suscepione auorum et parentem meorum id sunt: in ripa limia uilla nocitata paratela cum ecclesia uocabulo sancti saluatoris uel omnium martirū quorum nomina

multitudo: sicut iam illam concederamus per alium testamentum ad didaco aepiscopo cum alia ecclesia sanctum iohannem iuxta aqua limie et sursum sancta maria pro suis terminis et limitibus cunctis cum domibus opibus et prestationibus suis ab omni integritate sicut nobis deuitam mansit: in hora maris uilla uocitata mazarefes cum domibus opibus et prestationibus suis pro suis terminis et limitibus cunctis et cum suas salinas uel omni prestantia sua ab omni integritate: uilla de ponte in ripa limie tertia portione et media portione in illas piscarias quantum me competit inter meos heredes; in punto de darque media portione integra sicut me competit et sicut omnia obtinui usque nunc hec omnia supra memorata cum uineis terris pomiferis uel omni prestantia horum dem concedo deo meo et apostolo eius atque supra memoratis fratibus propter remedium animae meae et propter abolindorum piaculorum meorum uincula propter uictum et tegumentum fratrum propter aduenientium ospitum pauperum et peregrinorum et indigentium miserarum: ita ut frates de ipso loco sancti Iacobi iam dicti de ipsas uillas et supra omnia notata habeant subsidium temporalem et nos inde ante deum gloriam eternalem: et sunt ipsas uillas in ripa limie territorio brac(h)arense: ad icimarum ibidem pescula et utensilia domorum abundantissime: siue exitus montium et serica mulinarum: siue que adhuc cum dei adiutorio ibidem applicare uel augmentare potuero omnia abiungrum concedo deo omnipotente et uobis fratribus nostris iam dictis ut in die illa tremenda quando dominus seculum venerit indicare per ignem non cum reprobis ad sinixtris sed cum sanctis et electis coronari mereamus adextris: aro aro (*sic*) te sancte apostolo dei ut hunc factum meum exiguitatis paucissimum tu illum ratum efficias in oculis tuis: et quum te in angustia requisiero tu me obumbrare valeas de misericordia tua et cum te invocare sepero dicas mihi ecce adsum: quo et coniuratione confirmo per deum celi et regnum glorie eius quia hunc factum meum minime ero venturo adinrumpendum: si quis tamen quod fieri minime credimus aliquis homo contra hunc factum meum quem fieri sponte elegi venerit adinrumpendum an ego an quislibet homo tam regia potereas quam episcopus uel propinquus uel quislibet generis homo et hunc testamentum uel in minima re infringere temptaverit quisquis ille fuerit amborum oculorum lumine privetur: retrogrediat retro severtat et conteratur velut lignum infructuarum et sicut puluis que(m) progiciat ventus a facie terre et descendant super eum omnis maledictiones quae scripte sunt in libro moysi servi dei excelsi. et cum iuda traditore pena multetur in perpetua damnatione: et pro temporali damno componat omnis ipsas

uillas cum omnia bona sua dublo uel triplo et impost parte regia potestatis auri talenta tres et hunc factum plenum et stabile maneat eno (?) per omni et secula cunctis amen. facta scriptura testamenti per ordinem precariam digestorum die uidelicet iij idus iuni era vigessima tertia post milesima regnante principe nostro domine veremudo et in eius presentia confirmata.

Tellus et uxor mea mumma domina in hac paginolam et seriem testamenti que sponte offerimus deo nostro et apostolo eius siue etiam fratribus manus nostras coram fideli concilio tradimus et roborem sponte signamus. Sub Christi nomine Viliulphus dei gratia episcopus tudensis confirmamus. Sub diuina gratia Hermegildus episcopus lucencis confirmamus. Cum almifica dei potentia Pelagius episcopus iriensis (?) confirmamus. Sub Christi uirtute armentarius episcopus dumensis confirmamus. Cum domini auxilio gundisaluus episcopus auriensis confirmamus. In nomine domini Salomon episcopus neumantie sedis confirmamus. domine uirtute comptus Sauaricus episcopus legionensis confirmamus.—Ad miniculo dei Adreitus Pelagius episcopus conimbreensis confirmamus.—Ferdenandus Guttihericus confirmamus.—Gundesaluus menendis dux confirmamus.—Menendus menendis dux confirmamus.—Teton suaris et dux confirmamus.—Suarius uederici et dux conf.—Visoi uisois et dux conf.—Menendus Gundesaluis conf.—Osorius Oueccos conf.—Ferdenando sandinis conf.—Serracinus silonis conf.—Froila uimarediz conf.—Guttihericus didaci conf.—Aloitius nunniz—Nunus froilas—Pepi froilaz—Guttihericus nunniz—Guttihericus munneonis—Nunnus menendis—Odoarius aloitiz—Odoario ortedonis—Nunnius didaci—Mitus didaci—Deltarius pelagis—Didacus nepotiani—Menendus nepotiani—Rudericus ordonis—Pelagius—Gutinus—Veremodus—Scemenus—Osorius—Adulfus prr.—Adrianus prr.—Gonta prr.—Julianus prr.—Somna prr.—Teton prr.—Hermoricus prr.—Sandinus signs. nts.

In nomine Domini ego veremodus nutu diuino rex uotum et olocaustum ducis mei confirmo.

II

O L.^{do} Balthasar allž Desembargador e Vig.^º gerall no espiritual e temporal nesta corte e arcebþado de Braga þllo Rev.^{mo} e m.^{to} Ill.^{re} sõr Dom Manoel de Sousa p merce de dš e da santa igreja de Roma eleyo arcebþo e senhor de braga Primas despanha etc. a quantos esta minha carta cõ ho trellado de hum Privilegio dado em publica

forma Virẽ saude em Jhu Xpo nosso sõr e saluador q de todos he verdadeyra saude e saluaçao Faço saber q pante mÿ pareceo o dotor Gaspar peyra fidalgo etc. o qual me apresentou hum priuilegio antiquo concedido p hum Rey dom Fernando ao moest.^{ro} de santia-guo damte os altares sobre o couto das Villas de Paradella e mazareses asynado e confirmado plo dito Rey e plla Rainha doña sancia e seus filhos cõ outros b̄pos e senhores principais do Reyno q ao tal tempo residiam escritto ē pergaminho em letra q parece gotica posto q seja ē lingua latina, são limpo e jntiero carecente de todo vitio e suspeycão seg.^{do} pella prima facie parecia. Requerendo-me elle dito Doutor q por quanto tinha necessidade de hum trellado do dito priuilegio por ser jaa m.^{to} antiquo e duuydoso de se pder plla sua antiguidade, lho mandasse dar authentico de maneyra q fezesse fee ē juizo e fora delle e lhe interposesse minha authoridade ordinaria o q v.^{to} p mÿ lhe mandey passar este q de verbo ad verbū a ho diamte segue ||

¶ Temporibus principis Ferdinandi legionense sedis cum coniuge sancia regina divina providencia auctoritate regens et tenens sua potentia, cum pontificibus clarissimis dominus Pellagius episcopus et in galecie continente loco apostolicae cathedra Cresconius episcopus nec non etiam et nobiles et magnae dignitates viros scilicet gubernans terram portugallense (*sic*) vicarios suos Didaco arverendiz Fernando Johannes et Teton Teliz | Cum essem cum coniuge mea nec non et filiis meis et alii filii bene natorum et in arcos limie jam dictus dominus ferdinandus princeps ad pro illa preгatio quam mihi fecerunt in monasterio ante altares sagildus abbas cum collegio suorum monachorum nec non et cresconius episcopus qui hic episcopus erat et loco sancto regebat ut illas villas que sunt in ripa limie quas ille comite domino Tello Eleutiz testauit ad monasterium nominata Paratella et ponte tertia ex ea et mazareses pro suis terminis | Ego vero spopondi illis ut mihi quod unde petitionem fecerant ut mihi adfuissent quando ego fuisse in illa terra et suos presentes omnia quod mihi dixissent voluntate illis petitionem complessent unde ego jam dictus cum essem ad illos arcos limie ante me fuerant dominos de monasterio Hermegildus prelatus Georgius prelatus et aliis pro illa petitione quam mihi fecerant in monasterio de illo caueto ab amorem dei omnipotentis privilegium et scripturam firmitatis legitimam facio vobis venerabile domino sigildo (*sic*) abbati et monachorum patrum de monasterio ante altares pro remedium anime mee ac meorum parentum estatuo caueto ad ipsas villas suas quas ille comite domino Tello ad monasterium contulit per scripturas legitimas et cum

omni familiae earum sicut sunt adnotati in testamentis pro suis terminis et locis antiquioribus quomodo resonant in prefatas scripturas ut post nullum homicidam vel aliquod crimen compositum ab ipsis terminos quas hi delimitatos manent in illas scripturas nullus non ingrediatur post ipsum cui crimen super fuerit impositum scilicet adicio ibidem si homines alicuius terre (*sic*) ad ipsas villas commorandum venerit nulla potentia et inde eiciantur ab illius terminis inclusas ullus minime ingrediatur post partem alicuius facinoris nisi petita veritate ab ipso qui regent supra dictas villas et ideo sicut iam prefatus sum caueto istas villas Paratelle pro suos terminos id sunt pro illa pariete de nasseyros (*sic*) que dividit inter vega de Castro et illa garganta de limie et inde indirecto ad illa arca que stat inter bauza (*sic*) de comite et castro et inde pro illo cerro de arqua que stat inter Paratella et arca et inde per Gandara longa ad ipsam mamolam cum ipsa anta et inde ad lamas et inde per recosende ad illo marco quod stat juxta Vereda que dividit inter Vite et Villar et Cerecetello et inde ad illo patrona quod stat super illa fervita inter Villar et Cerecetello et inter pro illa pariete inter bauza calcin et cernato et inde ad bauza maurelli et inde illa valle sursum indirecto ad illa fonte et inde a fonte coberta et inde per barrosa et inde petra super posita et inde per castro suberoso et inde ad illo vallo antiquo de viniola et inde per currellos et inde ad fontanellas et inde ad petra facta que stat inter taliarases et paratella et inde ad ille monte de spinetello et inde in prono pro ipso lumbo ad arelia que stat inter sancto Johanne et Insulella et inde per illo vallo antiquo que vadit per laginas pro ad aqua limie et inde trans limie sursum per ad petra rotata et inde per fontem de veralia et inde per muracellos de pariete que dividit inter veralia et vega de nasseyros et inde ad aqua limie unde primit levavimus | modo vero in villa mazarefes incipimus terminis id sunt pro illo pro non quod stat in limia et dicent ipso porto ferdinandi et inde ad illo porto de limiola ad illo vallo quod est inter gundulfe et mazarefes et inde pro illo vallo indirecto ad senra de termino et inde ad illa petra burgeta do grella et inde per illas signas inter mazarefes et fontana et inde ad illo vallo de cornololo et inde pro illo vallo et pariete antiqua et inde pro illa petra cum cruce que stat in illa incrucerata et inde pro illo vallo antiquo inter senra donica et gramocellas et inde ad illo porto in capo de illo vallo ubi jacet illa petra burgeta et inde ad illas mamolas que dividet inter savaris et villa fria et mazarefes et inde per illas alias signas ad illas mamolas et petra burgeta quod illa stat et arelia conclusa que dividit inter agnea et mazarefes et inde ad patrono de riocovo et inde

ad alia patrono de illa Junqueyra et inde inde recto estaris de foz maiores et inde per media limia ad illo porto ubi primiter inchoavimus (*sic*) | . Siquis hoc votum meum irrumpere voluerit vel irrumpit imprimis sit excommunicatus ad fide catholica et post parte regis denarii pagatos et ad parte monasterio ipsas villas duplificatas estante et permanente huius textu scriptum in omni robores et perpetua firmitate sub die ii feria et quod iij idus marcis sub era ICI | Ferdinandus divina gratia dei protego te et spontanea mea voluntate hoc privilegium ad hoc monasterium jubeo decrevi et hoc manu mea propria conscripsi Sancia Regina confirmavit. Sanctius ferdinandi filius confirmavit. Adefonsus prolix ferdinandis confirmavit. Pelagius episcopus legionense sedis confirmavit residente in cathedra beati Jacobi apostoli Cresconius gracie dei episcopus qui presentem adfui ita hoc meum signum impono. Sardamurus confirmavit. Cognomento tellus eleutriz Nunus suaris manu propria roboravit. Teton telis confirmavit. Gundisalvo aendinas confirmavit. Fernandus Johanes confirmavit. Anaia sazii confirmavit. Gundisalvo fromariques confirmavit. Cartemiru confirmavit. Vizon confirmavit. Nunu velasques manu mea confirmavit. Nunu pelagii manu mea confirmavit. Egas vieneriz manu mea confirmavi. Gundisindo ordonis confirmavit. Petrus ermigis confirmavit. Petrus pelagiz confirmavit. Veremodus petris confirmavit. Cresconius testis. Véremodus testis. Munino testis. Ordonius testis. Cudido testis. Johachino testis. Didagus testis. Johannes testis. Pelagius sisnandis notarius. ||

*

EXPLICAÇÃO. — Estes dois documentos estiveram para ser publicados na *Revista de Historia*, ano IX, n.º 33 (1919), acompanhados do presente artigo que é a sua história. Por lapso da revisão, não o foram, mas apenas o artigo, e esse miseravelmente estropiado, a começar pelo título.

São-no portanto agora pela primeira vez, pois que se têm conservado inéditos até aqui, e o artigo que os acompanha foi refundido, correcto e aumentado.

O interesse dos dois documentos é escusado encarecer: a sua antiguidade e o seu objecto é suficiente consideração.

Nos *Portugaliae Monumenta Historica*, apenas há cento e quarenta e três documentos anteriores à este, e sete do mesmo ano. A publicação destes é assim contribuição para uma futura *adenda* àquela monumentosa obra.

Pessoas mais abalizadas que nós extraírão dêles toda a lição que encerram, saberão aproveitar tudo quanto de subsídios eles ministram à arqueologia pre-histórica nas suas referências a *antas com*

suas mamoas, à toponímia com a nomenclatura das suas demarcações, à glotologia com a sua linguagem, à literatura com o seu estilo, ao direito com a sua revelação de antigas instituições, penalidades e costumeiras, à história geral com os nomes das personagens que nêles intervêm; para um passo apenas nós chamaremos a atenção do estudioso: é aquele onde no Documento II, logo no princípio, se faz menção de três *vicarios ... gubernans terram portugallense: Didaco Arverendiz, Fernando Johannes, e Teton Teliz.*

Precioso subsídio para a pre-história da nacionalidade!

O primeiro documento, como dissemos, possuímo-lo no original; o segundo em cinco diferentes públicas-formas, das quais a mais moderna é de 1602; para a sua publicação seguimos a mais antiga, ainda que mutilada no fim, completada e confrontada com as outras.

O resto do artigo foi escrito também à face dos documentos do mesmo cartório dos senhores de Mazarefes, que igualmente conservamos em nosso poder.

Ao Ex.^{mo} S.^{or} D.^{or} P. Laranjo Coelho, eruditíssimo conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cumpre-nos agradecer, penhoradíssimos, a revisão que, com a sua proverbial gentileza, se prestou fazer dos dois documentos publicados, honrando-nos desta maneira desinteressada com a sua preciosa colaboração.

(D. ANTÓNIO) CONDE DE SÃO PAYO.

Lapide funeraria romana

1

«Na quinta do Corge¹, proximidades da primitiva Covilhã (Silia Ermia) foi descoberta, ha poucos dias, uma sepultura, cavada em parte na rocha, em parte feita de cantaria, e que se encontrava toda ella soterrada. Numa das pedras, e pelo lado de dentro, lêem-se os seguintes caracteres:

AVITAP · LVCI · F
LVAL · SATVRNINV
ET · TVSCA · AVITI · F ·
MATRI · F · C

Haverá algum perito, amador de antiguidades, que queira dar-nos a decifração d'estas palavras?»

(D'A Mocidade Portuguesa (Covilhã), 5-xii-1926).

¹ Assim *Corge*, e não *Corgo*.

suas mamoas, à toponímia com a nomenclatura das suas demarcações, à glotologia com a sua linguagem, à literatura com o seu estilo, ao direito com a sua revelação de antigas instituições, penalidades e costumeiras, à história geral com os nomes das personagens que nêles intervêm; para um passo apenas nós chamaremos a atenção do estudioso: é aquele onde no Documento II, logo no princípio, se faz menção de três *vicarios ... gubernans terram portugallense: Didaco Arverendiz, Fernando Johannes, e Teton Teliz.*

Precioso subsídio para a pre-história da nacionalidade!

O primeiro documento, como dissemos, possuímo-lo no original; o segundo em cinco diferentes públicas-formas, das quais a mais moderna é de 1602; para a sua publicação seguimos a mais antiga, ainda que mutilada no fim, completada e confrontada com as outras.

O resto do artigo foi escrito também à face dos documentos do mesmo cartório dos senhores de Mazarefes, que igualmente conservamos em nosso poder.

Ao Ex.^{mo} S.^{or} D.^{or} P. Laranjo Coelho, eruditíssimo conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cumpre-nos agradecer, penhoradíssimos, a revisão que, com a sua proverbial gentileza, se prestou fazer dos dois documentos publicados, honrando-nos desta maneira desinteressada com a sua preciosa colaboração.

(D. ANTÓNIO) CONDE DE SÃO PAYO.

Lapide funeraria romana

1

«Na quinta do Corge¹, proximidades da primitiva Covilhã (Silia Ermia) foi descoberta, ha poucos dias, uma sepultura, cavada em parte na rocha, em parte feita de cantaria, e que se encontrava toda ella soterrada. Numa das pedras, e pelo lado de dentro, lêem-se os seguintes caracteres:

AVITAP · LVCI · F
LVAL · SATVRNINV
ET · TVSCA · AVITI · F ·
MATRI · F · C

Haverá algum perito, amador de antiguidades, que queira dar-nos a decifração d'estas palavras?»

(D'A Mocidade Portuguesa (Covilhã), 5-xii-1926).

¹ Assim *Corge*, e não *Corgo*.

2

«Museu Etnologico Português, Belem, 14-xii-1926.— Ex.^{mo} Sr.— Tendo recebido hoje d'aí um bilhete postal, assinado por *um Covilhanense*, em que me pedia a decifração da inscrição publicada na *Mocidade*, de que me remetêra um exemplar, aqui a dou, salvo melhor juizo:

A inscrição é romana, porém não está exactamente copiada.

A 1.^a palavra da 1.^a linha deve ser AVITAE.

Na 2.^a linha deve haver talvez um ponto depois da 1.^a letra.

Diz: Lucio Valerio Saturnino, e Tusca, filhos de Avito, mandaram fazer (esta sepultura) a sua mãe Avita, filha de Lucio.

Se publicar a inscrição, peço o favor de me remeter um exemplar do jornal.

De V. Ex.^a, Att.^o e Vend.^{or}—D.^{or} José Leite de Vasconcellos, Director do Museu Etnológico».

(Do mesmo jornal, de 19-xii-1926).

3

Ao mesmo tempo que enviei o artigo para o jornal da Covilhã, escrevi ao meu prezado amigo o S.^{or} Alberto de Oliveira, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal, e pedi os seus esforços no sentido de me obter a lapide para o Museu Etnológico. A sua resposta não se fez esperar, e nela me prometia tratar do caso. Tratou de tal modo, que pouco depois me participava que o dono da quinta, o S.^{or} ARNALDO TEIXEIRA CASTEL-BRANCO, com generosidade digna de todo o apreço e louvor, oferecera a lapide ao Museu, que veio para cá em seguida.

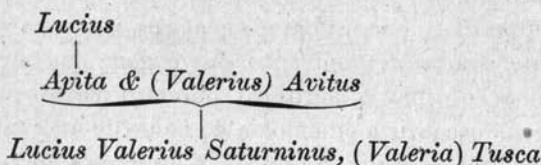
A lapide é de granito; tem fórmula rectangular e as seguintes dimensões: comprimento 0^m,75; largura 0^m,43; espessura 0^m,18. Foi registada no livro das entradas de objectos do Museu com o n.^o 6:957.

A inscrição está em quatro linhas e diz:

AVITAE · LVCI · F
L · VAL · SATVRNINVS
ET · TVSCA · AVITI · F
MATRI · F · C

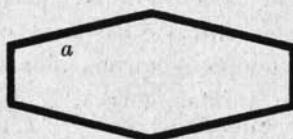
Devo observar que a última letra da 1.^a linha é realmente F, como eu supus no meu primeiro artigo, e não P; depois do F há uma depressãozinha na pedra, que dá a ilusão de que a letra é P, mas

examinando a linha com cuidado, e sobretudo lavando a lapide, vê-se F muito claro. Pelo tipo da letra, a inscrição pertence ao seculo I. A tradução dei-a já no referido artigo. Basta observar que se Lucio Saturnino tinha o nome gentilicio de *Valerius*, tambem a irmã e o pai o tinham; por isso reconstituo assim a arvore geneologica da familia:



*

Visto que a lapide, de que se trata, fazia parte de uma das paredes laterais da sepultura, e a inscrição estava pelo lado de dentro, é claro que esta não pertencia propriamente á sepultura, e que a lapide fôra aproveitada de uma sepultura de data anterior para outra, que é a presente. Segundo me informa o S.^{or} Oliveira, a nova sepultura estava coberta por uma pedra (ou mais) um tanto alisada, tinha de comprimento 1^m,80, pouco mais ou menos, e apresentava a seguinte fórmula:



correspondendo a inscrição á pedra aqui designada por *a*.

A segunda ou nova sepultura deve datar do periodo cristão, como se infere da sua fórmula.

4

Não ha razão nenhuma para afirmar que a primitiva Covilhã foi *Silia Ermia*, como se diz na *Mocidade* (vid. supra, cap. 1), certamente por causa do que vem em Moura Quintella, *Subsidios para a monographia da Covilhan*, Covilhã 1899, p. 13: «Alguns auctores, »dos que eu li, dizem que Covilhan foi fundada na Costa dos Hermíniros (Serra d'Estrella), pelos annos 41 antes de Christo, com o nome »de *Silia Ermia* ou *Herminia*». Nada d'isto tem fundamento.

Em primeiro lugar, não se sabe onde ficava situado o *mons Herminius*: cf. *Relig. da Lusit.*, II, 34 e nota 5. Identificá-lo com a Serra da Estrela não passa de arbitrio. Em segundo lugar, não me consta que na geografia antiga haja alguma povoação chamada *Silia*, *Ermia*, *Hermia* ou *Herminia*. O que ha é uma *gens Silia*, uma *gens Ermia*, e uma *gens Herminia*; mas que tem isto como nosso caso?

Os autores de monografias geograficas preocupam-se muito freqüentemente com a determinação da origem das terras. O desejo da determinação é muito meritorio, porém o metodo não. Em regra supõe-se que descobrir a etimologia do nome de uma terra é o mesmo que decifrar uma charada, e que se ha-de ir pois ao acaso. Contudo, para se descobrir uma simples etimologia é preciso não raramente conhecer uma sciencia inteira, isto é, a Filologia, e nem sempre quem a conhece acerta! Com o descobrimento da origem do nome corre parelhas o da origem da respectiva povoação. Ora em regra a origem de uma povoação, salvo casos especiais, não pôde determinar-se. Relativamente a povoações vindas da antiguidade, podemos quando muito, dizer ás vezes que tal nome corresponde a tal lingua e a tal povo. Quem fundou Lisboa, Evora, Coimbra, Braga? Da Covilhã consta que D. Sancho I a restaurou (*Leges*, p. 456); mas contra a filha do Conde Julião já eu me insurgi n-*O Arch. Port.*, XXII, 326-327, e escuso de repetir aqui o que lá escrevi. Muitas povoações não têm fundadores propriamente ditos: um individuo fez uma casa para aí habitar, outro fez outra, e assim se criou a pouco e pouco um nucleo que com o tempo se tornou aldeia, vila, cidade. Outras povoações nasceram de quintas, tórres, igrejas, conventos: e nasceram insensivelmente.

Os autores de monografias andariam bem se se circunscrevessem na afirmação d'aquilo que puderem documentar. Querer produzir asserções historicas sem documentação, ou sem razões logicas, é como que edificar em bolhas de sabão.

5

Do achado da lapide romana e da publicação da inscrição na *Mocidade Portuguesa*, resultou o vir eu a relacionar-me epistolarmente com o S.^{or} D.^{or} Silvestre de Moraes, que, como depois soube, foi o *Covilhanense* que assinou o bilhete a que me referi no cap. 2; e folgo de neste lugar prestar a minha homenagem ao preclaro autor d'*O universo e a vida e dos Mysterios e symbolos*, tanto mais que, se não fôsse ele, eu não tomaria conhecimento d'essa lapide, nem pois o Museu a obteria.

*

Para terminar, encareço mais uma vez o serviço que o S.^{or} Arnaldo Teixeira Castel-Branco prestou ao Museu Etnológico e à Arqueologia, não só evitando que a lapide se perdesse, mas permitindo que, por intermedio do seu e meu amigo o S.^{or} Alberto de Oliveira, a lapide viesse para Belem. Como se vê do que fica exposto, constitue ela documento seguro da existencia de Romanos no aro da Covilhã, o que vale muito mais do que a fábula de *Silia Herminia*.

J. L. DE V.

Notulas Ceramográficas¹

I—Um vaso pintado, de Lamego

De entre os vasos luso-romanos oferecidos ao Museu de Antropologia da Universidade do Pôrto pelo S.^{or} D.^{or} Vasco Nogueira de Oliveira, vamos descrever um (fig. 1), em cuja etiqueta se lia: «*Vasos [2] encontrados dentro de túmulos, dez palmos abaixo dos alicerces do Convento dos Eremitas de S.^{to} Agostinho, sito no Campo do Tablado, de Lamego, em 1852*», e que logo nos chamou a atenção por apresentar um «graffito» e restos de pintura.

O segundo vaso, a que se refere a legenda, está na posse do S.^{or} D.^{or} Vasco Nogueira. Tem o bocal largo e uma asa, e é de barro negro, com a superfície coberta de ornatos lineares brunidos (produzidos pela fricção de um seixo). Distingue-o a inscrição IVNI SEVERI, gravada a traço firme em maiúsculas. Conheço vasos do mesmo formato e com ornatos iguais de: *Alvarelhos, Guilhabreu, Guifões, Oldrões, Outeiro e Feira Nova*², de que a seu tempo nos ocuparemos.

¹ Nestas nótulas ir-se hão arquivando, pouco a pouco, vasos e outros produtos figulinios que se encontram dispersos ou provêm das nossas explorações. Aparecerão assim notícias sobre: cerâmica pintada, incisa e estampada; coleções de vasos; *pondera, tesserae, tegulae, imbrices*, etc., acompanhadas da respectiva bibliografia.

² «Feira Nova» (Marco de Canaveses) publicado pelo S.^{or} D.^{or} J. Leite de Vasconcellos na *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa 1925, na fig. 93, est. XIII. O vaso de Outeiro (Marco de Canaveses) vi-o no *Museu de Guimarães*; o de *Guilhabreu* na coleção

*

Para terminar, encareço mais uma vez o serviço que o S.^{or} Arnaldo Teixeira Castel-Branco prestou ao Museu Etnológico e à Arqueologia, não só evitando que a lapide se perdesse, mas permitindo que, por intermedio do seu e meu amigo o S.^{or} Alberto de Oliveira, a lapide viesse para Belem. Como se vê do que fica exposto, constitue ela documento seguro da existencia de Romanos no aro da Covilhã, o que vale muito mais do que a fábula de *Silia Herminia*.

J. L. DE V.

Notulas Ceramográficas¹

I—Um vaso pintado, de Lamego

De entre os vasos luso-romanos oferecidos ao Museu de Antropologia da Universidade do Pôrto pelo S.^{or} D.^{or} Vasco Nogueira de Oliveira, vamos descrever um (fig. 1), em cuja etiqueta se lia: «*Vasos [2] encontrados dentro de túmulos, dez palmos abaixo dos alicerces do Convento dos Eremitas de S.^{to} Agostinho, sito no Campo do Tablado, de Lamego, em 1852*», e que logo nos chamou a atenção por apresentar um «graffito» e restos de pintura.

O segundo vaso, a que se refere a legenda, está na posse do S.^{or} D.^{or} Vasco Nogueira. Tem o bocal largo e uma asa, e é de barro negro, com a superfície coberta de ornatos lineares brunidos (produzidos pela fricção de um seixo). Distingue-o a inscrição IVNI SEVERI, gravada a traço firme em maiúsculas. Conheço vasos do mesmo formato e com ornatos iguais de: *Alvarelhos, Guilhabreu, Guifões, Oldrões, Outeiro e Feira Nova*², de que a seu tempo nos ocuparemos.

¹ Nestas nótulas ir-se hão arquivando, pouco a pouco, vasos e outros produtos figulinios que se encontram dispersos ou provêm das nossas explorações. Aparecerão assim notícias sobre: cerâmica pintada, incisa e estampada; coleções de vasos; *pondera, tesserae, tegulae, imbrices*, etc., acompanhadas da respectiva bibliografia.

² «Feira Nova» (Marco de Canaveses) publicado pelo S.^{or} D.^{or} J. Leite de Vasconcellos na *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa 1925, na fig. 93, est. XIII. O vaso de Outeiro (Marco de Canaveses) vi-o no *Museu de Guimarães*; o de *Guilhabreu* na coleção

Ao retirar a enorme etiqueta que encobria parte do «graffito» do vaso de que nos ocupamos, apareceu uma faixa pintada (fig. 2, 1), que o papel protegera, e de que mal se notam vestígios no resto do vaso. Infelizmente porém a cola tinha destruído parte da inscrição.

O vaso é de barro amarelo-rosado, fino, com pequenas pâlhetas de mica, cobrindo-o uma pátina côntra de avelã, muito deteriorada, devida por certo

ao vaso ter sido mergulhado num banho de argila diluída antes de ser cozido¹.

O fundo do vaso é plano e circular (0^m,12 de diâmetro); mede 0^m,16 de altura e 0^m,155 de diâmetro no bôjo. O bocal é cilíndrico (diâmetros: exterior 0^m,042; interior 0^m,028) e circundado por dois sulcos que se repetem na asa.

No Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) vi vários vasos do mesmo formato, e de tam-

nhos diferentes, de *S. Tomé de Abaixo* e de *Amarante*.

No Museu Municipal Azuaga (Vila Nova de Gaia) conservam-se inéditos vasos semelhantes da necrópole luso-romana por inumação do *Coteiro da Vela*, *Gulpelhares* (sec. IV). A colecção de cerca de noventa peças de cerâmica recolhida nessa necrópole, está por estudar, tendo apenas o D.^{or} José Fortes dado uma ligeira notícia dela num artigo de vulgarização² e publicado um vaso de fabrico manual³.

do Rev. P.^o Sousa Maia; e o de *Oldrões* (Penafiel) está no Museu de Antropologia do Porto por oferta do Rev. P.^o Monteiro de Aguiar. Em *Guifões* (1924-1927) e *Alvarelhos* (1925-1926) encontrei bastantes fragmentos destes vasos.

¹ Facto idêntico observou o D.^{or} José Fortes em alguma cerâmica da *Lomba*. Cf. J. Fortes, «Necrópole lusitano-romana da Lomba (Amarante)», in *Portugalia*, II, p. 261.

² J. Fortes, «Gaya no passado», in *Mea Villa de Gaya*, Porto 1909.

³ J. Fortes, «Vasos em forma de chapéu invertido», in *Portugalia*, II, p. 662.



Fig. 1.—Lamego. Vaso pintado luso-romano

Dois dos vasos de *Gulpelhares*, do tipo do de *Lamego*, têm pintadas a vermelho no bôjo duas faixas paralelas. Não são porém do mesmo oleiro, pois têm na inserção da asa com o bocal, ambos lisos, uma marca ou ornato, formada por uma pequena bola de barro comprimida com um dedo, e que encontrei em cerâmica de *Carvalhos*, *Guifões*, *Laboriz* (Amarante), *Moreira de Cônegos*, *Parada Todeia*, *Sardoura*, *Tarouquela* (Sinfães), *Valadares*, etc.

O D.^{or} Henrique Botelho descreveu um vaso da mesma espécie da freguesia de *Gondar* (Amarante)¹.

No Museu Etnológico Português existe um vaso análogo, de 0^m.21 de altura, encontrado na necrópole luso-romana da *Feira Nova* (Marco de Canaveses)².

Na necrópole luso-romana de inumação do *Bairral* (Santa Leocádia, Baião) encontrou-se um vaso do mesmo tipo, com um furo ritual junto à base³.

Como se vê trata-se dum formato vulgar entre os vasos luso-romanos dos arredores do *Pôrto*, desconhecendo-se se tem encontrado em outros pontos do país.

Pode parecer estranho não indicarmos a designação latina, com que seriam conhecidos estes vasos. Tem-se feito isso descuidadamente entre nós, não obstante ser contra-indicado por quase todos os arqueólogos, pois os romanos, fora de casos conhecidos, não davam o nome ao vaso pela sua forma, mas sim pela sua aplicação⁴. Para este facto já chamou a atenção o D.^{or} J. Fortes, apoianto-se em Hölder e Walters⁵. Contudo, seguindo Rich, incluiremos estes vasos de colo curto e bôjo globular ou piriforme na categoria das *ampullae*.

As três faixas pintadas (fig. 1) são de cor castanho avermelhada (*rouge-brun*), que seria obtida com uma argila ferruginosa⁶.

¹ H. Botelho, «Cerâmica dos concelhos de Vila Real e Amarante», in *O Arch. Port.*, IX, 99, fig. 2.

² D.^{or} J. Leite de Vasconcellos, *História do Museu Etnológico*, est. XII, fig. 83.

³ R. Severo, «Necrópoles lusitano-romanas de inumação. I. Cemiterio do Bairral», in *Portugalia*, II, p. 422, fig. 8.

⁴ R. Cagnat et V. Chapot, *Manuel d'archéologie romaine*, Paris 1920, II, pp. 439-440.

⁵ J. Fortes, «Necrópole», etc., in *Portugalia*, II, p. 257.

⁶ B. Taracena-Aguirre, *Los vasos y las figuras de barro de Numancia*, Ipek 1925, p. 81.

Os seus desenhos são diferentes, o que é pouco vulgar, pois geralmente neste género de ornamentação o desenho é um só, ainda que esteja repetido.

No ornato I (fig. 2) há uma série de pinceladas triangulares e uma linha sinuosa, entre três traços paralelos de largura desigual.

O primeiro motivo, que eu saiba, é inédito e único em cerâmica d'este tipo.

A linha sinuosa tem o aspecto de SS ligados pelos topos (em fr. *postes*), conhecendo-a com esta mesma forma em vasos pintados de *Gulpelhares* e *Fidões*¹.

Este ornato tem uma origem remota nos palmípedes e SS estampados na cerâmica pre-romana de *Arados*, *Belinho*, *Briteiros*, *Mantel*, *Sabroso*, *Terroso*² e castros da *Galiza* (*S. Tecla*, *Morgade*, *San Cibrán de Lás*, etc.³), e nas linhas sinusoidais incisadas da cerâmica de *Alvarelhos*, *Briteiros*, *Guifões*, *Reguengo*, *Terroso*, etc.⁴, para só citar estações do norte de Portugal.

O ornato II (fig. 2), constituído por uma fila de pontos entre dois traços paralelos, encontra-se também em *Gulpelhares*, *Valadares* e *Fidões*, estando em alguns d'estes vasos o intervalo entre os dois traços pintado de branco.

O ornato III (fig. 2), formado por duas linhas paralelas, é o mais simples e também o mais freqüente. Assim, com pequenas variantes,

¹ Observações inéditas. Em *Fidões* encontrei cerâmica pintada de vários tipos, entre ela cerâmica ibérica de barro rosado com pinturas a branco, castanho, etc.

² *Arados* e *Mantel*: no Museu Etnológico Português; *Belinho*: exploração do Ex.^{mo} S.^{or} António Correia de Oliveira que confiou ao autor a sua publicação; *Briteiros* e *Sabroso* no Museu de Guimarães. Vid. Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris 1886, p. 279, fig. 405; e Déchelette, *Manuel d'archéologie préhistorique*, etc., Paris 1914, iv, p. 1472, fig. 667.

³ Observações no Museu da Sociedade Pro-Monte S. Tecla (La Guardia, Pontevedra); F. Cuevillas, *Catálogo dos castros galegos*. I. *Val de Vilamarín*, Cruña 1927, p. 13, e «A Citania do Monte «A Cidade» en San Ciprián das Lás», in *Boletín de la Real Academia Galega*, Coruña 1924-25.

⁴ Explorações de Martins Sarmento, Rocha Peixoto e do autor. Vid. Virchow, «Compte Rendu du Congrès d'Anthropologie et Archéologie Préhistorique de Lisbonne», 1880, p. 660; Mendes Correia, «O petróglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel», separata da *Brotária*, Caminha 1927, vol. iv, fasc. 1. Exemplares nos Museus de Guimarães e Antropológico do Porto.

conheço-o em: *Amarante, Carvalhos, Gulpelhares, Marco de Canaveses, Moreira de Cónegos, Santa Eulália de Barrosas, S. Torcato, Sardoura, Valadares e Vila Nova da Telha*¹.

Um vaso, com duas faixas pintadas, da necrópole luso-romana por incineração (século IV) da *Lomba* (Amarante), é considerado pelo Dr. J. Fortes como «de época tarda no período lusitano-romano»².

Na necrópole luso-romana por inumação de *Vila Verde* (Bagunte) apareceu cerâmica «de pasta fina amarela, igual à da Lomba, com

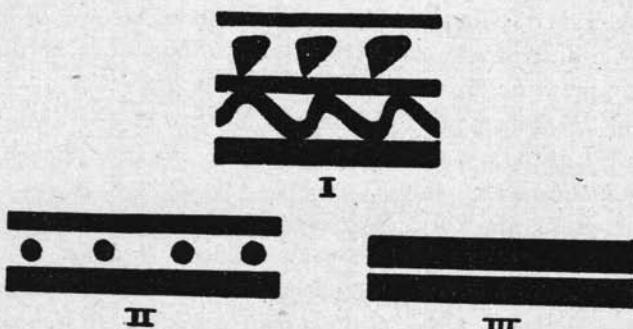


Fig. 2.—Lamego. Desenhos das faixas pintadas

dois traços paralelos cõr de chocolate»³, e na necrópole também por inumação de *Vilarinho* (Amarante) um vaso com faixas a-vermelho e branco⁴.

Na sepultura luso-romana do *Monte do Penouço* (Rio Tinto, Pôrto) encontrou-se uma caneca com duas listas castanhas intermeadas dum branca⁵.

As faixas pintadas da cerâmica de *Santa Oláya* (2.^a idade do ferro)

¹ Nos Museus do Pôrto, Guimarães e Lisboa (observações pessoais). M. Correia, «Cerâmica pintada», in *Revista de Estudos Históricos*, Pôrto 1924, I, p. 66, e, do mesmo, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto 1924, p. 288.

² J. Fortes, «Necrópole», etc., in *Portugalia*, II, p. 259, est. XVI, fig. 1.

³ R. Severo, «Necrópoles», etc. II. «Cemitério de Vila Verde», in *Portugalia*, II, p. 428. Recolheram-se juntamente moedas dos séculos III e IV.

⁴ J. Fortes, «Casa e necrópole lusitano-romanas de Vilarinho (Amarante)», in *Portugalia*, II, p. 478.

⁵ R. Severo, «O cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto)», in *Portugalia*, II, pp. 111-113, fig. 3.

são muito mais largas do que as descritas¹, o que sucede na cerâmica ibérica do sul do país (*Lisboa, Alcácer do Sal*, etc.²).

No «graffito» lê-se o genitivo do *nomen gentilicium RVFINIVS*, com a terminação em *-ius* característica do antigo gentilício romano³. A palavra seguinte (*cognomen?*) é ilegível, pelos poucos sinais que restam, talvez um C, um A e um M.

As letras, capitais grosseiras, foram gravadas com um estilete depois da cozedura.

A ligação do V com o F é vulgar. Aparece, por exemplo, em lápides sepulcrais do *Monte do Penouço* (Rio Tinto) nos nomes de Rufonia Rufina e de Apronio e Apronia Rufa⁴; e num vaso do *Marco de Canaveses* (que vi no Museu Etnológico) com o graffito *Rufoni Rufini*.

O nome *Rufinius* é conhecido no onomástico pessoal luso-romano da Bética e Lusitânia segundo E. Hübner⁵, e no «graffito» dum *pondus de Quintela* (Mangualde)⁶.

Nos arredores do Pôrto são freqüentes outros nomes semelhantes, como *Rufonius*, e cognomes como *Rufus* e *Rufinus*.

Os grafitos abundam sobretudo no norte do País, aparecendo em *Amarante, Baião, Fides, Guilhabreu, Gulpelhares, Marco de Canaveses, Oldrões, Parada Todeia, Sardoura, Sinfães e Valadares*.

Pôrto. Páscoa de 1928.

RUY DE SERPA PINTO.

«Tam antigo costume é estimar a memoria antigua, que quasi per hūo consentimento en todas has idades houue esta opiniā, teñerense muitas cousas en preço, non por ha bondade de ellas, mas por antiguidade...»

A. de RÉSENDE, *Hist. da antiguidade da cidade de Evora*,
3.^a ed. (1783; a 1.^a é de 1576), começo.

¹ A. Santos Rocha, «Estações, etc., Santa Olaya», in *Portugalia*, II, pp. 334 sgs., est. xxv; «As louças pintadas de Santa Olaya», in *O Arch. Port.*, II, 227. Nos Museus da Figueira da Foz e Etnológico.

² Vergílio Correia, «A cerâmica ibérica no centro e sul de Portugal», in *Terra Portuguesa*, 1924, p.º 37, p. 11.

³ R. Cagnat, *Cours d'épigraphie latine*, Paris 1914, p. 50.

⁴ R. Severo, «Três inscrições funerárias inéditas do cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto)», in *Portugalia*, II, p. 126.

⁵ C. I. L., II, 521 e 1038.

⁶ D.^{or} J. Leite de Vasconcellos, «Analecta archeologica: 3», in *Arch. Port.*, XV, 325.

Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal

(Continuado de p. 328 do vol. XXVI d-*O Archeologo Português*)

Capítulo III

Restos de construções e artefactos que nos indicam a actividade industrial e comercial na antiga povoação em Tróia

§ 1.º—Cetárias

Voltando a Tróia para estudarmos mais detidamente os vestígios da actividade dos seus antigos habitantes, imediatamente nos prendem a atenção os numerosos restos de construções de tanques, tanto pela regularidade da forma e disposição em fileiras, como pelos materiais de que são formados.

A referência mais antiga que temos dêstes tanques é a de Gaspar Barreiros¹ que a respeito dêles diz que são «salgadeiras em que se curava o peixe para a grande navegação que dêle se fazia».

André de Resende², o nosso mais antigo arqueólogo, também depois de nos falar da situação de Cetobriga, chamada por Ptolomeu Cetobrix, na embocadura do antigo golfo salaciense³, e de dizer que essa cidade foi sepultada nas areias movidas pela violência do vento, refere-se ao nome de Cetobriga, composto de *briga*, que na antiga linguagem das Espanhas queria dizer «cidade» (como Arabriga, Conimbriga, Cetobriga, Lacobrica e muitas outras), e de *cete*, que significava «grandes peixes» (como o atum e outros animais marinhos) que se salgam e vendem em lugares conhecidos com o nome de *cetárias*, por, segundo Horácio⁴, aí chegarem muitos dêsses peixes nadando,

¹ Vid. *Corografia*, ed. de 1561, pp. 63 e 64.

² Vid. *De Antiquitatibus lusitaniae*, lib. IV, fol. 196.—Ebora 1593, ou pp. 253 e 254 da ed. Conimbricæ, anno MDCCXC.

³ Este golfo salaciense (de Salácia, hoje Alcácer do Sal) corresponde ao actual estuário do Sado, cuja embocadura não estava ainda atravessada de maneira contínua, como hoje pelo cordão litoral que se estende desde Sines até a frente de Outão, deixando só uma abertura, por onde entram e saem as marés no estuário.

⁴ Vid. Horácio, *Satyras*, vol. II, liv. v.—Cf. também *Prosodia in vocabularium bilingue, latinum et lusitanum*, pelo P.^o Bento Pereira, s. v. «Cetariae, arum».—Évora 1732.

e onde havia muitos tanques também chamados cetárias por serem destinados à salga dos mesmos peixes¹.

Além de André de Resende outros escritores fizeram posteriormente referências às ruínas de Tróia, não esquecendo os seus tanques.

Assim João Baptista Lavanha² diz que na «lingua de terra que fica de fronte da vila (de Setúbal), houve na antiguidade uma povoação chamada Cetobriga onde ainda se vem os vestígios de tanques em que se salgaram os atuns, & outros pescados, e aparecem as ruínas de outros edifícios de aquela cidade e delas se tiráram estatuas, colunas, e muitas inscrições, que entre outras antiguidades dignas de eterna memória se conservam na casa do duque de Aveiro».

A descrição, porém, que temos visto mais desenvolvida das cetárias de Tróia é a que Carlos Ribeiro deixou manuscrita no seu caderno de apontamentos sob o título de *Livro de viagem de Carlos Ribeiro — «Digressão a Troia em Março de 1858»*³.

¹ Para que o leitor veja as próprias palavras de André de Resende expostas na sua citada obra, referentes a Cetobriga e às suas cetárias, aqui as transcrevemos:

«Cetobriga, quae Ptolomeo Cetobrix appellatur, in ora, & ostio sinus Salaciensis quondam stetit.

Urbis tenui vestigium modo est, arenis abruptae, nisi qua irrumpentis maris violentia, sub aqua non nunquam vero a tumulo in tumulum arenas radentibus ventis, deteguntur aedificia.

Causa nominis a cetis, & Briga orta est. Briga siquidem vetere Hispanorum lingua urbem significat, ut Arabriga, Conimbriga, Cetobriga, Lacobriga & multae aliae.

Prima vero compositi nominis pars, a cetis est facta. Cete magnos pisces, ut thynnos, omissis marinis belluis significare, & qui pisceis eos saliunt, ac vendunt, cetariōs appellari, notum est: lacus autem in quibus saliuntur, cetariae, & cetaria dicuntur unde Horatius: Plures amabunt Thunni, & cetaria crescent.

Quoniam vero in urbe hac, de qua nobis sermo est, celebris erat piscatio, & salsa talium piscium, sicut etiam nunc Cecimbrigae, quod oppidum e regione est, in extimo fere Barbarii promontorii litore, Cetobriga vocata civitas est.

Durant adhuc in Cetobrigensi litore ipsa cetaria, signino opere antiquitus fabricata».

² Vid. *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II a Portugal*, Madrid 1622, p. 73. — Cf. *O Arch. Port.*, XIII, 15.

³ Este manuscrito existe na sede da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal e do qual o nosso saudoso amigo e sábio geólogo Paul Choffat mandou tirar cópia, que gentilmente nos ofereceu.

Transcrevemos, pois, para aqui essa descrição feita por tam notável geólogo e arqueólogo¹:

1) «No meio do Sado entre a vila de Setubal e a capela de N. Snr.^a de Troia ha um parcel que descobre na maré vazia das aguas vivas e mais proximo da margem direita do que da esquerda; tem 2,5 kilometros de largura maior, pouco mais ou menos e uns 12 ki-

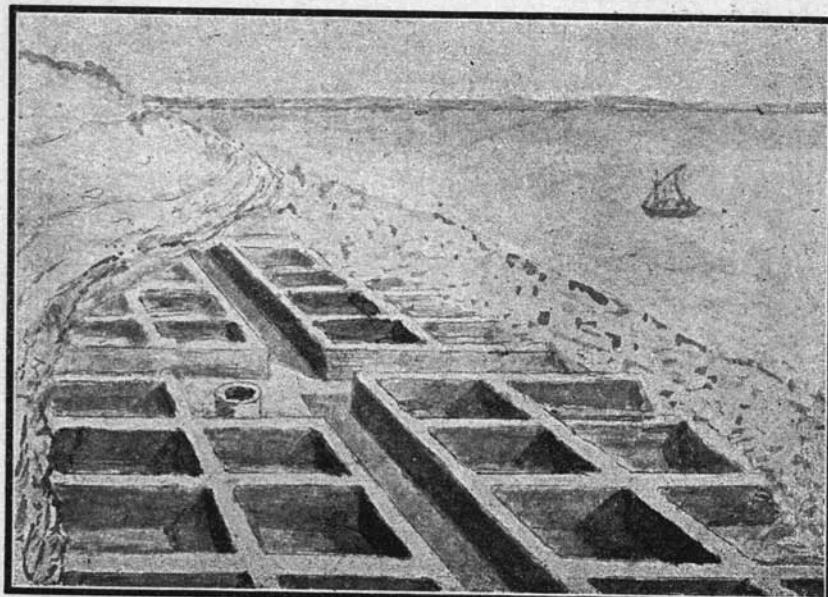


Fig. 7. — Grupo de cetárias

lometros de comprimento, indo acabar defronte do Muinho Novo umas duas leguas acima de Setubal.

2) Este parcel é formado de lodo e areia e tem provavelmente muita relação com os ilhotes que se veem pelo rio acima na carta de Bonet².

¹ Nesta transcrição só acrescentaremos a numeração consecutiva dos períodos para fazermos referências a esses períodos pelos números, quando o julgarmos necessário.

² Estas ilhotas, que só emergem na baixa maré, também vêm representadas, sem denominação na Carta corográfica de Portugal na escala $\frac{1}{100000}$, publicada pela Comissão Geodésica. Na alta maré constituem baixos ou cabeças com os nomes de: Campanário, Cabra, Carraca e Pritica.

3) O Cabedelo é uma grande restinga de areia pertencente ou formada da parte da praia ou o prolongamento N. da praia que vem do Cabo Sines, e que parece ser toda de areia.

4) Ha um sitio proximo á Comporta a que chamam a Foz¹, e que segundo ouvi dizer é uma porção de areia que separa o Sado do Oceano numa largura de 50 a 100 metros.

5) Proximo do Cabedelo e defronte de Setubal ha uma depressão por onde entra a maré e a que chamam a Lagoa.

6) É na margem direita desta lagoa e separada do Sado onde se encontram numerosos restos da antiga povoação e oficinas de salga de peixe.

7) Os tanques de salga mostram-se numa extensão de perto de 4 kilometros proximamente a contar da ponta N. O. da lagoa formam grupos separados por porções de praia sem vestígios destas construções, no entanto as que se vêem são numerosíssimas.

8) Cada grupo consta de um indeterminado numero de aqueles tanques dispostos em series ou linhas perpendiculares á praia, algumas destas linhas são orladas de quelhas ou comunicações²; cada linha compunha-se pelo menos de cinco tanques, hoje raros são os que apresentam este numero, por estarem desmoronados pela acção das aguas do rio e maré ou por se acharem cobertos pelas areias.

9) Os tanques afectam em geral uma mesma forma e têm uma mesma construção; mas variam muito nas dimensões da sua secção; a altura é constante em todos eles, ou pelo menos assim parece³. Grossura das paredes laterais 0^m,9. Grossura das paredes divisorias 0^m,6. Respaldas ou dimensões de cada fiada 0^m,6.

10) Algumas das fiadas são separadas por casarões ou oficinas (?) com 25^m de comprimento por 8 de largura.

11) Toda a rocha empregada nestas construções é o gres e conglomerado vermelho do alto do Viso (Jurassico superior). Também se vê ali o calcareo da serra da Arrabida na alvenaria.

¹ É a Foz de Pera.

² Vid. fig. 7. Esta figura não foi representada no caderno de C. Ribeiro; foi desenhada por nós em vista dos grupos de cetárias que se encontram um pouco ao sul da Ponta do Verde e nas Figueirinhas. (Vid. esboço topográfico do território de Tróia, fig. 1, a p. 314 do vol. XXVI d-*O Archeologo*).

Vid. também as figs. 8 e 9, segundo fotografia do S.^{or} D.^{or} Mesquita de Figueiredo.

³ Nesta altura do caderno estavam as figs. 10 e 11 sem designação numérica.

12) O interior das divisorias é alvenaria argamassada: para o lado de dentro dos tanques tem a parede um tal ou qual paramento sobre o qual leva um reboco de beton ou de argamassa signina mui fina com fragmentos muito angulosos só de calcareo cinzento sensivelmente do mesmo tamanho; por cima deste leva um segundo reboco de beton semelhante ao precedente com fragmentos angulosos

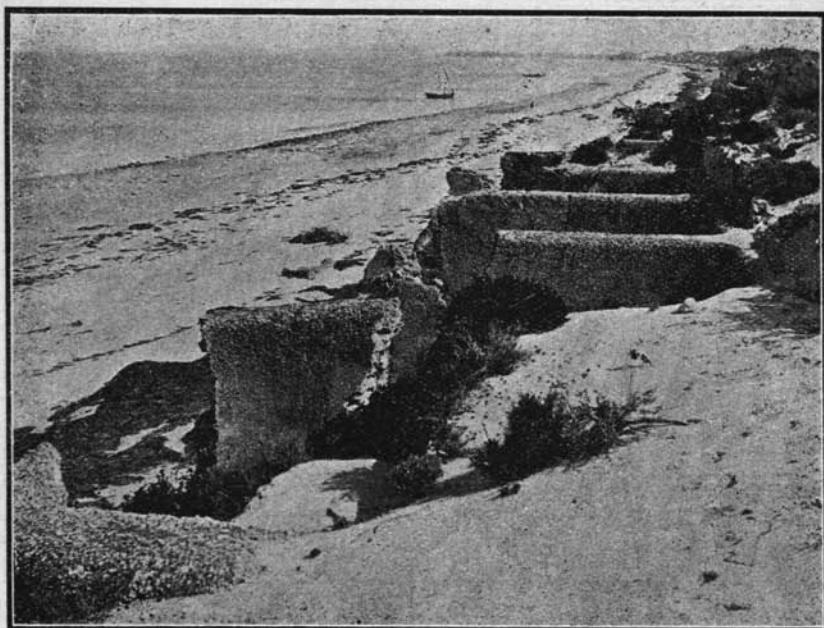


Fig. 8.—Aspecto actual das ruinas dum grupo de cetárias

só de calcareo, mas muito menores; a grandeza destes ultimos fragmentos diminue para a parte de dentro do tanque, até que a superficie interior é um chispado de cimento muito liso duro e impermeavel.

13) No fundo assenta a parede sobre uma plataforma de pedra grossa, secca, com areia amarelada nos intervalos, parece porem que esta plataforma era contida por paredes que desciam até certa profundidade afim de dar egualdade á pressão desenvolvida na mesma plataforma.

14) Não pôde formar-se ideia do numero de tanques que havia, a avaliar pelo que se vê, e de um modo muito grosseiro, aquele numero devia exceder a dois ou tres mil tanques.

15) Qualquer que ele seja porem, o que é certo é que ele representa um grandioso estabelecimento de salga ou preparação de peixe e de azeite.

16) Encontramos em algumas das tinas ou tanques porções de bôlo resultante da expressão do peixe para o fabrico de azeite; este bôlo de uma cõr alambreada e ainda com algum ligeiro cheiro

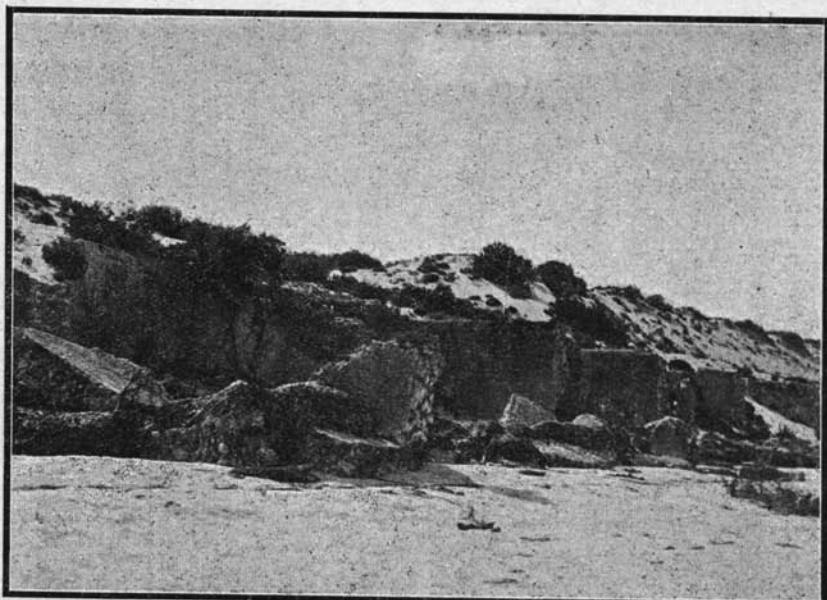


Fig. 9.— Aspecto actual das ruínas dum grupo de cetárias

a ranço é composto de escamas, espinhas, vertebras etc. de peixe pequeno, posto que se encontrasse tambem um dente de 0^m,025 o que revela o emprego de peixes grandes.

17) Toda a praia na extensão de 3 kilometros à 4 proximamente é coberta continuamente de tijolos quebrados (alguns inteiros), cacos de telha, de amphora, fragmentos de alvenaria, pedras soltas de calcareo, do conglomerado vermelho do outro lado do Sado e que resultaram da demolição dos edificios que havia deste lado.

18) As areias mostram-se sobranceiras aos restos das edificações que orlam a praia e por detraz dos tanques e a diferentes distancias e alturas vêem-se aflorar por entre as areias e á maneira de dikes numerosas paredes que talvez servissem para se apoiar o telhado que cobria estes tanques, como acontece nos actuaes lagares.

19) Trepando da praia para o alto das areias, observa-se que estas invadiram efectivamente as edificações, cobrindo-as como que impelidas por continuos ventos¹.

20) As areias formam colinas separadas por depressões ou vales, cuja disposição não tem relação alguma com os rumos do quadrante do S. O., para que achemos no vento a causa imediata daquela disposição; muitos destes vales ou a maior parte não têm fozes e cortam-se uns aos outros.—Alem disso observam-se em muitos dos cumes das colinas (ou devemos antes chamar-lhe cume das escarpas das depressões) muitos cacos, fragmentos de alvenaria argamassada, de modo que pode suspeitar-se que as corôas de areia correspondem ás edificações, e os vales correspondem ás ruas ou partes desmoronadas.

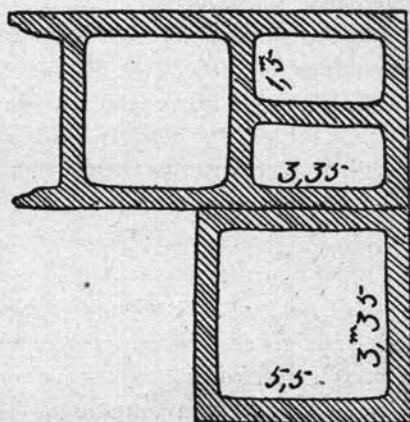


Fig. 10. — Planta dum pequeno grupo de cetárias, segundo C. Ribeiro

de modo que pode suspeitar-se que as corôas de areia correspondem ás edificações, e os vales correspondem ás ruas ou partes desmoronadas.

21) Alem dos diferentes afloramentos de paredes até alturas de 10^m a 20^m sobre a praia, nada mais se vê senão os restos de tijolos e de alvenarias que cobrem a parte molhada pela maré; as tinas ou tanques (alguns

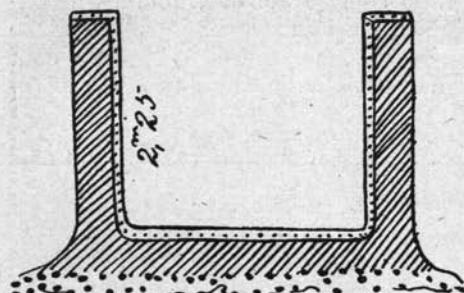


Fig. 11. — Secção vertical e transversal duma cetária, segundo C. Ribeiro

deles inteiros e na sua primitiva situação), algumas sepulturas, enfim alguns vestígios de ruas por entre as linhas dos tanques.

22) Mais para N. O. ou agua abaixo, nas vizinhanças da capella da Snr.^a da Troia ainda se vêem: uma casa grande que estava completamente entulhada de areia, cujas paredes algumas delas estu-

¹ As edificações ficaram soterradas, na sua maior parte, em camadas sedimentares estratificadas e formadas de areia e entulhos; só no topo das ruínas é que estas são cobertas por dunas, através das quais ainda algumas vezes afloram as ruínas.

cadas conservam ainda as pinturas¹ e umas thermas encerrando uma sala com o pavimento de um belo mosaico — as paredes estão por assim dizer novas¹.

23) O lar dos cinzeiros está 2^m pelo menos acima da maré cheia das aguas vivas.

24) Se esta povoação era ou não grande é o que se ignora; o facto é que está coberta pelas areias.

25) Serão as areias impelidas pelos ventos do S. e do S. O. que sepultaram esta povoação?

26) E a ser assim este fenomeno seria ordinario e successivo, ou repentina e acompanhado de movimento do sólo?

27) Seria um movimento do sólo que fez descer esta parte da terra abaixo do Oceano, como querem alguns archeologos?

28) Dentro dos tanques ou das tinas e mesmo na escarpa não revestida se vê um entulho de terra (?) escura com conchas terrestres².

¹ A casa, cujas ruínas estão representadas na fig. 12, estava quase sotoposta ao adro da capela de Nossa Senhora dos Prazeres.

Foi por esta casa que em 1850 começaram os trabalhos de exploração da Sociedade Arqueológica Lusitana, e continuariam aí, se a capela, que lhe fica sobranceira, não ameaçasse derrocada com tais trabalhos (vid. «Diário dos trabalhos das excavações de Troia», na *Revista Popular*, n.º 9, de 1850, p. 70).

No rés-do-chão e junto aos dois cantos, que a parede mestra da frente da casa forma com as laterais, vêem-se dois pares de tanques construídos da mesma maneira que as cetárias.

Pelo seu carácter reservado e deminuto número, julgamos que tais tanques seriam destinados à salga de diversos víveres para consumo doméstico ou a piscina para criação de peixe marítimo; pois a moda e gosto pelos peixes criados em viveiro chegou a tal ponto que não havia rico romano que não tivesse desses viveiros, onde o peixe adquiria um sabor apreciado (cf. *La protection des pêches maritimes*, por Louis Perrier, Paris 1903, pp. 14 a 19). Assim certas espécies de peixes, como a moreia, se aclimavam e adquiriam um gosto mais apetitoso. É bem conhecido pela história aquele célebre e rico liberto Pollio que, para sustentar nas suas piscinas as moreias, lhes lançava os escravos que ele condenava, e assim ostentava o luxo da sua mesa!

A capela de Nossa Senhora também ficava sobranceira a um baptistério com piscinas para banho e que parece não fazer parte de qualquer estabelecimento balneário mais complexo. Há porém em Troia umas termas completas afastadas da capela uns 400 metros para o Sul e de que nos ocuparemos em outro capítulo.

² Estes entulhos estão estratificados.

29) Para entrar no exame destas questões, é necessário recolher grande numero de factos que só a exploração e um detido estudo podem fornecer».

Também num período grammatical posterior aos que ficam transcritos, C. Ribeiro manifesta a opinião de que «o estabelecimento

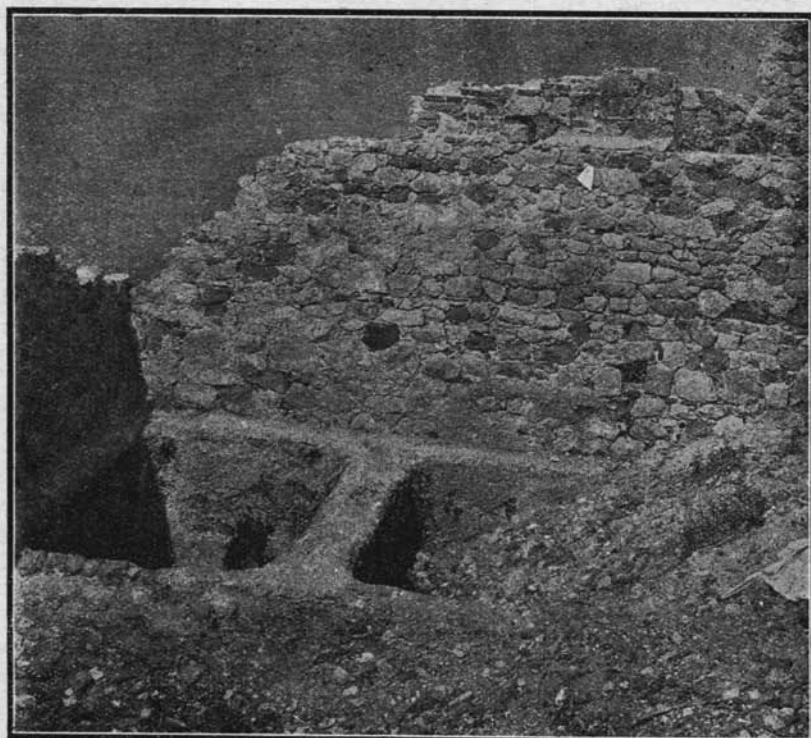


Fig. 12.— Casa quase sotoposta ao adro da Capela
de Nossa Senhora dos Prazeres

romano buscou aqui (em Troia) assento á abrigo dos temporaes; proximo á mar e nas melhores condições para exercer a sua industria dependente do preparo do peixe».

Sobre cetárias pouco mais temos que acrescentar às observações de C. Ribeiro.

Assim temos visto que na proximidade de cada cetária ou grupo de cetárias é freqüente haver um poço com o bocal bem visível, repetindo-se, por isso, muitas vezes a aparição destes poços em Tróia, mesmo sem já existirem as cetárias a que pertenciam, por terem desaparecido os vestígios destas. Creio que os poços eram destina-

dos a fornecer água, não só para a lavagem das cetárias, mas para fazer a salmoura em que se salgava o peixe nos tanques.

Estes tanques eram interiormente todos forrados de argamassa constituída como a signina, completamente impermeável e sem solução alguma de continuidade; portanto, não tendo estes tanques no fundo qualquer orifício para esgôto, a renovação da salmoura devia fazer-se por baldeação.

Não é só em Tróia que aparecem destes antigos tanques para salga de peixe. Ainda nas proximidades de Setúbal e na margem direita do Sado, à beira do seu estuário e também na próxima costa marítima, junto do portinho da Arrábida, há algumas cetárias; tais são as que se vêem em ruínas nas fozes das ribeiras da Ajuda, da Rasca e no Creiro¹.

As cetárias da foz da ribeira da Ajuda são em tudo semelhantes às de Tróia, tanto na forma como nas dimensões; têm todas porém os seus fundos abaixo do nível das altas marés, quer tenham descido por efeito do embate das águas do estuário sobre o solo, em que se apoiavam, quer se conservem ainda no primitivo solo, mas este tenha descido de nível.

¹ Fora dos arredores de Setúbal, no Algarve também Estácio da Veiga dá notícia destes antigos tanques: no Serro Grande (vid. *Antiguidades do Algarve*, t. I, p. 210) no sítio das Antas (Alvor; vid. a mesma obra, t. II, p. 340) e em Portimão, Alvor e Quarteira (vid. a mesma obra e tomo, pp. 548 e 569). Por essas notícias vê-se que todos êsses tanques são semelhantes aos de Tróia.

Contudo Estácio da Veiga viu em algumas cetárias uns cimentos diversos dos de tipo romano (vid. *ob. cit.*, t. I, p. 210).

A sul de Espanha, em Memlaria e Belon já Estrabão mencionava estabelecimentos de salga de peixe (vid. *Geografia*, Liv. III, cap. I, p. 7. — Tradução de Gabriel Pereira).

Modernamente também notaram restos de cetárias em Espanha: E. Hübner em Bassipo (vid. *Archeologia de Espanha*, p. 224, § 144); Delgado em Cadiz (vid. *Monedas de Espanha*, 2.^a ed., Sevilha 1873, p. 45); Macinera Prado y Lama na Galiza (vid. *La Voz de la Galicia*, de 23 de Junho de 1896).

Com respeito às costas da França e da Itália, o S.^{or} D.^{or} Mesquita de Figueiredo consultou Pedro Gouret, professor da Escola em Marselha e Giovani Patrou da Direcção do Museu de Nápolis, que sobre a existência de cetárias nos seus respectivos países informaram que não havia, tanto no litoral do Mediterrâneo como na Itália, estabelecimentos alguns semelhantes aos de Portugal (cf. A. Mesquita de Figueiredo, in *Bulletin Hispanique*, t. VIII, pp. 112 e 113).

Sobre o fundo de uma cetária encontramos um médio-bronze de Constâncio.

Para a lavagem e abastecimento de água para estes tanques empregava-se a água de um afluente da ribeira, a qual vinha canalizada desde uma presa a montante da foz, cujo dique era apoiado num gigante, construído com argamassa signina e que ainda se pode descobrir sob a argamassa moderna que o reveste.

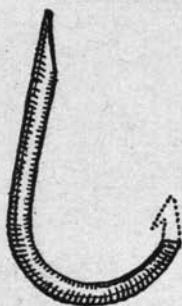


Fig. 13. — Anzol de bronze com haste de secção quadrangular
Escala natural



Fig. 14. — Anzol de bronze com haste de secção circular

As cetárias da foz da ribeira da Rasca têm menores dimensões, foram construídas em terreno que hoje se acha acima do nível do mar e têm uma construção menos cuidada e mais leveira que as da foz da ribeira da Ajuda, sendo as paredes no interior forradas com uma mais delgada camada de argamassa que também nos parece signina. Dentro de algumas destas cetárias, através das quais foi aberta uma trincheira para a passagem da estrada de Setúbal a Outão, ainda vimos nos entulhos que as preenchiam muitas valvas de moluscos, uns marinhos, outros terrestres.

Dos moluscos marinhos lembra-nos ter visto: raras valvas de *Purpura hemastoma*, de cujas glândulas se extraía na Fenícia o suco com que se obtinha a mais bela púrpura, valvas de *Murex Trunculus* e *Murex Brandaris*, donde se extraía um suco que ainda dava uma linda cor menos bela do que a púrpura, mas menos custosa¹, valvas da *Ostra edulis* ou ostra europeia, de *Pectunculus*, de *Pholax*

¹ Em Saida, ao sul de Tiro, ainda hoje se encontram grandes aglomerados de valvas dos moluscos, de que se extraía o suco para obter a bela cor purpurina sobre os tecidos, e umas covas abertas no solo da rocha que, à maneira de lagariças, serviam para nelas se espremer o dito suco. Os arqueólogos vêem nestes objectos os vestígios do antigo fabrico fenício da púrpura.

Nos arredores de Setúbal não se vêem tais aglomerados de conchas nem tais covas. A quantidade que, junto de algumas cetárias, se vê de valvas de *Murex*, é em diminuto número comparado com o elevado número de moluscos, que era preciso obter para tingir uma relativamente pequena peça de tecido. Parece-nos, pois, que os *murex* a que pertenciam as valvas foram destinados à alimentação e não ao fabrico da bela tinta purpurina.

dactylus (muito saborosa e que vive em Setúbal nas cavidades feitas pelo próprio molusco com o auxílio das suas valvas, nas rochas sub-marinas próximas da praia de Albarquel), de *Venus verrucosa* (Pés de burro), de *Pecten maximus* (Vieira), de *Venus decussata* (Amêijoas da cabeça), de *Turba trachidia* (univalve de cujo operculo, conhecido por umbigo, se fazem botões de notável beleza devida ao brilho da madrepérola, de *Patelas* (Lapas).

Fig. 15. — *Pondus*

de barro, cilindro

Também se encontram valvas de alguns moluscos terrestres, como de *Helix aspera*, *Helix nemoralis*, *Helix hispida* (caracóis), etc. Supomos que a carne de todos estes moluscos também era salgada nas cetárias, da mesma maneira que o peixe destinado a exportação.

§ 2.º.—Origem e antiguidade das cetárias

Sobre a antiguidade das cetárias temos de atender ao que disse o sábio arqueólogo Emilio Hübner, em resposta a uma consulta feita pelo S.^{or} D.^{or} Figueiredo:

«O que fornece a literatura antiga não basta para fixar a origem dos restos (dêstes tanques) conservados em Espanha e Portugal. São precisas investigações pacientes nos lugares em que se acham, para determinar o seu carácter e origem.

«Se a construção dos tanques e das paredes mostra a forma bem conhecida dos edifícios romanos, poderão atribuir-se com muita verosimilhança aos Romanos.

«Se porém a construção apresenta um carácter diferente e de alguma antiguidade, poderá pensar-se numa origem fenícia.

«Mas como até o presente não se conhecem em Espanha quase nenhuma construções que se possam atribuir aos Fenícios com certeza, a determinação ficará sempre incerta. Sómente uma investigação em todas as costas e de todos os restos semelhantes, que afi houver, poderá lançar luz sobre esta interessante questão»¹.

Analizando, pois, as paredes dêstes tanques em Tróia, para, em vista dos elementos da sua construção, podermos saber a que origem



Fig. 16
Pondus de barro,
em forma de
prisma recto
de base quadrada

¹ Cf. um artigo publicado in *Bulletin Hispanique*, t. viii, pp. 112 e 113.

os devemos atribuir, observamos em primeiro lugar que: as paredes se apresentam exteriormente como as de pequeno aparelho, com as faces constituídas por pedras de superfícies quadradas iguais, tendo 0^m,10 de lado, dispostas em fileiras no sentido horizontal e que interiormente as mesmas paredes são formadas com um enchimento de alvenaria feito de pedras menores e embebidas em argamassa de cal e areia.

Este modo de construir paredes era habitualmente usado pelos Romanos, que só empregavam o grande aparelho nos mais importantes e grandiosos edifícios, como eram os templos, os teatros, os arcos de triunfo, etc.⁴

Como ficou dito, os tanques eram revestidos interiormente e na parte superior dos seus muros pela argamassa constituída como a signina, composta de cal, areia e tijolo britado ou calcáreo, em miúdos fragmentos. Esta argamassa é chamada signina (*opus signinum*) por ter sido inventada em Signium, no Latio², que era o bem pequeno e limitado território romano ao tempo da fundação de Roma e nos arredores desta cidade. Os outros elementos de construção empregados nos tanques são as pedras do enchimento interior dos muros, aproveitadas para isso tais como se apresentavam naturalmente e, portanto, sem sinal de qualquer trabalho intencional.

Não vemos, pois, na construção dos tanques elemento algum que caracterize a sua origem, senão a impermeável argamassa signina (*opus signinum*) que forra as cetárias, o que nos leva a julgar que, tendo tal argamassa a sua origem em Signium, no Latio, é evidentemente de origem latina ou romana.

Parece-nos também que não entrando na construção das cetárias de Tróia qualquer elemento que se possa atribuir a povo diferente do romano, não se podem classificar tais cetárias senão como romanas.

A enorme capacidade total das cetárias, contando só com as patentes à vista em Tróia, dá-nos ideia da imensa quantidade de peixe.

⁴ Vid. Narciso da Silva, *Noções elementares de Archeologia*, pp. 38 e 39.

² Vid. A. Rich, *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*



Fig. 17. — Pandelha de barro



Fig. 18. — Pandelha de ardósia

que se pescava nos mares adjacentes a Setúbal, talvez não inferior à que se pesca hoje. Estes mares são muito abundantes em *plaucton*, substância flutuante formada por seres mortos ou com vida latente de animais no estado embrionário, como larvas de crustáceos, diatomáceas, infusórios, etc., que são transparentes e por isso invisíveis, mas que constituem o pasto indispensável e atraente dos grandes cardumes de sardinha.

Como consequência disto a quantidade de peixe que vive nos ditos mares é prodigiosa e susceptível de pesca em intensidade ainda não limitada.

A avaliar pela capacidade das cetárias, a quantidade de peixe, que nelas se salgava, devia exceder muitíssimo as necessidades do



Fig. 19.—Naveta ou agulha de fazer rête.

consumo regional, de maneira que somos levados lógicamente a admitir que a maior parte do peixe, depois de salgado e convenientemente preparado nas cetárias, era exportado como hoje para outras regiões distantes.

§ 3.º—Indústrias correlativas da salga do peixe

A indústria da salga do peixe era correlativa de duas outras que necessariamente a precediam, a saber: a da pesca e a da lavra das marinhas de sal; e também de outras duas, que se seguiam não necessárias, mas convenientes, que eram o enxugo e o empacotamento, ambas anteriores à exportação.

Estas indústrias, à exceção da salga, não são porém de natureza a deixarem grandes vestígios.

a) A pesca podia fazer-se: à linha por meio de anzóis, e por meio de rêsdes.

Da pesca à linha só restam alguns anzóis de bronze como os representados nas figs. 13 e 14 em escala respectivamente de $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$.

A haste do anzol da fig. 13 tem a secção quadrangular, a do anzol da fig. 14 tem a secção circular.

Da pesca por meio de rêsdes tem-se achado freqüentes vezes bodos (*pondus*) de barro com furos para a passagem do cordel de suspensão (figs. 15 e 16).

Os bodos das figs. 15 e 16 são prismáticos, mas também os há cilíndricos. Ao peso da fig. 17 dá-se-lhe agora o nome de pandelha; é achatado e tem dois furos para a passagem do fio de suspensão.

Também é freqüente encontrar-se numerosos exemplares de pandelhas de xisto ardosiano ou lousa, com um ou dois furos, para suspensão, como se vê na fig. 18.

As rês eram feitas com agulhas especiais de bronze chamadas *navetas*, de que se tem encontrado alguns exemplares como o da fig. 19.

Fig. 20.—Agulha de coser empreita

O exemplar representado nesta figura mostra pelas suas dimensões ser destinado à confecção de rês de grandes malhas.

Sabemos pela história que a pesca se desenvolveu muito nos últimos tempos do Império romano, que por efeito da influência do Cristianismo, oposto ao luxo e ao abuso da mesa, fez reviver a velha lei Licínia que prescrevia não comer em certos dias senão peixe e carne salgada.

Com a invasão dos Bárbaros porém os estabelecimentos de salga e pesca em barco foram abandonados, sendo a Igreja que reformou novamente a necessidade da pesca, aumentando os dias de jejum.

Apesar de serem tam poucos os vestígios da indústria da pesca por meio de rês, julgamos que era por este meio, de resultado

mais abundante e expedito do que o da pesca à linha, que se poderia colher a enorme

quantidade de peixe, que a multidão de cetárias acusa ser ali salgada para depois ser exportada.

É pois provável que a pesca, que os Romanos faziam nos mares das proximidades de Setúbal, se fizesse no seu mar litoral com aparelhos de arrasto contra a praia ou estabelecendo armadilhas de rês flutuantes, mas amarradas ao fundo do mar, próximo à costa, à maneira das armações actuais, e que colhiam de surpresa o peixe que aí caía.

Estas armadilhas já tinham sido inventadas na Grécia antes de Oppiano, que as descreve no seu poema didático *Halicutica*¹.

¹ O poeta grego Oppiano do fim do séc. II depois de Cristo, no terceiro dos cinco livros do seu poema didático *Halicutica* sobre pesca, refere-se aos atuns da Ibéria e também descreve o género da sua pesca inventado pelos Gregos. Consiste este numa espécie de armadilhas, que eram as ancestrais das actuais almadravas ou armações fixas de pesca para o atum, como usam no Algarve.

Vejamos o que disse Oppiano, ao tratar da pesca do atum: «No cume de uma montanha está assentado aquele que vigia a pesca;

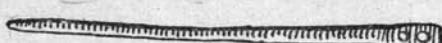
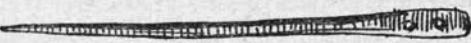


Fig. 21.—Agulha de coser empreita

É portanto muito provável que no ocidente da Europa já também estivessem em uso essas armadilhas.

b) A lavra das marinhas de sal não deixou vestígios que conheçamos ou, se os deixou, são de forma que se confundem com os das marinhas actuais e por isso não os podemos distinguir.

c) O enxugo do peixe também não deixou vestígios. Julgamos, em face do período n.º 16 do caderno de C. Ribeiro, que se faria espremendo o peixe sob o peso de aglomerados de pedras, numa disposição semelhante à que se emprega actualmente em Setúbal para o enxugo e extracção do óleo de peixe destinado à estiva¹.

quando vê chegarem os atuns, avisa os armadores e logo todas as rôdes se armam e avançam pelo mar dentro, onde se estabelecem à maneira das casas de uma cidade com seus vestíbulos, portas e câmaras interiores, onde, depois de ter entrado o peixe, é colhido em quantidade considerável». (Transcrito de L. Perrier, *ob. cit.*, p. 18).

Como se acaba de ler, estas armadilhas são semelhantes pela sua disposição às almadravas, que ainda se usam no Algarve (vid. Baldaque da Silva, *Estado actual da pesca em Portugal*, pp. 214 a 235) para a pesca do atum, e às armações fixas permanentemente nos mares próximos de Setúbal para a pesca da sardinha, com a diferença de que as descritas por Oppiano para o atum são temporariamente amarradas em cada pequeno período de tempo, cujo comêço coincide com a passagem do cardume de atuns e cujo término é depois de feita a colheita, sendo então desamarradas as armações e recolhidas a terra, ao passo que as armações actuais para a pesca da sardinha estão dum modo permanente amarradas no mar próximo da costa e sempre prontas a surpreender o peixe, que passa descuidado e desprevenido contra esta cilada sempre armada, não sendo portanto precisos vigias para avisar da chegada do peixe e da oportunidade de lançar as armações.

Na pesca da sardinha seriam mesmo êsses vigias inúteis; pois que sendo a sardinha dotada de uma espécie de mimetismo involuntário, isto é, da qualidade de confundir a cor natural da sua lombada com a da água do mar em que está mergulhada, escapando assim não só à vista das aves que a caçam, mas dos pescadores que a procuram ver de dentro dum barco próximo, seria impossível vê-la de qualquer monte afastado ou de terra; por isso o processo descrito por Oppiano só serviria para peixes grandes que os vigias vissem de longe, como o atum.

¹ Actualmente prepara-se em Setúbal a sardinha para exportação ou estiva da seguinte maneira:

Dentro dum grande armazém há um grupo de tanques de cimento armado, com a disposição, forma e grandeza iguais às das cetárias

d) O empacotamento e arrumação do peixe talvez se fizesse em ceiras de esparto das quais se encontraram vestígios por ocasião das explorações arqueológicas feitas pela Sociedade Arqueológica Lusitana (vid. *Diário da 10.^a semana*, manuscrito existente no Museu de Arte Antiga).

Para fazer essas ceiras cosiam-se umas às outras, formando espiras, fitas de trança, chamadas de empreita, por meio de agulhas de cobre com dois ou mais furos de que temos encontrado alguns exemplares em Tróia (vid. figs. 20 e 21).

(Continua).

A. I. MARQUES DA COSTA.

de Tróia. Da mesma maneira, todos os tanques têm a mesma altura, de forma que, quando estão cobertos com tampas de madeira, estas constituem um estrado pelo qual se pode passar de sobre uns para a beira de outros.

Salpica-se de sal o peixe e baldeia-se para dentro de cada tanque até o encher, ficando a massa do peixe atravessada por um tubo improvisado de madeira aberto tanto na extremidade próxima do fundo do tanque, como na superior à massa do peixe.

Prepara-se uma salmoura com a graduação de 25° do areómetro Baumé e introduz-se pelo tubo, saindo a dissolução saliná no fundo do tanque e subindo pelos intervalos do peixe até este ficar todo mergulhado em salmoura e assim se deixa a salgar durante pelo menos dez dias.

A seguir tira-se o peixe de dentro do tanque, lava-se ligeiramente e empacota-se em pequenos barris, chamados pandeiros pela semelhança da sua forma com a destes instrumentos musicais. Os fundos destes barris são furados para deixarem sair quaisquer líquidos; o tampo, antes de se adaptar à barrica, serve de prancha compradora, como se vai ver.

Cheio com cogulo o pandeiro de peixe, a que se dá dentro da barrica uma disposição radiada, sobrepõe-se ao cogulo a tampa compressor a sobre esta um pedaço de madeira com uma couceira, sobre a qual se apoia e volve a extremidade dum parafuso que, à medida que se lhe dá por manivela movimento de rotação em torno do seu eixo, eleva um caixote contendo uma tonelada de pedras, cujo peso, por intermédio do mesmo parafuso apoiado na couceira e esta na tampa compressor a, esprieme o peixe contido no pandeiro, fazendo sair pelos buracos do seu fundo todos os sucos, inclusivamente o óleo que se pode então aproveitar, querendo.

Paleolítico de Elvas

Por indicação, e a pedido, do director d-*O Archeologo Português*, o meu amigo S.^{or} D.^{or} José Leite de Vasconcellos, vou dar breve notícia de uma nova estação paleolítica portuguesa.

Esta estação (que é mais propriamente uma série de estações) fica situada no miocénico lacustre que se estende ao longo do Caia e Guadiana, junto à fronteira, nas herdades de Alfarofia e da Comenda, entre outras, e é atravessada pela estrada que de Elvas vai para Badajoz. Em certos sítios surgem à superfície do terreno aglomerações de calhaus rolados, ou *cascalheiras*, como o povo por aqui as chama. Foram rochas d'esta espécie que formaram a matéria prima para as indústrias paleolíticas. É provável que nos terrenos do lado de lá da fronteira, que têm as mesmas características dos nossos, apareçam também utensílios.

Foi um artigo do D.^{or} Joaquim Fontes, inserido na revista portuguesa *Brotéria*, sobre a es-

tação paleolítica de La Guardia, que fez que eu reparasse na grande quantidade de lascas e seixos partidos que me apareciam à superfície do terreno. Primeiramente fiz uma escolha dos calhaus lascados que maiores indícios de trabalho me pareceram apresentar, e enviei-os para o Museu Etnológico, onde boa parte deles foi aproveitada; outras remessas se seguiram, e ao mesmo tempo eu ia formando uma colecção particular.

Os exemplares do Museu Etnológico, para onde os enviei, por serem os primeiros recolhidos (depois descobri outros locais onde se acham outros mais apurados), são de indústria muito primitiva e grosseira, que os torna bastante semelhantes aos de La Guardia e Arronchés, expostos no mesmo Museu. Os da minha colecção são um pouco mais escolhidos, mas no geral com as mesmas características.

Os exemplares de Elvas julgo pertencerem apenas ao paleolítico inferior. Além de instrumentos atípicos, aparecem discos e machados, quase sempre de quartzite, com pátina profunda, feitos de calhaus desbastados com grandes lascas alternadas, como na indústria che-lense, alguns dos quais apresentam forma amigdalóide mui regular.

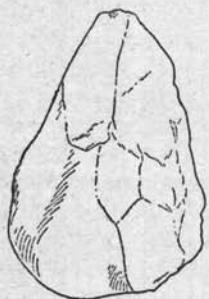


Fig. 1



Fig. 2

Do achelense, entre outros, possuo um instrumento lanceolado, feito de uma lasca de quartzite, de trabalho esmerado, com a ponta muito adelgaçada, de 18^{cm},5 de comprimento, inteiro e sem sinais



Fig. 3

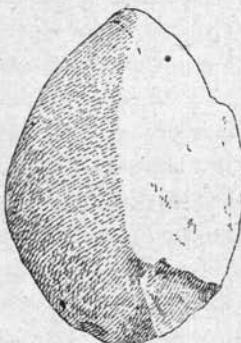


Fig. 4



Fig. 5

de uso. Do moustierense, também possuo alguns utensílios, sobretudo raspadores.

Nas figs. 1 a 5 dá-se uma amostra de alguns dos instrumentos oferecidos ao Museu Etnológico: têm, respectivamente, o comprimento de 0^m,110; 0^m,115; 0^m,120; 0^m,130; 0^m,112. Os desenhos que serviram para as gravuras foram feitos pelo S.^{or} F. Valença, Desenhador do Museu. Os quatro primeiros são da herdade de Alfarófia; o quinto é da herdade da Comenda.

Como fecho desta nota quero mostrar-me reconhecido ao D.^{or} Leite de Vasconcellos pelo impulso que me tem dado para eu prosseguir nas minhas pesquisas arqueológicas.

Elvas.

LERENO ANTUNES.

Lição inaugural da cadeira de Arqueologia

SUMÁRIO:—1) Conteúdo e divisões da Arqueologia. 2) A Pre-história; sua utilidade, formação e métodos.

CONTEÚDO DA ARQUEOLOGIA:

Estuda a Arqueologia, cadeira que tenho a honra de começar hoje a rege, os *monumentos*, isto é, os objectos materiais que nos legou o passado. Com estes procura ela explicar as civilizações a que pertenceram, completar ou rectificar as conclusões a que chegou a História. E dêste modo, recuando além das fontes escritas, a Ar-

Do achelense, entre outros, possuo um instrumento lanceolado, feito de uma lasca de quartzite, de trabalho esmerado, com a ponta muito adelgaçada, de 18^{cm},5 de comprimento, inteiro e sem sinais



Fig. 3

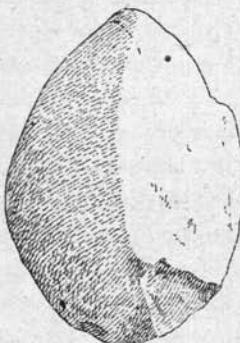


Fig. 4



Fig. 5

de uso. Do moustierense, também possuo alguns utensílios, sobretudo raspadores.

Nas figs. 1 a 5 dá-se uma amostra de alguns dos instrumentos oferecidos ao Museu Etnológico: têm, respectivamente, o comprimento de 0^m,110; 0^m,115; 0^m,120; 0^m,130; 0^m,112. Os desenhos que serviram para as gravuras foram feitos pelo S.^{or} F. Valença, Desenhador do Museu. Os quatro primeiros são da herdade de Alfarófia; o quinto é da herdade da Comenda.

Como fecho desta nota quero mostrar-me reconhecido ao D.^{or} Leite de Vasconcellos pelo impulso que me tem dado para eu prosseguir nas minhas pesquisas arqueológicas.

Elvas.

LERENO ANTUNES.

Lição inaugural da cadeira de Arqueologia

SUMÁRIO:—1) Conteúdo e divisões da Arqueologia. 2) A Pre-história; sua utilidade, formação e métodos.

CONTEÚDO DA ARQUEOLOGIA:

Estuda a Arqueologia, cadeira que tenho a honra de começar hoje a rege, os *monumentos*, isto é, os objectos materiais que nos legou o passado. Com estes procura ela explicar as civilizações a que pertenceram, completar ou rectificar as conclusões a que chegou a História. E dêste modo, recuando além das fontes escritas, a Ar-

queologia veio ressuscitar as civilizações da pedra e dos metais, também chamadas pre- e proto-históricas; penetrando no campo histórico veio remodelar conhecimentos sobre a antiguidade oriental, desfazer erros tradicionais sobre a origem e cultura grega, tais como o decantado milagre grego e o da serenidade da sua arte, e esclarecer alguns acontecimentos da eterna Roma e dos tempos posteriores.

Companheira da História serve-se dos monumentos como aquela dos manuscritos, ligando os objectos como se fôssem frases, os espólios das estações como se fôssem passos de antigos autores.

Imprescindível se torna, pois, o seu estudo no conhecimento do passado, e sendo este, como é, necessário para a boa compreensão do presente, evidente se torna a sua utilidade.

CAMPO DE ACÇÃO: A PRE-HISTÓRIA:

Sciéncia histórica, absolutamente histórica, porque se ocupa exclusivamente das manifestações sociais dos povos, ela tem um largo campo de acção, tam largo que além dos capítulos que já enuméramos — pre-história, proto-história, arqueologia oriental, clássica, medieval, etc.— poderemos incluir no seu âmbito a *Numismática*, ou sciéncia das moedas, a *Epigrafia*, ou estudo das inscrições, a *História da Arte*, etc.

Impossível nos seria tratar de todos estes assuntos. E porque muitos fazem parte de cadeiras especiais desta casa—História Antiga, História da Arte, Epigrafia, Numismática, etc.— julgo conveniente dar a preferência à Pre-história para que V. Ex.^{as} levem desta Faculdade um conhecimento completo da evolução da humanidade.

E ainda porque a Pre-história nos dá a origem de certas crenças, nos mostra a filiação da arte na magia e nos prova que a sua técnica se iniciou pela imitação, que as figuras geométricas foram procuradas na natureza, o círculo na representação do sol, a espiral na da serpente. E finalmente porque, como já dizia Fustel de Coulanges, «ce vieux passé, c'est encore le présent: car le présent en est formé», porque na alma humana encontramos ainda muitos vestígios das antigas idades, porque os temos na nossa civilização e até na estrutura do nosso povo, aparentado muito de perto, ao contrário do que pensava Herculano, com primitivos habitantes do nosso torrão natal.

FORMAÇÃO DA PRE-HISTÓRIA:

A Arqueologia pre-histórica, Paletnologia ou simplesmente Pre-história, é uma sciéncia moderna, constituída nos meados do séc. xix.

Não quere isto dizer que na antiguidade clássica não tivessem já existido escritores que visionaram os princípios humildes da humanidade, pois que Lucrécio, na *De natura rerum*, nos dá uma viva pintura das sociedades primitivas e a ordem por que se conheceram os metais; não quere isso dizer que o Renascimento, desenvolvendo o espírito crítico e o estudo da natureza, não tivesse com Mercati (séc. XVI) descoberto a verdadeira natureza das *pedras de raio* ou *ceráunias*, como então se dizia; não quere isso dizer ainda que o séc. XVIII não tivesse com as viagens dos exploradores, particularmente com Jussieu e Lafitau, lançado as bases da arqueologia e etnografia comparativas, mostrando a identidade das armas de pedra europeias com as dos selvagens; mas quere dizer, sim, que foi Boucher de Perthes, embora precedido sem êxito por John Frere, nas suas *Antiquités celtiques et antédiluvienas*, o primeiro a proclamar com eficácia a existência de pedras talhadas devidas ao homem quaternário.

Mais de vinte anos foram precisos para fazer vingar essa verdade e só pela intervenção do geólogo inglês Lyell, autor de *L'ancienneté de l'Homme prouvée par la Géologie*, pela de Lartet, explorador da notável caverna de Aurignac e também autor dum a memória sobre a antiguidade da espécie humana, pela de Gabriel Mortillet, fundador dos *Matériaux* e da classificação das primeiras indústrias humanas, ela foi aceite em todos os países.

Em Portugal teve a Pre-história cultores muito dedicados:

Pereira da Costa estudando as antas portuguesas (*Descrição de alguns dolménis*, etc.), Carlos Ribeiro agitando a questão do homem terciário e publicando os seus *Estudos pre-históricos*, Nery Delgado explorando as grutas da Furninha e Cezareda, levaram a um alto grau de explendor os estudos arqueológicos em Portugal, abrindo o campo a outros investigadores, entre os quais devo salientar o D.^{or} Santos Rocha, que se ocupou das antiguidades do concelho da Figueira, e o D.^{or} Leite de Vasconcelos, que fundou e organizou o Museu Etnológico, criou o *Archeologo Português*, e tem dado à publicidade notabilíssimos trabalhos.

MÉTODOS DA PRE-HISTÓRIA:—INVESTIGAÇÃO.

Para fazer Pre-história, isto é, para estudar um povo no período que precede os seus documentos escritos, o primeiro trabalho é naturalmente procurar no campo quaisquer vestígios desse remoto tempo.

É um trabalho ingrato, onde só há a contar com ligeiros indícios de natureza topográfica, toponímica e etnográfica.

Topográfica, porque o homem, fraco e mal armado, em luta com as feras e com os elementos, buscava então quase sempre uma posição de fácil defesa, onde pudesse resistir ou estivesse abrigado, uma posição que oferecesse facilidades de vida: por exemplo, uma gruta, uma eminência não longe da água, um terraço na vertente dum vale, onde em geral, além de facilidades de defesa, não faltavam a caça para comer, nem pedra para utensílios.

Indícios topónimos, porque alguns nomes de localidades recebidos de antigos monumentos, como entre nós *anta*, *antela*, *arca*, *orce*, *castro*, *castelo*, etc., orientam o investigador nas suas pesquisas.

Indícios etnográficos, porque certos costumes e lendas tiveram a sua origem em monumentos ou povoações subterrâadas ou desaparecidas às quais sobreviveram, e que por isso nos permitem ainda determinar a sua localização. Basta lembrar o que sucede com as lendas de mouros ou mouras encantadas, quase sempre a encobrir uma antigualha pre-histórica.

O descobrimento dos monumentos ou duma estação é por isso muitas vezes obra do acaso.

A título de curiosidade devo, ainda, dizer-lhes que actualmente alguns arqueólogos se estão servindo, como processo de procura, do subconsciente, por meio da mediunidade e da escrita automática.

Sem me pronunciar sobre este assunto, não quero deixar de lhes contar o sucedido na restauração das capelas da abadia Glastonbury, a mais antiga de Inglaterra, narrado por Deonna no vol. XXI da *Revue Archéologique*.

Em 1908 Bligh Bond, encarregado desse restauro, não conhecendo sequer vestígios de alicerces, recorre à intervenção dum amigo que possuía a faculdade da escrita automática. A pouco e pouco os escriptos dêle tornam-se precisos e indicam a situação exacta, as dimensões, a decoração, o plano, etc., do referido monumento.

Essas conclusões foram publicadas em 1918, e, o que é curioso, só dois anos depois os alicerces foram postos a descoberto e se verificou a exactidão do relato.

Dois casos a registar: o único documento escrito existente estava em contradição com o médium; as autoridades eclesiásticas agradeceram a Bond retirando-lhe a direcção das escavações, a pretexto de que só o diabo lhe poderia ter feito tam extraordinárias revelações!

Outros casos foram relatados por um arqueólogo consciencioso, Montandon, num seu estudo sobre a *Mediunidade ao serviço da arqueologia*.

Entre êles escolho o seguinte, cuja autenticidade é pelo referido autor absolutamente garantida:

Em 1914, numa casa de campo ocupada ha mais de um século pela mesma familia, num dia de chuva, vários rapazes e meninas distraíam-se fazendo falar uma mesa.

Esta começa nitidamente a manifestar-se e revela que no parque tinha existido, no sec. I de C., uma estação galo-romana, que fôra destruída pelos barbaros.

A entidade que se manifestava, e dizia chamar-se «Vigna», afirmava que o seu cadáver tinha sido lançado num poço que tinha existido ali, de profundidade de 12 metros.

Procedendo-se a escavações, o poço, de que não existia nenhuma lembrança na tradição local, foi descoberto e confirmadas as afirmações de Vigna.

Sem entusiasmos, antes duvidando sempre, compete-nos registrar estes factos e averiguar da sua autenticidade.

ESCAVAÇÕES:

Encontrada uma estação pre-histórica torna-se necessário proceder a escavações.

Para isso o explorador munir-se há dos utensílios necessários, tais como caixas para objectos, bússola, fita métrica, facas, crivos, lanterna, maço de ferro, picareta, sonda, etiquetas, papel de embalagens, etc., e informar-se há da história da localidade, dos meios de comunicação, das lendas, tradições e práticas supersticiosas que lhe andam ligadas.

Em seguida procurará saber se já ali foram feitas escavações.

Outros dados não menos importantes cumpre recolher: determinação das coordenadas geográficas, levantamento, com auxílio da bússola, da planta do local, fotografias, medidas várias do monumento se acaso existir, natureza da construção, etc.

Feito isto, verificar-se há se existe qualquer objecto à superfície, e em caso afirmativo notar-se há com rigor as condições do aparecimento.

Inicia-se depois a escavação por um corte dos estratos, os quais devem ser estudados convenientemente e determinada a sua espessura.

Transportar-se há em seguida para fora toda a terra vegetal da primeira camada para ser cuidadosamente crivada. Este trabalho deve ser vigiado, para se evitar que se lancem fôra objectos pequenos que podem ser de grande valor científico.

O explorador irá registando, como se fosse um operador cinematográfico, tudo o que encontrar e todas as circunstâncias que rodearem o achado.

Aos objectos mandará pôr etiquetas e acondicioná-los devidamente e conforme os estratos, tendo o maior cuidado com os crânios que deverá preservar do calor.

Explorado o primeiro estrato e crivada toda a terra proceder-se há à exploração do segundo, que é já de época diferente, tendo o cuidado de separar os objectos agora encontrados dos da camada superior e procedendo anàlogamente com as outras camadas.

É bom conservar, sempre que seja possível, um testemunho das camadas, para no caso de dúvida ou discussão científica se poder utilizar.

Terminada a escavação, proceder-se há ao estudo e classificação rigorosa do espólio desenterrado.

AUTENTICIDADE:

Sucede, porém, que nem sempre os objectos aparecem em escavações. Às vezes encontramo-los nas mãos dos coleccionadores, nas mãos dos negociantes de antigualhas, nas de particulares, ou avulsamente na terra revolta. Torna-se então necessário verificar se são ou não verdadeiros, isto é, determinar-lhes a autenticidade.

A falsificação pode dar-se de dois modos: ou por uma fabricação moderna do objecto ou pelo enterramento dum antigo em sítio diferente.

Antigamente a corrosão dos mármores e a pátina (camada amarelada ou esverdeada que os objectos adquirem quando estão enterrados) eram para o primeiro caso testemunhos de autenticidade, mas hoje os falsários conseguem com reagentes químicos dar aos objectos esse aspecto.

Torna-se por isso necessário compará-los com outros, não nos limitarmos aos caracteres extrínsecos, procurar possíveis modelos inspiradores do falsário.

O segundo caso de falsificação, e ainda as cópias modificadas, são difíceis de reconhecer, e por isso objectos que nos pareçam nessas condições devem ser dados como suspeitos.

INTERPRETAÇÃO:

Determinada a autenticidade, compete-nos fazer o exame directo ao objecto, localizá-lo no espaço e dar-lhe a devida interpretação.

De modo idêntico ao historiador, que examina o texto palavra por palavra, assim o pre-historiador examinará cuidadosamente o

objecto nas suas diversas partes, procurando compreendê-lo, determinar-lhe a utilidade, a significação, o valor da ornamentação.

Explicado o objecto, torna-se necessário colocá-lo no seu lugar, estudá-lo no seu meio. Isolado, êle seria como uma frase sólta: não se compreenderia bem e seria susceptível de várias interpretações¹.

Para esse efeito o pre-historiador lançará mão do *método comparativo* e do *método etnográfico*.

Pela comparação e formação de séries, baseadas em caracteres essenciais, relacioná-lo há com os objectos semelhantes e procurará determinar-lhe o devido valor.

Pelo método etnográfico, procurará aproximar os vestígios materiais das civilizações passadas dos tipos semelhantes que encontrar nos selvagens, cuja vida considerará, partindo do princípio da escola evolucionista que as mesmas necessidades determinam condições análogas, uma imagem da dos primitivos agrupamentos humanos.

Com efeito a semelhança de indústrias só se pode explicar, como querer a escola histórica, por expansões raciais, quando denota um alto grau de perfeição que as condições mesológicas não explicam, e não tenha atrás de si algo que represente quebra de rotina em que se possa filiar. Mesmo assim ainda pode ser devida a operações comerciais ou a influências lentas.

Ultimamente alguns arqueólogos têm também pedido ao metapsiquismo a interpretação imediata dos monumentos. Assim, segundo escreve Deonna, utilizando a escrita automática um portefeuille de Milão encheu uma página de caracteres desconhecidos que o professor Corresio verificou tratar-se do texto completo duma inscrição rúnica dum Museu, que, por estar partida, ainda não tinha sido lida. Por intermédio do médium, o chefe bárbaro a que a inscrição se reportava dava, diz-se, a sua tradução completa.

Alguns escritores encontram na *psicométrie* mais um método supra-anormal de interpretação arqueológica. Dizem êles que os objectos são impressionados, como uma chapa fotográfica, pelos factos com que estiveram em contacto, e que por isso estes podem ser apreendidos pelo médium como se fôssem uma realidade permanente. Este método tem sido já utilizado para reconstruir o passado, evocar, por exemplo, a vida pompeiana, e com êle procurou Gayet esclarecer, mas sem grande êxito, as suas investigações nos túmulos de Antinoé.

¹ Já Edouard Gerhard dizia: «monumentorum artis qui unum vidit, nullum vidit; qui mille vidit, unum vidit».

Estes dois últimos processos não são em geral aceites, ou porque se não acredite na sua sinceridade, ou porque, sem negar os fenómenos, se consideram apenas uma acção do subconsciente, em que o médium se limita a reproduzir o pensamento dos assistentes.

Pondo de reserva o valor d'estes métodos, que precisam ainda de muito comprovados, entendo no entanto que a ciéncia não deve desprezar a mínima possibilidade de aumentar os meios de conhecimento.

CRONOLOGIA :

Interpretados e localizados no espaço os objectos, compete-nos a seguir localizá-los no tempo e determinar-lhes a cronologia. A cronologia pode ser: *relativa* e *absoluta*.

CRONOLOGIA RELATIVA :

Obtém-se, em Arqueologia pre-histórica, a cronologia relativa lançando mão do *método estratigráfico*, que se baseia no estudo dos terrenos e na sua posição relativa; do *método paleontológico*, que assenta na variação das floras e das faunas; do *método arqueológico* ou *tipológico*, que se firma na evolução das indústrias humanas.

Cometerá um grave erro quem der preferência a um d'estes métodos com exclusão dos outros, porque qualquer d'eles é só por si insuficiente.

Assim o *método estratigráfico* afirma:

1.º Que nas camadas sobrepostas as mais modernas são em geral as de cima.

2.º Que as aluviões dum vale são tanto mais antigas quanto mais elevado é o seu nível.

Mas porque as camadas quaternárias são muitas vezes isoladas ou juxtapostas, de pequenas dimensões, e possuidoras, quando marítimas, de fósseis iguais às conchas actuais, porque as aluviões dos vales se encontram freqüentemente remexidas, este método, embora o mais seguro, nem sempre pode resolver o problema da cronologia quaternária, como facilmente se demonstra entre nós na maioria das estações paleolíticas conhecidas.

O método paleontológico, fundado por Lartet, baseia-se no desaparecimento sucessivo de algumas espécies que permite o estabelecimento das épocas do Hipopótamo, do Mamute e do Rangifer, e na existência sucessiva no mesmo sítio de plantas e animais de climas quentes e de climas frios.

Simplesmente este método não pode possuir grande rigor aplicado a uma época em que os climas se pluralizam e se dão migra-

ções, porque pode suceder haver faunas diferentes sincrónicas, e idênticas que o não sejam; e ainda porque se desconhece o poder de adaptação da vida de então.

O método arqueológico mostra-nos a seqüência das indústrias, a da pedra lascada, antes da polida, e esta antes da dos metais, e, baseado nos tipos dos instrumentos, pode em cada época fixar diversos períodos.

Contudo o seu valor é apenas local, porque indústrias diferentes podem ser contemporâneas em diversas regiões da terra, pois a sua evolução, embora lógica, lenta e progressiva, está dependente do factor humano, do material, da localização, etc.

Do que temos dito resulta que todos estes métodos apresentam vantagens e defeitos. Se por si só são deficientes, combinados podem no entanto conduzir-nos a uma classificação geral dos tempos quaternários. Deste modo, à Geologia e Paleontologia pediremos o esquema geral dessa época, e dentro do quadro que essas ciências nos derem iremos, conforme as regiões, colocando as sub-divisões, baseando-nos para isso no *método das séries* e no *método tipológico*.

Com efeito, nem todos os objectos dumha camada homogénea são sempre contemporâneos. Só o são aqueles que aparecem muitas vezes juntos. Os outros são mais modernos ou mais antigos.

Suponhamos que em três grupos de escavações se encontraram os seguintes objectos: no 1.^o—A, B, C; no 2.^o—B, C, D; no 3.^o—C, D, E. Os objectos A, B, C, devem ser contemporâneos, visto aparecerem juntos. Os objectos D e E, ou são mais antigos ou mais modernos, sendo de notar que D é contíguo de A, B, C, e E separado dêles por um período.

Procura-se assim estabelecer a genealogia das indústrias e formar como que uma cadeia de tipos, cujos elos se vão afastando conforme as maiores ou menores semelhanças com o grupo inicial.

Para introduzir a cronologia nesta seriação, isto é, para saber quais os objectos mais antigos e quais os mais modernos, servir-nos hemos da *tipologia*. Esta, partindo do princípio de que a evolução nas indústrias se dá do *simples para o complexo*, e do *orgânico para o esquemático*, poderá determinar então a idade relativa de cada um, tendo no entanto em conta as possibilidades de regressão ou decadência.

Um dos arqueólogos modernos mais notáveis, Oscar Montelius, utilizou-se muito do sistema das séries, e conseguiu até, por meio de sincronismos com objectos cretenses e egípcios, passar da cronologia relativa à absoluta, que se expressa em unidades de tempo.

Realmente, se soubermos quais os objectos usados em certo local ao tempo, por exemplo, da III dinastia egípcia e quais os usados ali ao tempo da XVIII, poderemos fazer uma ideia da marcha da evolução e calcular, — e Montelius fê-lo com muito êxito —, em unidades de tempo, a data provável dum certo tipo industrial.

CRONOLOGIA ABSOLUTA:

De há muito se reclama para a Pre-história uma cronologia absoluta, isto é, uma cronologia expressa em unidades de tempo; mas a ciência actual, embora não considere o problema insolúvel, ainda se não julga em condições de poder, com segurança, resolver o problema. Várias tentativas têm contudo sido feitas nesse sentido, de natureza astronómica, biológica e geológica.

À primeira vista parece que os métodos astronómicos são os mais seguros, mas elos lutam com a dificuldade de encontrar um fenómeno geológico ao mesmo tempo relacionado com um astronómico mesurável e com a antiguidade humana. Croll, atribuindo as glaciações quaternárias ao último grande ciclo da excentricidade da órbita terrestre (máximo afastamento da Terra ao Sol) calculou que elas se teriam iniciado há 240:000 anos e que a sua duração teria sido de 160:000 anos, tendo por isso terminado há 80:000. Outros escritores têm também atribuído o mesmo fenômeno à precessão dos equinócios (obliquidade do eixo da Terra), mas, como não está demonstrado que as referidas glaciações tivessem sido originadas por qualquer dos fenómenos apontados, vemo-nos obrigados a pôr de reserva as conclusões destas teorias.

Não têm sido mais felizes aqueles que têm buscado uma cronologia absoluta na evolução biológica, pois os seus resultados, vagos e incertos, apenas têm servido para pôr em evidência as pequenas transformações sofridas pela vida a partir do quaternário e a penétrez desta comparada com a duração dos tempos geológicos.

Das tentativas baseadas em fenómenos geológicos, que são numerosíssimas, salientaremos aquelas que tomam por unidade o tempo necessário para depositar uma certa altura de sedimentos (por exemplo 1 metro em 650 anos, segundo Boule), e aquelas que se baseiam no avanço e recuo dos glaciares.¹

Rutot calculando à razão de 1 quilómetro, em 20 anos, o avanço e recuo dos glaciares, e considerando a Escandinávia o ponto de partida e os Carpatos o afastamento máximo da glaciação, encontrou um total de 139:000 anos.

Como os anteriores também estes métodos não merecem confiança,

porque partem do princípio, pouco provável, da continuidade e regularidade dos fenómenos geológicos, o que resta ainda por demonstrar.

Sem uma base rigorosa não admira que os métodos enumerados tivessem conduzido a resultados variados, e que os números assim calculados para a era quaternária oscilem entre 10:000 e 1.000:000 de anos.

Ultimamente Koppen e Wegener, tomando as migrações polares como causa do glaciário, calcularam para o *wurmense* uma duração de 20:000 a 120:000 anos, para o *rissense* uma de 180:000 a 240:000 anos, para o *mindelense* de 425:000 a 480:000 e para o *gunzense* de 550:000 a 600:000 anos a. C.

Deste modo, a era quaternária abrangeia o espaço de 600:000 anos e o homem existiria há 400:000 pelo menos.

E na verdade se compararmos os 25:000 anos do epiglaciar, engenhosamente calculados pelo Barão G. de Geer, por meio das formações de verão (lodo fino e escuro) e de inverno (lodo cinzentoclaro) deixadas pelos glaciares, pelas moreias depositadas nas detenções dos gelos durante a estação fria, pelas capas de lodo do lago de Ragunda, etc., com os depósitos da idade do rangifer, aproximadamente da mesma espessura, e estes com os dos anteriores períodos do quaternário que assistiram às invasões glaciárias, ao desaparecimento dos grandes mamíferos, a modificações continentais, a cavamento de vales, a demolições de montanhas, correcções litorais, etc., teremos de concluir que não são exagerados os 600:000 atribuídos à era quaternária.

Bibliografia

- W. Deonna, *L'Archéologie, sa valeur, ses méthodes*, t. I, 1912.
 — «Les sciences auxiliaires de l'Archéologie», in *Revue Archéologique*, XXI, 1925, p. 115.
De la méthode dans les sciences, Paris 1911, p. 199.
 Déchelette, *Manuel d'Arch. préhistorique*, Paris 1908, I, p. 2 sgs.
 D.º A. Schenk, *La Suisse préhistorique*, Lausanne 1912, p. 10 sgs.
 Morgan, *L'Humanité préhistorique*, 1921, p. 23.
Manuel de Recherches préhistoriques, Paris 1906, p. 10 sgs.
 Camille Jullian, «Playoyer pour la préhistoire», in *Revue Bleue*, n.º 24, 5.ª série, t. VIII, de 14 de Dezembro de 1907.
 Boule, *Les hommes fossiles*, Paris 1921, p. 28.
 Obermayer, *El hombre fósil*, Madrid 1925, p. 398 sgs.

MANUEL HELENO

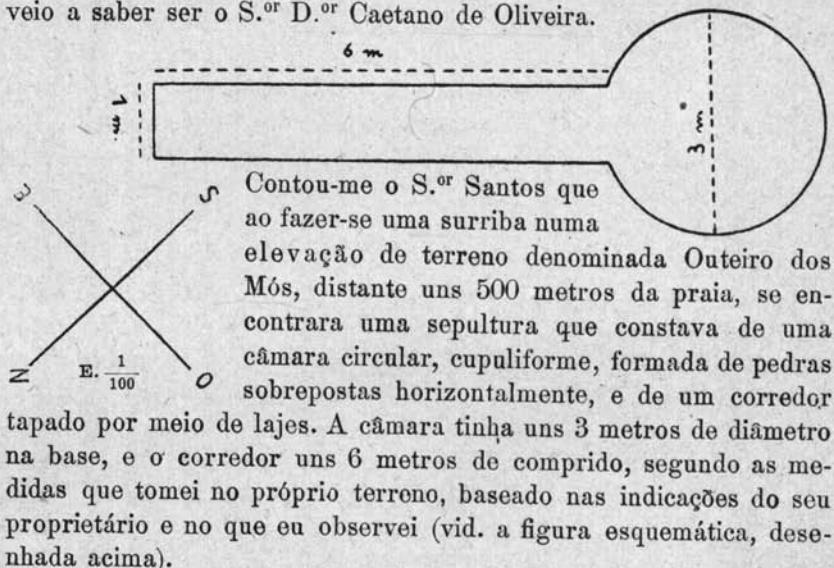
13



Sepultura pre-histórica da Praia das Maçãs

Em Setembro de 1927 o Ex.^{mo} S.^{or} D.^{or} Azevedo Neves informou o S.^{or} Director do Museu Etnológico do descobrimento de uma sepultura pre-histórica na Praia das Maçãs. Tendo sido encarregado de a examinar, dirigi-me para lá no dia 10 de Outubro, e falei com o proprietário do terreno em que ela apareceu, o S.^{or} Henrique Miguel dos Santos, que amavelmente me acompanhou e me deu todas as informações que lhe pedi.

Quando cheguei, já estava destruída, e o melhor do espólio tinha sido trazido para Lisboa por um médico, que depois o S.^{or} Director veio a saber ser o S.^{or} D.^{or} Caetano de Oliveira.



O espólio aparecido na câmara compunha-se de algumas pontas de seta e de uma faca de silex, de uma enxó de calcáreo, de algumas pontas de seta e de uma lança de cobre ou bronze, e de fragmentos de cerâmica e ossos humanos e de animais. Ainda consegui trazer vários fragmentos de vasos pequenos simples, semelhantes a outros existentes no Museu Etnológico, e alguns ossos humanos (caveiras partidas, tibias, etc.) e de animais (cabras, javalis, etc.), além de conchas de mariscos que a proximidade do mar sobejamente justifica.

Esta sepultura era idêntica às que apareceram em 1902 no concelho de Sintra, e que foram estudadas pelo S.^{or} Maximiano Apolinário n-O *Arch. Port.*, II, 210 sgs.

L. S. M.

Memórias sobre o concelho do Sabugal

(Continuação d-*O Arch. Port.*, xxv, 128)

Já noutra parte falámos da fonte, que uma quadra popular celebrou juntamente com a velha ponte, atribuindo-as a D. Denis.

Tal quadra, que velhas crónicas e livros antigos dão como existente numa das abóbadas da torre de menagem e outros num dos arcos da ponte, nunca conseguimos vê-la, porque realmente não existe ali aquela poética inscrição.

Não conhecemos também documento comprovativo de que a fonte e ponte fossem mandadas edificar pelo rei lavrador, mas a tradição oral e escrita são unâmes a tal respeito.

Esta fonte histórica há tantos séculos cantada foi destruída em 1904, desaparecendo o velho monumento em virtude da resolução da Câmara Municipal, que depois de várias tentativas privou a vila daquela relíquia, que bastante mutilada se encontrava já havia muitos anos.

Destruído o alçado e tapado o depósito onde as águas brotavam da rocha, foram estas canalizadas para um chafariz inestético e ridículo, edificado a pequena distância, coroado pelas armas reais.

Desfigurada, mutilada estava já a fonte há muitos anos; gasto, carcomido o lajedo do recinto e os parapeitos que o cercavam, porque por ali passaram muitas gerações a mitigar a sede, mergulhando na fonte os cántaros e barris. Nesses parapeitos ou guardas de pedra de duro granito pousavam as raparigas os cántaros, feitos na Malhada Sorda, para conversarem com os namorados, e nesse recinto lajeado se reuniam, em dia da feira de S. Pedro, os pastores e os ganhões ou abegões, porque ali eram procurados por quem dêles carecia; ali se ouvia tocar pífano aos primeiros e viola aos segundos; ali se improvisavam cantigas ao desafio e se organizavam bailes nesse dia festivo.

E, para que as águas frescas da fonte não prejudicassem os moços, o vinho substituía a água de quando em quando, e as melancias de Santo Amaro, doces como açúcar, maiores do que abóboras, serviam de calmantes.

Os patrões ao assoldadarem o pastor ou o ganhão ofereciam sempre vinho. Era uma cousa interessante, a que davam certo tom característico os chocinhos dos pastores, as campanhas dos ganhões, as músicas regionais executadas nos pífanos e violas.

Tudo isso acabou.

Da velha fonte nada resta. Que o chafariz seja mais higiénico, admitimos, mas não tem a poesia da fonte secular e esta podia ter ficado, fazendo-se um chafariz no centro da vila, canalizando as águas de mananciais abundantes, que existem a curtas distâncias.

Da fonte devem ter saudade os homens e mulheres, lembrando-se das horas que ali passaram, e saudades temos nós, recordando as scenas alegres, as danças e cantares a que ali assistimos.

A ponte

A darmos crédito à tradição oral e escrita foi edificada por ordem de D. Denis, bem como o castelo e fonte. A quadra popular o atesta assim:

Eu El-Rei D. Denis
Ponte, fonte e castelo fiz
E quem dinheiro tiver
Fará o que quiser.

Efectivamente só quem tivesse muito dinheiro podia mandar edificar obras tam notáveis, fosse ele D. Denis ou outrem; mas não repugna, e até é racional, acreditar que caiba àquele rei a glória de ter mandado proceder a tais obras, visto que conquistou a vila, como noutro lugar já dissemos. E a tradição oral acrescenta ainda que aquele rei mandou 30\$000 reis para as obras.

Podemos, porém, asseverar que são obras muito antigas e sólidas, tendo resistido durante séculos a terríveis vendavais.

A ponte não resistiu, todavia, ao embate formidável da corrente do Coa em 22 de Dezembro de 1909, que contra ela arremessou, como se fosse um aríete, um enorme tronco de carvalho secular, destruindo o primeiro arco da margem direita daquele rio. Já antes disso nas guardas ou parapeitos da ponte tinham sido perpetrados alguns vandalismos e reparações que ofendiam os amadores dos monumentos antigos; mas aquela terrível tempestade, que também fez ruir parte das muralhas de Óbidos, danificando a ponte, deu ensejo a uma reparação ofensiva do estilo primitivo.

Mais notável do que esta ponte são: a ponte de Sequeiros (fig. 1), também sobre o rio Coa e igualmente atribuída a D. Denis; cremos que erradamente, e a da Cerdeira, sobre o rio Noémi, a poucos metros da linha férrea da Beira Alta e a uns duzentos da estação. A primeira destas também ficou danificada no mesmo dia, mas não tanto como a do Sabugal, e, triste é dizer, que não foi consertada.

Na margem direita do Coa, à entrada da ponte do Sabugal, vê-se entre quatro cedros a humilde ermida do Senhor dos Aflitos, cuja imagem é muito venerada, embora sem valor artístico.

Quantas vezes de noite ali vimos mulheres dando volta à ermida, de joelhos, e quantas mais observámos que os contrabandistas de Quadrazais se apeavam dos seus velozes cavalos para lançarem moedas ao Senhor dos Aflitos, a fim de os livrar do mau encontro dos guardas da Alfândega, seus encarniçados inimigos, e os deixasse

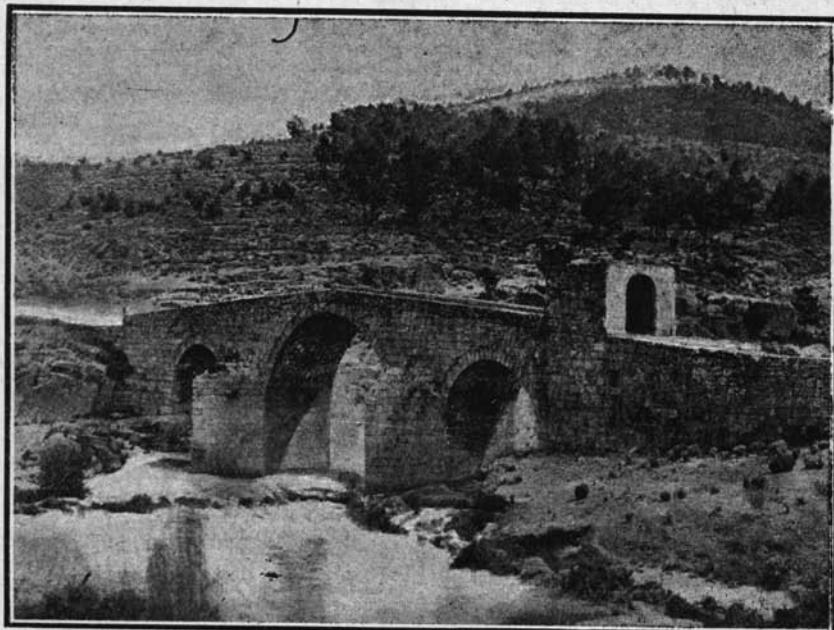


Fig. 1

vender o tabaco espanhol, os lenços de seda, o chocolate, azeite de anis e outras cousas da mesma proveniência, furtadas aos direitos.

A velha ponte, a ermida, o rio com os seus amieiros e o castelo com a esplanada e estrada arborizadas, oferecem ao visitante um quadro belo, digno do pincel dum mestre, e embora tenha sido cortada a hera que cobria a mor parte da muralha do lado sul da fortaleza, ainda é imponente.

A ermida da Senhora da Graça

Embora existente na freguesia da Urgueira, dela vamos ocupar-nos porque há longos anos tem sido considerada como pertença da freguesia do Sabugal.

Alveja esta ermida ao sul da vila, edificada a dois quilómetros desta na margem esquerda do rio Coa, sobre um morro banhado por dois regatos que a pequena distância vão desaguar naquele rio. O sítio é ameno e pitoresco e ali tiveram os frades do Convento de Penamacor um aprazível retiro.

Debalde procurámos a origem da fundação desta ermida, que, embora de humilde arquitectura, parece ser antiquíssima, pois a ela se referem velhos documentos que pertenceram ao extinto concelho de Sortelha, em cujo limite se achava.

A Câmara do Sabugal tinha obrigação de ali ir todos os anos na segunda-feira de Pascoela, dia em que se celebrava uma festividade muito concorrida pelo povo do Sabugal e Urgueira, a cuja origem adiante nos referimos, e de oferecer vinho, pão e azeitonas a todos os que o reclamassem.

Tam curioso costume acabou há poucos anos.

A ermida é de pequenas dimensões e singelamente ornada. Devemos, todavia, fazer menção do altar onde há obra de talha curiosa, representando a ceia do Senhor com tóscas figuras e da mais infantil concepção artística. Nesse altar são veneradas as imagens da Senhora da Graça e de S. Francisco, esculturas modernas, há poucos anos vindas do Pôrto.

Nas paredes do interior existem muitos *ex votos* de cera e alguns quadros alusivos a curas milagrosas.

Copiamos a legenda de um dêles: «Milagre que fez N. Senhora da Graça a D. Luiza Ant.^a de S. Clara de huma quixa q. padecia a dez Annos e apegando-se com a Senhora com huns remedios q. lhe fizeram logo teve saude a seis de agosto do anno de 1757».

A lenda, quase sempre ligada a tudo o que o povo mais admira e respeita, não podia deixar de unir-se a esta ermida.

A ela se refere um ilustre Sabugalense, S.^{or} António José de Carvalho, para explicar a origem da romaria, citando as *Chronicas da Província da Piedade* de Frei Mañuel de Monforte. Grassava na vila uma terrível epidemia em tempos mui remotos e para afugentarem esta dizem uns que fizeram «um voto de ir, em procissão e de cruz alçada, á ermida, no dia dos Prazeres, a Camara Municipal, em grande gala, o parocho é uma pessoa de cada casa; cantar-se uma missa; dar de jantar a todas as pessoas decentes, que lá fossem, e meio quartilho de vinho a cada homem, tudo á custa da Camara»; afirmam, porém, outros, que foi em razão do desaparecimento duma dama da vila, atribuindo-se tal desaparecimento ao diabo. Esta versão tem talvez o fundamento numa lenda, que por lá

corre, e, com grande espanto meu, fui encontrar numa crónica¹, que diz: «... a qual (mulher) por se ter dado aos demonios, estando sentada a uma janela na vila do Sabugal, eles (os demonios) a levaram logo ao rio Coa, que por ali passa, onde se afogou e chegou ao estado, em que a via — diz o frade que a pobre mulher estava morta sem tripas, nem as mais cousas interiores (ipsis verbis).— E isto foi assim; porque, indo eu áquela terra, vi a janela onde a mulher estava, quando desapareceu, achando-se depois morta no rio». «Tem graça e lógica este senhor frade!»².

«Um facto qualquer existe, porque há um local em que podesse ter sido praticado», comenta, e muito bem, o S.^{or} Carvalho.

Qualquer que fosse a origem da romaria, é certo que junto da ermida da Senhora da Graça todos os anos a Câmara efectuava uma grande festividade, oferecendo um jantar às pessoas mais gradas que ali aparecessem e pão, vinho e azeitonas ao povo, como dissemos.

Mas, além da festa oficial, outra mais luzida se efectuava, à custa de devotos e dos mordomos, na quinta-feira da Ascensão, assistindo também a Câmara e empregados e autoridades levando o secretário a bandeira.

Assistimos a algumas destas festas em que os mordomos e mordomias (nomeados todos os anos, sendo os nomes lidos pelo orador sagrado do alto do púlpito) caprichavam em as tornar mais luzidas. Na véspera havia arraial, em que um hábil pirotécnico exibia peças de grande efeito, executando a filarmónica da vila, e às vezes a banda regimental de infantaria n.^º 12, os mais selectos repertórios.

Em 1901 os festeiros, para darem mais brilho ao arraial na noite da véspera, em 15 de Maio, lembraram-se de carregar com pólvora e dinamite uma velha peça que três anos antes para o Largo da Ermida havia sido transportada da vila, onde estava perto do jardim e, ao que nos consta, deixada no Sabugal quando a transportavam de Monsanto para Almeida, na ocasião do último cerco que ali houve por ocasião da revolta dos Marechais.

Fizeram com a peça vários tiros na véspera da festa e, no último dia desta, por mais que tentaram, não foi possível dispará-la, isto quando uma imensa procissão dava volta ao cruzeiro, abrilhantada com guindais e estandartes inúmeros, com o pálio e opas de variadas cores, e onde as mulheres em trajes de festa, a banda

¹ Nota a p. 22 do livro de António José de Carvalho.

² Nota a p. 22 da obra citada do ilustre escritor, que foi secretário de um liceu de Lisboa.

com luzidas fardas, as folias com seus gaiteiros e cantadores, com bombos e tambores e gaitas de fole, davam um brilho característico, um murmurio ensurdecedor, aumentado pelo estalar dos foguetes.

Falhara o tiro ansiado da velha e ferrugenta peça, a que A. J. Fontes, além de sete quilos de pólvora, teve a triste ideia de lançar também certa porção de dinamite.

Recolheu a procissão à ermida, e a mor parte do povo tinha já debandado quando se ouviu uma formidável detonação, ao mesmo tempo que em diferentes sentidos cortavam o espaço inúmeros estilhaços da peça, que ficara quase pulverizada, indo alguns cair a distância de mais de um quilómetro. O pânico e a confusão foram indescritíveis e seguidos de lacinantes gritos, soltados pelos feridos e circunstantes.

João Proença caiu instantâneamente morto e o Ramalho, ambos do Sabugal, e António Janela, das Vinhas, ficaram, aqueles com uma perna fracturada e este com as duas horrivelmente despedaçadas.

Um outro estilhaço decepou duas patas a uma égua de A. Malcatenho.

O Janela faleceu no dia 18 e o Ramalho no dia 20 do dito mês, sendo impotentes os grandes esforços da ciência para salvar os desgraçados.

Foi grande a consternação, motivo por que na noite da festa se não efectuou uma récita de amadores que estava anunciada, sendo ainda presos A. J. Fontes e Ildefonso Gondim, e não tendo havido procedimento judicial, foram postos os dois em liberdade.

A autoridade administrativa coube também grande responsabilidade, porque não devia ter permitido a inexperientes o uso daquela peça avariada.

Longos anos havia que entre as freguesias do Sabugal e a da Urgeira existiam animosidades e rixas por causa desta ermida, e por tal motivo as imagens de S. Francisco e da Senhora da Graça estiveram muito tempo na igreja de S. João, contra o que, sem razão, os da Urgeira e até alguns sabugalenses protestaram. Já noutrous tempos houvera por igual motivo rivalidades entre essas freguesias.

Certo é que corria o boato de que as imagens não podiam voltar para a capela ou ermida se decorresse um ano depois de serem dela retiradas. Um desconhecido lembrou-se então de entrar na igreja de S. João altas horas da noite e embrulhando, escondendo no capote de burel a imagem do santo, encaminhou-se para o local da ermida, passando pela velha ponte. Um curioso noctívago, que

estava junto do edículo do Senhor dos Afitos, vendo-o passar, gritou-lhe:—Quem vai aí?

—S. Francisco, respondeu o do capote.

A tal resposta o curioso nada teve que dizer, ficando assustado, apesar de ter fama de valente, pois acreditou, como outros ingénuos, que realmente por ali passara S. Francisco por seus pés.

Das rivalidades havidas entre as duas freguesias resultou o alvitre de se edificar uma igreja para substituir aquela, efectuando-se uma reunião das pessoas mais importantes do Sabugal para tratarem do assunto, sendo logo escolhido o local e feita uma subscrição entre os assistentes, atingindo a módea quantia de 257\$000. Alvitrou-se que se requeresse a alteração dos limites para a capela ficar pertencendo à freguesia do Sabugal, evitando-se assim nova edificação e novos conflitos, porque o pároco da Urgeirá não desistia do seu direito e negava licença para as festas, sendo a questão afecta ao Prelado D. Tomás de Almeida, que numa circular proibiu aos párocos da diocese da Guarda o revestirem-se em freguesia estranha, sem licença do respectivo pároco.

A Câmara, para não se humilhar, fez em 1894 a festa na igreja de S. João com a maior pompa, orando o Reverendo Padre Joaquim António Marques, pároco de Val de Espinho.

Depois da célebre reunião na casa da Câmara apareceram pasquins nas esquinas, dizendo um: «Ou bom ou nada»; e outro: «Façase depressa».

É certo que o entusiasmo desapareceu, porque a festa, realizada na igreja de S. João, não tinha aquela poesia e encanto a que o povo estava habituado no pitoresco outeiro da Senhora da Graça, de que tinha saudades e onde tudo respirava alegria, nem havia as danças populares, os descantes, o *fogo de vistas*, foguetes e morteiros, as merendas, o bom vinho e licores, os famosos bazares, os estandartes, guiões e variadíssimas bandeiras e folias de diferentes terras, que tanto entusiasmo produziam.

A Câmara, reconhecendo isso, não só mandou construir uma estrada de macadame para facilitar o acesso ao sítio, mas continuou a fazer a festa na antiquíssima capela da Senhora da Graça.

Edifícios públicos

Rápida menção faremos dos edifícios públicos, porque infelizmente não merecem descrição minuciosa, singelos e humildes como são.

Os edifícios do tribunal e cadeia e da casa da Câmara, que deitam para a praça, são da mais humilde arquitectura, o mesmo

sucedendo com o da repartição de finanças, o dos correios e telégrafos, administração do concelho, açougue e matadouro. O edifício do tribunal e cadeia data de 1852 e foi devido à iniciativa do juiz de direito D.^{or} Vicente Pereira de Figueiredo, como consta da respectiva inscrição, aberta na padieira duma janela. O resto do edifício, onde estiveram instaladas a administração do concelho, repartição de fazenda, hoje no edifício do Largo de S. Tiago, foi construído à custa do município, e concluído em 28 de Setembro de 1859, como consta doutra inscrição.

No rés-do-chão esteve instalada durante muitos anos a escola de instrução primária, apesar das péssimas condições higiênicas, tendo igualmente servido para quartel de destacamentos militares. O edifício do tribunal e cadeia foi construído à custa das multas aplicadas aos delinqüentes que aquele juiz julgara, sendo a maior parte delas paga por Quadrazenhos, contrabandistas. A porta foi paga por um da Nave (o Neto), dizendo-se por isso que o Neto fechava a porta da cadeia.

Para edificarem a cadeia e tribunal destruíram um lanço da antiga muralha, ligado à porta da vila, onde ainda estão regularmente conservadas as armas do tempo da restauração Manuelina. Em frente do tribunal está a praça ornada de quadriláteros de cantaria granítica, servindo de molduras a singelos e variados mosaicos feitos com pequenas pedras de xisto, trazidas do leito do rio Coa. Era nessa praça que se realizava parte do mercado dos domingos e primeiras quintas-feiras de cada mês.

Devemos notar que há poucos anos foram feitas modificações no edifício do tribunal para nele serem instalados os cartórios.

A casa da Câmara é das mais modestas que conhecemos, das mais exíguas dimensões e singela aparência.

Na sala das sessões vê-se uma linda mesa de nogueira, obra do marceneiro José Louro, natural desta vila, e que, amante da arte, regeu durante muitos anos a banda de amadores, que era muito apreciada.

No teto da sala vê-se um lindo lustre de cristal. Do mobiliário apenas faremos menção de sete cadeiras estofadas, destinadas aos vereadores, tendo a do presidente, no espaldar e em relevo, as armas da vila, representadas por um sabugueiro e uma chave.

Além desta sala tem as da secretaria e do arquivo. O rés-do-chão era destinado ao serviço de afilação de pesos e medidas e ao tribunal do juízo de paz.

Visto que nos estamos ocupando da humilde casa da Câmara,

para não lhe darmos o nome pomposo de paços municipais, descabido em tam humilde edifício, faremos menção do arquivo embora pobre. Causa verdadeira tristeza comparar a riqueza dalguns arquivos municipais com a miséria do arquivo do Sabugal.

Ali vimos os forais que D. Manuel deu ao Sabugal e a Sortelha, ignorando se também lá existem ainda os de Vilar Maior.

Muitos livros e documentos de valor que nêle havia desapareceram a pouco e pouco, sendo já de pouca ou nenhuma importância o que ali existe, excepção feita dos exemplares dos forais escritos em pergaminho. Há poucos anos, talvez trinta, apareceu numa casa particular, onde viveu um secretário da Câmara, uma caixa de bronze, contendo um jôgo de medidas antigas de peso. Consta-nos que fôra oferecida ao governador civil de então, em vez de ter sido restituída à Câmara. Na tampa tinha sete orifícios e dois no corpo principal, por onde deviam entrar os pregos da fechadura, já retirada. A caixa tinha em letra gótica a seguinte legenda: «D. Manuel Rei de Portugal Ano de 1499».

Numa exposição, que o S.^{or} Visconde de Sacavém (José) fez há anos no seu pitoresco parque das Caldas da Rainha em 1910, figurou uma caixa igual e completa, também da época de D. Manuel.

No arquivo existem os tombos do Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Alfaiates; mas o do Sabugal é duma penúria extrema, porque ninguém ali se estimulou com a portaria de 8 de Novembro e 15 de Abril de 1854 que mandava executar aquela, ordenando a nomeação duma comissão encarregada de escrever os anais do município. Já o grande historiador Alexandre Herculano, que veio consultar o arquivo, como nos afirmou o falecido director da Tôrre do Tombo, José Bastos, estranhou a pobreza do arquivo.

No livro destinado às arrematações do extinto concelho da Vila do Touro existe um auto onde se vê que, para ser reparada a *casa do povo*, foi a obra arrematada com a condição de o arrematante «fornecer o material e trabalho, podendo depois possuí-la durante seis anos, sem dar renda alguma».

Presidiu a esta arrematação o capitão José António Capelo, sendo escrivão Bernardo António das Póvoas. Este auto dá a ideia da pobreza daquele município e a razão de ter acabado. Entre outras arrematações figuram nesse livro as das cancelas dos povos, do vinho ou obriga das tabernas, das marradas, afilamentos de pesos e medidas, malhadas e covagens.

Do livro de contas que pertenceu ao extinto concelho de Sortelha e relativo à freguesia da Bendada, em cujo rosto se lê: «Livro da

receita e despeza do concelho do lugar da Bendada», vimos a sentença do teor seguinte:

«O Dr. João Ferreira Sarmento Pimentel, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo condecorado com as medalhas da guerra Peninsular da Real effigie de sua Magestade Fidelissima El Rei Nosso Senhor que Deus guarde, do seu Desembargo, e seu Desembargador Provedor nesta Comarca de Castelo Branco etc.

Faço saber que eu tomei contas ao rendimento do concelho do lugar da Bendada e pelo anno de 1829 e achei haver de receita a quantia de seceta e quatro mil quatrocentos e noventa e sete e despeza em igual quantia pertencendo a terça de sua Magestade como se vê da Liquidação a fls. 24 *v* a quantia de quatro mil novecentos e vinte e trez reis, o que tudo julgo pela minha sentença.

Dada e passada no Casteleiro em 18 de Outubro de 1830.

E eu Gregorio do Nascimento Moratto que a escrevi—(a) *João Ferreira Sarmento Pimentel*».

Do livro de contas de Sortelha, relativo ao ano de 1853 a 1854, vê-se que os ordenados eram os seguintes:

Escrivão da Câmara	60\$000
Escrivão da Administração	40\$000
Tesoureiro da Câmara	9\$000
Professor de ensino primário	20\$000
Carcereiro	10\$000
Administrador do concelho	50\$000
Oficial de Diligências da Administração . .	12\$000
Oficial de Diligências da Câmara	9\$000
Pregoeiro	20\$000
Estafeta	15\$200
Perfazem estas quantias	<u>245\$200</u>

A receita das contribuições directas em 1848 foi de 423\$082 réis, havendo apenas em dívida 38\$205 réis.

Tinha então o concelho de Sortelha as seguintes freguesias: Sortelha, Casteleiro, Moita, Malcata, Santo Estêvão, Urgueira (aldeia de Santo António), Águas Belas, Lomba, Pausafoles, Pena Lobo e Bendada.

O tombo de Sortelha foi mandado organizar por Filipe II ao Dr. Pedro Godinho de Carvalho, do desembargo de El-Rei, no ano de 1615, sendo encarregado de prover com alçada sobre os bens dos concelhos e terças nas comarcas da Beira.

Dêsse documento, existente no arquivo, consta que a vila era reguengo da coroa, a êsse tempo do Conde D. Luís da Silveira, que apresentava o ouvidor.

Em cada ano serviam dois juízes, dois vereadores, um procurador, tendo jurisdição nas eleições dos almotacés, porteiros, jurados e quadrilheiros.

No tombo se faz também menção do castelo, cadeia, que estava dentro e de que era carcereiro o lugar-tenente do alcaide-mor, do pelourinho, casa de audiência e sino, bem como da casa do açougue.

Havia na vila de Sortelha apenas uma freguesia, pertencente à Comenda de Cristo; mas existiam muitas capelas e ermida, de que a Câmara era fabriqueira, entre outras a da Senhora da Graça, a 2:500 metros do Sabugal, e da qual nos ocupámos já.

O concelho tinha a renda das achadas e juízes das varas nas freguesias do térmo, como veremos, em artigo relativo a Sortelha.

Por curiosidade vamos transcrever na íntegra os §§ 22 e 23 dêsse tombo.

«§ 22. Os officiais da Camara da villa do Sabugal tem obrigação em cada hum anno no dia que se assentar darem hum jantar aos officiais da Camara e outras pessoas da Governansa desta villa de Sortelha, que com elles vão á dicta villa do Sabugal e os Juizes desta entram lá quando vão ao dicto jantar com as varas alçadas. e com ellas assistem em quanto lá estam e depois de jantar o Procurador da villa do Sabugal paga hum tostão d'El-rei D. Manuel ao Procurador do concelho desta villa que lho offerecerá em huma salva de prata perante todos; e os vereadores e o Procurador da villa do Sabugal servem aos sobreditos á mesa».

«§ 23. Tem mais obrigação os officiaes da Camera da Villa do Sabugal virem a esta Camera da villa de Sortelha pedir contas em cada hum anno, para poderem encoimar, dos pães e soutos, que tem nesta villa de Sortelha da limitação que tem para a parte da sua villa».

No mesmo tombo refere-se à Aldeia de Santo António, que era reguengo do Conde de Sortelha e que fôra reguengo da coroa, pagando de nove um.

Em 1615, constando a quem fez a correição que o juiz das Achadas dessa povoação condenava as partes em vinho, ajudando depois a bebê-lo, quis pôr cobro a tão imoral abuso, dêste modo: «pelo que ordeno aos vereadores que procedam de maneira a evitar tais abusos, sob pena de 2000 a cada hum para a tença de Sua Magestade».

Edifícios particulares

Entre os edifícios particulares da vila devemos mencionar a casa chamada da escada redonda, pertencente ao nosso amigo D.^{or} Emídio Gomes Dias Neves, e que foi do malogrado D.^{or} José Maximino da Silva Azevedo, notável advogado nesta vila durante muitos anos.

Fôra do D.^{or} Brito, uma das vítimas da guerra civil, que esteve muito tempo preso nas célebres prisões ou casas-matas de Almeida. Consta-nos serem filhas dêle D. Rita de Brito e uma outra senhora, ambas respeitáveis, a quem o Estado pagava a modesta pensão de 45000 réis, por terem ficado na orfandade, vítimas da cruel perseguição feita ao pai.



Fig. 2

A casa é apenas notável pela curiosa varanda de cantaria, cujo pórtico é encimado por um escudo dividido em pala, tendo de um lado (direita do observador) no alto um leão rampante, em seguida duas flores de lis, estilizadas, e no fundo três costelas, e do outro lado as mesmas figuras, com a diferença de o leão ficar em baixo e a seguir as costelas e no cimo as duas flores de lis.

Duas colunas jónicas suportam a padieira, sobre que assenta o escudo insculturado numa pedra quadrangular, sobre a qual pousa um pequeno friso onde assenta uma concha, da largura igual à do escudo (fig. 2).

Uma escadaria de seis ou sete degraus, em semi-círculo, dá acesso à varanda, espécie de galilé, que abre para a praça e para duas ruas, sendo o telhado apoiado em colunas jónicas que assentam nas três paredes.

Esta curiosa varanda, que dá acesso à casa do D.^{or} Gomes, fica em frente do tribunal, metendo-se de permeio a praça e a rua. Nela vimos muitas vezes o antigo dono, passeando demoradamente e nela mitigava muitas mágoas e consolava muitos aflitos.

Intra-muros, isto é, dentro da antiga vila, existem ainda restos dum casa interessante pelas suas características janelas e ainda pelos portais interiores e por uma espécie de armário, convertido em cantareira, construídas em granito mui fino. São semelhantes às janelas e portas de alguns edifícios de Alfaiates e Vila do Touro.

Quando saímos do Sabugal pertencia a Isabel do Ferreiro. Há quem diga ter sido ali a casa da Câmara, o que parece pouco provável.

Num quintal duma casa contígua vimos uma linda pedra de armas, muito bem insculpida num bloco de granito quadrangular, onde se vê um escudo esquartelado, tendo na 1.^a e 4.^a quartela um castelo ou torre e no 2.^º e 3.^º uma árvore, presumivelmente um sabugueiro. Sobre o escudo vê-se um elmo e sobre este outra torre igual às do escudo (fig. 3).

Em volta do escudo há um paquife de folhagens, muito interessante e perfeito, e de tudo damos aqui uma pálida ideia, especialmente do paquife, por ter desaparecido o desenho que desta pedra de armas tínhamos feito.

A casa parece remontar ao século XV. Talvez fizesse parte doutra a que estivesse ligada a curiosa pedra de armas de que vimos falando.

O que não pode admitir-se é que pertencesse às mesquinhas casas do falecido Joaquim J. Póvoas, mas a edifício sumptuoso e aparatoso, com cujo material ou ruínas fosse edificada a actual vivenda, que tem mesquinha aparência.

Essa pedra é digna de figurar num museu, para não lhe suceder o mesmo que à pedra de armas da demolida igreja de Santa Maria. Devia ter pertencido a algum velho palácio ou solar.

E natural é que no Sabugal houvesse casas e palácios notáveis, porque nesta vila viveram e estiveram famílias ilustres e nela se hospedaram antigos reis de Portugal, entre outros: D. Sancho II de Portugal e D. Fernando III de Castela, por causa de D. Teresa; D. Denis, quando fez a conquista de Riba-Coa e D. Afonso IV e D. Beatriz e as infantas D. Leonor e D. Maria, quando esta casou com Afonso XII de Castela. A comitiva, de que também fazia parte a virtuosa rainha D. Isabel de Aragão, a rainha Santa, que foi esposa de D. Denis, demorou-se no Sabugal e dali partiu para a antiquíssima vila de Alfaiates, onde foi celebrado o casamento na igreja românica, que ali existe ainda. Erradamente se tem afirmado que tal casamento se realizou no Sabugal, pois Rui de Pina afirma o contrário.

Depois da célebre conjuração do Duque de Bragança contra D. João II, este dirigiu-se para o Sabugal, chegando a Castelo Branco, para cercar aquela praça.



Fig. 3

Renderam-se todas as fortalezas, excepto a do Sabugal, onde D. Catarina, mulher de Pedro de Albuquerque, ao ter conhecimento da prisão do marido, a não entregou, «indo el rei em pessoa cerca-la; mas antes disso, D. Catharina, vendo que a resistencia era inutil rendeu-se e el-rei, a quem não desagradiou esta firmeza varonil, fez-lhe mercê dos bens do marido, como dissemos, decapitado»¹. Também no Sabugal esteve D. Afonso, rei de Leão em 1232, dando carta de povoação a Vilar Maior.

Além do escudo singelo das quinas, existe na torre de menagem, um na abóbada e outro na face externa norte, seis pedras de armas. Havia no Sabugal, a da torre do relógio, a do portal demolido da cidadela, a do Quintal do Póvoas, a da varanda do D.^{or} Emídio, a da igreja de Santa Maria do Castelo e a mutilada com flores de lis.

A pedra de armas de Santa Maria, que serviu para tapar uma sarjeta, por mais que repugne acreditar em tão vil atentado e desprezo pelas cousas antigas, existia na capela-mor daquela velha igreja, à direita, logo a seguir ao arco cruzeiro, embutida na parede do sul. No exterior desta mesma parede via-se uma lápide ilegível de xisto.

A pedra de armas consistia num escudo carregado de nove castelos, tendo sobreposto outro escudo muito menor, esquartelado, tendo na 1.^a e 4.^a quartela nove castelos e na 2.^a e 3.^a uma cruz (fig. 4).

¹ Manuel Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. III, p. 34, afirma que D. João II foi cercar o Sabugal, mas Garcia de Resende a tal respeito diz: «... El Rei mandou fazer as diligencias que cumpria para se haverem suas fortalezas (dos conjurados) como houveram todas sem alguma resistencia, e assi as dos que com elle eram; salvo a fortaleza do Sabugal, muito forte, e ao estremo, em que estava D. Caterina, mulher de Pero de Albuquerque, que sabendo da prisão do marido a não quiz entregar; e para El Rei atalhar e remediar isto, mandou logo diante D. Pedro de Noronha seu mordomo mor, homem de muita autoridade, que cercasse como cercou o Sabugal; e El Rei se aparelhou para ir logo apóz elle, e foi até Castello Branco, onde com elle se ajuntou muito bôa gente do reino aparelhada darmas e bons cavallos. D. Caterina, como soube da sua vinda, entregou-lhe logo o castello; e El-Rei lhe fez mercê da fazenda do marido, que por sua deslealdade tinha perdido». . . . «Pero de Albuquerque, ao saber da morte do duque de Viseu, fugiu, mas, sendo preso em Lisboa, foi processado e falando eloquentemente ao rei, pois tinha fama de falar bem, este mandou-o julgar, sendo condenado á morte, sendo publicamente degolado em Monte Mór o Novo». (Garcia de Resende, *Chronica de D. João II*, vol. I, p. 134).

As armas da vila, que consistiam num sabugueiro e uma chave, não figuram em edifícios da actualidade, nem nos consta que tenham aparecido abandonadas ou a tapar qualquer sarjeta, mesmo porque outrora não havia na vila canos de esgôto. Talvez lhes sucedesse como ao pelourinho, que, simbolizando a autonomia e importância do município, foi apeado, porque certas pessoas pouco cultas, embora bem intencionadas, o consideraram como emblema de infâmia e despotismo, sendo dispersos pela vila os diferentes restos dele.

Diz o grande historiador Alexandre Herculano «que as cidades municipais romanas podiam levantar nas praças a estatua de Sileno, simbolizando a liberdade burgueza», sendo esta a origem dos pelourinhos. Mais tarde a estátua foi substituída por pilastres ou colunas, e mais tarde ainda serviram também os pelourinhos de instrumento de penalidade, como afirma Teófilo Braga, não nos recordamos agora em que obra.

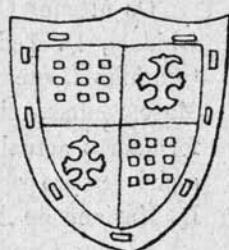


Fig. 4

Senhorio do Sabugal

Se dermos crédito a antigas crónicas, foi D. Pedro, filho de D. Afonso, o Sábio, rei de Leão, o primeiro senhor do Sabugal, e dele foi também senhor D. Fernando, filho de el-rei D. Manuel.

Interessante seria mencionar todos os senhores do Sabugal, seus alcaides maiores e menores. Na impossibilidade que há de os indicar, falaremos apenas de alguns Condes do Sabugal.

O arquivo da Câmara é pobríssimo, nenhum elemento fornece aos investigadores.

O primeiro Conde foi D. Duarte de Castelo Branco, nomeado por Filipe II de Espanha.

Mais tarde o condado do Sabugal foi unido ao de Óbidos e Palma. Pelo casamento do 2.º Conde de Óbidos, D. Fernando Martins Mascarenhas, alcaide-mor de Óbidos e de Selir do Pôrto com a filha do 2.º Conde da Palma, que fôra a herdeira do pai e sucessora da casa do Sabugal, ficou também sendo Conde do Sabugal. Foi aio dos filhos de D. João V e conselheiro de Estado em 1707.

Outro Conde foi D. Manuel de Assis Mascarenhas, 3.º Conde de Óbidos, filho do 2.º Conde de Óbidos, D. Fernando. Foi meirinho-mor do reino, brigadeiro de cavalaria e foi uma das vítimas do omnipotente Marquês de Pombal, falecendo nos cárceres da Junqueira, não se sabendo ao certo os motivos da perseguição.

Outros Condes foram D. José de Assis Mascarenhas Castelo Branco Lencastre, Conde de Óbidos, falecido em Agosto de 1806 nas Caldas da Rainha; D. Manuel de Assis Mascarenhas Castelo Branco Lencastre, 5.^º Conde de Óbidos, que serviu no exército de Napoleão, tomando parte na batalha de Wagram. Em 1826 foi nomeado par do reino e faleceu em 5 de Fevereiro de 1839.

Os últimos Condes foram D. Luís de Assis Mascarenhas (8.^º de Óbidos), D. Pedro de Alcântara de Assis Mascarenhas de Sousa Coutinho Castelo Branco da Costa e Lencastre, D. Pedro de Assis Mascarenhas, oficial de marinha, falecido em 1904. Segundo nos informam o actual Conde é o S.^{or} D. Miguel Pedro de Melo (Murça), quase sempre residente em Paris, filho de D. Joaquim de Melo e de D. Mariana de Assis Mascarenhas¹.

Alguns Condes do Sabugal foram também alcaides-mores do Sabugal e Alfaiates, como foi D. Fernando Martins de Mascarenhas. D. Diogo de Castro foi nomeado alcaide do Sabugal e Alfaiates por D. João II em 25 de Dezembro de 1485².

Os primeiros Condes de Óbidos, e da Palma, foram nomeados por Filipe IV de Espanha, 3.^º de Portugal, e o do Sabugal por Filipe II.

Em 1808 o Conde do Sabugal fez parte da deportação que a Bayona foi cumprimentar Napoleão, que a reteve até 1814.

Entre os alcaides-mores do Sabugal convém mencionar D. Diogo de Castro, que era «muito valente cavaleiro e homem que El-Rei (D. João II) estimava e fazia muita honra...»; mas «era muito apaixonado e solto em suas palavras quando tinha paixão», diz Garcia de Resende. El-Rei lhe mandou um dia: «que quando alguma cousa lhe quisesse requerer fosse por outrem e não por si, por escusar paixões, de que lhe depois pesaria muito»³.

Privilégios da vila do Sabugal. Foral de D. Denis, foral de D. Manuel

Muitos foram os privilégios e favores concedidos pelos reis aos moradores do Sabugal.

Não falando nos concedidos por D. Fernando o Santo, de Castela, foram importantes os que lhes concederam D. Denis e seus sucessores. No foral dado por D. Denis, que já inserimos noutro lugar, per-

¹ Vid. *Dicionario Popular*, s. v. «Óbidos», e *Ex-Libris Portugueses*, vol. XI.

² Conde de Sabugosa, *Paço de Sintra*.

³ *Chronica de D. João II*, p. 146.

mitia que na vila se realizasse uma feira geral em cada ano, que devia durar quinze dias, como antes disso sucedia.

Proibia aos de fora do concelho armazenar ou vender vinho enquanto o houvesse na vila e seu térmo. A todos os que não respeitassem aquele foral ameaçava-os de que: «seijam maldictos e aian a ira de Deus».

Em carta de 15 de Janeiro de 1390 D. Afonso concedeu aos moradores da vila e térmo do Sabugal o privilégio de não lhes peñorarem os cavalos, armas, dois fatos de homens e suas mulheres, roupas de camas e bens de raiz, excepto por dívidas de El-Rei.

Não permitia que fôsse vendido o pão e vinho senão depois de escolhidos e de jurarem qual a porção de que careciam para semejar. Não podiam ser-lhes vendidos os bois destinados à lavoura e as vacas de leite dos lavradores, nem as éguas destinadas à criação e os cavalos padreadores.

D. Fernando em 14 de Setembro de 1407 confirmou o antigo privilégio de os homisiados não poderem ser presos por seus crimes quando fôssem tratar de seus negócios fora da vila, durante seis semanas em cada ano.

Em 1 Janeiro de 1411 foi incluída no térmo do Sabugal a vila de Alfaiates, o que foi confirmado por carta de 3 de Agosto de 1435 (era de César). D. João II em 28 de Outubro de 1428 confirmou todos os privilégios concedidos até ali, e em 30 de Janeiro de 1430 isentou os moradores de pagarem direitos por quaisquer mantimentos que comprassem em qualquer parte, ainda que houvesse posturas que a isso se opusessem.

Em carta de 5 de Janeiro de 1435 D. João o ordenou, a pedido dos moradores do Sabugal.

«Temos por bem e mandamos ... que os omisiados e degredados que estiverem na dita vila do Sabugal possam ir aproveitar e adubar os bens que os do dito lugar do Sabugal ham nos termos dos sobreditos lugares da cidade da guarda e de penamacor e de sortelha sem bargo nenhum E sem outra licenca. Contanto que naquele dia que partirem do dito lugar do Sabugal tornem a dormir na dita vila do Sabugal. E porem mandamos a todolos Juizes e justiças de nossos Reinos que o cumpram e guardem asi e façam cumplir e guardar. E nem consintam que nenhum contra ello mal nam facam. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta. dante em es-tremoz vinte e cinco dias de Janeiro de 1435»¹.

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro da Beira*, I, fl. 62.

Já D. Afonso V havia concedido ao Sabugal privilégios importantes, como o de receber as rendas das terras maninhas até então recebidas pelos reis de Portugal¹.

D. Manuel confirmou os privilégios antes dêle concedidos. Copiamos a carta dêste rei com data de 17 de Novembro de 1497, estando na cidade de Évora, com que beneficiava os clérigos:

«D. Manuel &. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte dos clérigos de Riba de coa nos foy apresentada huma carta que tal he: D. Afonso pola graça de deus Rei de Portugall e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que todolos meus aciprestes e todolos meus clérigos do Sabugall etc. me enviaram mostrar huma carta del rey dom donis meu padre a que deus perdoe de mercee que lhes fizera na quall he contheudo que elle recebia todos em sa guarda e em sa encomenda e todos seus erdamentos e povissões e todollos seus homens e todallas outras sas couosas e mandaua e defendia que nhum nom fosse ousado de contra elles uir nem lhes fizesse mall nem força a elles nem a sas couosas de susso ditas Outro sy mandaua que os clérigos nem os aciprestes de susso ditos nom fossem costrangidos pera rrespondar senão perante seus aciprestes ou perante outros juizes Eclesiasticos assy como rrespondiam todollos outros clérigos de seus regnos E assy como elles sempre vssaram em aquella terra de rriba de coa a hum morauam saluo aquellas demandas porque deuiam rrespondar perante os juizes sagraes Outro sy mandaua e defendia que nhum caualeiro nam poussasse com eles nem lhes fezesse mall nem força sobre ello seu saluo se pousassem com elles se outras pousadas não achassem quando elle hy fosse e nam em outra guissa outro sy mandaua e tinha por bem que esses clérigos de susso ditos podessem comprar como ante comprauam erdamentos pois elles seruiam os erdamentos aquelles que os quisesssem leixar a seus filhos ou a seus criados ou a outras pessoas sagraaes outro sy mandaua que elles podessem erdar todollos seus filhos e todas sas filhas e os seus criados segundo mais comridamente he contheudo na dita carta delrei meu padre queem delles tem e ora os ditos aciprestes e clérigos enuiaram me pedir por mercee que eu lhes confirmasse adita carta e lha fizesse Comprir e guardar E eu querendolhes fazer graça e mercee confirmolhes adita carta e tenho por bem e mando que lhes seja comprida eguardada em todo assy como em ella é contheudo E em testemunho

¹ Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Livro da Beira*, I, fls. 60, 64, 280, e II, fls. 60 e 210.

desto dei aos ditos clérigos e aciprestes esta minha carta dante em estremoz a 24 dias de março Elrei o mandou por miguel viuas seu clérigo veedor da sa chancelaria martim esteves afez era de 1373 annos miguel viuas pedimdo-nos a dita carta E nos visto seu requerimento e querendolhes fazer graça e mercee temos por bem e lha confirmamos assy e polla guissa e maneira quese em ella conthem E assy mandamos que se cumpra Inteiramente dada em a nossa cidade deuora a 17 dias do mes de nouembro uicente pires a fez anno do nascimento denosso Senhor Jh Xpo de 1497¹.

O privilégio de couto

Tinha esta vila também o privilégio de couto, como outras vilas e povoações do país.

Havia coutos do reino, dos fidalgos, senhores, igrejas e mosteiros. Nas localidades que gozavam do privilégio de couto refugiavam-se os criminosos. Era o direito de asilo, o meio de povoar certas terras nos primeiros tempos da monarquia, atraindo ali os criminosos e malfeiteiros.

O direito de asilo tinha por vezes fins humanitários e verdadeira razão de ser, como quando os homens do povo eram perseguidos sem que fôssem criminosos.

Também se dava o nome de coutos aos marcos que serviam de balizas aos mesmos.

A companhia dos cavaleiros do Sabugal

No reinado de D. Denis organizou-se na vila do Sabugal a companhia militar dos cavaleiros, composta da vila e respectivo térmo. Foi esta companhia confirmada por D. Denis em 1346², e representa um belo exemplo de mutualismo.

Quando a um desses cavaleiros morresse o cavalo eram os outros obrigados a comprar-lho, dando para isso uma libra cada um.

Esta sociedade militar tam antiga tinha já a nítida compreensão do que actualmente se chama mutualismo. Em muitas freguesias do país há longos anos que existem sociedades cujo fim consiste no mútuo auxílio. Quando a um sócio morre um boi ou outra rês os restantes são obrigados a indemnizá-lo ou a pagar-lhe o prejuízo que sofreu.

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro da Beira*, iv, fl. 151.

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro da Beira*, iii, fl. 59.

A maior parte dessas sociedades são constituídas sem formalidades legais, mas em geral os sócios cumprem rigorosamente os compromissos. Vê-se que a instituição popular do auxílio mútuo é antiquíssima.

Quando foi demolida a igreja de S. Tiago, que existia no Largo do Correio, à entrada da vila, apareceram ali uma espada e umas esporas numa sepultura coberta com uma lápide, que tinha insculpida uma espada ou montante, remetida para um museu de Lisboa. Houve quem afirmasse que essas esporas deviam ter pertencido a um desses cavaleiros do Sabugal.

Temerária nos parece, porém, tal afirmativa. Embora as esporas e a lápide fossem dum militar o caso não merece estranheza, porque sendo o Sabugal uma vila acastelada e muito antiga, uma grande fortaleza, natural era que nela houvesse sempre militares, como natural era que fossem sepultados em qualquer das muitas igrejas ou capelas.

Não sabemos em que museu existe a tal lápide nem o destino dado às esporas achadas, o que é de lamentar, porque talvez fornecessem algum esclarecimento.

Conhecemos na igreja românica de S. Martinho de Óbidos um caixão de pedra, cuja tampa tem insculturado um montante tendo no relévo cinto e correias.

O concelho do Sabugal em 1842 tinha uma população de 2:279 fogos e as seguintes freguesias:

Aldeia do Bispo	120
Aldeia Velha	155
Lajeosa	140
Nave do Sabugal e Ruvina	201
Quadrazais	221
Rendo	159
Sabugal (com duas anexas)	219
Souto.	230
Vale de Espinho	162
Vila Boa	121
Quintas de S. Bartolomeu	82
Rapolla do Coa (<i>sic</i>)	58
Touro	251

Pertencia à correição de Castelo Branco, assim como Sortelha e vila do Touro.

JOAQUIM MANUEL CORREIA.

Antiquitvs(Continuado d-*O Arch. Port.*, xxvi, 186)**XXVII****Uma ruína ao desamparo. (A ermida de S. Romão nas cercanias de Sintra)**

Quem pesquisar a «Carta de Lisboa e seus arredores» (1909, escala 1 : 50000) a 3:000 metros exactos ao NE. de Sintra, encontrará indicada uma ermida com a designação de «S. Romão», a 600 metros do Moinho da Cavaleira, na direcção de NO. Mas se depois se dirigir ao local apontado, já não se lhe deparará, como esperaria, um edifício religioso, senão uma ruína ao desamparo.

O vulto de uns muros pardacentos mal lho enxergarão os olhos, confundido o contorno, que os desenha, na tinta requeimada da charneca, onde se erguem. Essa construção lacerada perde assim, a distância, todo o carácter que o seu destino primitivo deveria revelar aos olhos do observador.

Visitei e fotografei a solitária ruína em Setembro de 1927¹. Tocado da feição artística do monumentozinho, que se singulariza por circunstâncias já pouco vulgares na arquitectura religiosa dos campos, propus-me transmitir aos sintrenses cultos a desolada sensação que a mim mesmo tal ruína me provocou, logo em uma primeira visita.

*

É muito já dos nossos dias o descalabro a que a ermidinha de S. Romão chegou, e talvez em parte elle se explique pelo completo desprezo a que foi votada. Mas hoje, o que se ouve à gente dos arredores é lamentar a sua destruição e os desejos dêsse bom povo seriam que do refazimento desta capela se cuidasse.

Aquelas mulheres, para quem o embalar nos braços um filho constituía o próximo objectivo de um sonho, encontravam, ainda há poucos anos, na velha ermida, a ouvir-lhes o anseio indeciso, uma

¹ A sua existência foi-me denunciada pelo meu prezado consócio da Associação dos Arqueólogos, S.^{or} Luciano Ribeiro. A essa época se referem as presentes notas.

protectora consagrada, uma Senhora do Ó, veneração querida das mães portuguesas.

Mas até pelo antigo aspecto de Arte, o arruinado sacelo é mercedor de amparo e culto.

*

A situação topográfica da ermida de S. Romão deixo-a indicada, com a possível minúcia, para quem desconhecer os arredores de Sintra.

O roteiro aconselhável é pelo lugar do Lourel e depois pela estrada da Granja do Marquês até a confluência de um caminho, à direita; boa meia hora de marcha por junto. Próximos ficam-lhe os casais de Palhavã e S. Romão.

As ruínas constam das quatro paredes propriamente da ermida, a cuja face setentrional estão arrimados os restos da sacristia e da moradia do ermitão. Nenhuma cobertura existia já. Telhas e madeiramento do corpo da igrejinha, talvez depois do desmoronamento, foram saqueados. As imagens, depois de terem sido recolhidas na paroquial de S. Pedro, foram transferidas para a igreja da Misericórdia de Sintra, segundo me informaram recentemente.

O pequeno edifício tinha duas portas: a da entrada principal, de que se vê já arrancada a cantaria, e a lateral, do lado da epístola. Ambas eram de moderna feitura (séc. XVIII-XIX); aquela orientada a O., como nas mais antigas igrejas, herança, talvez, da sua primeira fundação, o que uniformemente se nota em S. Martinho, em Santa Maria, na cristianíssima ermidinha do Castelo e em outras.

No interior, uma banqueta ou assento corrido de pedra dá a volta às paredes até o arco cruzeiro, onde alarga um tanto. Quasi defronte da porta lateral vê-se a concha do púlpito, uma laje horizontal de mármore, para onde se subia por dois degraus. Dois balaustres de ferro, que o guarneçiam, deixaram os vestígios do seu violento arrancamento nas respectivas mechas estilhaçadas.

No pavimento, coberto de destroços, encontrava-se derrubado um pilar cilíndrico de pedra, com base oitavada, de feição recente; deve ter sido um dos apoios do pequeno côro, de cujas escadas se vêem na parede os sinais, ao lado da entrada principal. O frechal ou arquitrave desse côro embebia-se, do lado oposto, na própria alvenaria da construção.

À mão direita da porta lateral, destaca-se da parede o resto de uma pequena pia de água benta. As paredes eram ornadas de mo-

desta pintura lisa, com aguadas de cõr vermelha e amarela, em singelos apainelados.



Subamos à capela-mór, que é a parte do pequeno sacelo que comunica todo o interesse à ruína. As suas dimensões internas exprimem-se aproximadamente por estes números:
 $2^m,50 \times 3^m,40$.

O arco cruzeiro, de volta redonda, compõe-se de aduelas simples, em que se reconhece, atestando a sua antiguidade, um trabalho de escôda diferente daquele que actualmente se pratica. Os someiros assentam sobre impostas definidas apenas por um listel saliente.

O tecto acha-se derruído. Constituía-o uma abóbada de aresta feita de tejolo. Dessa interessante cobertura restavam, nos quatro ângulos, as respectivas mísulas das ogivas, estando intactos dois desses graciosos elementos de suporte, que medem de altura $0^m,28$. O outro par foi mutilado. O desenho junto reproduz o lindo tipo, que me acode pertencer aos alvores de séc. XVI. Fig. 1.

Pôsto que os arcos laterais da abóbada e as nervuras diagonais fôssem de tejolo, estas oitavadas, os fechos eram de pedra, ornados de florões esculpidos. Nos arcos, três ainda estavam nos lugares próprios, embebidos parcialmente nas paredes; um quarto desabou, bem como o central da abóbada; os dois encontravam-se entre os destroços. Todos eram adornados com seu florão, de feitura um pouco mole para a época, em que as mísulas referidas parecem filiar-se.

Se um dia alguém se apiedar desta ruína, impulsionando a reconstrução da ermida, estes fechos ornamentais, como importante documento que são, devem ser aproveitados e dispostos nos mesmos lugares.

Pareceu-me ser muito recente o desmoronamento de parte das ogivas da abóbada. O entulho quâsi ocultava o altar-mor, de que mal se via a mesa, por ocasião da minha primeira visita (Setembro de 1927). Não descobri símbolo algum na pedra rectangular constitutiva do altar, que não se encostava à parede superior da capela-mór. Quando um mês apenas andado lá voltei, o tejolo esbarrondado tinha desaparecido; o altar estava danificado por marteladas a esmo.



Fig. 1
A «Mísula das ogivas
da ermida»

Da banqueta interior da ermida haviam sido arrancadas algumas cápeas! Se é verdadeira a informação que eu colhi, o altar era azulejado; não encontrei, porém, azulejo algum!

Do lado da epístola, foi aberta na parede da capela-mór uma janela de irritante contorno quadrado. Talvez por isso, o vandalismo não lhe tinha pôsto a mão.

Da banda do evangelho existe uma pequena porta de passagem para a sacristia. Nesta, a bacia de mármore do «lavabo» foi também

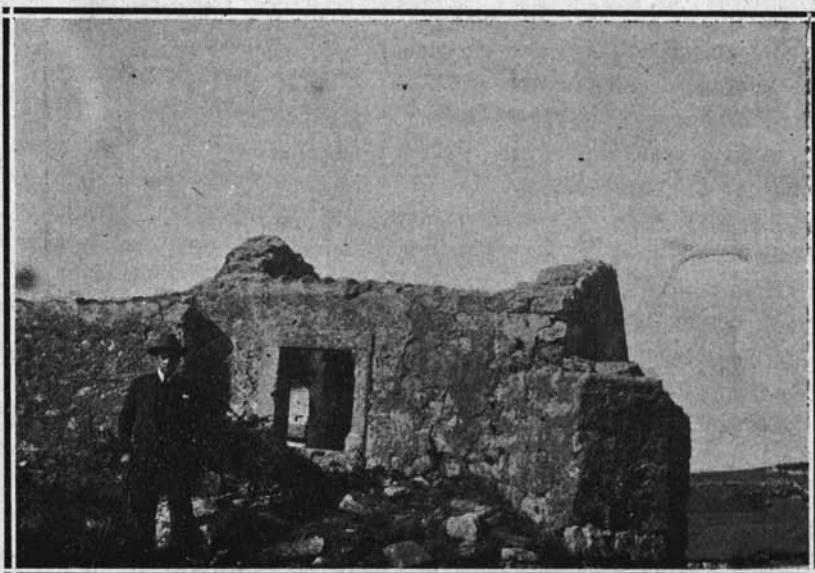


Fig. 2. — Ruina da ermida

atingida. Para que havia de ser exceptuada? Em duas das paredes desta dependência há igualmente banquetas de alvenaria. Tanto a sacristia como a habitação, a que acima me referi e que se prolongava até a fachada da ermida, estão completamente destelhadas e em parte derruídas e maltratadas. Esta habitação compunha-se de quatro pequenas quadras, divididas por paredes, com uma porta lateral e outra na frente da ermida. Dentro de uma destas divisões, há restos de um poial ou lareira.

Estrabando exteriormente os dois ângulos extremos da oussia, vêem-se ainda outros tantos robustos «gigantes» de alvenaria, com solidez suficiente para um possível restabelecimento da abóbada desta parte da ermida. São típicos destas construções. Fig. 2.

*

A quatro metros, *plus minus*, da fachada erguia outrora os braços acolhedores um desataviado cruzeiro de pedra. Desde 1768, tal a data aberta a cinzel no seu plinto de singelo moldurado, re-

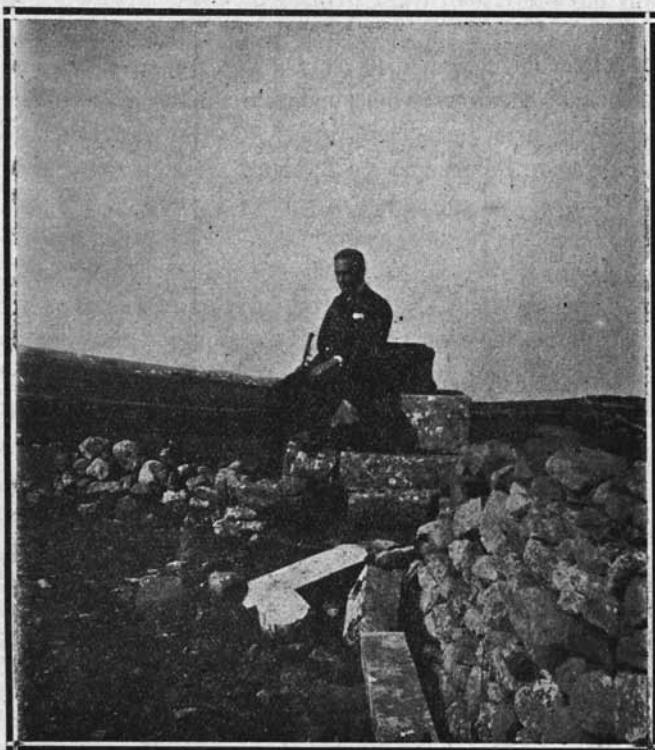


Fig. 3. — Cruzeiro derrubado

sistia às lufadas de já mais de um século de invernos. Mas, no ano de 1910, tinha contados os seus dias de silenciosa esculca de Fé! Qualquer noctívago iconoclasta, mal acordado de algum paroxismo de intolerância, abalou-o pela base, arremessando-o sinistramente contra os próprios degraus que lhe serviam de pedestal e despedaçando-o. Fig. 3.

Muda ruína, que tam eloquientemente nos conta o rancoroso feito que lhe deu causa!

E assim tem permanecido até hoje este lamentável documento da nossa barbaria incorrigível...

*

Confrange-se o espírito diante do escuro descalabro desta ermida.

Há ruínas que choram e esta é uma dessas. Não sobreveio da decrepitude da construção, como outras, que quase nos sorriem debaixo das heras antigas que as amparam. São venerandas tais ruínas e nada falta para ser sacrilégio o tocar-lhes, na intenção que seja de as remoçar.

Mas as ruínas de maldade, as ruínas dos nossos dias, feitas de pedras que foram sacudidas e derribadas por mãos, que ainda estão por assim dizer quentes, essas comovem-nos de dor e revoltam-nos, se temos são o coração. Pertencem a esta classe as ruínas de S. Romão!

Que todos aqueles a quem me dirijo, enxuguem os prantos, que parecem deslizar pelas paredes esboroadas desse tradicional sacerdote, e terão dado um profundo consolo à Crença e à Arte, reedificando-o. Verão a paisagem monótona, que o rodeia, iluminar-se com a branura fresca de umas paredes ressurgidas e singelamente dealbadas, como devem ser as desta ermida de ar tam meridional, e surgirem dos lugares próximos centenas de mãos, erguendo-se ao ar em gestos de aplauso.

F. ALVES PEREIRA.

Bibliografia

Sertorius, por Adolfo Schulten, Leipzig 1926.

Volta novamente à discussão o célebre caudilho, italiano de nascimento, que, meio século após a morte de Viriato, de novo conduziu os lusitanos à vitória sobre os exércitos de Roma. Estudando sua vida, através de exaustiva investigação, publicou-se, na Alemanha, uma obra de notável mérito científico. Sua autor, Adolfo Schulten, de há muito se ocupa, em clássicos trabalhos de erudição, acerca dos primeiros tempos históricos da Península Ibérica. Em rápida síntese, vamos procurar resumir sua narrativa, na parte mais interessante para o conhecimento da história militar dos Lusitanos.

*

Saltando sobre dois mil anos, imaginemo-nos no primeiro quartel do século I antes da era cristã. Violentas convulsões sociais abalam os alicerces da República Romana, já, neste momento, senhora de quase

*

Confrange-se o espírito diante do escuro descalabro desta ermida.

Há ruínas que choram e esta é uma dessas. Não sobreveio da decrepitude da construção, como outras, que quase nos sorriem debaixo das heras antigas que as amparam. São venerandas tais ruínas e nada falta para ser sacrilégio o tocar-lhes, na intenção que seja de as remoçar.

Mas as ruínas de maldade, as ruínas dos nossos dias, feitas de pedras que foram sacudidas e derribadas por mãos, que ainda estão por assim dizer quentes, essas comovem-nos de dor e revoltam-nos, se temos são o coração. Pertencem a esta classe as ruínas de S. Romão!

Que todos aqueles a quem me dirijo, enxuguem os prantos, que parecem deslizar pelas paredes esboroadas desse tradicional sacerdote, e terão dado um profundo consolo à Crença e à Arte, reedificando-o. Verão a paisagem monótona, que o rodeia, iluminar-se com a branura fresca de umas paredes ressurgidas e singelamente dealbadas, como devem ser as desta ermida de ar tam meridional, e surgirem dos lugares próximos centenas de mãos, erguendo-se ao ar em gestos de aplauso.

F. ALVES PEREIRA.

Bibliografia

Sertorius, por Adolfo Schulten, Leipzig 1926.

Volta novamente à discussão o célebre caudilho, italiano de nascimento, que, meio século após a morte de Viriato, de novo conduziu os lusitanos à vitória sobre os exércitos de Roma. Estudando sua vida, através de exaustiva investigação, publicou-se, na Alemanha, uma obra de notável mérito científico. Sua autor, Adolfo Schulten, de há muito se ocupa, em clássicos trabalhos de erudição, acerca dos primeiros tempos históricos da Península Ibérica. Em rápida síntese, vamos procurar resumir sua narrativa, na parte mais interessante para o conhecimento da história militar dos Lusitanos.

*

Saltando sobre dois mil anos, imaginemo-nos no primeiro quartel do século I antes da era cristã. Violentas convulsões sociais abalam os alicerces da República Romana, já, neste momento, senhora de quase

toda a bacia do Mediterrâneo. Digladiam-se democráticos e conservadores na Capital, e a guerra civil, alastrando, devasta grande parte da Itália. Irrompe a selvajaria primeva nas multidões desvairadas em seu ódio insensato, e a Razão de Estado mascara crimes de energúmenos sanguinários. Sulla, conservador; Mário, democrático, ambos generais de prestígio, são os chefes das duas facções opostas nesta luta de extermínio. Oscila, repetidas vezes, a sorte das armas no decorrer do longo duelo sangrento. Sucedem-se, rápidas, as mutações na scena política, e nela intervêm Sertório, sobressaindo, por sua visão clara e inteireza moral, entre as principais figuras democráticas. Morre, entretanto, Mário. E, no meio da confusão e intrigas posteriores, os governantes, a quem Sertório faz sombra, procuram desembaraçar-se de sua presença, incumbindo-o de os representar na Espanha Citerior, uma das províncias ou sub-divisões da Península, sob o domínio de Roma.

Chega Sertório à Espanha no princípio de 82, a. C. Desenvolve, desde logo, activo talento de organizador. Em breve dispõe de frota e exército, constituído este por iberos e romanos. Surge, porém, agora o triunfo final de Sulla em Roma e, com ele, o aniquilamento do partido democrático. Daí resulta, para Sertório, o ir encontrar-se em guerra aberta com o governo central. Pretendendo reduzi-lo à obediência, envia Sulla, de Roma, contra ele uma forte expedição, 20:000 homens, no ano seguinte, 81 a. C. Desprovido de forças suficientes para resistir, reúne Sertório os restos de seu exército, cerca de 3:000 homens, e embarca em Cartagena para a Mauritânia, tentando firmar nova resistência no território rifeno. Repelido, porém, pelos naturais, dirige-se para as Baleares, onde procura estabelecer *sua base de operações*. Acossado, ao largo de Valência, por uma esquadra de Sulla, é vencido em combate naval. Renuncia a seu projecto e, invertendo o rumo, faz-se de vela para oeste; entra o estreito de Gibraltar e vai ganhar a costa atlântica da Espanha, em frente de Tanger. Consegue aí desembarcar, mas sob a pressão de crescentes e multiplices contrariedades, assaltado pelo desespere, chega a pensar em desistir da continuação da luta. Parece, nesse momento, ter tido intenções de se refugiar na Madeira, segundo Schulten, já conhecida dos navegantes fenícios e turdetanos, desde mil anos atrás. Não obtendo, porém, navios, Sertório mais uma vez é forçado a modificar seus planos. Ressurge nele o instinto combativo. Decide então passar novamente a Marrocos, tentando estabelecer-se em Tanger, onde poderá aguardar oportunidade da *contra-ofensiva*. Mais feliz desta vez, tudo se realiza como previra.

Vai procurá-lo àquela cidade uma embaixada lusitana, convidando-o a assumir a direcção de nova revolta contra Roma. Começa agora a fase mais impressionante da carreira de Sertório, prolongado drama onde seu vulto realça, com extraordinário vigor, no duplo aspecto do Político e do General.

Parte Sertório de Tanger, nesse ano de 80 a. C., com pouco mais de 3:000 homens, entre os quais se contam alguns centos de berberes. Espera-o, próximo de Gibraltar, protegendo o desembarque, um destacamento lusitano de 5:000 homens. Feita sua junção com este, marcha Sertório para a Lusitânia, tomando provavelmente a direcção de Évora, capital da região transtagana. De passagem, derrota, junto a Sevilha, o governador romano da Bética, actual Andaluzia. Ganha Sertório, uma vez em território lusitano, dia a dia maior autoridade sobre seus naturais. Prevendo a próxima ofensiva de Roma, prepara-se para lhe resistir. De facto, o perigo manifesta-se, ameaçador, no ano imediato, 79 a. C., em que Sulla envia o *proconsul* Metelo à Península, com um forte exército, para abafar, a tempo oportuno, o nascente fogo da insurreição. Regulam as forças romanas por 50:000 homens, e, segundo Schulten, o chefe dos lusitanos apenas dispõe de 8:000. Avançam as tropas romanas em duas colunas, seguindo *linhas de operações convergentes*, a fim de realizar o *envolvimento estratégico* de Sertório. Pára este o golpe, manobrando *contra-ofensivamente*, por *linhas interiores*. Volta-se com mobilidade extraordinária, ora contra uma, ora contra outra das colunas inimigas, e cai sobre suas *linhas de comunicações*, batendo, separadamente, os destacamentos isolados que encontra. Demasiado fraco para aceitar uma *batalha campal, decisiva*, procura, por activas operações de *pequena guerra*, ir pouco a pouco extenuando o adversário e incutindo-lhe o desânimo. Em vão, Metelo tenta atrair-lo à batalha em , invadindo, nesse mesmo ano de 78, a Lusitânia transtagana, marchando sobre Évora e Lisboa. Sertório, sem tropas suficientemente numerosas e consistentes para oferecer batalha, permanece fiel à sua *estratégia de desgaste*.

Passa assim o ano de 78; chega o de 77 e, tendo Metelo já recolhido à Andaluzia, vai Sertório, por seu turno, passar à *ofensiva estratégica* além do Guadiana.

Deixando Hirtuleio, seu lugar-tenente, no Alentejo, cobrindo Évora, transporta, ofensivamente, Sertório, à imitação de Viriato, o teatro da guerra para a Celtibéria, região para lá de Madrid, entre as nascentes do Tejo e o curso do Ebro. Data de então sua tentativa de organizar na Península um Estado constituído à imagem de Roma.

Faz de Osca, hoje a Huesca aragonesa, nas faldas dos Pireneus, a capital da República Ibérica, com ele por ditador. Obedece-lhe quase toda a Península, com exceção apenas de certas regiões excêntricas, Galiza, Astúrias e Vascongadas, mais ou menos independentes, e da Andaluzia, fiel ao governo de Roma. Em pleno apogeu, nesse momento, porventura, lhe passa pelo espírito a ideia da marcha sobre Roma, a fim de derribar o governo central e modificar a Constituição, antecipando-se de algumas dezenas de anos a Cesar, em sua famosa passagem do Rubicon.

Debalde lhe terá sorrido tão enganadora miragem. Sua espada fulgurante vai, em poucos anos, abater-se, quebrada pela adversidade. Virá a vitória ainda bafejá-lo nalgumas campanhas mais; novos nomes de batalhas se juntarão aos de seus antigos sucessos. Tudo será inútil, ora por falta de coesão de suas tropas; ora por imperícia de seus generais; ora, ainda, por inferioridade numérica. A custo conseguirá aguentar-se na defensiva, e jamais se encontrará em situação de, transpondo os Pireneus, iniciar a marcha sobre Roma.

*

Envia Roma um novo exército, 30:000 homens, à Península. Comanda-o Pompeio o Grande, general de trinta anos, de sorte, aliás, superior aos próprios méritos. Entra Pompeio em acção na primavera de 76 a. C., procurando ligar suas operações com Metelo, chefe das tropas amigas da Andaluzia. Sertório, numa *posição central*, tem organizado seu *dispositivo estratégico* quer para acudir ao Ebro quer ao Guadalquivir, conforme as circunstâncias. É Sertório vencedor contra Pompeio, nas planícies de Valência, mas seu subordinado, Hirtuleio, sofre uma derrota na Andaluzia. Equilibram-se, sensivelmente, as forças de Sertório com as de seus contendores. Nenhum dos dois partidos consegue obter a decisão, e, assim, as *operações* vão-se arrastando, com várias alternativas, neste ano e nos imediatos. Continua a Espanha oriental a ser o teatro da guerra. Abandonando, porém, a pouco e pouco, Sertório, passa a fortuna, cada vez mais, a favorecer seus adversários. Vem o ano de 73 a. C., e Sertório, em pleno declínio, não consegue suster a derrocada. Manifestam descontentamento profundo seus oficiais superiores, como ele, romanos foragidos. Dão indícios de cansaço os soldados ibéricos, fazendo, contudo, exceção os contingentes da Lusitânia, seus primeiros e últimos partidários. E à medida que sua estréla guerreira desce, tendendo para o ocaso, vão as dedicações minguando e, em sentido inverso, crescendo as deserções, as más vontades e as intrigas. Por último,

em fatal remate, apresta-se a traição, epílogo costumado da desventura.

*

Entra o ano de 72 a. C. e Perperna, um dos generais de Sertório, arvora-se em cabecilha da conjuração. Convida Sertório para lauto banquete, em sua casa. Assistem ao festim outros chefes aliciados. A certa altura, um dêles, M. António, aproxima-se disfarçadamente de Sertório e atira-lhe uma estocada. Secundam-no seus companheiros, e consuma-se o assassinio. Acaba assim, vítima de miserável atentado, um dos vultos maiores da Antiguidade Clássica, como vinte e oito anos mais tarde há-de suceder a César, vencedor de imortais campanhas. Morto Sertório, esfacela-se a resistência ibérica. Perperna, abandonado pela maior parte do exército, é batido, feito prisioneiro e degolado por Pompeio, vingando seu próprio rival. Termina a guerra luso-celtibérica e corre o pano sobre o último acto da tragédia ingente que, por uma centena de anos, se desenrolara na Península, em sua luta heroica contra a dominação romana.

A. BOTELHO DA COSTA VEIGA.

Necrologia

Bernardo Rodrigues do Amaral

Eis aqui um nome que os arqueólogos não conhecem, mas que foi usado por um honrado cidadão que ao Museu Etnológico prestou grandes serviços. De alguns d'elos se deu notícia nesta revista, I, 218-219, IX, 303 nota, XVIII, 164, XIX, 370.

O S.^{or} Bernardo Rodrigues do Amaral nasceu em 3 de Março de 1839, no lugar do Outeiro de Espinho, concelho de Mangualde. Os vizinhos e amigos conheciam-no simplesmente pelo nome de *Morgado do Outeiro*, título que lhe viera dos seus antepassados. O que não sei, é se o título tinha cunho oficial, ou não passava apenas de afectuosa designação popular, pois muitas vezes nas aldeias costumam chamar *morgado* a um filho único. O mesmo acontece quanto ao sexo feminino.

Dotado de indole bondosa e franca, nenhum necessitado se lhe aproximava com uma súplica, que não voltasse servido. Por isso todos lhe queriam muito.

em fatal remate, apresta-se a traição, epílogo costumado da desventura.

*

Entra o ano de 72 a. C. e Perperna, um dos generais de Sertório, arvora-se em cabecilha da conjuração. Convida Sertório para lauto banquete, em sua casa. Assistem ao festim outros chefes aliciados. A certa altura, um dêles, M. António, aproxima-se disfarçadamente de Sertório e atira-lhe uma estocada. Secundam-no seus companheiros, e consuma-se o assassinio. Acaba assim, vítima de miserável atentado, um dos vultos maiores da Antiguidade Clássica, como vinte e oito anos mais tarde há-de suceder a César, vencedor de imortais campanhas. Morto Sertório, esfacela-se a resistência ibérica. Perperna, abandonado pela maior parte do exército, é batido, feito prisioneiro e degolado por Pompeio, vingando seu próprio rival. Termina a guerra luso-celtibérica e corre o pano sobre o último acto da tragédia ingente que, por uma centena de anos, se desenrolara na Península, em sua luta heroica contra a dominação romana.

A. BOTELHO DA COSTA VEIGA.

Necrologia

Bernardo Rodrigues do Amaral

Eis aqui um nome que os arqueólogos não conhecem, mas que foi usado por um honrado cidadão que ao Museu Etnológico prestou grandes serviços. De alguns d'elos se deu notícia nesta revista, I, 218-219, IX, 303 nota, XVIII, 164, XIX, 370.

O S.^{or} Bernardo Rodrigues do Amaral nasceu em 3 de Março de 1839, no lugar do Outeiro de Espinho, concelho de Mangualde. Os vizinhos e amigos conheciam-no simplesmente pelo nome de *Morgado do Outeiro*, título que lhe viera dos seus antepassados. O que não sei, é se o título tinha cunho oficial, ou não passava apenas de afectuosa designação popular, pois muitas vezes nas aldeias costumam chamar *morgado* a um filho único. O mesmo acontece quanto ao sexo feminino.

Dotado de indole bondosa e franca, nenhum necessitado se lhe aproximava com uma súplica, que não voltasse servido. Por isso todos lhe queriam muito.

Nas horas vagas, que o cuidado das suas propriedades e o gôsto da caça lhe deixavam livres, aplicava-se um pouco a ler, para se instruir. Foi assim, que, estando eu no concelho de Mangualde, em Setembro de 1892, a explorar um dolmen no sítio da Cunha Baixa, por convite do meu ilustre amigo o D.^{or} Alberto Osorio de Castro, então residente naquele concelho, me relacionei com o S.^{or} Bernardo Rodrigues, que do Outeiro, que fica perto, acorreu ao local da ex-



Bernardo Rodrigues do Amaral

ploração, logo que, por indicação do D.^{or} Osorio, lhe constou o que ali se passava.

Ainda me lembro muito bem. Achava-me eu entretido com os trabalhadores a reparar na excavação, quando surgiu ao longe, de casaco, chapeu mole, e espingarda ao ombro, um indivíduo de barba intonsa, o qual falava muito alto, e entusiasticamente, com outros, ouvindo-lhe eu, avulsa na conversa, a palavra *Celtas*. Ora esta! disse eu de mim para mim. Quem é que conhece os Celtas por estes campos tão afastados do mundo, onde só pompeiam lendários e volumosos penedos de granito, e se cria louro milho?

Não havia dúvida. Alguém os conhecia. Pouco depois o D.^{or} Osorio, que andava comigo, e se aproximou do ruidoso visitante, que não era outro senão o S.^{or} Bernardo Rodrigues do Amaral, punha-me em relações com ele, e em tão boa hora, que até à data do fa-

lecionamento d'este, ocorrido na terra da sua naturalidade em 18 de Agosto de 1926, as mantivemos inalteraveis e cordialissimas.— A ideia de Celtas teria advindo á mente do S.^{or} Morgado, porque ao tempo em que os investigadores de Arqueologia começaram á dar atenção aos dolmens, atribuiram-nos aos povos celticos, como ele leria algures; hoje está demonstrado que serviam de sepulturas, ainda mais velhas que os Celtas.

Por mais de uma vez o S.^{or} Bernardo Rodrigues me hospedou em sua casa a mim e a outros funcionarios do Museu, por ocasião de idas nossas ao concelho de Mangualde, ou a concelhos vizinhos, em pesquisas e estudos arqueologicos. De uma das vezes em que impaciente me esperava havia dias, sem eu chegar, porque precisei de fazer por ali perto outras visitas, antes da que lhe prometera, não se reprimiu, que, ao ver-me entrar na sua casa uma manhã, não exclamasse com a maior satisfação e abraçando-me: «Ora cá o tenho!».

Os serviços que se prestam á sciencia nem sempre o público os aprecia devidamente. Uns comentam: para que servem pobres pedras com tanto afan arrancadas de ruinas antigas? Outros: que nos importam pedaços de vasilhas, despidos de arte, e sem graça? O que tais importunos ignoram é que as pedras falam instrutiva linguagem, quando tocadas de certa vara mágica, e que do exame da forma, pasta e côr de muitos cacos jorra luz que rompe as trevas do passado. O S.^{or} Morgado do Outeiro, apesar de viver entregue á laboura, tinha o pressentimento de que a terra, que os seus criados lavravam, não fazia sómente germinar as sementes espargidas nela, mas escondia em si mesma, não raro, preciosidades arqueologicas, que se deviam apanhar e guardar. Por isso a mim, que andava pela Beira á procura de ceramica antiga e lápides de aspecto estranho, me recebeu com tanto afecto, e ao encontrar, nas lavouras, ou andando á caça, por exemplo, um machado de pedra polida, uma mó que destoava das actuais, um silex facetado, aproveitava tudo, e m' o enviava para o Museu Etnologico.

Este Museu tem-se assim, na maior parte, formado de dadivas de pessoas bem intencionadas, — minhas conhecidas, ou minhas amigas—; nem, se assim não acontecesse, ele possuiria tantos objectos como possue, visto que os Governos não o dotam suficientemente: e já cousas de ouro muito valiosas foram parar a cadinhos de ourives, ou a museus estrangeiros, por lhe faltarem recursos para as comprar!

J. L. DE V.

VOLUME XXVII

ÍNDICE ANALÍTICO

ACADEMIA REAL DE HISTÓRIA:

O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da História: 57.

AGULHAS:

De fazer rême e coser empreita: 178 e 179.

AMULETO:

Amuleto pantheo de ouro: 23.

«Fascinum» de ouro: 24.

ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS LOCAIS:

Alentejo:

Água de Peixes (livro único): 110.

Alandroal (menção do cartório): 59.

Beja (amuleto): 24.

Campo Maior (referência ao B. Amadeu e à S. Brites da Silva): 68;
(capela de S. João Baptista, P.º João Cardim, apelidos, etc.): 105
a 107.

Elvas (paleolítico): 182.

Estremoz (amuleto): 23.

Évora (menção de denários e outras moedas, etc.): 60, 104 e 107; (tras-
lado das côrtes): 123.

Ouguela (antiga grandeza): 69.

Redondo (menção de moeda): 66.

Veiro (referência ao Barbadão e filha): 122.

Vidigueira (referência a notícias): 63.

Vila Boim (roubo do cartório): 59.

Vilalva (menção de notícias): 61.

Algarve:

Faro (referência a notícias): 112; (arquivo destruído, letreiro antigo):
120 e 127.

Lagos (referência a pergaminhos): 112 e 122.

Tavira (referência a inscrição e moedas romanas): 125 e 127.

Beiras:

- Cantanhede (referência a notícias) : 103.
 Coimbra (notícia dos arquivos) : 59, 62 e 103; (inscrições portuguesas nas torres da cerca) : 79 e 80; (referência a notícias) : 81 e 89; (descrição do Castelo, referência a inscrições) : 89 a 92, 94 e 100; (referência ao Livro Preto) : 108.
 Covilhã (documento do sec. xv) : 25; (lápide funerária) : 155.
 Guarda (referência à via romana, moeda, etc.) : 124.
 Lamego (referência a notícias) : 61, 64 e 119; (vasos romanos) : 151.
 Lorvão (referência ao arquivo) : 103.
 Sabugal (memórias) : 195; (arquivo, jôgo de pesos de bronze, tombos, jantar, etc.) : 203; (notícia dos senhorios) : 209; (privilegios e forais) : 210.
 Sortelha (várias notícias) : 205.
 S. Pedro de Vila Sêca (referência a documentos) : 105 e 109.
 S. Salvador de Pombeiro (idem) : 105 e 110.
 Urgeira, concelho do Sabugal (ermida, romaria, procissão, desastre, rivalidades, etc.) : 197.
 Viseu (referência a notícias) : 63, 66, 121, 123 e 124; (menção de documentos antigos) : 66 e 75; (referência a inscrições romanas, a documentos mediélicos, ao importante arquivo capitular) : 93 e 94.
 Vid. *Necrologia*.

Entre-Douro-e-Minho:

- Adaúfe (sepultura na igreja) : 118.
 Baltar e Vandoma, concelho de Paredes (dólmen) : 128.
 Basto (referência a notícias) : 121.
 Braga (inscrições lusitano-romanas) : 24 e 67; (menção de epígrafe portuguesa e escudo) : 58; (inscrição na Sé e em Lomar, miliário em Prado) : 69; (referência a inscrições e manha dos aldeões) : 76; (inscrições romanas, ruínas de Cinânia) : 80 e 82; (referência a inscrições) : 89, 95, 102, 104, 108, 121 e 123; (referência a notícias) : 104 e 120; (referência a inscrições romanas e moeda de ouro) : 118; (referência a minas, miliário de Prado) : 125; (referência a miliários e moeda-amuleto) : 127.
 Cabeceiras de Basto (castro) : 34.
 Celorico (descrição de romagem por vitória sobre os leoneses) : 126.
 Guimarães (letreiro) : 108; (ara de «Trerva») : 111; (referência a notícias) : 121 e 122.
 Mazarefes, concelho de Barcelos (história do couto) : 136.
 Paradela, concelho de Ponte de Lima (idem) : 136.
 Pôrto (referência a notícias) : 118.
 S. João Baptista de Távora, concelho dos Arcos de Valdevez (ermida românica) : 1.

Estremadura:

- Alcácer (referência a notícias) : 63.
 Aljubarrota (referência à forneira) : 120.
 Atouguia (menção de letreiros e moedas) : 62.
 Belém (marcas lapidares) : 51.

- Caldas da Rainha (referência ao manuscrito da fundação do hospital) : 109.
 Lavradio (referência a notícias) : 88.
 Lisboa (marcas da Sé) : 49 e 50; (marcas do Carmo) : 50; (referência a cartórios) : 62.
 Moita (menção de epitáfio antigo português) : 64.
 Odivelas (marcas lapidares) : 51.
 Santarém (referência a morgadios e capelas) : 77.
 Setúbal (cetárias) : 165.
 Sintra (sepultura pre-histórica) : 194; (ermita de S. Romão) : 215.
 Tomar (notícia de moeda romana) : 66; (menção de antiguidades cartório) : 82, 100, 101 e 103.

Trás-os-Montes :

- Chaves (menção do cartório) : 57; (referência a documentos e inscrições) : 68.
 Meixedo, concelho de Bragança (duas lápides funerárias) : 21.
 Miranda (referência a documentos eclesiásticos) : 83.
 Murça (porca) : 24.
 Picote, concelho de Miranda do Douro (lápide funerária) : 22.
 Rebordãos, concelho de Bragança (lápide romana) : 21.
 Ribeira de Pena (cividade, castros, etc.) : 14.
 Vila Real (menção de notícias) : 61.

Ilhas :

- Funchal (referência a obras e notícias) : 65 e 92.

Índia :

- Gôa (campanha contra o Angariá) : 72.

Estrangeiro :**Brasil :**

- Baía (notícias de Santo António do Brasil) : 70; (história da Companhia de Jesus) : 70; (conventos, história da América Portuguesa) : 71; (referência aos arquivos) : 72; arquivo monástico) : 75; (referência a notícias) : 84, 85 e 86; (menção dos ataques dos holandeses e franceses, população, etc.) : 86 e 87; menção de biblioteca) : 88; (igreja e hospício da Senhora da Piedade dos Capuchinhos italianos; relação das missões do Rio de S. Francisco; documentos concernentes; descrição da igreja; sepultura do Conde de Vimieiro) : 113 a 117.

Bélgica :

- Bélgica (menção de moeda portuguesa) : 78.

Espanha :

- Olivença (referência a notícias) : 88.

ANZOIS :

Vid. *Cetárias*.

ARQUEOLOGIA :**Pre-histórica :**

As Pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma): 128.

Paleolítico de Elvas: 182.

Sepultura pre-histórica da Praia das Maçãs: 194.

Vid. História Portuguesa.

Proto-histórica :

Porca de Murça: 24.

Notícias arqueológicas do concelho de Ribeira de Pena — I. A Cidade:

29; *Castro de Vilarinho:* 36; *Castro de Mourão:* 41; *Castro do Facho*

(Formoselos): 42; *Castro de Seixinhos:* 43; *Castro de Daivões:* 44;

Vici: 45; *Terras de cultura:* 45; II. *Os Fornos da Telha:* 46.

Lusitano-romana :

Hierologia lusitânica: 18) *Amuleto pantheon de ouro:* 23; 19) «*Fascinum*» de ouro: 24; 20) *Inscrição consagrada a Hércules:* 24; 21) *Porca de Murça:* 24.

Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal: 165.

Vid. Bibliografia.

Medieval :

A ermida românica de S. João Baptista de Távora (Valdevez): 1.

Marcas de canteiro: 48.

Vid. História Portuguesa, Sepultura.

Portuguesa :

Antiquitus: Uma ruína ao desamparo (A ermida de S. Romão nas cercanias de Sintra): 215.

Em geral :

Protecção à Arqueologia: Vid. *Academia.*

Lição inaugural da cadeira de Arqueologia: 183.

ARTE :

Rupestre: Vid. *Arqueologia pre-histórica.*

BIBLIOGRAFIA :

Sobre moagem primitiva: 57.

Sobre pre-história: 193.

Sertorius, por A. Schulten: 220.

BRASÃO :

Dois brasões no Sabugal: 206, 207 e 209.

CASAS :

Circulares: 41 e 42.

Rectangulares: 45.

Com pórtico e escadaria: 206.

CASTELO:

Descrição antiga do de Coimbra: 89.
Referência ao do Sabugal: 196.

CASTROS:

De Vilarinho: 32 e 36.
De Daivões: 32 e 44.
De Formoselos: 33 e 42.
De Moimenta: 34.
De Asnela: 34.
De Seixinhos: 34 e 43.
De Mourão: 34, 40 e 41.
De Couçadouro: 34.
Do Outeiro dos Mouros: 34.
De Lesanho: 44 (nota).
De Palhaços: 44 (nota).

S.º Glaz, 163/164

CERÂMICA:

Em uma citânia: 39.
Nótilas ceramográficas: 159.
Pre-histórica: 194.
Vid. *Fornos*.

CETÁRIAS:

Nos arredores de Setúbal: 165.

CIVIDADE:

Em Ribeira de Pena: 29.

CITÂNIA:

De Vilarinho: 36 e 42.

COBRE:

Pontas de seta e lança: 194.

CONCEITOS:

De Bluteau: 22.
De Th. Zielinski: 54.

CONVENTOS:

Vid. *Academia*.

COUTÓ:

Vid. *História Portuguesa, Sabugal*.

CRONOLOGIA:

Suas espécies: 190.

CULTURAS:

Antigas terras: 45.

DIPLOMÁTICA:

Um título de emprazamento: 25.

DÓLMEN:

Do Padrão: 128.

ENXÓ:

De calcáreo: 194.

EPIGRAFIA:**Lusitano-romana:**

Epigrafia bragançana: 21.

Inscrição consagrada a Hércules: 24.

Lápide funerária: 155.

Esgrafitada em vaso romano: 159.

Gravada em vaso romano: 164.

Portuguesa:

Epítáfio do séc. XVI: 13.

Data do séc. XII: 13.

Data do séc. XIII: 14 e 15.

Assinatura lapidar: 14 e 15.

Inscrições do séc. XVII: 17, 18, 19 e 20.

Data do mesmo século: 18.

Brasão eclesiástico: 19.

Vid. *Academia*.

ESCAVAÇÕES:

Regras a seguir: 187.

ESPADA:

Referência a uma espada e esporas encontradas em sepultura: 214.

ESTÁTUA:

De guerreiro lusitano: 44 nota.

ETIMOLOGIAS:

Duque: 137.

Arbitrárias: 157.

ETNOGRAFIA:

Costumes localizados em uma fonte: 195.

Vid. *Antiguidades locais* — Beira: Sabugal.

EXTRACTOS:

Carta de D. Manuel aos clérigos de Riba de Côa: 212.

Vid. *História Portuguesa*.

FENÍCIOS:

Vid. *Cetárias*.

FIGURAS:

Porce de Murça: 24.
 Boi em lápide funerária: 22.
 Vid. *Arqueologia Pre-histórica*.

FOKLORE:

Quadra alusiva a D. Denis: 196.

FONTE:

Antiga no Sabugal: 195.

FORNOS:

Restos de fornos antigos: 46.

HISTÓRIA PORTUGUESA:**Em geral:**

Dois documentos anteriores à nacionalidade: 136.
 Referência a D. Denis: 196.
 Referências a outros monarcas: 207.

Militar:

Companhia dos Cavaleiros do Sabugal: 213.
 Vid. *Bibliografia*.

INSCULTURAS:

Pias em castros: 34, 41 e 42.
 Pias e còvinhas: 38.
 Sulecos intencionais: 39.
 Còvinhas e quadrados esquartelados: 47 e 48.

LENDAS:

De subterrâneos: 44.
 De tesouros e «caixa de correio»: 129.
 Vid. *Antiguidades locais*—Beira: Sabugal (memórias).

MAMOA:

Em castro: 40 e 41.
 Ou *tumulus*: 128.

MARCAS:

Marcas de canteiro: 48.

MISCELÂNEA:

Vid. *Antiguidades locais*—Beira: Sabugal (memórias).

MOEDAS:

Aparecimentos: 39 e 42.
 Vid. *Academia, Bélgica*.

MÓS :

Três mós manuais: 36.
Mós de carácter primitivo: 55.

MURALHAS :

Em citânia: 36 e 37.
 Em castros: 41, 42 e 43.
 Vid. *Citânia*.

MUSEUS E COLECCÕES :

Etnológico: 23, 55, 159, 161, 162, 163, 182, 183 e 194.
 De Antropologia da Universidade do Pôrto: 159 e 160.
 De Guimarães: 159, 160 e 162.
 Municipal Azuaga: 160.
 Da Sociedade Prò Monte S. Tecla: 162.
 Da Sociedade Santos Rocha: 164.
 Colecção do reverendo Sousa Maia: 160.

NECROLOGIA :

Bernardo Rodrigues do Amaral: 224.

NOMES :**De divindades :**

Herculi: 24.

Pessoais antigos :

Em inscrições, lusitano-romanas: 21.
 Cebala: 21.
 Gemini: 21.
 Avia: 21.
 Bovio: 21.
 Luci: 21 e 156.
 Arro: 21.
 Naeba: 21.
 Silviae Annulæ: 22.
 C. Julius: 24.
 Avitae: 156.
 L. Val. Saturninus: 156.
 Tusea: 156.
 Aviti: 156.
 Juni Severi: 159.
 Rufinius: 164.

De personalidades portuguesas e apelidos :

Vid. *Academia*.

ORDENS MILITARES :

A comenda de Távora: 3.
 Vid. *Antiguidades locais*—Beira: Sabugal.

OSSOS:

Humanos e de animais: 194.

OURO:

Argolas encontradas próximo de um castro: 39.

Enfeites áureos: 39.

Vid. *Amuleto*.

PELOURINHO:

Vid. *Vandalismos*.

PESCA:

Vid. *Cetárias*.

PONDUS:

Pesos romanos de rôde: 176 e 177.

Vid. *Cetárias*.

PONTE:

Do Sabugal e outras: 196.

PESTE:

Referência á de Coimbra: 62.

PINTURAS:

As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma): 128.

PÚRPURA:

Vid. *Cetárias*.

RÈDES:

Agulhas romanas de as fazer: 178.

RUÍNAS:

De *vici*: 34 e 45.

Vid. *Fornos, Antiquitus*.

SENTENÇAS:

De A. de Resende: 164.

SEPULTURA:

Do Conde de Vimieiro na Baía: 116.

Medieval, tapada com lápide pagã: 157.

Junto das cetárias de Tróia: 171.

Pre-histórica da Praia das Maçãs: 194.

Com lápide insculpida: 214.

Vid. *Academia*.

SÍLEX:

Pontas de seta e faca: 194.

SINAIS LAPIDARES :

Em uma igreja românica : 11.
Vid. *Marcas*.

SINAIS VÁRIOS :

De notário do séc. xv : 28.

SUÁSTICAS FLAMEJANTES : 21.**TÉGULA :**

Aparecimento de tégulas : 44.

TOMBOS :

Do Sabugal, Sortelha, Vila do Touro, Alfaiates : 203.

VANDALISMOS :

Destrução de uma fonte antiga : 195.
Má reconstrução de ponte : 196.
Destrução de um lanço de muralha : 202.
Documentos dispersos : 203.
Brasão utilizado em uma sarjeta : 208.
Pelourinho destruído : 209.
Capela arruinada e cruzeiro : 215.
Vid. *Antiguidades e notícias locais*.

VIAS ROMANAS :

Referência a uma da Beira : 125.

ÍNDICE DOS AUTORES

A. Botelho da Costa Veiga :

Bibliografia. SERTORIUS, por A. Schulten: 220.

A. I. Marques da Costa :

Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal: 165.

(D. António) Conde de São Payo :

Dois documentos anteriores à Nacionalidade. Os coutos de Paradela e Mazarrefes: 136.

A. A. Mendes Correia :

As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma): 128.

Félix Alves Pereira :

A ermida românica de S. João Baptista de Távora (Valdevez): 1.

Antiquitus: xxvii. Uma ruína ao desamparo. (A ermida de S. Romão nas cercanias de Sintra). — 215

Índices: 227 a 240

Francisco Manuel Alves (P.^o) :

Epigrafia bragançana: 21.

Joaquim Manuel Correia :

Memórias sobre o concelho do Sabugal: 195.

J. J. Nunes :

Um título de emprazamento (1496): 25.

J. Leite de Vasconcellos (D.^{or}) :

Hierologia lusitânica: 23.

Mós de carácter primitivo: 55.

Necrologia — Bernardo Rodrigues do Amaral: 224.

J. M. Cordeiro de Sousa :

Marcas de canteiro: 48.

Lereno Antunes :

Paleolítico de Elvas: 182.

L. S. M.:

Sepultura pre-histórica da Praia das Maçãs: 194.

Manuel Heleno :

Lição inaugural da cadeira de Arqueologia: 183.

Mário de Meneses (D.^{or}) :

Notícias arqueológicas do concelho de Ribeira de Pena: 29.

Ruy de Serpa Pinto :

Nótuas ceramográficas. Um vaso pintado de Lamego: 159.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Arqueologia

Pre-histórica:

- Gravuras rupestres: 38, 47, 131, 133, 134 e 135.
Mós de carácter primitivo: 55, 56 e estampa I.
Paísagem com mamôa: 129.
Dois aspectos de um dólmen: 130.
Planta de um dólmen: 132.
Instrumentos paleolíticos: 182 e 183.
Planta de sepultura pre-histórica: 194.

Lusitano-romana:

- Amuletos áureos: 23 e 24.
Vaso pintado: 160.
Desenho das faixas: 163.
Grupo de cetárias: 167.
Ruínas de um grupo de cetárias: 169.
Aspecto actual de outro grupo: 170.
Planta de um pequeno grupo: 171.
Secção vertical e transversal de uma cetária: 171.
Casa romana em Tróia: 173.
Anzóis de bronze: 175.
Pondera de barro: 176.
Pandelha de barro: 177.
Dita de ardósia: 177.
Agulha de bronze para fazer rête: 178.
Agulhas de coser empreita: 179.

Medieval:

- Tampa de sepultura: 157.

Indeterminada:

- Artefactos de ouro: 39.

Arquitectura:

Medieval:

- Ermida românica e duas janelas: 2.
A mesma: 3.
Planta do pórtico: 4.
Tímpano de porta lateral: 5.
Face lateral da mesma: 6.
Parte interna da janela: 6.

- Cachorro com carranca: 7.
 Imposta da porta lateral: 7.
 Cachorro de perfil ondulado: 8.
 Cachorro com lavores: 8.
 Imposta com lavores lineares: 9.
 Cruz acroterial: 9.
 Cruz de coroamento: 10.
 Cruz gravada: 10.
 Siglas de canteiro: 11, 49, 50, 51, 52, 53 e 54.
 Aspecto interior de janela: 11.
 Cruz gravada de consagração: 12.
 Capitéis românicos: 12 e 14.
 Escultura de porta de base românica: 14.
 Ponte de Sequeiros: 197.

Do Renascimento:

- Mísula de ogiva: 217.
 Ruína de capela-mór: 218.

Moderna:

- Cruzeiro derrubado: 219.

Biografias:

- Retrato de Bernardo Rodrigues do Amaral: 225.

Diplomática:

- Sinal tabeliónico quinhentístico: 25.

Epigrafia:**Lusitano-romana:**

- Lápides bragançanas: 21.
 Lápide com anaglifo: 22.

Medieval:

- Leteiro gravado: 15.

Portuguesa:

- Leteiro gravado: 18.
 Data gravada: 18.
 Inscrição seiscentística com a cruz de Malta: 19.
 Pedra com inscrição e a cruz maltesa: 20.

Heráldica:

- Brasão de relêvo: 19.
 Brasões no Sabugal: 206, 207 e 209.

Topografia:

- Carta arqueológica: 33.
 Planta de uma citânia: 37.
 Planta de castros: 40, 42 e 43.
 Planta de povoação antiga: 45.